

EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

Maria Beatriz Nader (Org.)

 **EDUFES**

Equidade de gênero e raça



Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 – *Campus* de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil · CEP 29075-910
+55 (27) 4009-7852 · edufes@ufes.br · www.edufes.ufes.br

Reitor	Reinaldo Centoducatte
Vice-reitora	Ethel Leonor Noia Maciel
Secretário de Cultura	Rogério Borges de Oliveira
Diretor da Edufes	Wilberth Claython Ferreira Salgueiro
Conselho Editorial	Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glícia Vieira dos Santos, Grace Kelly Filgueiras Freitas, José Arminio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Sandra Soares Della Fonte
Secretário Executivo	Douglas Salomão
Secretária do Conselho Editorial	Tânia Canabarro
Preparação e Revisão de Texto	Fernanda Scopel
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa	Juliana Braga
Revisão Final	Roberta Estefânia Soares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

E64 Equidade de gênero e raça [recurso eletrônico] / Maria Beatriz Nader (Org.). - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2018.
432 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-378-2.

Modo de acesso:

<http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Gênero - Estudo e ensino. 2. Feminismo. 3. Comportamento sexual. 4. Relações étnicas. I. Nader, Maria Beatriz, 1956-

CDU: 316.62

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

Maria Beatriz Nader (Org.)

Equidade de gênero e raça



Vitória, 2018

Sumário

Apresentação	8
Poder, literatura, experiência e história. Uma análise de <i>Sorte: um caso de estupro</i> Ana Carolina Eiras Coelho Soares	16
A violência contra a mulher no Brasil. Mulheres brancas, negras e índias Ana Maria Colling	39
Mulher e patriarcado no Brasil: gênero e poder em perspectiva histórica Sebastião Pimentel Franco José Candido Rifan Sueth	66
Entre Maria e as Dores: relatos orais de mulheres sobreviventes da violência doméstica na cidade de Marília – SP (2006-2014) Camila Rodrigues da Silva	86
Movimento feminista e as concepções de gênero e violência geracional Maria Beatriz Nader Luciana Silveira	108

Feminismo negro: a interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos no Brasil Cristina Grobério Pazó Ceila Sales de Almeida	131
A garantia da igualdade racial: da luz do direito constitucional à igualdade no contexto do estado republicano Luiz Cláudio dos Santos	152
A construção do Brasil moderno e o problema do negro na visão de Lacerda Elaine Pereira Rocha	180
Historiografia, indigenismo e movimentos étnicos: o lugar dos indígenas na história mexicana do século XX Antonio Carlos Amador Gil	207
Homossexualidades impressas: a emergência histórica do jornal <i>Lampião da Esquina</i> (1978-1981) Paulo R. Souto Maior Júnior	223
A mulher objeto da imprensa: personagem e escritora Karina de Rezende-Fohringer	245
Noite na macumba: as religiões afro-brasileiras e o bailado de Eros Volúcia Rossana G. Britto Luciano Campos Tardock	263
Gênero e ficção científica: uma análise do conto “That only a mother”, de Judith Merrill, de 1948 Andreya S. Seiffert	279

- A mulher e a guerra: os boletins da Legião Brasileira de Assistência e a participação feminina na retaguarda durante a Segunda Guerra Mundial**
Bruno Sanches Mariante da Silva **295**
- Além da “bondade” e da “inteligência”: políticas de saúde para as mulheres e a atuação do corpo de visitadoras no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922-1926)**
Bruno Nery do Nascimento **321**
- O aborto no Brasil: uma “democratização às avessas”**
Marcela Boni Evangelista **342**
- Entre o gênero e a alforria: as trajetórias de homens e mulheres na busca pela liberdade e ascensão – Mariana, século XVIII**
Rogéria Cristina Alves **363**
- Gênero, retomada da escolarização e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social**
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Debora Rickli Fiuza **382**
- Desafios na formação de professores/as: aprendizagens descolonizadoras?**
Elda Alvarenga
Erineusa Maria da Silva **407**
- Colaboradores e colaboradoras** **425**

Apresentação

Desde que foi criado, em 2009, o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/Ufes), buscou estimular seus membros a realizarem trabalhos nas áreas da pesquisa e do ensino. No que diz respeito à área de pesquisa, os trabalhos produzidos mostram o quanto cada integrante do LEG/Ufes tem respondido aos estímulos de publicar suas pesquisas em obras nacionais e locais, além de apresentar seus estudos em congressos regionais, nacionais e internacionais. Na área de ensino, todos os membros professores, com pós-graduação, mostram o quanto podem realizar ao levar aos seus alunos e alunas uma formação profissional dotada de qualidade, seriedade e competência, para capacitá-los na atuação diversificada nas concepções e práticas políticas que se voltam para a equidade de gênero e a interseção com a identidade étnico-racial.

O LEG/Ufes, ao reunir sua produção na área da pesquisa e do ensino, novamente oferece ao público leitor um conjunto de ensaios que permeiam disciplinas diversas e desenvolvem um registro dos vários compromissos teóricos e ideológicos em torno dos quais se têm situado os estudos da equidade de gênero, do movimento feminista, do racismo, do preconceito e de normas que regem as políticas de gênero.

Este livro focaliza os estudos de gênero, discute questões étnicas e de sexualidade que emergiram como temas associados aos do movimento feminista, interpretado como um empreendimento de reflexão geral em torno da natureza humana. São temas que, muitas vezes tidos como processos naturalizados pelos interesses patriarcais e políticos, permeiam as relações cotidianas dos homens e das mulheres. E o feminismo contemporâneo, muito embora baseado em abordagens tradicionais, revê a compreensão intelectual

ao mesmo tempo que mostra o quanto assuntos tão antigos como o estupro e o patriarcado podem ser analisados à luz da historiografia atual.

Consistindo essencialmente na reflexão sobre olhares diversos que descrevem os estudos de gênero e as demais temáticas que a ele se voltam, este livro apresenta ensaios que perpassam por campos disciplinares díspares como, entre outros, educação, políticas de saúde, história social, história cultural, literatura, sociologia, direito e política, que relacionam negros, índios, homossexuais e legislação contra o racismo e o preconceito. Estes são temas que expõem as dificuldades encontradas pelas pessoas que convivem no dia a dia com a discriminação e a obrigação de superarem estigmas e signos que margeiam as demonstrações de hierarquia entre os gêneros, as raças e as etnias, e que estão presentes nas lutas feministas ou em outros movimentos sociais e políticos.

Livres de qualquer ortodoxia intelectual e política, os ensaios deste livro detêm abordagens diferentes sobre temas que envolvem os estudos sobre o gênero, o racismo e o preconceito, proposições que se quer desenvolver dando sequência à obra *Gênero e racismo: múltiplos olhares*, também organizada pelo LEG/Ufes e publicada pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes) no ano de 2014, como fruto do trabalho resultante dos estudos realizados durante a primeira edição do curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR).

Seguindo o desejo de alcançar a mesma qualidade da obra acima mencionada, este livro, resultante da segunda edição daquele mesmo curso, inova ao debater temas diversos, em épocas e espaços variados (embora predomine o foco sobre o Brasil), e ter entre seus capítulos textos de alunos e de professores pesquisadores que discutem, no âmbito da história e das demais ciências humanas, as transformações sociais e culturais que surgiram como consequência do movimento feminista, que abriu espaço para as lutas contra a violência de gênero, o racismo e o preconceito no Brasil e na América Latina.

Com o intuito de contribuir para o debate sobre os discursos pensados e agregados à noção de violência, como corpo, sexualidade e falas sociais sobre as vítimas de violência sexual, por meio do enfoque de análise dos estudos de gênero, Ana Carolina Eiras Coelho Soares abre a publicação com o capítulo “Poder, literatura, experiência e história. Uma análise de *Sorte: um caso de estupro*”. A fonte das discussões é o livro *Sorte: um caso de estupro*, publicado em 1999 nos EUA e editado no Brasil

em 2003, que trata da violência sofrida por Alice Sebold, em 1981, na Universidade de Syracuse, cidade que fica no estado de Nova Iorque. Seguindo nessa trajetória, no capítulo “A violência contra a mulher no Brasil. Mulheres brancas, negras e índias”, Ana Maria Colling mostra o quanto a violência contra a mulher também é acirrada nos países latinos. No caso do Brasil, apesar das leis igualitárias, como a Constituição de 1988, a Lei Maria da Penha e a Lei Antifeminicídio, o fenômeno da violência de gênero teima em permanecer estabelecido na cultura, contribuindo para que as mulheres brancas, as mulheres índias e as mulheres negras sofram, mesmo que em grau diferenciado.

Compilando reflexões sobre a importância do sistema patriarcal brasileiro na construção da hegemonia masculina e, conseqüentemente, da inferioridade da mulher, desde o período colonial até o século XXI, o capítulo “Mulher e patriarcado no Brasil: gênero e poder em perspectiva histórica”, de Sebastião Pimentel Franco e José Candido Rifan Suetth, destaca o quanto a Igreja católica, na elaboração do imaginário que colocou a mulher em posição secundária na família e na sociedade, contribuiu para a criação da subalternidade feminina na sociedade brasileira, estimulando a hierarquização entre gêneros. Essa diferenciação de comportamento criou traumas e eixos refletores, tais como silêncio, maus-tratos e sofrimento, narrativas e memórias que se tornaram elementos que compõem o caleidoscópio da vida de mulheres que sofreram violência doméstica. O capítulo “Entre Maria e as Dores: relatos orais de mulheres sobreviventes da violência doméstica na cidade de Marília – SP (2006-2014)”, de Camila Rodrigues da Silva, analisa, à luz dos conceitos de sobrevivência, gênero e violência, como as mulheres lidam com a dificuldade de expressar suas experiências traumáticas. Também Maria Beatriz Nader e Luciana Silveira abordam aspectos teóricos da discussão sobre a violência contra as mulheres no capítulo “Movimento feminista e as concepções de gênero e violência geracional”. As autoras fazem uma discussão sobre o tema gênero e a violência que atinge as mulheres, tomando como base para a confecção desse capítulo a compreensão dos diferentes contextos e grupos que a violência de gênero atinge, de modo a contemplar inclusive as mulheres idosas. Além disso, levam em conta a relação da mulher com as hierarquias de gênero institucionalizadas pelo patriarcado, categoria utilizada pelo feminismo desde a década de 1970.

Ainda em se tratando de movimento feminista, o capítulo “Feminismo negro: a interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos no Brasil”, de Cristina Grobério Pazó e Ceila Sales de Almeida, discorre sobre os paradigmas que permeiam as ondas do movimento feminista, os elementos basilares dos estudos emancipatórios feministas, a exemplo do gênero e do patriarcado, e a interconexão de gênero e raça nos estudos acadêmicos feministas no Brasil. Para tanto, as autoras fazem uma reflexão sobre as características do movimento, interrogando se os estudos acadêmicos feministas brasileiros contemplam a interconexão entre raça e gênero ou se o estudo ainda se realiza baseado em um paradigma etnocêntrico e eurocêntrico próprio do início da segunda onda feminista. Considerando o papel relevante da igualdade racial na concepção de cidadania plena, assim como a sua posição de relevância no ordenamento jurídico, Luiz Cláudio dos Santos, no capítulo “A garantia da igualdade racial: da luz do direito constitucional à igualdade no contexto do estado republicano”, propõe-se a fazer uma reflexão sobre esse direito fundamental com ênfase na prevalência da dignidade da pessoa humana e na necessidade de sua concretização para afirmar sua eficácia nas relações de cidadania regidas pelo Estado constitucional.

Em se tratando de cidadania, o capítulo “A construção do Brasil moderno e o problema do negro na visão de Lacerda”, de autoria de Elaine Pereira Rocha, informa-nos que, em 1911, João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, representou o Brasil no Congresso Universal das Raças em Londres, no qual discutiu unicamente a mestiçagem na sociedade brasileira. A proposta, que ficou conhecida como “projeto de branqueamento”, marcaria a cultura brasileira e sem dúvidas mascarou inúmeras tensões raciais e intelectuais do período. O capítulo “Historiografia, indigenismo e movimentos étnicos: o lugar dos indígenas na história mexicana do século XX”, de autoria de Antonio Carlos Amador Gil, também apresenta como a política do indigenismo marcou a cultura do México, pois, até meados de 1960, essa era a política pública oficial e hegemônica em relação aos indígenas daquele país. As reflexões feitas pelo autor mostram os limites da aplicação dessa política, a partir da atuação do intelectual Guillermo Bonfil Batalla, que teve papel de destaque no grupo que fez diversas críticas ao movimento. Antonio Gil destaca, ainda, que os diversos movimentos indígenas mexicanos contemporâneos têm polemizado com o indigenismo, uma vez que esses movimentos privilegiam a pluralidade étnica na for-

mação da cultura nacional e evidenciam o quanto ainda é preciso fazer e transformar no que se refere às práticas cotidianas, à forte permanência da ideologia da mestiçagem na consciência nacional mexicana e ao racismo profundamente arraigado em relação aos povos indígenas, que defendem formas alternativas de estar no mundo contemporâneo.

A imprensa, a moda, a arte, a religião são elementos de nossa cultura dos quais se pode lançar mão para arquitetar e transformar as relações pessoais. O capítulo “Homossexualidades impressas: a emergência histórica do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)”, de Paulo R. Souto Maior Júnior, trata das condições históricas de emergência desse jornal, que era editado por um conjunto de intelectuais que se autodeclaravam homossexuais e voltado ao debate de todas as minorias, embora tenha dedicado parte significativa de suas páginas aos temas homossexuais. Além disso, o capítulo apresenta a historicidade do impresso, bem como objetivos e características da sua produção. Por sua vez, Karina de Rezende-Fohringer, tomando a imprensa como grande aliada da mulher, mostra como esta se tornou leitora, colaboradora, diretora e proprietária de jornais e revistas. Autora do capítulo “A mulher objeto da imprensa: personagem e escritora”, Karina discorre o quanto a moda, vista pelas revistas, se tornou a mola propulsora que sustentou e autorizou a voz feminina impressa. Também o capítulo “Noite na macumba: as religiões afro-brasileiras e o bailado de Eros Volússia”, escrito por Rossana G. Britto e Luciano Campos Tardock, ressalta a participação das mulheres nos circuitos híbridos da arte e da religião. Para tanto, os autores analisam a trajetória artística da dançarina Eros Volússia, do ponto de vista de suas conexões com as religiões no Brasil, especialmente com a umbanda.

Retomando o assunto sobre a participação da mulher na imprensa, Andrey S. Seiffert escreve o capítulo “Gênero e ficção científica: uma análise do conto ‘That only a mother’, de Judith Merrill, de 1948”, que trata de mulheres que escreveram e mostraram a capacidade feminina de discorrer sobre suas próprias vidas, como no conto de ficção científica “That only a mother”. Discorrendo sobre as questões de gênero suscitadas na obra estudada, o capítulo debate o pacifismo e a maternidade durante a Segunda Guerra Mundial. Também Bruno Sanches Mariante da Silva, no capítulo “A mulher e a guerra: os boletins da Legião Brasileira de Assistência e a participação feminina na retaguarda durante a Segunda Guerra Mundial”, analisa as representações da participação feminina no esforço de guerra no

Brasil durante a Segunda Guerra Mundial nas páginas do boletim da Legião Brasileira de Assistência (LBA), no ano de 1945. O autor mostra que a LBA, fundada em 1942, tinha como função primaz o auxílio às famílias dos expedicionários e, por isso, suas voluntárias-legionárias tomaram a maternidade enquanto ponto de partida para a ação.

No que tange à assistência, o objetivo do capítulo “Além da ‘bondade’ e da ‘inteligência’: políticas de saúde para as mulheres e a atuação do corpo de visitadoras no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922-1926)”, de Bruno Nery do Nascimento, é compreender de que forma se articulou a criação de um corpo de visitadoras da saúde com as demais políticas de saúde direcionadas às mulheres no Recife entre 1922 e 1926. Tendo como ponto de partida a iniciativa do poder público de criar políticas direcionadas a minimizar a mortalidade infantil, o autor investigou como estas incidiram sobre os corpos femininos e quais foram seus desdobramentos. E sobre questões que tratam de decisões a respeito do próprio corpo, o capítulo “O aborto no Brasil: uma ‘democratização às avessas””, de Marcela Boni Evangelista, tem como mote a questão do aborto induzido na sociedade brasileira contemporânea. O processo analítico parte de um *corpus* documental resultante de entrevistas de história de vida realizadas com mulheres que passaram por tal experiência.

No capítulo “Entre o gênero e a alforria: as trajetórias de homens e mulheres na busca pela liberdade e ascensão – Mariana, século XVIII”, Rogéria Cristina Alves discute a questão das diferenças de gênero e sua influência na prática da alforria e da ascensão social a partir da análise de testamentos e inventários *post-mortem* de homens e mulheres alforriados que viveram nas Minas setecentistas.

Fazendo uma análise acerca da articulação presente na leitura da trajetória de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social que voltaram a estudar o capítulo “Gênero, retomada da escolarização e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social”, de Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Debora Rickli Fiuza, serviu de base para a promoção da problematização de intersecções de gênero, educação e empoderamento feminino, quando as autoras entrevistaram sete mulheres de uma comunidade do interior do estado do Paraná. Também Elda Alvarenga e Eri-neusa Maria da Silva, no capítulo “Desafios na formação de professores/as: aprendizagens descolonizadoras?”, analisam a experiência formativa de

professores/as e militantes dos direitos humanos que participaram do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), realizado no município de Afonso Cláudio, estado do Espírito Santo, nos anos de 2013 e 2014. A análise qualitativa da pesquisa permitiu inferir que houve sensibilização pessoal e profissional em relação aos temas abordados no percurso formativo, favorecendo a construção de um olhar de desnaturalização das relações de gênero, étnico-raciais e de diversidade sexual, frente às situações do mundo escolar. No entanto, foi observado que apresentaram dificuldades quanto à implementação dos conhecimentos na prática profissional.

Mais uma vez, com este livro, acreditamos poder contribuir com a historiografia das lutas feministas e da investigação histórica acerca das relações de gênero e da etnicidade, oferecendo ao público leitor a confirmação da potencialidade que se pode alcançar com a reflexão crítica acerca dos problemas enfrentados por essas categorias.

Maria Beatriz Nader

Organizadora

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz.

“Experiência”
Joan W. Scott

Poder, literatura, experiência e história. ***Uma análise de Sorte: um caso de estupro***

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

— Se gritar eu mato você. — Fiquei imóvel. — Entendeu? Se gritar, morre. — Aquiesci com a cabeça. Meus braços estavam presos junto ao corpo pelo braço direito dele, que me envolvia, e minha boca estava tapada por seu braço esquerdo.

Ele soltou o braço da minha boca.

Gritei. Um grito rápido. Abrupto.

A luta começou.

Ele tornou a tapar a minha boca. Deu uma joelhada na parte de trás das minhas pernas para me fazer cair.

— Você não está me entendendo, piranha. Eu vou matar você. Tenho uma faca. Vou matar você. — Ele tornou a destapar minha boca e eu caí, aos gritos, no caminho de tijolo. Ele ficou em pé em cima de mim com uma perna de cada lado e chutou a lateral do meu corpo. Emiti sons, eles não eram nada, eram passos leves. Eles o encorajavam, lhe davam razão.

Alice Sebold (2003, p. 16)

Alice Sebold foi estuprada no dia 8 de maio de 1981 no túnel do anfiteatro da Westcott Street, próximo do alojamento da Walerly Avenue, na Universidade de Syracuse, cidade que fica no estado de Nova Iorque. Seu livro *Lucky/Sorte: um caso de estupro* é não apenas um relato da memória do que é sofrer a violência do estupro, mas também todo um processo decorrente das mudanças que acometem a mulher que passa por essa situação. As dificuldades em falar sobre o assunto na comunidade e o processo de

silenciamento imposto socialmente são fortemente sentidos tanto pela ousadia da autora em falar sobre o que ocorreu quanto pelo fato de ela querer encontrar, reconhecer e processar o agressor. Nesse sentido, ela passa a violentar o código de silêncio social que se impõe sobre esses atos.

Durante todo o relato do livro, as pessoas a consideram alguém de sorte por tudo que lhe acontece durante e após o estupro. Ela mesma acaba se considerando uma mulher de sorte e coloca isso nos agradecimentos do livro: “A palavra sorte é meu código para abençoada. Fui abençoada pelas pessoas na minha vida” (SEBOLD, 2003, p. 287). Uma mulher que foi estuprada. Interessante interpretação social, pois tudo poderia ter sido pior.

Essa é a história e uma análise de um estupro, ato que supõe o não consentimento da vítima e o seu constrangimento, por meio de violência, à prática sexual. É a perspectiva do pensamento político da violência que permeia a necessidade da denúncia e da visibilização das falas que rompem os silêncios sociais. No Brasil, de acordo com os dados do *Balanço 2014* do Ligue 180: “O relato de violência sexual contra mulheres – estupros, assédios e exploração sexual – cresceu 20% em 2014, numa média de quatro registros/dia” (BRASIL, 2015, p. 5).

Em termos de relato, o fato de o caso de Sebold ter acontecido em outro país não será considerado aqui uma condição de análise, uma vez que *Sorte: um caso de estupro* foi traduzido e consumido no Brasil desde 2003 como parte da literatura vendida por uma editora nacional. Conforme o prefácio da edição nacional, ele é considerado um sucesso de vendas. Estratégias de *marketing* à parte, é um livro de grande consumo. É um livro sobre estupro lido no Brasil.

Vários são os fatores que atribuo ao seu sucesso. No entanto, considero que a necessidade da autora de relatar a cena do estupro com riqueza de detalhes, logo no primeiro capítulo, esteja na premência do reconhecimento público da humilhação social e dos maus-tratos sofridos. Além disso, há certo regozijo inverso em expor sua experiência individual, até mesmo para auxiliá-la no processo de superação do inferno vivido.

Lucky foi lançado em 1999 nos Estados Unidos da América (EUA), mas, de acordo com o prefácio da tradução para a versão brasileira, só fez sucesso quando o segundo livro da autora, *The lovely bones*, de ficção científica, foi publicado nos EUA em 2002. Sebold passou então a ser conhecida e, por conseguinte, seu primeiro livro tornou-se interessante por ser uma obra de caráter autobiográfico.

É preciso salientar que os feminismos norte-americano e brasileiro estão em momentos muito diferentes em termos de contexto histórico. Existia, nas décadas de 1980 e 1990 nos EUA, uma espécie de retrocesso político em relação às conquistas feministas e ao surgimento de um pensamento de direita que condenava as trajetórias de independência das mulheres. Os governos Ronald Reagan e George Bush avançaram em ideias bastante tradicionais e conservadoras. No Brasil, esse é o período da redemocratização e também de um grande conservadorismo político, embora tenham havido algumas medidas para o avanço das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

No entanto, estamos lidando com realidades em duas dimensões: de um lado, o momento em que o livro se passa e é narrado nos EUA e, de outro, quando e onde ele é consumido. Ou seja, é preciso pensar que a narrativa acontece na América do Norte na década de 1980 – conquanto a publicação original seja de 1999 e só tenha sido traduzida em 2003, sendo lido no Brasil, portanto, no século XXI.

Ao pensarmos a literatura como uma maneira de compreendermos o mundo no qual vivemos, ficam explícitas as possibilidades de entendermos os discursos a respeito das desigualdades entre os gêneros por meio das atitudes que os personagens assumem nas tramas. Imagens e percepções são construídas e desconstruídas, naturalizando relações, histórias, atitudes e comportamentos. A constituição dessas narrativas é um tema histórico relevante para a atualidade. Denúncias de estupro demonstram que tais relatos, longe de parecerem “coisa de livro”, são, na verdade, ações da realidade que precisam se tornar visíveis. Dizer “não” é exatamente o que significa a negativa, e não um convite a novas tentativas “amorosas” de conquista e investidas sexuais. Nesse sentido, a literatura que aborda essa temática é denunciadora e presta um papel pedagógico fundamental de literatura informativa de violência, dor, superação, mas, sobretudo, do testemunho de que tais práticas sociais ainda existem e precisam ser coibidas no mundo contemporâneo.

O sucesso de tais livros reside na questão da denúncia, no esforço de superação dos personagens e no caráter autobiográfico das narrativas. Histórias pessoais de relações (des)amorosas. Processos (des)pedagógicos entre mulheres e homens na relação de amar dentro do espaço social e cultural, numa total ruptura do romântico: o estupro é o reverso discursivo do ato amoroso. Mas atribuo ao fato de Sebold conseguir punir o seu agressor a

grande razão de sucesso do seu relato. Ela rompe definitivamente com a estrutura de vitimização, adquire poder sobre o ato que lhe foi impetrado e recupera as forças sobre a situação.

É preciso pensar que essa literatura denunciadora é importante nos séculos XX e XXI, pois é justamente por meio desse processo pedagógico que mulheres e homens aprendem quais são seus limites, espaços sociais, culturais, comportamentos, ações, atitudes, modos de viver, agir, sentir e pensar. Penso aqui a literatura como agente social fundamental e formador das relações entre os gêneros na sociedade. As palavras são, portanto, repletas de valores, experiências, relações, linguagens, subjetividades, sentidos, que se tornam essenciais para a compreensão da historicidade e da dinâmica das relações de gênero e das construções das masculinidades e das feminilidades, expressando suas composições e contradições.

O estupro, tal como representado hoje, não só pelo senso comum como pela legislação e jurisprudência brasileira vigente, desliza porosamente entre a ideia de um ato que deve ser entendido como um crime hediondo contra a pessoa; a ideia de um ato que é crime grave contra os costumes e a ideia de um ato que não é um crime, quando visto como a realização do mais banal e cotidiano dos atos de relações sexuais entre homens e mulheres – o defrontamento da esperada iniciativa masculina com uma das repostas femininas possíveis: “a mulher que diz não para dizer sim” (MACHADO, 1998, p. 233).

O sentido do estupro, que pode ser percebido na cena que abre o relato das memórias do livro, é certamente parte de uma literatura que visa falar da dor e de como as relações de gênero se constroem nas rupturas dos discursos aprendidos sobre poder, desejo, vontades e limites impostos. É um crime. Alice sente que é um crime. Grita e pede ajuda. A noção porosa de que é um crime e ela está sofrendo e de que, no entanto, não há ninguém que possa socorrê-la e que não há nada que ela possa fazer para impedir o ato criminoso faz com que não pareça exatamente um crime e nem um atentado aos costumes. É como se fosse um ato banal de relação sexual que pode acontecer com qualquer mulher. Ela teve a “sorte” de ser a escolhida por aquele rapaz. Poderia ter sido qualquer outra para aquela relação amorosa forçada com alguém que se apodera do corpo alheio. A cena é forte e claramente ela detesta o que acontece, mas a impotência diante do ato e

todo o cenário público tornam a ambiguidade ainda maior e suscitam um imaginário característico, ou de uma violência ou como parte de uma “fraqueza sexual” do homem. Ele não resistiu à necessidade de sua sexualidade masculina natural que era mais forte que sua moral naquele momento. A ideia de tentação e de uma sexualidade impensada está naturalizada dentro do quadro de uma sexologia do masculino, não cabendo à mulher a iniciativa do ato sexual e nem o apoderamento do corpo alheio.

Alice cai aos gritos e ninguém a socorre; pelo contrário, seus gritos corroboram a razão de suas ações: a voz feminina implorando pela interdição do ato sexual apenas instiga o homem a levar adiante o ato em si. É como se ele tivesse o direito sagrado da tomada do corpo feminino. A mulher é tratada como objeto e não como sujeito, pensada sem um pertencimento de si mesma. O próprio xingamento de piranha já tem essa conotação de diminuição social. E ele o repete durante todo o ato do estupro porque isso lhe confere poder sobre a vítima. Ele dá comandos como “Beije-me”, “Tire a roupa”, “Chupe-me”, e nada do que ela diz o demove de suas vontades. Ela está em posição de inferioridade na relação em termos linguísticos, físicos, sociais, sexuais e políticos pensados como poder, pois “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos” (ARENDDT, 1985, p. 28).

É na interpretação desses sentidos dos prazeres não consentidos e tomados à força, nessa violação e violência, que se dão as formas não civilizadas diferenciadas de exploração sexual que se colocam evidentes historicamente e precisam, por diversas razões, ser coibidas. Em outras palavras, há, na raiz de uma sociedade privilegiadamente patriarcalista e androcêntrica, discursos que promovem narrativas permissivas para ações voltadas para potenciais estupradores e vítimas de estupro, mesmo com todas as leis, forças e coibições sociais agindo de maneira contrária. O desejo que se forma será sempre uma fantasia mais intensa que a regulação formal.

O homem civilizado, ao contrário, “aprendeu” a diferenciar o objeto de seu desejo; não servia qualquer uma, ele passou a desejar uma mulher específica. [...] Queria que a mulher que escolhera o desejasse, e se comportava de acordo. Isso – apressome a acrescentar – jamais vinculado à noção de que o que a mulher deseja é ser estuprada. Essa fantasia é notável por sua ausência na que foi, afinal de contas, a época do Marquês de Sade (1740-1814) (TOMASELLI, 1992, p. 22).

O homem que fez isso com Alice não pode ser um homem “normal”. Mas a “normalidade” é algo que está na diferenciação dos padrões colocados subjetivamente como históricos e sociais e legitimados pelos pares. A dominação masculina que garante um lócus de direito privilegiado da manutenção da família e do bom funcionamento da sociedade e que estabelece certa moral dupla, favorecendo estruturas que conferem grandes poderes aos homens sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas, propicia a formação de narrativas discursivas dominantes que são difíceis de quebrar e disseminam sentimentos de posse e controle sobre as mulheres. Mesmo com todas as mudanças decorrentes das leis no século XX, os avanços sociais jurídicos não são suficientes para acompanhar os desejos que se colocam por séculos de dominação e padrões estabelecidos como formas ideais.

As pessoas pensam que mulher para de lutar quando fica fisicamente exausta, mas eu estava prestes a começar minha verdadeira luta, uma luta de palavras, de mentiras, uma luta cerebral. Quando as pessoas falam sobre escalar uma montanha ou atravessar águas bravias, elas falam em comunhão, dizem que seus corpos se sintonizam tanto com esses elementos que, muitas vezes, quando lhe pedem para explicar como fizeram aquilo, elas não conseguem explicar totalmente.

Dentro do túnel, onde garrafas de cerveja quebradas, folhas velhas e outras coisas ainda indistintas coalhavam o chão, eu entrei em comunhão com aquele homem. Ele tinha minha vida em suas mãos. Tolo é quem diz que prefere lutar até morrer a ser estuprado. Eu preferia ser estuprada mil vezes. Você faz o que precisa fazer (SEBOLD, 2003, p. 18).

É puro transbordamento da desigualdade dos gêneros na violência sexual. A vida vale mais que a violação. Ser estuprada é preferível à morte e com isso a submissão se impõe a todo o resto. Alice fará o que ele quiser e o jogo de forças se coloca inteiro no esvaziamento do fascínio das necessidades das fantasias sexuais do gênero masculino. A vítima, que já tinha tido uma luta física tentando fugir do agressor e sofrera murros, joelhadas e chutes, agora era obrigada a se submeter aos desejos masculinos.

Alice tenta convencê-lo com palavras de que ele não deveria agir daquela forma. Diz ao homem que é virgem. Ele não acredita. Ela, trêmula,

não consegue tirar a roupa. Ele ordena que ela o beije. Ele a manda calar a boca. Blusa e sutiã são retirados e ele agarra os seios dela. Ela é obrigada a deitar no chão. A calcinha é retirada. Ele manipula o próprio pênis e enfia os dedos na vagina de Alice. Ela repetidamente pede desculpas por ser virgem. Ele se excita. Ele enfia dedos e punho na vagina dela. No caminho que Alice havia passado ocorria uma festa em comemoração ao final do último dia de aula e ela ouve pessoas passando e rindo. Ela grita e o agressor enfia a mão na boca dela. Ela então ouve gritos e ruídos de diversão e incentivos. Não há possibilidades de fuga. Em relação a isso, em outro momento de seu estupro, ela nitidamente ouve mais de uma vez pessoas que notam que algo está ocorrendo por ali e que não se importam em saber o que de fato está acontecendo com ela. Ela se sente duplamente violentada: por aquele indivíduo e pela sociedade que não se importa.

Ouvi mais pessoas passarem no caminho, indo para a festa, mas eu agora estava distante. Ele fez barulhos e meteu com força. Meteu, e meteu, e as pessoas no caminho, as pessoas tão lá longe, vivendo no mundo onde eu havia vivido, já não podiam ser alcançadas por mim.

— Trace ela, é isso aí! – gritou alguém em direção ao túnel. Era o tipo de voz de algum membro de grêmio estudantil que havia me feito sentir que, como aluna da Universidade de Syracuse, eu talvez jamais me encaixasse.

Eles passaram. Eu olhava bem nos olhos dele. Eu estava com ele (SEBOLD, 2003, p. 24).

A experiência de Alice é o abandono no ato criminoso. A narrativa dela é a contação de uma história em que ela sobrevive ao permanecer junto ao seu agressor, pois todas as pessoas que passaram ao seu entorno não se dispuseram a auxiliá-la. O ato do estupro é, sobretudo, uma atitude de abandono social. Nesse sentido, pensar em como a fala de Sebold descortina as atitudes históricas dos valores que estão incutidos na micronarrativa dessa cena pode descortinar alguns argumentos de poder e dominação das relações desiguais entre os gêneros que permeiam o mundo contemporâneo. É crescente a necessidade de uma literatura que fale e visibilize as experiências femininas pensadas como frequentes, repletas de significados em suas experiências individuais, e que coletivamente formam processos complexos para compreender as ambiguidades discursivas que compõem

as estruturas políticas da realidade social da violência contra as mulheres. O livro é uma denúncia, um relato histórico e uma fonte de pesquisa; possui uma espécie de construção textual e contextual passível de análise como parte da experiência de uma época. São silêncios e falas culturais de acontecimentos que caracterizam e marcam o mundo.

“— Você é tão forte, você é tão homem, obrigada, obrigada, eu queria isso” (SEBOLD, 2003, p. 24). Então ele termina, goza, cai sobre Alice e dorme. Ela jaz desesperada no chão embaixo de seu agressor. E quando ele desperta há o início de um novo momento abusivo e violador. Alice considera que ele teve remorso, pois ele chora e se desculpa. Mas ao mesmo tempo ele a chama de piranha e se preocupa se ela irá ter um filho da relação. Há uma comoção vergonhosa ao entender que houve uma testemunha de seu ato hediondo: a vítima que está ali viva e que pode comprovar o que ele fez. Ele não se envergonha do estupro, mas da possibilidade de se tornarem públicas as suas ações, como, por exemplo, a gravidez que pode vir a se tornar um fato concreto do acontecido.

Olhou para mim, não sabia quem eu era. Então seu remorso começou.

— Eu sinto muito – disse ele. – Você é uma menina legal – disse ele. – Eu sinto muito.

— Posso me vestir?

Ele se afastou e ficou em pé, levantou as calças, subiu o zíper.

— Claro, claro. – disse ele. – Vou ajudar você. [...]

— Você vai ter um filho, piranha – disse ele. – O que vai fazer com isso?

Percebi que aquilo poderia ser um motivo para ele me matar.

Qualquer prova. Menti para ele. [...]

— Venha aqui – disse ele. – Me dê um beijo de despedida. – Para ele aquilo era um encontro. Para mim estava tudo acontecendo outra vez.

Eu o beijei. Eu alguma vez disse que tinha livre-arbítrio? Vocês ainda acreditam nisso?

Ele tornou a se desculpar. Dessa vez, chorou.

— Eu sinto muito – disse ele. – Você é uma menina tão legal, uma menina legal, como você disse.

Fiquei chocada com suas lágrimas, mas, àquela altura, isso era apenas mais um detalhe horrível que eu não conseguia entender. Para que ele não me machucasse mais, eu precisava dizer a coisa certa.

— Está tudo bem – disse eu. – Sério.

— Não – disse ele –, o que eu fiz não está certo. Você é uma menina legal. Não estava mentindo para mim. Sinto muito pelo que eu fiz.

Eu sempre odiava isso nos filmes e peças de teatro: a mulher que é rasgada pela violência, e depois lhe pedem para distribuir redenção pelo resto da vida.

— Eu perdoo você – falei. Eu disse o que tinha que dizer. Eu morreria aos poucos para escapar da verdadeira morte.

(SEBOLD, 2003, p. 24-25)

De acordo com Machado (1998), é a ideia de ser estigmatizado como estuprador que remete assombro aos estupradores e lhes causa vergonha, não o estupro. Se assim não o fosse, o estuprador de *Sorte* não faria no meio da fala, reiteradamente, o xingamento de piranha, desqualificando Alice quando se preocupa se ela pode lhe gerar um filho. É o medo de ser pego, preso e o fato de que ela é a pessoa que pode denunciá-lo que geram a comoção, pois ele entende que ultrapassou as linhas morais da sociedade e rompeu as estruturais e os mecanismos de controle sociais. Após esse arrependimento, ele leva o dinheiro que ela tem na carteira e pede que se cuide. Quando ele se afasta, ainda se vira e pergunta o nome dela. O beijo que ele pede que ela lhe dê reitera a noção de apoderamento do corpo alheio e de realização da virilidade. Parece que era um encontro e não um ato criminoso. Ou seja, é o ato de apoderamento sexual de reafirmação do poder masculino sobre o gênero feminino.

Nesse sentido, a violência de gênero expressa no estupro acontece tanto durante toda a cena quanto no momento posterior, em que Alice é obrigada a perdoar seu agressor para que ele se convença de que está tudo bem e vá embora. Ela é rasgada de maneira simbólica, verbal e fisicamente.

É necessário avaliar as questões que levam a narrativa a ser escrita no feminino. Heleieth Saffioti (2001) aponta que é inusitado, mas não impossível, que mulheres possam ser as causadoras de violência de gênero. No entanto, as mulheres, enquanto categoria social, não possuem uma organização de dominação e exploração dos homens dentro de uma ideologia de gênero, tal como existe no reverso social em que se percebe um processo de sujeição dessas duas dimensões do masculino sobre o feminino em nossa sociedade. A violência impregna todos os espaços das categorias sociais e

culturais fornecendo os arcabouços cognitivos e esquemas culturais que determinam as lentes das relações entre os gêneros. Assim se perpetuam as desigualdades. O livro de Sebold começa com um estupro, todavia o fator de seu enorme sucesso é justamente a saga em busca de justiça. É a necessidade de superação e a reação contra o agressor.

Dessa maneira, a rigor, não é fácil para a mulher romper com todas as estruturas que aparentemente lhe dão espaço de defesa, mas que de fato pedem a todo momento que ela se cale e desista. A história do estupro de Alice demonstra o poder que um homem possui sobre uma mulher em um espaço público e como ele pode controlar o corpo dela por muito tempo sem que ninguém a socorra. É o relato do abandono ao mesmo tempo que é a denúncia que visibiliza e quebra com esse silêncio. É a fala necessária em tempos de luta contra a violência revelando um ato profundamente violento.

A violência contra a mulher é reconhecida em muitos países como um problema social e tem sido alvo de políticas públicas, legislações e ações de organizações não governamentais, com o objetivo de coibi-la e proteger suas vítimas. Tratados e convenções internacionais, formulados a partir de meados dos anos 1970, têm procurado sensibilizar um número cada vez maior de governos e sociedades, visando ampliar adesão a essa causa (LAGE; NADER, 2012, p. 286).

A experiência de Alice Sebold compreende a importância de um sujeito que, por meio de palavras, constrói uma série de significados e categorias de análise sobre a violência contra a mulher que são passíveis de estudo nas relações entre os gêneros. É uma escrita que possui uma linguagem plena de significados subjetivos e permite olhares sobre o estupro dentro de uma perspectiva da vítima. Mas as “sortes”, às quais ela ficará sujeita até conseguir justiça e fazer com que seu agressor seja preso, fazem parte de toda uma estrutura social que também se coaduna com a ideologia patriarcal. Ela se defrontará com seu agressor em diversos momentos após o estupro e, até conseguir que ele seja preso, a certeza da impunidade fará com que inclusive a cumprimente e sorria para ela em um determinado momento de seu relato.

“Vou matar você, piranha. Cale a boca. Cale a boca. Cale a boca.”

A maior preocupação de Alice nos momentos após o estupro era contar ou esconder de sua família. O temor de que isso poderia afetar mais sua mãe do que a ela mesma convencia Alice de que deveria a todo custo esconder o ocorrido. Se ela sobreviveu ao ataque, deveria conviver com isso sozinha. Sua mãe era sensível e sofria de ataques de pânico. Alice tinha certeza de que a notícia do estupro a destruiria. Uma inversão clara de papéis e preocupações acontece na narrativa.

Alice tinha noção de que nenhum banho poderia apagar as marcas do que havia acontecido. A impureza da violência havia maculado seu corpo de maneira indelével. Mesmo assim, sua atitude é tentar se esfregar ao máximo e com força para arrancar do corpo tudo que se relacionasse àquela noite de terror. A água, pensada como elemento purificador, tenta limpar o ato hediondo cometido.

A impureza do ato do estupro se inscreve no corpo e na intimidade da subjetividade. Lavando e lavando, obsessivamente e esfregando a bucha até na língua, o esforço impossível era de lavar a “alma”. [...] Considera-se que a água podia infiltrar pelas sensíveis suscetíveis de todos os males (MACHADO, 2000, p. 5).

A cena do estupro se prolonga. Findo o ato, ela se perpetua em suas consequências. Alice agora terá de lidar com todos ao seu redor e descobre que, afinal, ninguém sabe o que fazer com uma vítima de estupro. Todos se sentem constrangidos demais, impotentes ou mesmo raivosos com a sua presença. Ela tem de lidar com a família e os amigos, pois o semestre acabou e ela retorna para casa. Há a necessidade de um silenciamento sobre o ato que paira no ar.

— Sua mãe e eu estamos fazendo o melhor que podemos – disse meu pai. — Simplesmente não sabemos o que o fazer.

— Vocês poderiam pronunciar a palavra, para começar – disse eu, agora calma, com o rosto vermelho de tanto gritar, mas novamente com os olhos se enchendo de lágrimas.

— Que palavra?

— Estupro, pai – falei. — Estupro. O motivo pelo qual as

pessoas me encaram, o motivo pelo qual você não sabe como agir, pelo qual essas velhas senhoras estão vindo aqui e mamãe está surtada, pelo qual Jonathan Gulick me olhou como uma aberração. Entendeu? (SEBOLD, 2003, p. 89)

A notícia de seu estupro acaba se espalhando e Alice conhece a mãe de um amigo chamado Tom que também foi estuprada há muitos anos. Nesse instante, ela entende a necessidade de poder falar sobre a sua história e a existência de outras vítimas no mundo, que só se manifestam quando se sentem identificadas de alguma maneira com a história de vida de alguém. Isso apenas reforça a decisão de buscar justiça e processar seu agressor. Ela será julgada, assim como suas roupas, seu comportamento, suas atitudes e seus valores. Há uma inversão de códigos nos processos de estupro. E isso fica claro na narrativa de seu relato. Ela precisa provar que era inocente e que ele era o culpado. Nesse sentido, existe um desdobramento do estupro que deve ser analisado: a violência simbólica que ele acarreta socialmente para a vítima. Ela é julgada aos olhos da sociedade e precisa reiteradamente provar sua inocência e comprovadamente demonstrar que não foi ela quem provocou o estupro. O incômodo gerado com a sua fala é justamente no sentido de levantar e sustentar um discurso que rompe com a ordem androcêntrica, que coloca o homem como aquele que pode dispor do corpo feminino e que o denuncia como infrator. As acusações recaem sobre as mulheres na ordem do discurso que tende a favorecer o masculino e afirmar que o estupro é um descuido ou uma tentação momentânea das regras do jogo entre os gêneros.

O próprio pai de Alice desconfia da filha. Em um determinado momento do relato, quando fica sabendo que o agressor perdera a faca no meio da luta, ele aborda a filha e questiona como ela não tentou fugir já que o estuprador não estava mais armado.

Subimos para o quarto da minha mãe. Fiz ele se sentar no sofá e sentei-me na sua frente, na cadeira da escrivaninha da minha mãe.

— Eu não vou atacar você, pai – disse eu. – Quero que você me diga por que não está entendendo, e vou tentar te explicar.

— Não sei por que você não tentou fugir – disse ele.

— Eu tentei.

— Mas como ele pode ter estuprado você a não ser que você tenha deixado?

— Isso é a mesma coisa que dizer que eu quis ser estuprada.
— Mas ele não estava com a faca no túnel.
— Pai – disse eu –, pense nisso. Não seria impossível me estuprar e me espancar segurando uma faca o tempo inteiro? Ele pensou por alguns instantes, depois pareceu concordar.
— Então, para a maioria das mulheres que é estuprada – disse eu –, mesmo que no começo exista uma arma, quando o estupro está acontecendo a arma não está ali na cara dela. Ele me dominou, pai. Ele me espancou. Eu não poderia querer uma coisa assim, é impossível (SEBOLD, 2003, p. 77-78).

Alice continua dizendo que não entende como pôde ter sido tão paciente, mas que precisava desesperadamente que seu pai a entendesse, e como ele poderia pensar e ter uma ignorância dessas sobre esse assunto tão delicado e traumático de sua história. Como algum homem poderia entendê-la se o seu pai tinha essa imagem dela?

No entanto, esse choque de ter que falar e explicar o que aconteceu e se deparar com a desconfiança sobre suas próprias atitudes foi uma constante na narrativa desse seu episódio de vida. Ela tem que, reiteradamente, comprovar que houve um domínio, uma exploração e que não houve de sua parte nenhuma vontade de participar do ato. A ameaça, a coação e a força que ela sofreu lhe impingiram danos físicos, psicológicos e morais que atingiram sua integridade e sua subjetividade. Ela se tornou outra pessoa depois do ocorrido.

As relações entre os gêneros na cena de estupro relatada mostram claramente o domínio patriarcal legitimado socialmente, que fere diretamente milhares de mulheres, fazendo parte do aprendizado da virilidade. Alice Sebold certamente foi uma das vítimas afetadas em seu sentimento de segurança e autoconfiança, mas ela conta que sua paixão pelas palavras a faz regressar à Universidade de Syracuse. Lá, é questionada por algumas pessoas por ter retornado ao local do ocorrido – inclusive por uma de suas amigas –, como se ela não tivesse mais direito de voltar e de alguma forma fosse culpada pelos acontecimentos, como se ela tivesse feito algo de errado.

Por ter retomado seus estudos na faculdade, por “sorte” Alice acaba encontrando seu agressor e consegue prendê-lo. Mas, antes disso, ela o odeia. Ela o odeia muito. E escreve isso em um poema, intitula-o de “Condenação” e o expõe nas aulas de Tess Gallagher. O texto transborda nojo, raiva e indignação. Tudo o que uma boa moça de família não deveria sentir. Mas

ela sente. Incentivada pela professora, ela lê em sala de aula. Alice é reprimida por uma aluna, Maria Flores, que não entende como uma pessoa tão bonita pode ter tanto ódio, vingança e desejo de matar. Vigarello (2006) afirma que atualmente a mulher deve buscar uma beleza que resida em um bem-estar individual e em uma sensibilidade de expectativas pessoais que acalme as tensões. Alice não corresponde a essa expectativa de beleza. Ela sente ódio e é bela fisicamente, uma contradição em termos da harmonia que a sociedade espera dela. Além disso, desde o início do livro Alice questiona a sua beleza. Ela se sente gorda e pouco bela. Depois do estupro, então, ela sente que seu corpo é feio e duvida constantemente tanto de que seja bonita quanto de que algum rapaz vá voltar a querê-la. Autoestima era algo que Alice estava incapaz de nutrir, tamanha a sua comoção com a necessidade de expurgar o horror vivenciado naquele túnel no verão de 1981. Maria Flores sente pena de Alice e esta sente raiva da situação. Por que essa moça não entende seus sentimentos?

Cenas mais tarde, Maria Flores tenta se suicidar e Alice descobre que ela fora vítima de estupro por anos quando pequena e que seu poema mexera profundamente com a colega.

Eis o poema:

Se eles te pegassem
por tempo suficiente
para eu ver esse rosto de novo
talvez eu soubesse
o seu nome

Eu poderia parar de te chamar de “estuprador”,
e começar a te chamar de John, de Luke ou Paul.
Quero tornar meu ódio grande e inteiro.

Se eles te encontrassem, eu poderia pegar
Essas sólidas bolas vermelhas e fatiá-las
separadamente, na frente de todo mundo.
Eu já planejei o que faria
para uma morte prazerosa, um fim lento, suave.

Primeiro,
eu te chutaria com força com uma bota, certa,
e olharia enquanto de você jorrassem, velozes e soltos,

conteúdos de um rosa sanguíneo.
Depois, eu cortaria sua língua,
Você não poderia xingar, nem gritar.
Só um rosto de dor falaria
por você, penetrando sua ignorância.
Em terceiro lugar,
e se eu cortasse fora esses doces
olhos bovinos com os cacos de vidro sobre os quais você
me fez deitar? Ou será que eu deveria usar uma arma,
e atirar bem junto ao joelho; onde dizem
que as rótulas explodem no mesmo instante?

Posso ver você agora,
Dedos espantando o sono,
Desses cegos olhos vivos, enquanto eu acordo afrita.
Preciso do sangue do seu couro
nas minhas mãos. Quero te matar
com botas e armas e vidro.
Quero te foder com facas.

Vem para mim, vem para mim,
Vem morrer e deitar junto de mim.
(SEBOLD, 2003, p. 122-123)

Não há chance de redenção para o rapaz. Alice sabe e sente que o que ele fez é um crime e que ele deve pagar pelo que fez. Mas ninguém quer ver uma boa moça de família falando palavrões e dizendo palavras agressivas. O choque de seu poema é maior que a agressão que ela sofreu. “Cale a boca, Alice Sebold. Pare de falar sobre o seu estupro. Pare de incomodar os outros com a sua história” (SEBOLD, 2003, p. 22). A invisibilização do fato é o caminho mais curto para o imediato esquecimento social do ato. As histórias precisam ser contadas para que existam. A poesia foi o primeiro caminho para libertar Alice das amarras do silêncio que a recobriam e de todo o preconceito que ela sofreu por ter sido estuprada. Ela se aventura a falar de seu corpo em posição de poder e retoma-o como sujeito chutando seu agressor, sentindo ódio dele, cortando sua língua com a mesma arma que a ameaçou. Ela usa o vidro que a cortou e os chutes que ele lhe deu. Tudo é autorreferenciado, mas no poema ela detém o controle. Os olhos dele são bovinos como se tivessem nenhuma expressão. Ela quer tirar dele qualquer vestígio de força. Em seu

poema ele não tem nenhum poder. Ela quer a morte de seu agressor; quer, sobretudo, expurgar o que lhe aconteceu e gritar as palavras publicamente. Por isso escolhe uma aula de poesia na universidade. É o público que a atrai, pois ao falar com os outros ela estava falando com ele. O poema ganha relevância, ganha uma linguagem que se aventura no rompimento do lugar de submissão da mulher e na busca por outro mundo que a caracteriza como uma prática singular no espaço da cultura. É uma forma de ler o mundo e de falar dele e, principalmente, de não se calar.

Uma semana depois da leitura desse poema, no dia 5 de outubro, acontece um evento que a deixa completamente fora dos eixos. Ela se vê cara a cara com seu estuprador. Ela finalmente descobre que seu nome é Gregory Madison. A grande questão é que ele a vê e a cumprimenta. Ele está à solta no *campus*, mas ela consegue correr, chamar a polícia e prendê-lo.

Então, como que saído do nada, vi meu estuprador atravessando a rua na minha direção. Ele cruzou a rua na diagonal vindo do outro lado. Eu não parei de andar. Nem gritei.

Ele sorria ao se aproximar. Reconheceu-me. Para ele, aquilo era um passeio no parque; ele havia encontrado um conhecido na rua.

Eu o conhecia, mas não conseguia me fazer falar. Precisei de toda minha energia para me concentrar na convicção de que eu não estava novamente sob seu controle.

— Ei, menina – disse ele. – Eu não conheço você de algum lugar? – Ele sorriu para mim com ironia, lembrando-se.

Não reagi. Olhei bem nos seus olhos. Eu sabia que o seu rosto era o rosto que estivera em cima de mim no túnel. Sabia que eu havia beijado aqueles lábios, encarado aqueles olhos, sentido o cheiro de frutas amassadas da sua pele.

Eu sentia medo demais para gritar. Havia um policial atrás de mim, mas eu não conseguia gritar: “Esse é o homem que me estuprou!” Isso acontece nos filmes. Pus um pé na frente do outro. Ouvi-o rindo atrás de mim. Mas continuei andando.

Ele não tinha medo. Já fazia quase seis meses, desde a última vez em que nos havíamos visto. Seis meses, desde que eu estivera deitada debaixo dele em um túnel sobre um leito de vidro quebrado. Ele ria porque havia escapado, porque já havia estuprado antes de mim, e porque tornaria a estuprar. Para ele, o meu desnorreamento era um prazer. Ele estava andando pelas ruas, impune.

Virei a esquina no final do quarteirão. Por cima do meu ombro, vi-o se aproximar do policial ruivo. Ele estava tão despreocupado, tão certo de sua segurança, que se sentia à vontade o bastante, logo depois de me ver, para provocar um policial (SEBOLD, 2003, p. 127-128).

De acordo com Machado (2000), é preciso que haja uma espécie de instauração de discurso que designe claramente o outro como estuprador para que este se entenda no imaginário modelar como alguém que realizou algo que não foi apenas um ato sexual, pois os homens estão acostumados a se apoderar dos corpos do outro coletivamente. Não há, portanto, uma impureza moral instalada. A noção de que existe um transformismo dos sentidos culturais em torno da noção de estupro, que desliza entre crime hediondo e o mais banal ato sexual no imaginário sexual dos homens, é um dos sentidos que Machado trabalha em seus artigos, e é também o que parece orientar a cena de Gregory e Alice, uma vez que ele a cumprimenta e sorri como se estivesse falando com uma mulher com quem teve um encontro anterior e não contra quem havia cometido um crime previsto em lei. O próprio beijo que ele pede a ela no final do estupro é bem revelador de como ele pensa em um ato sexual. Ele está no controle, é certo, mas ele quer dela uma demonstração de prazer no ato.

Alice inverte as regras do jogo ao vencer o medo e procurar ajuda policial. Embora momentaneamente se cale em vista da surpresa, do choque e do horror que a tomaram ao se deparar com seu agressor, ela corre em busca de ajuda naquele mesmo dia e consegue descrever com detalhes o homem que a estuprou para a polícia, que horas depois o prende. Sua capacidade de não se calar diante de um ato tão brutal e sua coragem de seguir adiante foram determinantes naquele momento. Enfim, ela deu um nome para seu agressor e começou mais uma etapa em sua história. Seu estupro teve um ato, desvelado em várias cenas: a agressão, as tentativas de fala, a prisão, o julgamento, a condenação, a superação. Alice foi uma mulher que pôde viver todas essas etapas, e também por isso seu livro faz tanto sucesso, já que no Brasil existem muitas mulheres como ela, que não podem vencer a “sorte” de terem seus agressores presos e condenados. Ler é uma maneira de estar na história alheia e por meio dela se realizar, experienciar o que o outro que está narrando vivenciou. E essa é uma história de sortes em uma experiência brutal de estupro.

O julgamento durou vários meses. Havia as circunstâncias centrais, o estupro em si e as circunstâncias periféricas, ou seja, aquelas que julgavam o comportamento da própria Alice Sebold: onde ela estava? Que roupas ela estava vestindo? Ela havia bebido? Ela tinha algum tipo de envolvimento com a polícia, ou seja, que tipo de pessoa era ela? Era sexualmente ativa ou não? Em outras palavras, questionava-se se ela era uma “moça decente de família” ou se ela *mereceu* o estupro. Estamos falando de um julgamento do final do século XX em um país ocidental desenvolvido. Os parâmetros não são tão diferentes aqui no Brasil.

O conceito de estupro atualmente presente no imaginário dos agentes jurídicos deve ser considerado como a principal referência para esta desconfiança da palavra da vítima. É considerado estupro o ato violento, praticado de preferência por um desconhecido agressivo e perverso contra uma mulher “inocente”. O não-consentimento deve ser claro. Serão somente as marcas de violência extremas que podem comprovar sem sombra de dúvidas o não-consentimento da mulher. Se não há grave violência, não há estupro: ou a mulher é vítima e seu comportamento ou as marcas de agressão comprovam sua passividade, ou a mulher é cúmplice de sua própria denúncia (COULOURIS, 2004, p. 6).

Daniella Coulouris mostra que, embora haja mudanças no sistema jurídico brasileiro, ainda existe resistência na aceitação de denúncias de estupro nos casos em que o agressor não se enquadra em determinado estereótipo e é um cidadão educado que tem um futuro pela frente, ou seja, um “cidadão de bem”. Cabe à mulher provar a verdade de suas acusações nesse caso, uma vez que há resistência dos agentes legais em aceitar as denúncias do crime.

A construção da verdade nos casos de estupro é, portanto, composta por todos esses pequenos elementos que transbordam o ato em si. O valor do corpo de uma mulher valerá o quanto ela se preservou no momento em que ela for julgada com o homem que a forçou a fazer sexo. O ato do estupro julga não apenas o homem e seu poder, mas as micropolíticas que podem determinar se um estuprador deverá cumprir pena ou se ele se apoderou de um corpo que nada valia e, por conta disso, poderia ser apropriado. São as figuras do imaginário da sexualidade que estão em jogo no tribunal, bem

como a ideia das diferenças entre sedução, sexualidade e interdito. Se a mulher não se ofereceu, ela não é vadia e nem prostituta (mulheres que os homens no imaginário podem tomar e usar sem nenhum resquício de remorso); se de nenhuma maneira – pelo seu comportamento ilibado e completamente virginal e comprovadamente puro – ela seduziu, se o homem é quem fez o investimento, se ele a tomou pela força total e deixou marcas violentas visíveis de seu apoderamento, aí sim é inegável que houve o crime.

Alice foi ao tribunal, depôs contra seu agressor, viu suas roupas, seu comportamento, sua advogada que estava grávida, e enfrentou todas as barreiras que lhe foram impostas. Madison foi considerado culpado e não ficou solto entre a condenação e a sentença, sendo reconduzido para a prisão.

No dia 2 de junho, recebi uma carta do departamento de sursis do Condado de Onondaga. Eles escreviam para me informar que estavam conduzindo “uma investigação pré-sentença sobre um jovem recentemente considerado culpado após um julgamento de Estupro, Atentado Violento ao Pudor e outras acusações correlatas. Essas acusações”, afirmava a carta, “provêm de um incidente no qual a senhorita foi a vítima.” Eles escreviam para saber se eu tinha alguma contribuição a dar quanto à recomendação de sentença (SEBOLD, 2003, p. 238).

Alice tem recomendações a dar e escreve de volta pedindo sentença máxima permitida pela lei para seu agressor. Ela não se cala. Dessa maneira, Sebold continua sua luta em busca de justiça, mais do que a vingança que ela quer em seu poema. No dia 13 de julho de 1982, Gregory Madison recebe “a pena máxima para estupro e atentado violento ao pudor: de oito anos e quatro meses a vinte e cinco anos” (SEBOLD, 2003, p. 238).

Ela não quer ser definida como a pessoa que foi estuprada. A partir de então ela passa a narrar a tentativa de superação do trauma de seu estupro, e sua experiência de uma vida que esbarra em outras vítimas desse mesmo tipo de trauma. Seu relato é pujante e extremamente provocador. Ela mergulha no uso de drogas, mas não se cala, e o fato de ter conseguido escrever e tornar esse livro um sucesso mostra como ela foi uma mulher de sorte em meio a tantas mulheres que sofreram esse tipo de abuso. Alice Sebold é uma mulher corajosa e vencedora e torna crível para outras mulheres a possibilidade de a vitória sobrepujar o horror.

O estupro que aconteceu no verão de 1981 no túnel do anfiteatro de Westcott Street, Universidade de Syracuse, próximo ao alojamento da Walerly Avenue, é uma experiência única na vida de Alice Sebold. Só ela consegue exprimir em sensações e palavras o que lhe ocorreu. O estupro pode ter outra versão dos fatos e atos, mas os sentidos de seu estupro são únicos e ficaram marcados em sua memória e em sua história como parte de sua vida, em um processo que lhe confere uma linguagem própria de efeitos e percepções sobre si e a respeito do mundo, em um processo cujo relato mostra como ela enfrentou essa situação. O estupro não é apenas o ato em si, mas tudo o que a mulher sofre desde o momento em que o homem lhe força a ter o sexo, por meio de ato violento, passando pelo que ela sofre no entorno, até o que ocorre posteriormente ao fato, pois ela tem que provar sua pureza e passar pela situação de se ver sendo julgada por todos a quem ela conta ter sofrido o ato carnal de violência.

A dificuldade de tratar de tal tema em comunidade decorre do preconceito que está arraigado em nossa sociedade, de maneira que a mulher se sente julgada, violada, forçada a silenciar-se mesmo quando ela é a vítima. Historiar e analisar um estupro não é apenas pensar nos sentidos de uma cena da violência do ato sexual em si, mas do que decorre nos fatos posteriores e nas falas dos personagens que vão sendo postas nos entremeios da história.

É claro que é preciso levar em consideração que a história é o relato da vítima e, portanto, é uma das perspectivas. Mas a intensa violência sexual dos dias atuais e o crescimento dos atos de abuso sexual intensificam a necessidade de falas que tornem visíveis politicamente as discussões positivas sobre esses assuntos.

O livro *Sorte – um caso de estupro* é um grande sucesso de vendas e cumpre esse papel de tornar público o debate sobre a experiência individual de uma mulher que sofreu estupro e não se conforma até ver seu agressor preso. A literatura é o universo possível da verdade do mundo e dos discursos a respeito das desigualdades de gênero por meio da não aceitação dos lugares estabelecidos para as relações entre os gêneros. Os comportamentos e os poderes são invertidos na denúncia e na construção da narrativa denunciadora, que aos poucos vai tomando para si o controle da situação e desnaturalizando os lugares da mulher e do homem no jogo de poder dos gêneros.

Dessa maneira, a literatura é uma fonte de poder que presta um grande papel pedagógico para o mundo contemporâneo ao denunciar histórias de superação e possibilidades de enfrentamento da violência. É preciso que haja coragem para que as palavras sejam escritas e denunciadas. As feminilidades e masculinidades são construções sociais, culturais e históricas e, portanto, realizadas no mundo por meio de práticas, ações, sentidos e linguagens. As dinâmicas estão dadas também na literatura e, como tal, elas são fundamentais para a compreensão de uma sociedade mais igualitária e justa.

Na narrativa em questão, a denúncia do estupro vai lentamente corroendo o espaço dos sentidos do transformismo que tira o estupro do lugar de um ato banal de sexo e o posiciona como um crime, obrigando o agressor a assumir a ação criminosa. Não há mais espaço para nenhum imaginário de sexualidade porosa em que os homens dominam as mulheres e elas não resistem à sua masculinidade. O estuprador é preso e obrigado a assumir que cometeu um crime. Alice o força a sair da inércia de apenas mais um ato banal de encontro sexual. Ela o obriga a enfrentar o que ele fez. Ele não pode mais encontrar suas vítimas na rua e cumprimentá-las tal como agiu com ela. Gregory Madison tem que olhar para suas atitudes e ver que o que faz com as mulheres é um ato de violência, é algo errado. É crime.

O relato literário permite que a(o) leitora(leitor) vivencie o modo como a autora conseguiu vencer a dor, a humilhação, o silêncio, a tragédia, as marcas de sua história, sem se calar diante de um sistema que a todo o tempo pedia que ela não denunciasse e, depois, nem fosse adiante com sua queixa. É, de várias maneiras, um incentivo para as mulheres que sofrem esse tipo de violência no cotidiano e têm acesso a essa literatura. Alice Sebold consegue mostrar que ela sofreu um crime e não foi de maneira alguma condizente com o ato sexual. Ela foi forçada a fazer sexo com um homem no meio da rua sem seu consentimento.

Nesse sentido, o livro, embora seja um romance ficcional, se coloca como relato vivenciado tanto como uma representação discursiva da experiência da autora quanto como testemunho subjetivo da sua narrativa. “Ele mereceu pagar pelo que fez” passa a ser um elo entre leitores e autora, que leem e escrevem histórias vividas de experiências interligadas pela possibilidade de produzirem ativamente o conhecimento acerca dos múltiplos significados que o objeto da leitura provoca. É um fenômeno objetivo e subjetivo e funciona como um provocador de criação de discursos e falas

que são expostos e se tornam autorizados no momento em que não são mais excluídos e sim agregados às denúncias sociais. É dessas histórias de questionamento que estão excluídos e de discursos que precisam ser historicizados e, principalmente, visibilizados que tratam a análise e a experiência do estupro de Alice Sebold, em uma reflexão crítica sobre como o processo de violência está inserido nos meandros da sociedade em falas consumidas e autorizadas, durante todo o relato de seu estupro.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: EdUnB, 1985.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014: Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher**. Brasília: SPM-PR; CCBB, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

COULOURIS, Daniella Georges. Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, 17., 2004, Campinas. **Anais...** Campinas: Anpuh; Unicamp, 2004. 1 CD-ROM.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 231-273, 1998. Dossiê Brasa 97 (I).

MACHADO, Lia Zanotta. **Sexo, estupro e purificação**. Brasília: DAN/UnB, 2000. p. 1-38. Série Antropologia. Disponível em: <<http://dan.unb.br/images/doc/Serie286empdf.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001.

SCOTT, Joan. Experiência. **La Ventana**, n. 13, p. 42-73, 2001. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SEBOLD, ALICE. **Sorte** – um caso de estupro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

TOMASELLI, Sylvana; PORTER, ROY (Org.). **Estupro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**: o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

A violência contra a mulher no Brasil. Mulheres brancas, negras e índias

Ana Maria Colling

De norte a sul, de leste a oeste, do barraco ao castelo, a violência contra a mulher tem assombrado a todos. Apesar das leis igualitárias, essa carga mundial insiste em permanecer. Parece que fazem parte da paisagem natural homens assassinando suas ex-mulheres, ex-noivas, ex-namoradas, ex-companheiras, ex-amantes que se negaram a continuar os relacionamentos. Homens que matam mães na frente dos filhos, quando não matam inclusive os filhos, em ato posterior. Mulheres machucadas, queimadas, violentadas dando parte em delegacias de mulheres. Ou se calando por variados motivos. Violências simbólicas que não são representadas em atos físicos, mas que machucam tanto quanto, são também atos do cotidiano.

Algumas frentes de luta devem ser imediatas no combate à violência contra as mulheres. Penso que a naturalização com que a sociedade encara a violência deva ser uma das primeiras preocupações. Por ser educadora, privilegio a escola como um lugar de possibilidades de mudanças no campo dos preconceitos em relação ao outro que está aí. No entanto, devo reconhecer que a escola, lugar de permanências, de construção de estereótipos, mas que poderia ser um espaço de liberdade e de construção de relações igualitárias, passa por uma crise profunda que a impede de criar, de sugerir e de aceitar as diferenças.

Neste texto, pretendo analisar as raízes históricas da violência contra as mulheres para entender sua permanência e a naturalização com que a socie-

dade percebe esses fatos¹. Com tantas rupturas no campo das relações entre homens e mulheres – relações de poder, bem sabemos –, a radical desigualdade entre os sexos, que é a violência de uns sobre outras, teima em permanecer. Falamos em violência contra as mulheres como se todas as mulheres fossem iguais e sofressem o mesmo tipo no mesmo grau de violência. Jacques Lacan já dizia que “A mulher não existe” (apud COLLING, 2000, p. 78), numa tentativa de retirar a essencialização do feminino. Assim, tratar apenas de “mulheres”, no caso específico da violência que abordo neste texto, é reduzir a análise, pois, devido a questões históricas, mulheres índias e mulheres negras, por exemplo, embora pertençam todas ao sexo feminino, sofrem em grau diferenciado os atos de desrespeito aos seus corpos e suas mentes.

A origem da naturalização

A violência contra a mulher é uma chaga mundial de difícil solução porque a sua naturalidade está incrustada nas mentalidades, na cultura. Apesar da criação de leis igualitárias, como a Constituição de 1988, o novo Código Civil e a Lei Maria da Penha, a radical desigualdade entre homens e mulheres teima em permanecer. Essas leis são fundamentais, não há dúvida, assim como outros dispositivos e discursos para a mudança comportamental, mas sozinhas elas são letra morta. Prova disso é o relatório da Organização Mundial da Saúde que aponta que uma em cada três mulheres é vítima de violência no mundo. O estudo mostra que as mulheres sofrem violência em número muito maior dentro de casa do que no mundo público e demonstra como é importante dar destaque ao problema da violência doméstica em nível mundial e encará-la como uma questão primordial de saúde pública.

A história da violência contra a mulher no Brasil e a sua naturalização têm uma longa história. As proposições implementadas pelas constituições que tratavam a mulher como um quase nada – como as Ordenações Filipinas e o posterior Código Civil de 1916, implementado em 1917, que permitiam castigar a mulher e até assassiná-la – ainda estão muito presen-

1. Este texto prioriza a violência contra as mulheres, porém não nos esqueçamos de que tão cruel quanto a violência praticada contra elas é a violência contra os homossexuais e os transgêneros. Poderia usar a temática da violência de gênero para retratar tod@s, mas, por questões de análise, neste momento, falarei somente de mulheres.

tes na sociedade brasileira porque, pela sua longevidade e pelos diversos discursos legitimadores, se instalaram nas mentes não apenas dos homens como também das mulheres.

Tabu durante milênios, ancorado na sacralidade do lar e no dito popular de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, somente na última década veio à luz a realidade da violência doméstica. Esse silêncio, mais do que milenar, encontrou na dicotomia público/privado sua sustentação. Felizmente cresce a voz da mulher maltratada, espancada, estuprada, espoliada. E cresce a voz de estudiosos sobre o tema, como também cresce o trabalho por parte do movimento de mulheres e de defesa dos direitos humanos no sentido de seu enfrentamento. Mais de 40% dos casos de abuso envolvem lesões corporais graves causadas por socos, tapas, chutes, amarramentos e espancamentos, queimaduras nos seios e na genitália, estrangulamentos e outros tipos de agressão. Pesquisas têm demonstrado que o maior número de vítimas fatais são ex-namoradas, ex-noivas, ex-esposas e ex-amantes que romperam com seus companheiros.

A violência doméstica, que tem aumentado segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um dos delitos mais complexos que a sociedade brasileira enfrenta e um dos maiores desafios ao Estado e ao Direito porque acontece dentro da família, instituição que sempre se caracterizou como a célula fundamental da sociedade e propiciadora de relações saudáveis entre seus membros. É uma situação complexa também porque envolve mitos ainda muito presentes, inclusive entre as próprias mulheres. É exemplar a pesquisa intitulada *Tolerância social à violência contra as mulheres*, realizada em 2013 e publicada em abril de 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que assustou o Brasil. No tocante à questão “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, 42,7% dos respondentes concordaram totalmente e 22,4% concordaram parcialmente (2014, p. 22). Além disso, um alto índice de entrevistados/as declarou que a mulher provoca seus agressores, ou pela vestimenta, ou pelo comportamento (2014, p. 23).

Entretanto, afinal, qual é a origem, a matriz desses mitos? Por que a sociedade sempre encarou e continua encarando como aceitável, como natural a violência contra a mulher? Michel Foucault (1996) nos auxilia a compreender como historicamente se estabeleceram verdades e regimes de verdade em certa sociedade. Poderíamos aqui também remontar ao discurso dos gregos,

como Platão, Hipócrates e Aristóteles, que, por meio de estudos envolvendo a filosofia e a medicina, hoje todos superados, construíram a desvalorização do feminino. O discurso atribuído a Aristóteles, que o transformou em hegemônico para toda a sociedade, e é reivindicado ainda nos dias de hoje, é o relato cristão judaico da criação da mulher, assim como o da sua parte na tentação de Adão e sua consequente condenação por Deus. Tal relato, que dana toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino. Nunca se perdeu a oportunidade de lembrar às mulheres o mito do Éden e a condenação com que Deus as fulminou: “À mulher digo: tantas serão tuas fadigas quantos sejam teus embaraços: com trabalho parirá teus filhos. Teu marido te dominará.”

Mais tarde, com a criação do culto mariano, da Virgem Maria, teremos as mulheres separadas em Evas e Marias, as santas e as pecadoras. A partir daí, o culto da maternidade transforma o casamento como o único ideal feminino, e o lar como espaço sagrado e inviolável. Maria Luisa Femenias, estudiosa argentina das questões de gênero, atesta que a violência simbólica e a violência física contra as mulheres são registradas desde os tempos remotos e afirma que:

As organizações de direitos humanos, os/as cientistas políticos/as, as/os psicólogas/os, os/as trabalhadores/as sociais e os/as advogados/as reconhecem que em nível mundial, histórica e sistematicamente, em tempos tanto de paz quanto de guerra, atravessando classes sociais e culturais, os direitos das mulheres têm sido desconhecidos, ignorados e transgredidos. Essa situação constante e sustentada inclui o maltrato físico explícito (violações, golpes, incluindo a morte), verbal explícito (insultos, gritos), psicológico (amedrontamento, desaprovação, desqualificação, desvalorização) e, em geral, a desigualdade, a discriminação e a segregação. Mesmo com certo equilíbrio, continuam os níveis gerais de maus-tratos, crueldade e penalização social das mulheres, que não reconhecem fronteiras, culturas, posições econômicas ou identitárias e que, ademais, se podem registrar historicamente desde tempos antigos (FEMENIAS, 2014, p. 14)².

2. Tradução nossa. Original: “Las organizaciones de DDHH, lo/as cientistas político/as, la/os psicóloga/os, la/os trabajadores/as sociales y lo/as abogado/as reconocen que a nivel mundial, histórica y sistemáticamente, tanto en tiempos de paz como de guerra, atraviesan-

A violência e o passado das leis

As leis que normatizaram a vida dos homens e das mulheres seguiram muito de perto os discursos desqualificadores do feminino. O código napoleônico, monumento de misoginia, decreta a irresponsabilidade jurídica da mulher, igualando-a a loucos e menores, e transforma-se na matriz de códigos em todo o Ocidente. As normatizações brasileiras dedicaram um grande espaço às mulheres, com exceção das Constituições que as ignoravam como cidadãs políticas.

Ordenações Filipinas

Durante a maior parte dos 322 anos em que o Brasil viveu sob o domínio português, nossa sociedade foi regida pelo Código Filipino, que foi precedido pelas Ordenações Afonsinas e as Manuelinas. A história do Direito Civil brasileiro é marcada pela vigência dessas Ordenações, que foram impressas em 1603. Portugal abandonou o Código Filipino em 1867 com a instauração de seu Código Civil, deixando o Brasil, sua ex-colônia, como o último baluarte dos preceitos filipinos.

O título XXXVI do livro V das *Ordenações do Reino* permitia ao marido castigar fisicamente a mulher (além do criado, discípulo, filho ou escravo), desde que não utilizasse armas. Tal direito foi abolido pelo Código Criminal brasileiro de 1830.

A atitude dos juristas sobre a questão da violação, sempre presente nos códigos, caracterizou-se pela sua ambiguidade. Passados três séculos dos preceitos das *Ordenações*, Clovis Beviláqua, autor do Projeto do Código Civil Brasileiro e que era defensor da igualdade entre os sexos,

do clases sociales y culturales, los derechos de las mujeres han sido desconocidos, ignorados o transgredidos. Esta situación constante y sostenida incluye el maltrato físico explícito (violaciones, golpes, incluso la muerte), verbal explícito (insultos, gritos), psicológico (amedrentamiento, desconfirmación, descalificación, minusvaloración) y, en general, inequidad, discriminación y segregación. Incluso un balance apresurado muestra niveles generales de maltrato, crueldad y penalización social de las mujeres que no reconocen fronteras, culturas, posiciones económicas o identitarias y que, además, se pueden registrar históricamente desde tiempos remotos”.

defende que, se a mulher for violentada, portanto um ato independente de sua vontade, o marido não poderá alegar este fato para a separação. No entanto,

[...] a mácula, embora sem culpa, subsiste sempre, tal é o melindre extremo da honra feminina, e [...] a dignidade do homem brioso é muito susceptível para curvar-se a esta disposição da lei. É uma infelicidade para a qual não concorreu a mulher, mas que não se pode dignamente eliminar (BEVILÁQUA, 1906, p. 209).

Por causa de pareceres jurídicos dessa natureza, que atravessam os tempos, é que a mulher violentada é sempre culpada. Os motivos alegados são, na maioria das vezes, que ela provocou seu algoz, ou usando roupa provocativa, ou pintando os lábios de vermelho, ou andando na rua em hora e lugar não apropriados para indivíduos do sexo feminino.

A violência contra a mulher, que descortina uma face cruel da desigualdade, era estimulada pelo *Código Filipino*, pois permitia ao marido castigar sua mulher ou matá-la em caso de adultério. Mudam-se as leis (lembremos que o Código Civil de 1917, que falava da incapacidade relativa da mulher casada, somente foi alterado em 1962 com o *Estatuto da mulher casada*), mas as mentalidades continuam. É contra essa caracterização das mulheres incrustada na cultura que é necessário um permanente trabalho pedagógico.

Código Civil

O Código Civil Brasileiro, aprovado em 1916 e implementado em 1917, revoga as Ordenações Filipinas, determina a incapacidade feminina para muitos atos do cotidiano e declara a mulher como relativamente incapaz, ao lado dos menores, loucos e indígenas.

Renomados juristas e legisladores gastaram vidros de tinta para escrever sobre o ponto crucial do Código: os aspectos legais e jurídicos do contrato matrimonial e a normatização da família, considerada como célula fundamental e básica da sociedade brasileira. Nenhuma mulher fez parte do corpo de juristas que elaborou e discutiu o código, apesar de serem elas implicadas não somente como esposas, mas especialmente como mães.

Com a aprovação do Código, a qualidade de “chefe e cabeça de família” dá a direção suprema ao marido, o que remete ao código francês, que instituiu o poder marital como dever de proteção para o marido e estado de subordinação para a mulher. O código de Napoleão, modelo de todos os códigos do ocidente, colocou em posições desiguais os consortes – o marido, protetor e administrador; a mulher, protegida e incapaz.

Esse último código, implementado em 1804, influenciou a condição da mulher ocidental, dando corpo à ideia de que ela é propriedade do marido e tem como função primordial gerar filhos. A mulher casada existe apenas na família e para a família, e é dela que tratam os códigos e é sobre ela que recaem diversos impedimentos, de modo a cristalizar sua dependência e justificar sua inferioridade. O código francês, inspirador do brasileiro e de tantos outros, determinou por mais de um século a subordinação privada das mulheres e influiu decisivamente na negação da sua cidadania política.

Na feitura do Código Civil Brasileiro (que durou longos 10 anos), biólogos foram chamados para se pronunciarem sobre o tamanho do cérebro feminino (legado aristotélico) e determinaram a inferioridade mental da mulher. Como explicar esta contradição: uma mulher, maior de idade e capaz, ser excluída da vida jurídica, ser colocada entre os loucos e os menores assim que se junta ao rol das mulheres casadas? A supremacia marital invocada pelos códigos baseava-se na inferioridade física, que, paradoxalmente, só existia para as mulheres casadas. Se viúva ou desquitada, perdia a menoridade. A desquitada, voltando ao marido, seria considerada relativamente incapaz. Como convivemos com tamanho absurdo?

Com o casamento, a mulher rebaixava-se à categoria de menor, dependente do marido, mas todas queriam casar-se porque solteiras não eram aceitas socialmente. É um extremo paradoxo considerar o estado da casada como o que oferece um maior *status* a uma mulher e, ao mesmo tempo, como tal, sua capacidade e personalidade jurídica, já diminuída, ficar consideravelmente reduzida. As mulheres eram, portanto, destinadas a viver como menores de idade permanentes. O argumento da incapacidade intelectual da mulher foi amplamente utilizado para demonstrar que, por natureza, era desprovida de razão e de senso crítico.

O conceito de honra é inaugurado nesse código e a honra da mulher é um dos principais motivos alegados para seu extermínio. Esse conceito é sexualmente localizado e o homem é o legitimador, uma vez que a honra

é atribuída pela sua ausência, por meio da virgindade, ou pela presença, com o casamento. A honra do homem casado localizava-se no corpo de sua esposa. Em caso de qualquer ato ou desconfiança, o homem limpava sua honra exterminando o corpo da mulher. Os crimes em defesa da honra são perpetrados e justificados tendo como base esses códigos.

O princípio cristão “não matarás” não parece aplicar-se aos que assassinam suas esposas e companheiras. Essa decisão perpetua uma cultura de impunidades a agressões e assassinatos de esposas e amantes, por parte de seus maridos e companheiros, e causa perplexidade e indignação. Matabam em nome do desprezo pela mulher e eram absolvidos em nome da “honra”, calcada nesse mesmo desprezo.

A tese jurídica da legítima defesa da honra deixou milhares de criminosos em liberdade, numa demonstração da conivência do Estado com a violência doméstica e da persistência de uma hierarquia sexual. Alguns países chegavam a adotar a norma da impunidade total em favor do marido que “vingasse a honra” ao surpreender a mulher em adultério.

De encontro a esse desenho da mulher como perpétua menor, a Organização das Nações Unidas (ONU), após um círculo de estudos reunido em Bucareste, no período de 19 de junho a 3 de julho de 1961, recomendou que mulher, ao se casar, não seja privada de sua capacidade civil. As conclusões adotadas pela ONU em relação ao problema da situação da mulher na família foram recomendadas para todos os países. O documento da ONU é baseado na igualdade entre os sexos e deve ter influenciado as autoridades jurídicas e políticas brasileiras na decretação do Estatuto da Mulher Casada, de 1962.

Estatuto da Mulher Casada

Desde a Constituição de 1934, os preceitos do Código Civil que concentravam a regulamentação da vida privada das mulheres e dos homens e suas relações matrimoniais e que consideravam a mulher como relativamente incapaz tornaram-se inconstitucionais, sem que isso causasse qualquer espanto entre os legisladores, que pareciam satisfeitos com seu predomínio na esfera da família, e fora dela. A primeira grande modificação do direito de família foi promovida pela Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, chamada de Estatuto da Mulher Casada. Anteriormente, já havia sido reconhecido

o direito da concubina a certos benefícios previdenciários, na condição de companheira, na interpretação dos textos de regulamentos das caixas de aposentadorias e pensões, como também da Legislação Trabalhista.

Algumas mulheres iniciaram a luta para a reforma do arcaico código. Uma delas foi a advogada Romy Medeiros da Fonseca, autora de um anteprojeto que tinha como principal objetivo corrigir várias aberrações constantes no Código Civil. Em 1949, a advogada Romy toma posse como membro do Instituto dos Advogados do Brasil, tornando-se a primeira mulher a ser aceita nesse círculo de juristas de alto gabarito. E seu primeiro alvo foi o Código Civil, repleto de prerrogativas maritais, do qual ela pretendia derrubar o conceito de incapacidade relativa e de chefia da sociedade conjugal.

No mesmo ano de sua posse, Romy Medeiros apresentou ao Instituto dos Advogados do Brasil uma proposta para que este encaminhasse ao Congresso Nacional a indicação para aprovação de um projeto de lei que acabasse com a incapacidade relativa da mulher casada. Em 1950, o Instituto aprovou o parecer da Comissão Especial, que concordou com a indicação, e dois anos depois Romy apresentou à VIII Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA o anteprojeto de lei (elaborado com a colaboração da advogada Ormind Bastos) que modificava radicalmente a condição jurídica da mulher casada ao eliminar o conceito de chefia da sociedade conjugal (VERUCCI, 1994). A tramitação e os debates duraram 10 anos, durante os quais emendas de várias procedências alteraram a proposta original e se transpuseram no texto do chamado Estatuto Civil da Mulher, que foi incorporado ao Código Civil. O Estatuto revogou o princípio da capacidade relativa da mulher e corrigiu algumas aberrações, porém não corrigiu os artigos 178, 218 e 219 do Código, que consideram erro essencial de pessoa o defloramento da mulher ignorado pelo marido, motivo de anulação do casamento. Tampouco revogou o artigo 1.744 (I), que permite ao pai deserdar a filha considerada por ele como “desonesta”, se esta viver sob o teto paterno, considerando-se desonestidade o conceito expresso no Código Penal, isto é, comportamento sexual considerado em desacordo com certas regras restritivas. Esses dois poderes masculinos, embora pouco invocados na prática, continuaram em vigor.

O Estatuto manteve a chefia da sociedade conjugal com todas as suas consequências, contrariando violentamente o projeto de Romy Medeiros, mas destaca-se a exclusão do exercício do pátrio poder masculino, com o

reconhecimento do pátrio poder sobre os filhos do leito anterior à mulher que contrai novas núpcias, assim como a obrigação da mulher de contribuir para o sustento da família se tiver bens ou rendimentos próprios e a exclusão dos bens da meação da mulher nos casos de execução de dívida do marido. Constatam-se avanços em relação à autonomia da mulher, porém sempre com grande resistência a alterar o conceito de chefia.

As constituições brasileiras e a (não) cidadania feminina

A exclusão feminina na Carta de 1824

Nossa primeira Constituição designava-se como liberal e excluía uma grande parcela da população brasileira, como mulheres, escravos, índios, pobres, assalariados e negros libertos. Para votar e ser votado, o cidadão deveria ter um mínimo de renda – a expressão dos interesses da elite brasileira. Proclama a liberdade, mas diz que a religião católica é a oficial. Proíbe as corporações de ofício e mantém o trabalho escravo.

Segundo a Constituição, em seu artigo 91, têm voto nas eleições primárias os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos e os estrangeiros naturalizados. O artigo seguinte nomeia os excluídos de votar nas *Assembléas Parochiaes*: os menores de 25 anos, excluindo-se dessa faixa etária os casados e militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e os religiosos; os filhos-famílias; os criados, excluindo-se os da Casa Imperial de galão branco. Como não são sequer citadas como impedidas de votar, presume-se que é “natural”, para os políticos que elaboraram a Carta, o afastamento das mulheres do mundo público. Assim, os constituintes brasileiros que elaboraram a primeira Carta nacional, embebidos nas lições europeias sobre as noções de nação, de cidadania e de direitos naturais, fizeram coro ao pensamento hegemônico do início do século XIX.

É mais fácil libertar os negros escravos que as mulheres – 1891

Com a proclamação da República brasileira em 1889, a forma de governo é encarada como sinal de modernização e de progresso, sendo o trabalho livre, a igualdade perante a lei e a cidadania as novas palavras de ordem.

A Assembleia Constituinte de 1891, ao debater a extensão do voto à mulher, trazia ao campo da discussão política autores que teorizavam sobre a “essência” feminina e as diferenças entre homens e mulheres. Alguns, para defender a tese da inferioridade intelectual feminina, outros, para reconhecer a competência intelectual da mulher. Mas a maioria opunha-se ao voto pelo temor de que a saída da mulher do lar desagregasse a família. Esse discurso de que a família só estaria preservada se a mulher não colocasse os pés fora do lar, vivendo como uma menor sob a tutela do marido, é recorrente em vários países do ocidente, que debatem o sufrágio feminino.

Em 24 de fevereiro de 1891, é promulgada a nova constituição, que estabelecia no artigo 70 que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, 1891). Este mesmo artigo proibia de alistarem-se os mendigos, os analfabetos, os praças, com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior e os religiosos, que, sujeitos à obediência, eram privados da liberdade individual. Abandona-se o voto censitário, num avanço democrático.

O desejo das mulheres, especialmente as mais cultas, de conquistarem seus direitos políticos foi estimulado pela decisão de que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos...”. Elas, acostumadas a serem englobadas no termo “cidadão”, consideravam-se incluídas como portadoras dos direitos políticos na nova ordem brasileira. Para muitas defensoras do sufrágio universal, a Constituição de 1891 outorgou à mulher o direito de ser eleitora, pois, além de serem incluídas entre os “cidadãos”, conforme o artigo 69, não faziam parte da lista dos que estavam proibidos de se alistar e votar. Contudo, os opositores do voto feminino, assim como no debate constituinte anterior, novamente consideraram que o termo “cidadão” era uma palavra masculina e, portanto, referia-se somente aos homens.

Dessa vez, porém, as mulheres, que desde a segunda metade do século XIX reivindicavam o sufrágio universal, veem reforçadas suas fileiras com brasileiras e brasileiras que em debates públicos pleiteavam o sufrágio universal.

Em 1905, três mulheres do estado de Minas Gerais se alistam e votam. Em meados da década de 1910, Myrthes de Campos, primeira mulher a ser admitida no Tribunal de Justiça Brasileiro para defender um cliente, requer alistamento eleitoral, mas seu pedido é indeferido. Myrthes continua a fazer pressão pelo direito de a mulher votar, na imprensa e por meio da Associação dos Advogados Brasileiros.

O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, partidário do sufrágio feminino, obteve em 1928 uma alteração da legislação eleitoral para conferir o direito de voto às mulheres no seu estado. Elas foram às urnas, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado Federal. Nesse interregno democrático, elegeu-se a primeira prefeita brasileira, Alzira Soriano de Souza³, na pequena cidade de Lages, encravada no sertão nortista. Por meio da decisão da Comissão de Poderes do Senado, a prefeita eleita não tomou posse e os votos de todas as mulheres da cidade foram anulados. Apesar da anulação posterior, o Rio Grande do Norte foi o único estado que permitiu que as mulheres fossem às urnas naquele ano (HAHNER, 1981).

Se os termos são os mesmos, ou melhor, se os silêncios são os mesmos, nas Constituições de 1824 e 1891, diferentes são as posições das mulheres. Sob a Constituição de 1824, elas aderem ao discurso masculino de que o seu lugar é o doméstico, seu reino é o lar, conferindo legitimidade à dominação. Pouco a pouco, no entanto, os olhares vão se reconstruindo e, apesar de a Constituição de 1891 repetir a generalidade da anterior, dessa vez as mulheres não reproduzem o mesmo comportamento, mas alistam-se e exigem o cumprimento da lei.

1934: mulheres cidadãs políticas

A Constituição de 1934 é precedida pelo Código Eleitoral de 1932, que incorporou as mulheres como eleitoras. O progresso social agora se vincula com a mulher incorporada à cidadania política. Ao discutir-se o novo ordem política e social após a Revolução de 1930, manifesta-se o desejo de equiparar o Brasil às sociedades avançadas, e para isso é necessária a adoção de medidas tomadas pelos países modelo, como o voto feminino. Quando o presidente Getúlio Vargas promulga por decreto-lei

3. Quando se elegeu prefeita de Lages, Alzira Soriano estava com 32 anos e tinha três filhas. Alzira era filha de um coronel que liderava a política regional e era casada desde os 17 anos com um promotor de justiça com quem aprendeu o gosto pela leitura. Ficando viúva, ainda jovem, Alzira assumiu a administração de uma fazenda da família. Adepta das ideias feministas europeias, transmitiu-as à população de Lages. Ousada, revidava com bofetadas as ofensas dos adversários, que, para agredi-la e desmerecê-la, chamavam-na de prostituta (HAHNER, 1981).

o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em dez estados do país. A partir de 1928, as mulheres passaram a ter, oficialmente, o direito de votar em mais nove estados.

A concessão da cidadania política à mulher, com a instituição do voto universal sem distinção de sexo, argumentada no Código Eleitoral de 1932, não privilegia a igualdade de capacidades entre homens e mulheres, mas é encarada como necessária ao país em seu desejo de modernização. O voto feminino equipara-se à construção de obras como pontes e estradas, condições indispensáveis ao desejo de um Brasil moderno, urbano e industrial.

A Comissão Revisora tornou extensivo o direito eleitoral, sem distinção de sexo, aos cidadãos maiores de 21 anos. A mulher casada exerce como direito próprio o de qualificar-se e inscrever-se como eleitora, independentemente de autorização marital. As disposições do Código Civil, fartamente usadas como obstáculos ao voto feminino, ficam restritas às relações jurídicas de ordem privada. A questão do voto feminino suscitou discussões muito além do que pretendia o Código Eleitoral, descortinando a misoginia do Código Civil, descompassado com a realidade social brasileira.

Também a imprensa, reproduzindo e produzindo verdades sobre as relações entre homens e mulheres, dedicou muitos espaços à cidadania política feminina, reivindicada pelo voto universal. Alguns jornais estampam, entre outras, manchetes como “O voto da costela”, “As Evas modernas”, “A Eva quer votar”. Um jornalista chegou inclusive a perguntar, na imprensa gaúcha: “a mulher quer votar duas vezes? Ela já vota pela mão do marido!” (COLLING, 2000, p. 284).

Promulgada em 16 de julho de 1934, a nova carta, em seu artigo 121, proibia as diferenças salariais com base em discriminação de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil. São estabelecidos os salários mínimos regionais, jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal, férias anuais remuneradas e indenização do trabalhador demitido sem justa causa. Os trabalhos nocivos à saúde são interditados aos menores de 18 anos e às mulheres.

“São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, 1934, art. 108) e “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (art. 109) foram as novidades relacionadas ao voto saudadas pelo público feminino. Como as constituições

anteriores, a de 1934 também propalava a igualdade de todos perante a lei, com a diferença fundamental de que, dessa vez, o “todos” referia-se de fato a homens e mulheres.

As questões relativas à mulher são claramente designadas no artigo 121, parágrafos 1º e 3º:

§ 1º – A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que collimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. [...] § 3º – Os serviços de amparo á maternidade e á infancia, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivos, serão incumbidos de preferencia a mulheres habilitadas (BRASIL, 1934).

E o artigo 168, que trata dos cargos públicos, estabelece que estes “são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, observadas as condições que a lei estatuir” (CAMPANHOLE, 1992, p. 663).

Carta Cidadã de 1988

Nenhuma lei, por si só, é suficiente para alterar costumes e preconceitos, a sua implementação contribui para a mudança e a modernização dos comportamentos. A Constituição brasileira de 1988 é tida como Carta Cidadã por não permitir nenhum tipo de discriminação: todos são iguais perante a lei.

A história do combate à violência contra as mulheres

O ano de 1979 marcou a vitória do movimento feminista contra a impunidade dos assassinatos tidos como crimes da paixão. Durante o julgamento de Doca Street pelo assassinato de sua companheira Ângela Diniz, ocorrido em 1976, surgiram pela primeira vez manifestações feministas contra a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por homens. De vítima, Ângela passou a ser acusada de “denegrir os bons costumes”, “ter vida desagrada”, “ser mulher de vida fácil”. Era como

se o assassino tivesse livrado a sociedade inteira de um indivíduo que punha em risco a moral da família brasileira. As feministas organizadas conseguiram reverter o processo e o assassino foi condenado. Surge desse episódio o lema “Quem ama não mata”, que acabou intitulado também uma minissérie de televisão, com altíssima audiência.

A urgência de se atuar contra todo tipo de violência da qual a mulher é vítima emerge como ideia no Encontro Feminista de Valinhos, São Paulo, em junho de 1980, com a recomendação da criação de centros de autodefesa. O SOS Mulher traduziu-se na criação das Delegacias Especiais para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência. A primeira foi implementada em 1985, em São Paulo, e serviu como modelo para as demais que, a partir daí, se irradiaram pelo restante do país.

Tais delegacias foram uma incrementação importantíssima na luta contra a impunidade, porque muitas vezes a polícia transformava o interrogatório das vítimas numa verdadeira tortura, desconfiando da inocência da mulher e até manifestando certa cumplicidade com o comportamento do agressor. As raras queixas, as dificuldades de prova e a estigmatização da vítima sempre foram componentes que transformaram o crime da violação feminina em assunto doméstico e pessoal.

No dia 9 de junho de 1994, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), convencida de que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social como sujeito de direitos, e para sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vidas, adota a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Marco histórico na luta das mulheres por uma vida sem discriminação e violência, a Convenção de Belém do Pará, aprovada pelo Brasil mediante o Decreto Legislativo nº 107, de 1º de setembro de 1995, e ratificada pelo país em 27 de novembro de 1995, promove um grande avanço para a compreensão e visibilização da temática, ao explicitar a definição de violência contra as mulheres:

[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. [...] Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

- a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (AGENDE, 2004, artigos 1º e 2º).

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê, ainda, medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos.

Entre as inovações dessa lei, destacamos os seguintes pontos: define as formas da violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; não faz discriminação de orientação sexual; estabelece que seja feita notificação à mulher da entrada e saída da prisão do agressor; aumenta em 1/3 a pena no caso de violência contra mulher com deficiências.

Entre janeiro e junho de 2013, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 contabilizou 306.201 registros de mulheres que ousaram denunciar agressões sofridas, o que aumentou para 3.364.633 o número total de atendimentos computados desde sua implantação em janeiro de 2006.

No primeiro semestre de 2014, segundo balanço divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, foram registrados mais de trezentos mil atendimentos. A maior parte das ligações foi sobre relatos de violência física, seguida de violência psicológica, moral, sexual, patrimonial, cárcere privado e tráfico de pessoas. Em 83,8% dos relatos de violência, o agressor era o companheiro, cônjuge, namorado ou ex-companheiro da vítima. Quase 60% das mulheres agredidas tinham de 20 a 39 anos, 62% não dependiam financeiramente do agressor e 82,7% eram mães.

Vemos que o aumento de registros de abusos e violências foi imenso após 2006. Imagino que não foram os casos que aumentaram, mas sim que, com a proteção da Lei e do Estado, as mulheres foram se sentindo mais encorajadas a denunciar.

Lei do feminicídio

Entendendo feminicídio como assassinato de mulheres, mortes intencionais e violentas de mulheres em decorrência de seu sexo, a lei 13.104/2015 vem somar-se a outras peças no combate à violência contra as mulheres. A lei altera o Código Penal por prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e incluí-lo no rol dos crimes hediondos. Os homicídios qualificados têm pena que vai de doze a trinta anos, enquanto os homicídios simples preveem reclusão de seis a doze anos. Os crimes hediondos, por sua vez, são aqueles considerados de extrema gravidade e que, por isso, recebem um tratamento mais severo por parte da justiça. Eles são inafiançáveis e não podem ter a pena reduzida.

A lei do feminicídio aponta alguns agravantes, que podem aumentar o tempo da pena em 1/3, quando o crime ocorre: durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra menor de 14 anos, maior de 60 anos ou pessoa com deficiência; na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Para muitas feministas e juristas, a lei do feminicídio tem como objetivo principal fomentar providências mais radicais em relação à violência contra as mulheres, mas também escancarar ao Brasil os altíssimos índices que a violência de gênero tem alcançado, apesar da Lei Maria da Penha.

Além das mulheres brancas

Quando falamos em violência contra as mulheres, falamos sempre das mulheres no geral, como se todas sofressem as mesmas dores, como se a diferença não existisse. A questão da diferença sempre sendo colocada em segundo plano ou invisibilizada. Ser mulher negra é diferente de ser mulher branca ou índia. O preconceito contra as mulheres negras e indígenas passa também pela cor de sua pele, além de seu sexo. Muitas vezes o debate

sobre as questões de gênero olvidou a heterogeneidade dos grupos de mulheres. A imensa desigualdade vivenciada no país, para muitos/as autores/as, tem no racismo e no sexismo seus elementos estruturantes.

Sandra Azerêdo, em *Preconceito contra a "mulher"* (2007), nos mostra que a contribuição das mulheres não brancas (inicialmente nos EUA) foi fundamental no processo de desconstrução da linguagem ao fazerem críticas não somente a racismo, homofobia e colonialismo, mas também às produções das intelectuais brancas do primeiro mundo, “e de nós mesmas feministas do terceiro mundo”. Segundo Sandra:

Elas propuseram uma escrita que contivesse uma linguagem nova, como poesia, uma linguagem que se recusasse a se adaptar pura e simplesmente às regras da instituição universitária e, sobretudo, que estivesse atenta às relações de poder presentes nesta instituição. Tal linguagem poderia funcionar como resistência nestas relações (AZERÊDO, 2007, p. 85).

Foram as intervenções das feministas não brancas, como a norte-americana Angela Davis, que possibilitaram ao feminismo sair da estrutura binária (relações de poder entre homens e mulheres heterossexuais), abrindo espaços para as diferenças múltiplas entre mulheres, expandindo assim o conceito de gênero.

Mulheres negras

As mulheres negras e mestiças – além de sofrerem as consequências nefastas da violência por serem mulheres – são em sua maioria pobres e carregam as marcas da escravidão. O Brasil ainda não “passou a limpo” seu passado nefasto de país escravocrata. Apesar de negras e mestiças serem a maioria no país, ainda podemos contar nos dedos quem assume lugar de destaque social e político. As novelas, produto de exportação nacional, há muito pouco tempo incluem mulheres negras e homens negros como protagonistas de seus enredos. Numa entrevista, uma jovem atriz negra fala da alegria de ser protagonista em novelas, porque, quando criança, não enxergava personagens negros em destaque na televisão brasileira para que pudesse se espelhar e se orgulhar de sua raça. Isso é violência simbólica.

O pensamento feminista negro expõe de maneira muito nítida a diferença entre mulheres brancas e mulheres negras e reivindica o conceito de interseccionalidade para dar conta das inter-relações, especialmente, entre sexo e raça. Crenshaw (2002) introduziu a noção de interseccionalidade para tratar da forma pela qual racismo e sexismo desempoderam as mulheres. Segundo ela:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O racismo é diferente do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. As mulheres negras sofrem variadas opressões e se encontram em posições em que o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se entrecruzam. Essa é uma das diferenças fundamentais entre mulheres brancas e negras.

Segundo Jackeline Romio (2013), pensadora feminista negra, é necessário abordar a violência racial de gênero que acomete as mulheres negras brasileiras. Para ela, essa experiência tem sido invisibilizada e negligenciada pelas políticas públicas, pelos trabalhos acadêmicos e pelas instituições de pesquisa, que geralmente não costumam avaliar o fenômeno por raça/cor e gênero, que se conforma apenas com uma das características – ser *o negro* ou ser *a mulher*. Para ela,

[...] uma compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres que leve em consideração a interseccionalidade de gênero, classe social e raça e se comprometa com a promoção dos direitos humanos das mulheres negras, sugere uma agenda de pesquisa e intervenções no campo do Estado muito mais ampla, que capture as várias tramas, como o contexto urbano, a violência sexual, a relação entre patriarcado e racismo, as explorações da imagem da mulher negra na mídia e os estereótipos inclusive dentro das instituições, como exemplificado no simples caso da dificuldade de registrar uma queixa na polícia (ROMIO, 2013, p. 157).

Sair dessa neutralidade de gênero que privilegia a vida das mulheres brancas e promover um olhar mais atento à condição de vida das mulheres negras brasileiras, com um plano político de intervenção governamental nas políticas de saúde e segurança pública voltado a atender as especificidades das negras, com mais investimentos em pesquisas são as reivindicações do pensamento feminista negro. Ainda, segundo Jackeline Romio:

Outra medida importante é a investigação de aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, como a exploração da sua imagem pela mídia nacional como objetos sexuais, mulheres violentas; propagandas em que são vistas como produto sexual e nacional a ser consumido no exterior – imagem da mulata e o carnaval –, tráfico internacional de mulheres; e outros. Faz-se urgente a criação de observatórios sobre a violência de gênero e raça e programas voltados ao atendimento da mulher negra vítima de violência. Em suma, a construção de políticas específicas para contemplar toda a diversidade de mulheres, que vivenciam o mesmo cotidiano de violência, cujos desafios segundo sua raça e desigualdades correlacionadas (ROMIO, 2013, p. 157).

Mulheres índias

Assim como falar das mulheres negras, falar das mulheres índias pressupõe outras lentes de análise, pois não se enquadram totalmente nas questões de gênero como estamos acostumadas a estudar. Atualmente, mesmo reconhecendo a autonomia dos povos indígenas e as suas singularidades, muitas feministas colocam em suspenso o relativismo cultural, pois a violência contra as mulheres é antes de tudo uma questão de direitos humanos.

As mulheres índias sofrem violências cruéis dentro e fora de suas aldeias. São discriminadas, desqualificadas e violentadas por serem mulheres, por serem pobres (na lógica do capitalismo) e por serem vulneráveis como parte de uma população discriminada e desrespeitada em seu conjunto.

O *crack* e o alcoolismo têm sido apontados como motivo fundamental da violência nas aldeias. Depoimentos de mulheres índias dão conta de que o movimento pelas causas gerais dos povos indígenas no Brasil ainda é a luta maior e mais relevante, mas especificidades femininas como estupro e violência de gênero também são importantes.

A violência contra a mulher e o reconhecimento dos direitos reprodutivos são lutas de todas as mulheres, porém a experiência das comunidades indígenas é muito diferente da realidade das mulheres não índias, tanto brancas como negras.

Conforme a obra *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas* (2008), as duas primeiras organizações de mulheres índias surgiram na década de 1980, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut). As demais foram todas constituídas a partir da década de 1990. Atualmente, é na Amazônia onde está situada a maior parte das organizações de mulheres índias e é aí também onde surgiu o primeiro “departamento de mulheres” no interior de uma organização indígena de abrangência regional. Esse fato aconteceu na Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), realizada em maio de 2001, em Santarém (PA), onde foi reivindicada e aprovada a criação de um espaço institucional específico para as demandas das mulheres índias.

Segundo Ela de Castilho:

Se, por um lado, já se tem avanços significativos no campo da prevenção e enfrentamento de situações de discriminação e violência contra as mulheres indígenas em contexto interétnico (entre “brancos” e “indígenas”), o mesmo já não se verifica a respeito da discriminação e violência contra essas mulheres nas relações conjugais, familiares e intra-étnicas (CASTILHO, 2008, p. 12).

A grande dúvida é como compatibilizar o direito das mulheres, no sentido mais geral, com o direito das mulheres índias. Se a Lei Maria da Penha veio auxiliar no combate à violência doméstica, no caso das indígenas são muitas dúvidas, interrogações e desinformações. A falta de informação sobre a Lei é uma realidade. Para Valéria Kaxuyana e Suzy Souza e Silva:

Tem amedrontado bastante as mulheres indígenas a informação de que, caso façam a denúncia de que foram vítimas de violência, serão tiradas das suas casas, das suas terras, dos seus territórios de convívio e levadas para as tais casas de abrigo, fora do seu lar (KAXUYANA; SILVA, 2008, p. 34).

Ângela Sacchi, em suas pesquisas sobre gênero e mulheres índias, revela a necessidade de estas lutarem por suas questões específicas:

Ao reforçarem a luta pelas necessidades de seus povos, portanto, percebem que “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir”. Juntamente com a introdução de novas temáticas, pedem participação efetiva nas tomadas de decisão e na ocupação de cargos em diversas áreas (saúde, educação, política, etc.), principalmente “para que os homens nos valorizem, nos respeitem, vejam que nós também sabemos trabalhar” (SACCHI, 2003, p. 101).

Se as mulheres índias hoje admitem que a violência doméstica as atinge, por outro lado elas têm medo dos efeitos da lei. Perguntam: “Nossos maridos e filhos irão para a prisão se nós os denunciarmos?”, “Quem irá caçar?”, “Quem irá pescar?”, “Quem irá ajudar na roça?”. Isso tudo demonstra a vulnerabilidade das indígenas em relação à violência e a complexidade desse tema numa sociedade multiétnica como é a brasileira. As mulheres continuam sendo invisíveis ao indigenismo, assim como o discurso do relativismo cultural tem silenciado os abusos domésticos.

Concluindo

A Constituição de 1988 estabeleceu a igualdade como princípio fundamental, vedando todas as distinções. Mas sabemos que a igualdade constitucional não acaba com a discriminação entre homens e mulheres que tem acompanhado a história da civilização, pois a desigualdade entre os sexos foi historicamente construída. Segundo dados da ONU, o Brasil aparece em 53º lugar no índice mundial de igualdade entre os gêneros. Na América Latina, ele aparece em 6º lugar, atrás de Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia. Os indicadores levados em consideração pela ONU são alfabetização, esperança de vida e economia.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, uma mulher sofre violência a cada doze segundos no Brasil. A cada dois minutos cinco mulheres são espancadas, e a cada duas horas (em

algumas estatísticas, uma hora e meia) uma mulher é assassinada no Brasil. Esses são os números apresentados pelo Ministério da Saúde que colocam o país em 12º lugar no *ranking* mundial de homicídios de mulheres vitimadas por parentes, maridos, namorados, ex-companheiros ou homens que se acharam no direito de agredi-las. O mais alarmante disso tudo é o envolvimento de crianças. Os relatos da Central de Atendimento à Mulher revelam que, no ano que passou, 64% dos casos de violência foram presenciados por filhos das vítimas e 17% também sofreram agressões. E estudos demonstram que crianças que sofrem ou presenciam violência tendem a ser violentas no futuro, pois naturalizam esses atos.

O que aparatos jurídicos, alguns tão antigos, têm a ver com a violência contra a mulher na atualidade? Como relacionar Ordenações Filipinas, Código Civil e constituições brasileiras com a desqualificação do feminino, o desprezo ao corpo da mulher? Como estabelecer relações entre os altos índices de mortes, violações e maus-tratos com leis tão antigas?

A cultura e as mentalidades incorporaram a violência contra a mulher como algo natural e transformaram a desqualificação do feminino em verdade. As leis – em especial, o Código Civil de 1917, que teve vida tão longa e transformava a mulher em um quase nada – conservaram o estatuto da defesa da honra masculina. Herança cruel do patriarcado que ainda está presente no corpo social. As constituições brasileiras, com exceção da Carta Cidadã, desconsideravam a mulher como sujeito. Também um quase nada.

O casamento e a família sempre foram reais impedimentos à autonomia feminina. Todos os discursos, velhos e novos, ao citarem a igualdade entre os sexos, se mostravam preocupados com a desagregação da instituição sagrada, a família. Como entender, no Código Civil de 1917, que vigorou até o estatuto da Mulher Casada de 1962, que a menoridade, a incapacidade recaía somente sobre a mulher casada? A mesma mulher, se viúva ou desquitada, saía do rol das incapazes? Voltando a casar-se novamente seria incapaz e menor? O casamento, ao lado de ser a única opção social da mulher, foi o passo para a desigualdade.

Hoje, essa mesma família está novamente no centro das discussões brasileiras. Um Congresso Nacional conservador, desconsiderando as leis já aprovadas, as relações estabelecidas no país, decreta que a única família a ser reconhecida é formada por um homem e uma mulher. É

uma forma de violência, pois sabemos das diversas formas familiares estabelecidas no Brasil e dos novos laços de parentalidade estabelecidos por elas. Considero igualmente violência a recusa desse mesmo Congresso em descriminalizar o aborto, apesar dos abortos clandestinos serem a causa da morte de milhares de mulheres. Segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto feita em 2010, uma em cada cinco mulheres fez aborto até os 40 anos de idade no Brasil. Tudo que diz respeito ao corpo, à sexualidade, especialmente à homossexualidade, causa pavor nos políticos conservadores e moralistas.

Referências

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. **10 anos da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Convenção de Belém do Pará. Brasília: Agende, 2004.

ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4: O século XIX.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito com a “mulher”**. Diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BEVILAQUA, Clovis. **Em defesa do projecto do código civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** [Lei Maria da Penha]. Brasília: SEPM, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Secretaria de Transparência; Instituto DataSenado, 2013. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2004. Edição especial. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/771/codigo_eleitoral_1932.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1992.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. A violência doméstica contra a mulher no âmbito dos povos indígenas: que lei aplicar. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania da mulher brasileira**. Igualdade e diferença. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

FEMENÍAS, María Luisa. Violencia contra las mujeres: urdimbres que marcan la trama. In: FEMENÍAS, María Luisa; SÁNCHEZ, Elida Aponte (Comp.). **Articulaciones sobre la violencia contra las mujeres**. La Plata: Editorial de la Universidad de La Plata, 2014.

FERREIRA, Waldemar. O estatuto da mulher casada brasileira. **Boletim da Faculdade de Direito**, Universidade de Coimbra, n. 39, p. 13-30, 1963.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IBGE. 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2017.
IPEA. Tolerância social à violência contra as mulheres. **Sistema de Indicadores de Percepção Social – Sips**, Brasília, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

KAXUYANA, Valéria Paye; SILVA, Suzy Souza. A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e legislação civil em vigor**. São Paulo: Saraiva, 1997.

OMS. 2017. Disponível em: <www.oms.org>. Acesso em: 27 out. 2017.

ONU. 2017. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 27 out. 2017.

ORDENAÇÕES Filipinas. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1870. Livros IV e V.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização das mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, ano 7, v. 14, n. 1 e 2, 2003.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

VERUCCI, Florisa. A capacidade jurídica civil da mulher brasileira com raízes nas ordenações do reino de Portugal. In: O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA: CONGRESSO INTERNACIONAL. 21-25 nov. 1994, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1994. v. 2.

Mulher e patriarcado no Brasil: gênero e poder em perspectiva histórica

Sebastião Pimentel Franco

José Candido Rifan Sueth

O presente trabalho visa a dar uma visão de conjunto sobre a questão do gênero na história do Brasil, sob o ponto de vista da construção do papel da mulher e de suas lutas, desde o período colonial até nossos dias, com abordagens voltadas para a busca da cidadania e a conquista do poder em geral. Obviamente, um tema tão abrangente não poderia ser desenvolvido em poucas páginas, o que talvez explique as limitações de um capítulo que, por isso mesmo, não poderá se aprofundar em inúmeras questões, mas terá o mérito de fornecer dados e fazer reflexões. Este texto se propõe, então, a examinar o tema a partir de uma visão de conjunto buscando realizar uma reflexão sobre o papel exercido pela mulher brasileira ao longo de nossa história.

São reflexões que, com certeza, estão relacionadas com a vida. Ora, isto já é por si só suficiente para interessar ao historiador. Afinal, Marc Bloch (2002) diz que o objeto da história é, por natureza, o ser humano e cita outro historiador, Henri Pirenne, que afirmava ser

[...] um historiador. É por isso que amo a vida. Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. [...] não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos (PIRENNE apud BLOCH, 2002, p. 65-66).

Dessa forma, propomo-nos a uma revisão de literatura que permita unir o mundo dos mortos ao dos vivos, estudando a mulher, a família e o patriarcado brasileiro, dentro do recorte temático de gênero em seu relacionamento com o poder.

Para atingir tal objetivo, voltamo-nos para o entendimento sobre o termo gênero e nos fundamentamos na abordagem feita por Nickie Charles (2010), que procura referir-se aos comportamentos que definem os indivíduos como machos ou fêmeas, em contextos culturais e sociais específicos, sabendo-se que não se trata da existência apenas de dois gêneros. É um pressuposto que, além de não ser universalmente válido, traz problemas para os nascidos com órgãos genitais dificilmente incluídos na categoria de feminino ou masculino, ou para aqueles cujos corpos são vivenciados em oposição ao seu gênero. Desse modo, de acordo com Charles (2010), a relação que se pode estabelecer entre sexo e gênero é o da distinção conceitual entre sexo biológico e gênero, ou seja, o primeiro diz respeito às diferentes capacidades reprodutoras de mulheres e homens, e gênero varia em termos culturais e é construído socialmente. É assim que a separação entre sexo e gênero permite compreender que as relações sociais fundamentadas na diferença entre sexos são sociais, e não naturais.

No que tange ao relacionamento entre poder e gênero, já foram levantadas algumas teorias, entre as quais destacamos as que procuram compreender o fenômeno sob uma abordagem político-econômica, como são as tentativas de explicar as desigualdades de gênero em termos de capitalismo, em que se associam as mulheres à reprodução e os homens à produção. Atualmente, em vez de se analisarem as desigualdades de poder e o gênero em termos de estruturas sociais, a ênfase vem sendo dada à construção de subjetividades e identidades com base no gênero. Ou seja, o foco tem sido o do gênero enquanto um atributo de indivíduos construídos por meio da prática cultural, o que faz parte das recentes análises em que a cultura substituiu a economia como foco de preocupação teórica (CHARLES, 2010).

Procuraremos, inicialmente, neste capítulo, mostrar como se deu o processo de construção da hegemonia masculina ao longo da história para, em seguida, analisarmos a formação do patriarcado brasileiro no período colonial e sua relação com a hegemonia da Igreja católica. Abordaremos ainda a construção do gênero e da “inferioridade” feminina no Brasil do século XIX e também pretendemos indicar o quanto é falha a suposição

de que no Oitocentos a mulher era sempre e em qualquer lugar submissa e obediente, ideia disseminada até em ambientes acadêmicos. Finalmente, então, estudaremos o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil do século XX, com destaque para aquilo que se poderia chamar de ressurgimento do feminismo nas últimas décadas do último milênio.

Patriarcado e família no Brasil: a construção da hegemonia masculina

Nader (2001, p. 46) afirma que o patriarcalismo “é um modelo familiar que se sustenta por meio da incorporação de seus membros, preferencialmente parentes, aos clãs, que asseguram a indivisibilidade do patrimônio e, conseqüentemente, do poder”, e que, junto com a mentalidade formada em torno da família patriarcal, constituiu a base de apoio para aquilo que se pode chamar de civilização brasileira, fundamentada na autoridade marital e no poder paterno, sempre colocando a mulher em posição inferior à do homem.

Badinter (1985) desenvolve análises sobre esse poder masculino que, segundo ela, teria sua origem na Índia. Os textos sagrados dos Vedas, Brâmanes e Sutras consideram a família como um grupo religioso que tem o pai como chefe. Em toda a Antiguidade os poderes do chefe de família mantiveram-se quase inalterados, embora atenuados na sociedade grega, sempre afirmando a condição secundária da mulher em relação ao homem. Foi preciso esperar a palavra de Cristo para se considerar a mulher como companheira e não escrava do homem, ao menos em teoria. Era clara a mensagem de Cristo sobre a igualdade de direitos e deveres, no que diz respeito aos filhos. Apesar desse discurso igualitário de Cristo, a teologia cristã teve, entretanto, enorme cota de responsabilidade na justificação da autoridade paterna e marital, invocando textos sagrados carregados de conseqüências negativas para a mulher. Porém, na França, até o fim do século XIII, essa igualdade defendida pela Igreja católica traduziu-se em certos direitos concedidos às mulheres, como o direito de administrar sua fortuna e alienar seus bens, com o consentimento do marido. Elas até adquiriram o direito de possuir um feudo e de residir em corte feudal, segundo Badinter (1985). Entretanto, a partir do século XIV

começam a se restringir os direitos econômicos da mulher. E foi pouco depois, em pleno século XVI, que teve início a instalação da família e da sociedade patriarcal em terras brasileiras.

Em seus estudos, Narvaz e Koller consideram que “*o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens*, ou do masculino, enquanto categoria social” (2006, p. 50, grifo nosso), e é uma forma de organização social em que as relações são regidas pelo princípio de que as mulheres são hierarquicamente inferiores aos homens, cujas atividades valem mais que as das mulheres e cujos papéis sexuais e sociais têm vantagens sobre os das mulheres.

A superioridade do homem sobre a mulher foi construída nessas duas instituições – a família e o patriarcado –, uma vez que, conforme diz Machado (2000, p. 3), “a autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado”, que cristaliza, por assim dizer, a dominação masculina e impõe à mulher a categoria de objeto submisso e obediente, pois, complementam Narvaz e Koller (2006, p. 50), se trata de uma “ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres”. Ora, sabe-se que a construção social de gênero propiciou essa dominação, que não é fruto da natureza, nem da essência do ser humano, e não se circunscreve a um momento histórico. É uma hegemonia do masculino construída em tempos imemoriais e que atravessou a Antiguidade, a Idade Média e a Moderna, chegando até nossos dias. Mesmo as teorias contractualistas dos séculos XVII e XVIII não destruíram o patriarcalismo, mas o mantiveram, já que as mulheres continuaram sendo tratadas como inferiores aos homens, o que não impede os estudiosos de afirmarem que, por exemplo, o século XIX, apesar de ainda ter sido o de hegemonia masculina, também criou possibilidades do acesso delas à condição de cidadãs.

No Brasil, a colonização portuguesa impôs o modelo patriarcal, gerando uma mentalidade masculina que se manteve no cotidiano brasileiro até o século XX, por meio do coronelismo. É assim que se pode afirmar que “a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 51), embora tenham ocorrido muitos avanços, como o da Constituição de 1934, que garantiu o voto feminino, ou a alteração do Código Civil Brasileiro, em 1962, que permitiu que mulheres casadas pudessem trabalhar sem a autorização de

seus maridos. A Constituição de 1988 e o Novo Código Civil de 2002 consolidaram vários direitos femininos, embora seja certo que, apesar dessas conquistas sociais e legais das mulheres, muito ainda é preciso avançar, pois papéis fundamentados em desigualdades de gênero ainda permanecem em campos como o mundo do trabalho e do cotidiano.

Muitas são as pesquisas que demonstram, por exemplo, nas classes menos favorecidas da sociedade atual, a permanência de uma estrutura hierárquica de relações em que a figura masculina ainda representa uma autoridade moral, sobretudo no que diz respeito ao papel central do homem como um intermediário entre a família e o mundo externo. O papel principal da mulher no lar dá-se, portanto, “dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é a família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade” (SARTI, 1994, p. 49).

Nesse sentido, é fundamental que se conheça o processo de construção dessa “superioridade” masculina no interior da família e na escola. O menino, por exemplo, pode fazer certo número de coisas que estão proibidas à irmã, como subir em árvores, brigar, dizer nomes feios, frequentar a rua sem se preocupar com os horários de retorno. Como acontece em geral com seus pais, a maior parte dos meninos não colabora com os trabalhos caseiros. Suas brincadeiras “apelam para certo número de valores exatos: agressividade, aventura, ação, conquista, competição, domínio pela força ou pela técnica” (FALCONNET; LEFAUCHEUR, 1977, p. 165).

A escola, por sua vez, também é um poderoso instrumento ideológico na produção da hegemonia masculina, assim como na educação das meninas. Essa importante instituição instila uma visão de mulher destinada a casar-se e a fazer filhos e, por isso, pode-se até cogitar que orienta as moças mais para o campo da literatura que para o das ciências. Houve um momento na história em que se ministrava para as meninas disciplina de *economia doméstica*, enquanto para os meninos se ensinavam *trabalhos manuais*. Tratava-se de uma imposição subliminar da divisão das tarefas destinadas aos homens e às mulheres: para aqueles, o mundo do trabalho, o mundo *público*; para estas, o ambiente do lar, a vida *privada*. Ou seja, a hegemonia do masculino, construída ao longo da história, apesar de ter retrocedido, ainda permanece. Muito já se mudou. E muito ainda deverá ser mudado.

A Igreja católica e a construção do papel da mulher no Brasil Colônia

A história da construção do papel da mulher no Brasil acha-se intimamente relacionada com o papel da Igreja católica na formação de nossa sociedade. A necessidade de povoamento e do controle social por parte da Coroa portuguesa fez com que, nos três séculos que durou o período colonial (1500-1822), Igreja e Estado se unissem na elaboração e aplicação de um mesmo projeto que repousava na dominação masculina e numa “consentida” submissão feminina. Para isso exerceu um grande papel o catecismo do Concílio de Trento (1545-1563), elaborado pela Reforma Católica e cujas ideias eram largamente difundidas por meio dos sermões dos párocos e das pastorais episcopais.

Conforme era pregado pela Igreja, os cônjuges não deveriam se unir por amor, mas por dever, já que a finalidade primeira do matrimônio era a procriação de filhos, o que fazia com que a mulher fosse adestrada com relação às práticas e aos afetos, de modo que elas, diante da Igreja, só teriam a opção de serem “santas”. O Concílio de Trento proclamou o matrimônio monogâmico e indissolúvel, sob a direção do marido e foi aí claramente estabelecida a superioridade do homem sobre a mulher, que, na família, deveria se ocupar dos cuidados do lar e da educação dos filhos. Sobre a função da mulher dentro da família, assim se posiciona o Concílio de Trento, por meio de seu Catecismo Romano (1926, p. 296):

Por otra parte los deberes de la esposa son los que enumera el Príncipe de los Apóstoles, cuando dice: “Las mujeres sean obedientes a sus maridos, a fin de que con eso si algunos no creen, por el medio de la palabra, sean ganados sin ella por solo el trato con sus mujeres, considerando la pureza de la vida que llevan, y el respeto que les tienen. [...] Permanezcan con mucho gusto recogidas en casa sin salir de ella, si no las obliga la necesidad, y nunca se atrevan a salir sin licencia de su marido. Además de esto, tengan siempre presente, que después de Dios a nadie deben amar ni apreciar más que a su marido, pues en esto señaladamente está fundada la unión matrimonial, y asimismo condesciendan con él y obedézcanle con muchísimo gusto en todas las cosas que no son contrarias a la piedad Cristiana”⁴.

4. Tradução livre: “Por outra parte os deveres da esposa são os que enumera o Príncipe dos

Era a mulher quem deveria, assim, ser a responsável por interiorizar os ideais estabelecidos pelo Concílio de Trento, que, por assim dizer, domesticava o amor e combatia o “amor demasiado”. Desse modo, desempenhando o papel de santa-mãezinha, a mulher ganhava “gradativamente a função de agente dos projetos do Estado e da Igreja dentro da família e do ‘fogo’ doméstico” (DEL PRIORE, 1993, p. 181).

Tão ilimitado era o poder paterno, que Vasconcellos (1995) não hesita em afirmar que não foram raros os casos como o de Bernardo Vieira de Melo que, em 1736, suspeitava do adultério de sua nora e a condenou à morte num conselho de família. Executou sua sentença e não foi importunado pela justiça, apesar de toda a publicidade que o próprio assassino deu ao homicídio.

A construção do gênero na sociedade patriarcal do Brasil do Oitocentos

Dois séculos depois, durante todo o Império brasileiro, vários aspectos da sociedade desenvolvidos durante o período colonial (1500-1822), principalmente em relação ao papel da mulher, que se achava intimamente relacionado com aquilo que a Igreja católica projetou como sendo o papel que a mulher deveria atuar, vigorou, no Oitocentos, a chamada sociedade patriarcal. Não significa, porém, que a família patriarcal fosse a única unidade doméstica⁵ em vigor. Havia outras formações de grupos familiares. Nader (2001), contudo, afirma que o estilo patriarcal serviu de modelo

Apóstolos, quando diz: ‘As mulheres sejam obedientes a seus maridos, a fim de que com isso, se alguns não creem, por meio da palavra, sejam ganhos sem ela, só pelo trato com suas mulheres, considerando a pureza da vida que levam e o respeito que lhes têm. [...] Permaneçam com muito gosto recolhidas em casa sem sair sem necessidade, e nunca se atrevam a sair sem licença de seu marido. Também tenham sempre presente que, depois de Deus, a ninguém devem apreciar mais e amar mais que a seu marido, pois nisto com certeza está fundada a união matrimonial, e de qualquer maneira condescendam com ele e lhe obedeçam com muitíssimo gosto em todas as coisas que não são contrárias à piedade cristã’.

5. Por unidade doméstica, este trabalho utiliza o mesmo conceito de Nader (2001, p. 21, nota 1): “[...] as diversas disposições, organizações próprias, necessárias e referentes à vida da família. Toda família tem unidades domésticas socialmente constituídas (formadas particularmente por um homem, uma mulher e seus filhos) ou unidades domésticas alternativas”.

para que se firmasse uma mentalidade de família no Brasil, influenciando a formação de outras estruturas familiares que obedeciam a regras patriarcais, como a de que o homem deveria deter o poder econômico e de decisão. De qualquer forma, não se pode dar continuidade àquela parcela da historiografia brasileira que confundiu os conceitos de família brasileira com os de família patriarcal, como se esta existisse sozinha e tivesse dirigido o processo total de construção da sociedade brasileira, afirma a autora.

Ora, os princípios que norteavam a sociedade patriarcal não só influenciaram outras unidades domésticas como também orientaram o desenvolvimento de diferentes aspectos da vida cultural e social, como o setor educacional que, desde os séculos anteriores, atendia aos anseios patriarcais. É assim que se pode afirmar que era com base em conceitos que envolvem a sociedade patriarcalista que se construíam a infância e a educação de meninos e meninas nas casas da elite oitocentista.

Entre as várias fontes primárias nas quais se pode fundamentar um estudo sobre esse tema, menciona-se o jornal *A mãe de família*, que “pretendia dar um estatuto de cientificidade ao cotidiano de mães e crianças” (VASCONCELOS, 2005, p. 151). As instruções contidas nesse periódico ilustram bem os conceitos patriarcais, já que recomendam, por exemplo, que, desde o nascimento de seus filhos, as mães deem formação diferenciada a eles, considerando as meninas seres inferiores que, por isso, deveriam receber uma educação voltada para a vida doméstica e privada, enquanto os meninos deveriam ser orientados para a dominação e a vida pública. Desde o nascimento até a idade adulta, a criança deveria ser tratada em casa conforme esses princípios.

A educação formal, porém, era dada tanto nas casas quanto nos colégios, lugares onde vigoravam sempre os mesmos princípios, que consideravam a mulher subjugada ao poder masculino. Quanto às propostas de educação mista, havia muita discussão, fundamentada, sobretudo, no “prejuízo” que esse novo modelo educacional poderia trazer para a formação das mulheres. De qualquer forma, advogava-se que era necessário cuidar da educação feminina, pois a mãe educada estava mais bem preparada para formar seus filhos. Mas tudo deveria ser conduzido com muito equilíbrio, segundo a ideia de que a mulher nasceu destinada ao casamento e à maternidade. Entretanto, “havia para a mulher uma alternativa aceita que permitia romper, relativamente, os padrões da educação oferecida: o exercício do magistério” (VASCONCELOS, 2005, p. 191).

A mulher brasileira no século XIX: sempre submissa e obediente?

Também a hegemonia masculina atravessou o período colonial e chegou ao século XIX com poucas mudanças. Se a vida da mulher se voltava para os serviços domésticos, a vida do homem continuava voltada para o trabalho fora do ambiente doméstico. Tratava-se de uma “preponderância do masculino sobre o feminino”, afirma Souza (2007, p. 56), e, não obstante a classe a que pertenciam, as mulheres sofriam restrições de seus pais, maridos e irmãos, o que criava um código de valores e de comportamentos ao qual toda mulher deveria se submeter.

A historiografia recente, entretanto, indica que esse modelo de família patriarcal não foi homogêneo ou único no Brasil, tendo variado conforme os tempos, o estrato social e o espaço físico. Nesse sentido, especialistas mostraram, por exemplo, a existência de viúvas ricas que, com a autoridade adquirida como chefe de família, gerenciaram exitosamente os negócios familiares e adquiriram grande poder social e até político. É sabido que algumas capitânicas hereditárias, entre elas a do Espírito Santo, foram dirigidas por mulheres. Ou seja, viram-se não poucas vezes, na história do Brasil, quebras do estereótipo da família patriarcal em que a mulher submissa não deveria exercer qualquer influência ou poder. Pode-se até dizer que houve exagero ao se absolutizar, conforme Samara (1989, p. 105) pondera,

[...] o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, [uma vez que as] variações dos padrões de comportamento de mulheres provenientes dos diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia e mesmo insatisfação.

Estudos focados em São Paulo e relacionados com o celibato, o casamento, o poder e as incumbências atribuídas a cada um dos cônjuges indicam que, em muitos aspectos, são irrealistas os estereótipos que mostram como constantemente passivas e submissas as mulheres paulistas do século XIX. Deste modo, a frequência do celibato e até das uniões ilegítimas indicaram que essa problemática não é tão simples quanto aparenta, especialmente no que diz respeito aos mitos da castidade, da submissão da mulher à hegemonia masculina e da condução dos negócios de sustento econômico para a própria família (DIAS, 2001). Por outro lado, também

se pode constatar que em São Paulo, no século XIX, foi grande o número de casais que se divorciaram, muitas vezes por iniciativa da mulher, o que significa que nem sempre prevaleceu aquele estereótipo da submissão feminina traçado pela tradicional historiografia brasileira. Tratava-se de separações e anulações de casamento que se davam entre pessoas que pertenciam a diferentes camadas sociais: escravos, forros e até pessoas de posse das tradicionais famílias paulistas.

Da mulher brasileira do século XIX esperava-se que cuidasse do lar, do marido e dos filhos, cumprindo aqueles dois papéis que a redimiam perante a sociedade: o casamento e a maternidade. Submissão e obediência faziam parte desse modelo ideal. Dados referentes a São Paulo indicam quebras desse estereótipo. No Espírito Santo (SOUZA, 2007) e em várias outras províncias do Império foram levantados dados que correm na mesma direção. Assim, pode-se dizer com certeza: a mulher brasileira encontrou brechas que desmitificam o estereótipo de que ela foi sempre submissa e obediente.

Depois da proclamação da República, mudanças ocorreram. Brasileiras envolveram-se na luta pelos direitos políticos da mulher, especialmente no que diz respeito ao direito de votar e ser eleita. Destacaram-se, por exemplo, Bertha Lutz e outras feministas. Entretanto, ainda permaneceu muito da representação construída no Brasil Colônia e que figura a mulher como a dona de casa, que deve cuidar do lar, do marido e dos filhos, ou seja, atuante apenas na vida privada. Era uma “representação social que lhe restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas” (MALUF; MOTT, 2001, p. 173). O Código Civil de 1916, por exemplo, legitimava a inferioridade da mulher com relação ao marido, estabelecendo que este, enquanto chefe legal da família, deveria se responsabilizar pelos bens da esposa e da família, tendo o direito de fixar a residência onde lhe apossasse. Tudo isso ocorria, embora o mesmo Código Civil estabelecesse que a direção da família fosse oficialmente responsabilidade de ambos os cônjuges. Malgrado isso, era perpetuada a submissão da esposa ao marido.

Nas três primeiras décadas do século XX, entre os inúmeros exemplos dessa submissão e da caracterização da mulher enquanto vocacionada para a maternidade e para o lar, pode-se mencionar um emblemático decálogo da esposa publicado na *Revista Feminina* e comentado por Maluf e Mott (2001). O primeiro mandamento estabelecia que a mulher devia amar seu

esposo acima de tudo na Terra. A mulher continuou considerada submissa e voltada para os serviços domésticos da vida privada, enquanto o homem estava vocacionado para o domínio público, mesmo com os avanços tecnológicos e a modernização da vida, ocorridos nas décadas de 1950 e 1960.

Ao longo do século XX, o movimento voltado para a valorização da mulher e para os estudos de gênero contribuiu para reverter essa realidade, mas muito ainda resta a fazer. Vê-se que muito se caminhou quando se reflete sobre a construção da ideia do casamento e da mulher no Brasil Colônia e se compara com a primeira metade do século XX, por exemplo. Vê-se que alguns passos foram dados. Muitos outros ainda aconteceriam nas décadas posteriores. E muitíssimos ainda estão para ser realizados.

O feminismo no Brasil: do século XIX ao século XXI

Na segunda metade do século XIX, mulheres defenderiam a emancipação feminina no Brasil. O país, especialmente sua capital, o Rio de Janeiro, vivia seu período de expansão e de modernização que caracterizaram o Império brasileiro. Já funcionavam em algumas grandes cidades as Escolas Normais, que faziam com que várias mulheres se dedicassem ao magistério, profissão aberta ao sexo feminino. Desse modo, o ensino ministrado por mulheres pôde servir como agente de mudança social.

Em 1852 surge o *Jornal das Senhoras*, editado por Joana Paula Manso de Noronha, com artigos tímidos em defesa da mulher, mas que “sem dúvida deram um grande passo” (HANNER, 2003, p. 90), já que a nobre tarefa de educar as crianças era uma responsabilidade que atribuía um novo valor ao sexo feminino. Em 1862 surge o jornal *O Belo Sexo*, e nos anos seguintes aparecem outros em Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Não eram feministas e não questionavam a ordem social estabelecida, mas defendiam a instrução dada às mulheres e até relatavam exemplos das conquistas femininas no exterior. Nesse sentido, prepararam o advento do feminismo que iria se expandir no século vindouro. Ainda na segunda metade do século XIX, surgiram as sociedades abolicionistas brasileiras que contavam com a participação feminina.

O advento da República no Brasil, em 1889, abriu mais ainda o campo para as atividades femininas. Assim, foi grande a participação das mulhe-

res no movimento trabalhista e anarquista, que dominou as preocupações operárias do final do século XIX e início do século XX. As mulheres pobres já estavam no mercado de trabalho, mas as da classe média e até as da alta burguesia só então começaram a buscar sua inserção no mundo econômico e, para alcançar esses objetivos, também se mobilizaram pelo pleno acesso à educação de qualidade e pelo direito ao voto, aspirações que, obviamente, não se concretizaram de imediato.

Segundo Avelar (2002, p. 47), pode-se conceituar o feminismo como “a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade que os homens; a convicção de que isso é resultante da situação de desigualdade estrutural das mulheres na sociedade” e de que as soluções precisam resultar de uma ação coletiva. Desse ponto de vista, o grande marco do movimento feminista brasileiro foi a atuação de Bertha Lutz, que, inspirada, sobretudo, no feminismo norte-americano, dirigiu a campanha pelo direito de voto concedido à mulher na década de 1930 e fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), para a qual propunha métodos moderados e não “uma associação de ‘suffragettes’ para quebrarem as vidraças da Avenida” (HANNER, 1978, p. 102).

O movimento feminista brasileiro não era homogêneo, podendo-se nele distinguir três tendências. Em primeiro lugar, podem-se destacar as moderadas que, como Bertha Lutz e a FBPF, defendiam a participação da mulher na política, trabalho digno para elas e instrução à altura. Em um dos extremos, podem ser colocadas as católicas que defendiam um “feminismo” com “Deus, Pátria, Honra e Família” (BESSE, 1999, p. 182). Em outro extremo, podem ser incluídas as anarquistas e libertárias que, como Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão (a Pagu), advogavam a emancipação total feminina, pregando o divórcio e até o chamado amor livre, e adotavam políticas de esquerda, preocupando-se com a mulher proletária.

Entre 1918 e 1937, o movimento feminista brasileiro conseguiu maior acesso das mulheres à educação, ao emprego e ao sufrágio. Entretanto, elas não conseguiram superar a distância entre as classes sociais, já que, por exemplo, o voto não tinha sentido para muitas, pois, em sua maioria, eram analfabetas. Um dos pontos máximos do feminismo brasileiro foi a vitória obtida na Era Vargas, com a inclusão do voto feminino na Constituição de 1934. A partir do final da década de 1930, o movimento feminista organizado, no Brasil, foi praticamente destruído com o estabelecimento

da ditadura do Estado Novo, em 1937, e com o surgimento de um clima intelectual reacionário, influenciado em grande parte pela pregação conservadora da Igreja católica. Permaneceram as conquistas obtidas, mas não houve avanços. Pode-se dizer que houve uma modernização dos papéis femininos, mas não uma democratização.

Também se pode afirmar que, nos anos 1950, apesar de as mulheres terem pouca participação no mercado de trabalho brasileiro, ocorreu “em termos simbólicos uma ruptura com o passado, pois exigia qualificação, colocava as profissionais competindo em igualdade de condições com os homens no mercado de trabalho” (PINSKY, 2012, p. 505). Somente a partir de 1970 houve, no Brasil, mudanças mais radicais, identificando-se o privilégio masculino, ao mesmo tempo que também se lutava contra outros privilégios, como os de raça e de classe, o que permite concluir que o feminismo organizado, no Brasil, “evoluiu, de um movimento burguês e restrito por direitos iguais, para um movimento muito mais sofisticado teoricamente e potente politicamente, contra a hierarquia social em geral” (BESSE, 1999, p. 226), forçando, se não a eliminação, ao menos uma mais moderna reestruturação do patriarcalismo.

Um dos principais avanços na construção de uma luta, da parte do feminismo latino-americano do século XX, foi o fato de as feministas começarem a utilizar a palavra “gênero” num sentido mais literal, “indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SAMARA, 1996, p. 16).

Ainda que com maior aprovação da sociedade, no que diz respeito à mulher que trabalha, essa figura se mantém hierarquicamente inferior à da mãe, esposa e “dona de casa” virtuosa, que vigorou praticamente em todo o século XX. Houve também progressos com relação à educação. Já nos anos de 1950 e de 1960, no Brasil, por exemplo, os dois sexos já se aproximavam numericamente no ensino médio, embora as moças seguissem, em sua maioria, carreiras de menor prestígio e salário que os rapazes. Até meados do século XX, segundo Soihet (2012, p. 234), as militantes “lutaram por aquilo que, acreditavam, tornaria a situação das mulheres menos desigual em relação à dos homens e, com isso, conseguiram reduzir parte do fosso que as distanciava da cidadania plena”. Assim, passaram a ser consideradas capazes de ocupar o mercado de trabalho e os cargos públicos, o que vale não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina.

Um revigoramento do feminismo internacional se deu na segunda metade do século XX, com a divulgação do *Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e de *A mística feminina*, de Betty Friedan. Em 1975, a Organização das Nações Unidas proclama esse como o Ano Internacional da Mulher.

O feminismo brasileiro ressurgiu na década de 1970, pautando-se pelos padrões da esquerda, procurando mobilizar as mulheres das classes populares em prol da democracia e de melhores condições de vida. A partir dos anos de 1980, o feminismo multiplicou-se em inúmeros movimentos e Organizações não governamentais (ONGs), passando a abranger aspectos como o direito à sexualidade, à saúde e a importante questão da violência contra a mulher.

Nota-se que, já no final do último milênio, a mulher passou a marcar profundamente tanto a vida social e cultural quanto a vida econômica e política do Brasil. Foi possível constatar que, “nos postos de gasolina, nos restaurantes e bares, nas lojas, bancos, empresas, nas escolas e universidades, ou nas delegacias, seu número aumentou consideravelmente” (RAGO, 2003, p. 1) e seus direitos vêm sendo cada vez mais reivindicados. A Constituição de 1988 foi importante na história do feminismo brasileiro, pois:

Além de contemplar a igualdade em direitos e obrigações de homens e mulheres em seu artigo 5., inciso I, reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença maternidade, criou o direito à licença paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica (BRABO, 2008, p. 88).

Muitas outras reivindicações foram conquistadas nos diversos campos de atividade, o que permite dizer que, por meio de seus movimentos e ações, as mulheres brasileiras têm se afirmado como sujeitos sociais reconhecidos na vida pública e no cotidiano.

Em todas essas etapas, o grande problema enfrentado pelo feminismo parece ter sido o das representações. Em cada uma dessas fases, a mulher feminista é colocada de um determinado modo no imaginário coletivo. E nessa grande luta por elas travada, uma das mais importantes batalhas foi

a dos imaginários. A análise de jornais e revistas das várias épocas em que se desenvolveu o feminismo demonstra essa verdadeira guerra de representações. Pode-se verificar que cada segmento do público construía um imaginário próprio a respeito das feministas. Dependendo do recorte temporal, elas podiam ser identificadas como mulheres que tentavam *medir forças, imitar* e até *competir* com o homem, através de atitudes que tornavam a feminista “tola, histérica, ridícula, feia, masculinizada, ou mal-amada” (FERREIRA, 1995/1996, p. 158). Nos anos de 1970 e de 1980, tanto no imaginário masculino quanto no imaginário coletivo, as feministas eram consideradas sujas, feias e malvadas. Ao longo desses anos, entretanto, elas tentaram construir, para si e para a coletividade, outro imaginário, desconstruindo esse imaginário pejorativo. Talvez deva ser essa uma das principais estratégias do feminismo brasileiro na atualidade, pois ainda há muito a fazer na obtenção de um respeito que implicará, com certeza, a desconstrução daquele imaginário negativo.

Considerações finais

Quando se analisa o cotidiano do século XXI, vê-se que, em muitas situações, a normatização das relações familiares regulada pelos princípios do patriarcalismo atravessou a história do Brasil e ainda permanece nos dias atuais, embora se possa identificar a coexistência entre valores contemporâneos e tradicionais, ao lado de diferentes formatos na constituição das famílias brasileiras. Assim, há o modelo burguês influenciado por conceitos patriarcais, a família nuclear, aquela que é chefiada por mulheres, a que se caracteriza pelos “meus, seus e nossos” e os casais e famílias homossexuais. Existem estereótipos sexistas que constituem a base das desigualdades de gênero encontradas em diversas dessas configurações familiares. Desse modo, abusos masculinos ocorrem em virtude da hierarquia e da obediência da unidade doméstica à figura masculina, característica das organizações patriarcais. Tal atitude legitima muitas formas de abusos masculinos, ainda tão comuns nos dias atuais. Por exemplo, permanece no Brasil do século XXI a violência contra a mulher. Estudos confirmam que é preciso levar em consideração que, na atualidade, o patriarcado ainda se conserva enquanto discurso normativo. Há muito a se conquistar.

Então, de nada valeu a luta do movimento feminista, ao longo de tantos anos? Tudo terá sido em vão? Grandes avanços se deram ao longo dos anos de luta das mulheres brasileiras. Desde a entrada do voto feminino, na Constituição de 1934, até a Lei Maria da Penha (2006), muito se caminhou. Se se compara, por exemplo, a violência contra a mulher no início do século XX com esse dispositivo legal, é inegável que se caminhou e muito. A Lei Maria da Penha, denominação popular da Lei nº 11.340, visa a aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Tendo entrado em vigor no dia 22 de setembro de 2006, já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa. Foram enormes as conquistas sociais, tais como a aceitação da mulher no mercado de trabalho e o seu reconhecimento como profissional capaz dos mesmos trabalhos que os homens. Só no Espírito Santo, 128 mil mulheres comandam empresas, o que faz com que, a cada 100 mulheres em idade ativa, 16 comandem sua própria empresa (DIAS, 2013). Por todos os lados surgem ONGs feministas e grupos de pesquisas sobre as mulheres e as relações de gênero nas universidades e fora delas. Os estudos de gênero foram incorporados pela Academia, enquanto campo de conhecimento. O Papa Francisco defendeu recentemente a valorização da função feminina na Igreja católica e disse sofrer com a “servidão” das mulheres na Igreja (PAPA, 2013). As mulheres se afirmam cada vez mais no mundo público. Observa-se um aumento de mulheres eleitas para Câmara Federal, Assembleias Estaduais e Câmaras de Vereadores. Cresce a presença feminina no Executivo, em âmbito municipal, estadual e até federal (ALVES; PINTO; JORDÃO, 2012). Os periódicos divulgam que uma das cenas mais comuns no Brasil atual é o aumento considerável do número de homens que adotam o sobrenome das esposas, enquanto essas, também em número cada vez maior, estão abrindo mão do sobrenome do parceiro (PRATES, 2013).

São alguns exemplos que mostram o quanto é notório que as mulheres brasileiras têm se afirmado cada vez mais como sujeitos sociais que persistem em seu reconhecimento não só na vida pública, mas principalmente na vida diária. É pouco em comparação com o que ainda é preciso vir. Mas já é muito quando se reflete, por exemplo, sobre o poder de que elas não dispunham antes da introdução do voto feminino na Constituição de 1934 e quando se observa em perspectiva histórica o quanto as mulheres já caminharam sob o ponto de vista de hegemonia e poder.

Desse modo, sob a perspectiva da construção do papel da mulher e de suas lutas, pretendemos ter contribuído, neste capítulo, para a formação de uma visão de conjunto a respeito das questões de gênero na história do Brasil, desde o período colonial até nossos dias, com abordagens relacionadas com a busca da cidadania e a conquista do poder.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. **Revista Social Democracia Brasileira**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 40-54, mar. 2002.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 1º dez. 2013.

BRABO, Tânia Suely A. M. **Gênero e poder local**. São Paulo: Humanitas, 2008.

CATECISMO Romano promulgado pelo Concílio de Trento. Barcelona: Litúrgica Española, 1926.

CHARLES, Nickie. Gênero. In: SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEL PRIORE, Mary. Atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia. In: MARCÍLIO, Maria Luíza. **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 171-190.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DIAS, Pollyanna. 128 mil mulheres comandam empresas no Espírito Santo. **A Tribuna**, Vitória, p. 30, 8 nov. 2013.

FALCONNET, Georges; LEFAUCHEUR, Nadine. Serás um homem, meu filho ou a educação do menino. In: _____. **A fabricação dos machos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FERREIRA, Verônica Clemente. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 153-200, 2. sem. 1995/1. sem. 1996. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-3/Artigo-5-p153.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2013.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: UnB, 2000. Série Antropologia, n. 284.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. rev. Vitória: Edufes, 2001.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

PAPA diz sofrer com ‘servidão’ das mulheres na Igreja. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 31, 13 out. 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRATES, Maurício. Sr. Fulana. **A Tribuna**, Vitória, p. 11, 15 nov. 2013.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, estudos feministas**, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/71297081/Os-Feminismos-No-Brasil-Dos-Anos-de-Chumbo-a-Era-Global>>. Acesso em: 1º dez. 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. **Cadernos Cedhal**, São Paulo, n. 1, p. 1-24, 1996. Série Cursos e Eventos.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família** – São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Alinaldo Faria. **Entre a reclusão e o enfrentamento**: a realidade da condição feminina no Espírito Santo a partir dos atos criminais (1845-1870): desmitificando estereótipos. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**. Vitória: Ufes, 1995.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Grijalva, 2005.

*Entre Maria e as Dores: relatos orais de
mulheres sobreviventes da violência doméstica
na cidade de Marília – SP (2006-2014)*

Camila Rodrigues da Silva

como te extingues em mim:

ainda no último
e gasto
nó de ar
estás lá com uma
faísca
de vida

Paul Celan (1970, p. 139)

Iniciamos este capítulo com poema do poeta judeu Paul Celan (1920-1970) em epígrafe. Conhecido como um dos maiores escritores do pós-guerra, Celan era filho de judeus que foram mortos em campo de concentração e do qual ele conseguiu fugir. Como sobrevivente, registrou em suas obras marcas do terror nazista envoltas em silêncio e dor. Sua escrita é repleta de emoção e angústia, que refletem e testemunham o que foi vivenciado por ele. Remetemo-nos, aqui, a Celan, pois pensamos ser possível fazer uma analogia entre o vivido por ele e a violência doméstica sofrida pelas mulheres, pois, quando relatam as agressões, elas também revelam o silenciamento e a dor presentes nos momentos de tensão das relações violentas no cotidiano. Poderíamos, então, identificá-las como sendo também sobreviventes?

Para esta análise, trazemos relatos de mulheres que sofreram violência doméstica na cidade de Marília (SP) e se disponibilizaram a narrar suas experiências⁶. Essas mulheres foram nomeadas por nós de “Maria” (Maria 1, Maria 2 e Maria 3), não com o intuito de homogeneizá-las, mas de remeter a tantas Marias que sofrem e sofreram violência doméstica, a exemplo de Maria da Penha, homenageada pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cujo nome popular é Lei Maria da Penha.

Mulher e silêncio, maus-tratos e sofrimento, narrativas e memória são elementos que compõem o caleidoscópio das vidas das mulheres informantes deste estudo⁷. É a partir desses eixos refletores e à luz dos conceitos de sobrevivência, gênero e violência que analisaremos como as mulheres que sofrem violência doméstica lidam com a dificuldade de expressar suas experiências traumáticas. Como contar sua sobrevivência após a exposição a longos períodos de uso da força física, abusos e brutalidade do outro? Narrar experiências de crueldade seria falar da sua própria morte, a exemplo de Primo Levi⁸? Como superar a barreira da vergonha de ter suportado inúmeras humilhações? Como lidar com julgamentos e reprovações de algumas pessoas que sugeriram que ficassem em silêncio? Como lutar contra a incredulidade dos outros e a vontade de esquecer? Problematizar as experiências traumáticas da violência doméstica vividas por mulheres evidencia que estas são sobreviventes da violência, já que são muitas vezes prisioneiras em seus ambientes domésticos. Com efeito, desconstruir o fenômeno-limite da violência contra a mulher é romper com estereótipos que perpassam pela passividade feminina e pelo alcoolismo masculino, de modo a revelar a resistência e a luta das mulheres pela sobrevivência.

6. As mulheres assinaram um termo de consentimento e permitiram que as entrevistas fossem gravadas e transcritas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, CAAE:37782114.9.0000.5406.

7. As análises propostas pelo texto fazem parte da pesquisa de mestrado *A construção da memória e o impacto da Lei Maria da Penha/2006 no cotidiano das mulheres vítimas de violência*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp campus Marília. Essa pesquisa trata da memória das mulheres em situação de violência na cidade de Marília (SP) e busca analisar suas trajetórias de vida e experiências vivenciadas a partir da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (2006) no contexto das políticas públicas para as mulheres.

8. Primo Levi (1919-1987) foi um dos poucos sobreviventes de Auschwitz, campo de concentração onde milhões de prisioneiros judeus, como ele, foram exterminados pelos nazistas. Sobreviveu a Auschwitz e, ao regressar a Turim, sua cidade-natal, escreveu um contundente testemunho dos campos de concentração nazista. Entre seus escritos, destacamos seu primeiro livro, *Isto é um homem* (1947), e seu livro mais lido, *Os afogados e os sobreviventes* (1986).

O silêncio, a dor e a resistência das Marias

Nos casos estudados, a opressão é quase diária e o opressor mantém práticas de violência de ordem física, psicológica, sexual, patrimonial, econômica ou moral. Ao relatarem suas dores após conseguirem livrar-se das agressões, as mulheres testemunham o que é viver no limite. Por meio das narrativas, verifica-se, também, que há uma cultura do silêncio, da domesticação, da subjugação e da maternidade que é introjetada no imaginário coletivo sobre os papéis sociais ditos como intrínsecos às mulheres.

As mulheres e moças do início do século XX eram educadas para, entre outras coisas, nunca discutirem com seus maridos e obedecer às ordens que lhes eram impostas pela família e pela sociedade (reforçadas inclusive pelo discurso religioso que se originaria da história de que Eva era um apêndice de Adão, uma vez que fora gerada a partir de sua costela, e por isso lhe devia obediência). O cotidiano feminino estava permeado por coerções e imposições de valores, traduzidas em formas de comportamento que disciplinavam as esferas da vida cotidiana das mulheres, e até mesmo dos homens.

Sobre essas mulheres recaíam fortes exigências acerca do comportamento moral e familiar esperado, de modo a garantir a apropriada inserção na ordem dos bons costumes, diante dos conflitos e tensões decorrentes da instalação da República. O contexto histórico era marcado pela normatização segundo padrões europeus, impostos a uma população até então alheia a todo esse processo, além da agitação decorrente do intenso fluxo populacional fruto da expansão cafeeira e da instalação de uma rede ferroviária que adentra o Oeste Paulista, imbuída com promessas de oportunidades de trabalho e condições melhores de vida⁹.

Na organização familiar das camadas populares, era possível observar a multiplicidade de formas de existência e famílias chefiadas por mulheres só¹⁰, que se aproximam dessa condição vivida diariamente e que chegavam

9. Essas problemáticas foram abordadas em nosso trabalho de conclusão de curso *Identidades femininas nas cidades paulistas na era da modernização/modernidade: revisitando a categoria gênero através dos inquéritos policiais* (2012).

10. Lídia Maria Vianna Possas utiliza-se da expressão “mulheres só” para designar aquelas mulheres sozinhas que viviam uma complexidade de relações e de práticas sociais que a todo o momento perturbavam a ordem vigente, desafiavam os regulamentos dos poderes públicos e de uma nova tecnologia criminal, com processos de identificação e racionalização

à cidade sem família, desacompanhadas e muitas vezes sem emprego, buscando uma “forma de fazer a vida nessas frentes pioneiras do Oeste Paulista, onde tudo acontecia e onde havia a imagem do acesso ao dinheiro fácil” (POSSAS, 2007, p. 61). Tais mulheres tiveram de improvisar outros papéis e formas de sobrevivência e, devido à sua condição, enfrentavam uma série de investigações policiais que transformavam os distintos sujeitos em “vítimas” ou “indiciados”, com a oitiva de testemunhas em situações recortadas de mecanismos inquisitoriais e escandalizadamente alocadas na imprensa local.

Assim sendo, a preocupação dos agentes da justiça previa a homogeneização de atitudes, de valores e de comportamentos incorporados e defendidos como naturais, embora impostos e, com isso, acabando por reforçar os preconceitos religiosos, raciais e, principalmente, sexuais (POSSAS, 2007).

Essa maneira de sentir a vida e as instituições na nova ordem era respaldada pela ciência, com base nas teorias criminologistas de Lombroso e Ferrero, que foram utilizadas pela medicina, mas, sobretudo, pelo saber jurídico a partir do qual os discursos normativos eram moldados.

Lombroso e Ferrero, conceituados criminologistas da época de fins do século XIX começo do XX, cujas ideias estão revestidas de forte teor evolucionista, apontava [sic] na mulher inúmeras deficiências dando-lhe caráter infantil, além de atribuir-lhe fortes traços de perfídia e dissimulação. Estes afirmavam ser a mulher menos inteligente que o homem, explicando-se, apenas, a presença da genialidade nesse sexo por confusão de caracteres sexuais secundários que lhe fariam parecer um homem disfarçado. Era, também, a mulher dotada de menor sensibilidade sexual. Dentre as razões que apresentavam para comprovar tal afirmação, enumeravam-se, entre outras, a raridade das psicopatias sexuais e a sua capacidade de manter a castidade por longo tempo, fato impossível, segundo eles, de exigir-se dos homens. Face a este aspecto, justificavam que as leis contra o adultério só atingissem a mulher, cuja natureza não a predispunha para esse tipo de transgressão (SOIHET, 1989, p. 201).

administrativa. As mulheres só reinventavam a vida diariamente diante das situações de conflito, colocando em xeque os papéis normativos prescritos, em que uma tradição popular e a ciência se chocam (POSSAS, 2007).

Tais ideias nos permitem observar que a questão biológica da mulher estava presente até para justificar seus atos, ou seja, quando ocorria um crime e esse era praticado por uma mulher buscava-se nesta algumas características masculinas para justificar o ato criminoso. Os autores não expõem razões culturais para os comportamentos femininos, porém, indiretamente, nos dizem que mulheres não teriam índole para o crime.

Recaíam sobre os julgamentos da época a moral e os bons costumes, relacionando a virtude moral ao sentido sexual para as mulheres, sendo a mãe, dócil e submissa, o modelo ideal de mulher e cujo principal índice de moralidade era sua fidelidade e dedicação ao marido. Enquanto isso, a dedicação do homem era ao trabalho, pois sua obrigação fundamental era prover a subsistência da família.

Essas representações intensificavam a construção de papéis normativos e reafirmavam modelos socialmente definidos. Raquel Soihet (1989) diz que até mesmo a “natureza” feminina era usada para descaracterizar a imagem da mulher, conferindo a ela atributos como “pouco lisonjeira”, “pérfida”, “dissimulada” e buscando sua infantilização. Essas considerações contribuíram para que a desigualdade se explicitasse ao nível da regulamentação jurídica.

Contudo, as mulheres adquiriam resistência, improvisavam e rompiam com os papéis, mesmo por meio de vigilâncias e proibições. Embora não fossem beneficiadas como os homens, em decorrência do desigual tratamento jurídico legitimado pela ciência da época, algumas mulheres reagiram de forma extrema, contrariando as atitudes que eram esperadas delas. Manifestavam-se em diferentes aspectos e comportamentos distintos daqueles que lhes eram atribuídos e criavam variadas formas de resistência à incorporação dos padrões que lhes pretendiam embutir e todos os ônus decorrentes disso, justamente por serem parte de uma construção de ideias deterministas de gênero (SOIHET, 1989).

A violência seria marcante nesse processo, principalmente pela postura das classes dominantes, que era mais de coerção do que de direção moral. No caso das mulheres, acrescentavam-se preconceitos referentes ao seu comportamento, sua condição de classe e gênero que acentuavam a incidência de violência. O desrespeito à sua condição existencial traduzia-se em agressões físicas e morais, principalmente no que se refere ao relacionamento homem/mulher (SOIHET, 1997).

Apesar de semelhanças entre mulheres de camadas sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias e padrões específicos ligados à sua participação no mundo do trabalho. Ainda que mantidas em uma posição subalterna, as mulheres populares não se adaptavam, em grande parte, ao determinismo científico e moral e às características dadas como pertencentes ao sexo feminino. Eram mulheres que trabalhavam muito, “em sua maioria não eram casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (SOIHET, 1997, p. 367).

O homem sem trabalho fixo remunerado, longe de assumir o papel de mantenedor da família previsto por uma ideologia predominante até recentemente, ao final do século XX¹¹, por suas condições de vida, sofria influência dos referidos padrões culturais e, quando em sua prática de vida revelava situação bem diversa em termos de resistência de sua companhia, era acometido de insegurança. A violência surgia então de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, isto é, uma demonstração de fraqueza e impotência, reforçadas, na maioria das vezes, por vícios como o alcoolismo, que geravam conflitos ainda muito permanentes.

Essa explicação se completa pelo fato de que a tais homens, desprovidos de poder e de autoridade no espaço público – no trabalho e na política –, seria assegurado o exercício no espaço privado, ou seja, na casa e sobre a família. Nesse sentido, qualquer ameaça à sua autoridade na família lhes provocava forte reação, pois perdiam os substitutos compensatórios para sua falta de poder no espaço mais amplo (SOIHET, 1997, p. 370).

11. Uma pesquisa realizada na América Latina e no Caribe pelo Banco Mundial (“Trabalhando para acabar com a pobreza na América Latina e no Caribe: trabalhadores, empregos e salários”) examinou dados de dezessete países e apontou que “milhões de latino-americanos vivem com menos de 90% do salário mínimo” e que no Brasil “as mulheres representam 9,6% nesta faixa salarial, ante 8,9% dos profissionais do sexo masculino”. Apesar disso, “as mulheres participam cada vez mais da força de trabalho latino-americana, aumentando a renda familiar e contribuindo para a redução da pobreza. O número de trabalhadoras de 25 a 65 anos cresceu 4,5% de 2003 a 2013. Isso faz delas o único grupo a aumentar sua presença tanto nos empregos de baixa qualificação quanto nos que exigem alto nível educacional, diz o relatório” (ONU, 2015).

Nesse processo, observamos que a liderança da mulher também foi evidenciada mesmo com o exercício de empregos domésticos ou prestação de serviços diários: elas colocavam em casa as condições econômicas da família. Embora não deixassem de sofrer as influências dos estereótipos acerca da passividade feminina, não se deixavam humilhar pelos desmandos do companheiro. Consideradas perigosas por serem de baixa renda, eram sujeitas a constante vigilância, mas isso não as impedia de se apropriar de espaços “inadequados” por meio da luta por seus direitos. Preocupadas com o trabalho e com os filhos e, em muitos casos, surpreendendo os companheiros que as enganavam, “julgavam-se merecedoras de direitos iguais aos dos homens com quem conviviam” (SOIHET, 1997, p. 398).

Nos dias atuais e com o aumento da escolaridade das mulheres, além do crescimento avassalador dos meios de comunicação do século XXI e sua inserção no mercado de trabalho, ganha mais força essa condição de empoderamento, fortalecimento e, muitas vezes, enfrentamento com o cônjuge. A realidade torna-se cada vez mais complexa na medida em que as mulheres passam a também utilizar os serviços legais e movimentos sociais, reivindicando suas próprias demandas (GOHN, 2008).

Novas questões são colocadas em um presente cada dia mais pluralizado de vozes e reivindicações, referentes à ampliação efetiva da cidadania, à garantia das diferenças socioculturais, étnicas e de gênero, suscitando novas explicações sobre um passado não tão distante, que precisa ser reescrito, de modo a substituir a história oficial monofônica por uma história que dê vozes às atrizes sociais que foram silenciadas, principalmente aquelas mulheres que passaram por processos traumáticos de violência doméstica e hoje, como sobreviventes, resolveram contar suas histórias. Com esse objetivo, as pesquisas vêm se debruçando sobre o tema da violência doméstica e, além de perpassarem pelos estereótipos da passividade feminina ou do alcoolismo masculino, evidenciam a reação e resistência dessas mulheres e, principalmente, a necessidade que elas manifestam de não permanecerem no silêncio e na dor.

A violência doméstica, sexual e familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade unicamente feminina pelo espaço privado, o machismo dissimulado e o assédio moral no trabalho passaram a constituir alguns dos inúmeros problemas sociais a serem estudados pela sociologia, antropologia e história, sob a

ótica de gênero e por meio de pesquisas empíricas e teóricas (teses, dissertações, monografias, livros, artigos), que tornam visíveis as implicações sociais, políticas e econômicas da dominação masculina (SCAVONE, 2008).

Frequentemente ouvimos discursos como “mulher gosta de apanhar”, “algumas mulheres merecem ou pedem o abuso”, “gostam de ser agredidas” ou, ainda, “quando um não quer, dois não brigam”, que são ditos e repetidos sem medições. Essas representações sociais – entendidas como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22) – são reforçadas no cotidiano mediante violência, dor e silêncio e inserem-se no imaginário social por meio de preconceitos que estereotipam cada vez mais o papel feminino restrito ao ambiente doméstico.

As representações sociais sobre a violência doméstica são associadas ainda à sua frequente patologização, a partir do momento em que atribuímos os atos violentos praticados pelos agressores ao uso excessivo do álcool e de drogas, além da depressão e dos ciúmes, ou os chamamos de “monstros” ou “loucos”. Maria 2 reforça tais constatações quando, ao ser questionada se seu marido era agressivo mesmo quando não ingeria bebidas alcoólicas, responde: “Fazia. Eu acho que ele é meio louco [risos]. É... ele é meio doido”.

Essa patologização do agressor faz com que ele saia de sua condição de indivíduo passível de punição e passe a necessitar de tratamento. Desse modo, Maria 2, ao considerá-lo “louco”, utiliza esse discurso para justificar os atos cometidos contra ela, pois racionalmente não conseguiria dar explicações sobre a condição vivenciada. Além disso, há uma estreita ligação apontada, geralmente pelas vítimas, entre o álcool e a violência. O uso deste aparece entre as principais justificativas para a violência, seguido das argumentações relacionadas aos ciúmes, à loucura, a doenças e frustração sexual, entre outras.

Maria 2 sabe que o álcool não era o responsável pela violência, pois, como relata, mesmo sem ele ter bebido as agressões aconteciam. Seu agressor o fazia pelo sentimento de que a vítima é sua propriedade, e isso é reforçado pela sociedade patriarcal que se mantém nas instituições e discursos jurídicos e médicos tradicionais utilizados para justificar a violência contra a mulher.

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010)¹², 32% das vítimas entrevistadas atribuíram a última violência sofrida a ciúmes ou ciúmes mútuos e 12% afirmaram que foram agredidas porque o agressor é alcoólatra, estava bêbado ou bebe muito. Essa forma de se pensar o fenômeno da violência com o foco na patologização obscurece sua compreensão e resalta ainda mais estereótipos. Este mecanismo ignora as hierarquias e relações de poder em que o gênero feminino é visivelmente colocado como subalternidade em esferas inferiores. Outra forma que podemos observar são as explicações que as próprias testemunhas oferecem a fim de justificar as agressões recebidas.

Esse sentimento de propriedade também permeava a relação de Maria 1 com seu marido. Desempregada, 39 anos, com ensino médio completo, mãe de quatro filhos e um neto, sofreu violência durante catorze anos. Ao ser questionada a respeito dos motivos que levariam às agressões que sofria, afirma que:

Ele falava muito de ciúme, que ele tinha muito ciúme de mim, que não sei o quê... Eu não podia conversar com ninguém, nem com as minhas amigas, ele tinha raiva que eu conversava com minhas amigas, ele não gostava quando que eu tava junto com minha família. Todo tempo eu não podia ter vizinho, eu sempre morei sem vizinho, sempre me levou pra lugares assim, que a gente sempre trabalhava muito na roça e quando era pra pedir a casa “tem casa separada?” Sempre foi sozinho, sempre foi muito sozinho. Ele falava que era por causa das crianças, que tinha criança porque não sei o quê... que não era bom ter vizinho (MARIA 1, 2014).

Em sua narrativa, Maria 1 evidencia o quanto o seu companheiro a privava do espaço público, mantendo-a em uma espécie de cárcere privado moderno para que não tivesse nenhum contato com outras pessoas nem estabelecesse uma rede social que a ajudasse a superar sua condição de violência. Os demais membros da família também eram encarcerados e sofriam com os sentimentos de posse, ciúme e obsessão de seu companhei-

12. Pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (2010), realizada pela Fundação Perseu Abramo por meio do Núcleo de Opinião Pública e em parceria com o Sesc.

ro. Ele a obrigou também a abandonar qualquer relação com sua família e amigos, o que fez com que Maria 1 vivesse exclusivamente em função da casa, dos filhos e do marido.

Conforme Saffioti (1979), o espaço das mulheres é restrito e vigiado por valores norteados de poder patriarcal, no qual a supremacia do homem perante a mulher se instala na vida social e, principalmente, na vida privada, mas que também se apresenta de maneira negativa para os homens. Desde a tenra idade, impõem-se ao homem padrões de comportamentos masculinos que são construídos indicando um tipo ideal. Discursos médicos, jurídicos e religiosos pregam um modelo masculino de ser com exigências de formas ideais de virilidade, de provedor do lar e da casa que em hipótese alguma poderia demonstrar seus sentimentos, emoções e choro. O patriarcado é, portanto, uma máquina que tem por base o controle e o medo.

No desenrolar da entrevista, questioneei Maria 1 a respeito do que diria para uma mulher que estivesse passando por situação de violência. Em sua fala sobressai justamente o sentimento do medo, que fez com que seus atos de rebeldia, de luta, de agência e de participação¹³ fossem aniquilados por micropoderes que a vigiavam e a subjugavam o tempo todo.

Os mecanismos de dominação sutilmente disseminados e vivenciados por Maria 1 formam uma rede de minúsculos poderes que influenciam hábitos, costumes e práticas sociais de uma sociedade, e que é chamada por Michel Foucault (2000) de micropoderes. Para o autor, os micropoderes são as implicações decorrentes dos mecanismos de força que operam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado e das relações sociais.

Em sua genealogia do poder interessam-lhe, por exemplo, as formas múltiplas e difusas pelas quais o poder é exercido sobre o corpo, os comportamentos e os sentimentos dos sujeitos, que se moldam e se tornam transmissores de poder. O princípio do disciplinamento é colocar cada indivíduo em seu lugar e, também, em cada lugar colocar um indivíduo, articulando os controles locais e as redes ao ampliar os efeitos dos mecanismos disciplinares como o castigo, a punição e o treinamento do corpo

13. Maria da Glória Gohn (2008) entende por “agência e participação” os processos de vivência que imprimem sentido e significado a um grupo ou indivíduo, tornando-os protagonistas de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou a ações individuais e gerando novos valores e uma cultura política nova.

na dimensão tecnológica da vigilância e na disseminação dos dispositivos de segurança da vida humana (FOUCAULT, 2000).

Dessa forma, esses micropoderes podem ser percebidos no modo como os discursos normativos são moldados, nos julgamentos de valores morais que são depositados sobre essas mulheres que resolvem deixar o lar e que não se enquadram no modelo ideal feminino. E a mulher que vive no século XXI ainda carrega os micropoderes e preconceitos, como a exemplo de Maria 1, que foi forçada a optar por humilhação e sobrevivência diárias:

Eu falaria o que o meu filho falou pra mim, o que bateu lá no fundo: “toma vergonha na cara e sai dessa vida”, apesar de que não é falta de vergonha na cara. É muito medo, é medo. Meu filho achava que era falta de vergonha na cara, mas não era, era medo do que ia acontecer depois, medo de não ter o que dar pra comer pros meus filhos, porque com ele eu apanhava, mas meus filhos tinham o que comer todos os dias. É... medo de você ficar desempregada, medo do que vão falar, do que vão achar [...].

[...] Pode dar a volta por cima, mesmo que sofrido não é fácil, não é fácil, não é fácil você sair na rua e todo mundo te olhar, não é fácil você procurar um emprego e fecharem as portas, não é fácil... Dá vontade de voltar pra trás assim pelo que eu tinha, mas nem isso eu sinto mais falta [...] (MARIA 1, 2014).

Para seu filho adolescente de 17 anos, Maria 1 teria como sair da situação de violência e impunidade recorrentes, que ela não deveria aceitar. Sua sobrevivência era diária e encontrava maneiras de viver um dia de cada vez. Para ele, o “toma vergonha na cara e sai dessa vida” quer dizer “por que viver nessa situação?”. Contudo, ela justifica sua permanência por meio de sentimentos como o medo, por ter que viver uma situação que não sabe enfrentar e também pelo seu papel materno, que, por ora, se colocou mais forte, aproximando-a da imagem de santa e de mártir que deve sofrer pelos seus filhos.

Muitos são os motivos que conduziram Maria 1 a permanecer nessa relação violenta: o medo de perder a guarda de seus filhos, o constrangimento e a vergonha perante a família e os amigos, a culpa por não conseguir manter um casamento feliz, a falta de capacitação profissional para sobreviver sozinha, a dependência emocional e afetiva que tem de seu companheiro, as ameaças que sofre cotidianamente quando diz que vai embora e, por

fim, a falta de recursos financeiros para deixar o companheiro, relacionada primordialmente à subsistência dos seus filhos e não de si mesma.

Estar imersa num ciclo de violência, cobranças e imobilização das representações tradicionais de mãe, esposa, companheira, e que parece infindável, torna-se cada vez mais insustentável para as Marias. Esse encarceramento dificulta ainda mais a tomada de decisões que possam criar alternativas para driblar as situações recorrentes de violência e assumir novamente o controle de suas vidas. Tanto é que Maria 2 nos relata como foram as suas preocupações e dificuldades em tomar a decisão “a partir de agora eu não quero mais”:

[...] mas era difícil, pois até hoje ele é muito dramático, ele faz muito drama, ele se faz muito de vítima. Então no começo eu me sentia muito culpada, porque minha mãe aguentou tudo até morrer, eu me sentia culpada, casamento era pra sempre e eu sentia que eu precisava... Demorou... Até que eu aguentei bastante, 20 anos casada... [choro] (MARIA 2, 2015).

Além dos sentimentos de medo anteriormente mencionados, a culpa torna-se recorrente nesses discursos, pois, como socialmente construído, as mulheres foram criadas para “sustentar” um casamento, anulando-se perante o relacionamento ao deixar em segundo ou terceiro plano as suas decisões e escolhas pessoais e ter de tolerar traições, bebedeiras e agressões. Segundo relato de Maria 2, foi isso o que havia acontecido com sua mãe.

Maria 2 se sentia presa nessa relação, pois logo depois das brigas seu marido se mostrava arrependido, pedia desculpas e jurava que nunca mais iria agredi-la. Assim, ela buscava mais uma vez salvar seu casamento, acreditando no arrependimento e desistindo de deixá-lo. Isso até a próxima bebedeira. Em pouco tempo, a relação ficava agressiva novamente, os xingamentos, calúnias e difamações voltavam, e as ameaças de mais diversas formas, também.

Assim, acreditando que o agressor poderia mudar seu comportamento, Maria 2 insistia em permanecer ao lado do marido. Para Saffioti (2004), o fato de as mulheres serem responsáveis pela educação dos filhos pode levá-las a acreditar que serão capazes de mudar o comportamento do seu companheiro agressor, mas, na verdade, ninguém muda ninguém. E ainda quando ela decide optar pela separação, inúmeros questionamentos permeiam sua decisão, por exemplo: será que devo me separar agora? Para onde levo as crianças?

E se ele vier atrás de mim? Como vou sustentar meus filhos? E se eu perder a guarda das crianças? O que a minha família e meus amigos vão pensar?

Os sentimentos de medo, culpa, insegurança e solidão são reforçados pela associação da violência com o poder que quase sempre é relacionado ao masculino. O homem utiliza de procedimentos violentos contra sua companheira, valendo-se das dimensões do poder daquele que seria o provedor e mantenedor da honra familiar, podendo usar sua autoridade para punir, exigir e agredir os demais componentes da família. Sobre a mulher recaem os papéis de cuidar dos filhos e lidar com as tarefas domésticas, estando subordinada aos desejos do homem. Tais relações atingem de maneira mais cruel o âmbito social a partir do momento em que expressões de gênero são incorporadas, reproduzindo poderes diferenciados entre homens e mulheres, nos quais os homens foram educados para controlar e dominar suas mulheres e filhos, enquanto as mulheres deveriam criar e cuidar dos filhos, do espaço doméstico e do marido.

A mulher em situação de violência doméstica, para agradar o seu companheiro agressor, passa a renunciar não somente seus sentimentos como também os desejos e vontades próprios. Com isso, sensações de inutilidade e baixa autoestima – o “eu não sou capaz” – são desenvolvidas diante das agressões constantes. Sua condição de vítima faz com que ela seja anulada enquanto mulher, perdendo, assim, a valorização de si mesma e o amor próprio, tão caros para o processo de emancipação e agência dessas mulheres.

Essas situações são agravadas, inclusive, quando elas resolvem recorrer à justiça para sair da situação vivenciada. Isso porque as expressões de gênero não foram totalmente assimiladas por todos aqueles que são responsáveis pela execução das políticas públicas para as mulheres em nível político e operacional (LIMA, 2009). Assim, nos julgamentos, absolvições e condenações, ainda se percebe a difusão do ideal de família por parte dos juristas, que acabam reafirmando as assimetrias das relações de gênero.

Essa realidade nebulosa, que difere teoria (em especial, da Lei Maria da Penha) e prática (dos agentes das instituições especializadas em atendimento às mulheres em situação de violência), foi observada na cidade de Marília (SP), o que evidencia a ineficácia das políticas públicas de combate à violência e a necessidade de serem traçadas novas estratégias que fomentem o combate de forma ativa.

Poderíamos dizer que as mulheres vítimas de violência doméstica são sobreviventes?

O conceito de sobrevivente desenvolvido por estudiosos a partir dos testemunhos de Primo Levi passou a fazer parte de nossa pesquisa, com as devidas distinções de tempo e espaço. Situando-o na direção das experiências e dos relatos das Marias, percebemos que estas podem ser consideradas sobreviventes da violência doméstica. Cada ato violento e as agressões cometidas contra elas fizeram-nas prisioneiras dos seus próprios ambientes domésticos. As Marias, imersas nas “zonas de sombra e nos não ditos” (POLLAK, 1989, p. 9), passaram longos anos (Maria 1, 15 anos; Maria 2, 17 anos; Maria 3, 7 anos) envoltas em medos, silêncios, temores, agressões e confinamentos.

Os que se salvaram de situações assim traumáticas, os sobreviventes, segundo Agamben (2008), remetendo a Primo Levi, tornam-se testemunhas, ou seja, são aqueles que viveram o evento e foram até o seu final. Agamben pontua quão difícil é para o sobrevivente justificar a sua própria sobrevivência e, assim, muitos preferem ficar em silêncio. Além disso, há o agravante que se coloca na dificuldade de testemunhar sobre um acontecimento do qual esteve muito próximo, do qual foi um agente, um ator e, principalmente, a vítima. Há também obstáculos da incredibilidade, os julgamentos, as reprovações, que permeiam os ouvintes ainda com a vontade de esquecer (RICOEUR, 2007). Além do mais, Ricoeur pontua que “há testemunhas que jamais encontram a audiência de escutá-las e entendê-las” (RICOEUR, 2007, p. 175).

A categoria sobrevivente – apresentada por Agamben, a partir dos sobreviventes de campos de concentração nazifascistas, e por Possas (2015)¹⁴, quando trata dos campos de concentração argentinos – pode ser relacionada às experiências traumáticas das mulheres que experienciaram a vida no limite. Contar a sua própria sobrevivência, ainda mais no ambiente domésti-

14. “[...] entre 1976 e 1982 funcionaram na Argentina 340 campos de concentração/extermínio distribuídos por todo o território nacional, sendo a sua complexidade devido a variações pelo número de presos quanto pelo tamanho das instalações. A Província de Córdoba, território do III Corpo do Exército, comandada pelo oficial por Luciano Benjamin Menéndez, “Cachorro”, condenado em 2001, a prisão perpétua, se encontravam quatro: La Perla (1976-1979); D2 Bomberos (1976-1978); La Ribera (1975-1979) e D2 Cabildo (1977 a 1983)” (POSSAS, 2015, p. 68, nota 21).

co, não é fácil. Por isso, muitas mulheres se calam diante da vergonha, dos julgamentos e das reprovações, que estão permeados pelas representações sociais que as desqualificam, principalmente quando elas procuram atendimento especializado e a justiça não confere credibilidade a seus testemunhos. Maria 1 viveu esse sentimento de ser julgada pela incredibilidade do seu testemunho quando procurou a Delegacia da Mulher pela primeira e única vez, com o objetivo de preservar a guarda de seus filhos:

Teve a audiência e o promotor mandou eu voltar embora e cuidar dos meus filhos. E eu falando pro promotor que eu tava sendo agredida, eu chorando dentro da sala de audiência, e o promotor mandou eu voltar embora e cuidar dos meus filhos. Eu não tinha pra onde ir e eu tive que voltar. Aí eu nem procurei mais, porque eu desanimei eu falei não, por que que lei é essa? Que a gente vai fala pro cara “Ô, eu tô sendo agredida! Eu tô levando nome, eu tô apanhando na cara, levando tapa na cara, levando um monte de nome”. “Volta e vai cuidar dos seus filhos, ele é um cara trabalhador” (MARIA 1, 2014).

Maria 1 vivencia uma mistura de sentimentos como dor, sofrimento, vergonha, incapacidade, arrependimento e ódio, quando, ao criar coragem em procurar a justiça, seu testemunho não é reconhecido pelo promotor, que pede que ela volte para casa para cuidar de seus filhos. Maria 1 torna-se “vítima de si mesma” ao ser culpabilizada por algo que não cometeu devido à boa “conduta” de seu agressor, que era visto como um homem trabalhador. Diante da dificuldade de justificar sua própria sobrevivência, Maria 1 realiza a tentativa, mas suas queixas não são ouvidas e ela interioriza mais uma vez suas angústias e frustrações, permanecendo no silêncio e na possibilidade de nunca mais falar das agressões diárias.

Apesar de estarem em condição de vítimas, as Marias acabam encontrando brechas diárias de lutas, sobrevivências e resistências, que acabam por fortalecer-las diariamente e torná-las realmente sobreviventes. Pelo depoimento de Maria 1, são visivelmente percebidas as dificuldades apresentadas às mulheres sobreviventes da violência cometida geralmente por seus esposos ou companheiros em seus lares. O discurso jurídico baseado no patriarcalismo e nas representações de gênero arraigadas em nossa sociedade desqualifica os conflitos de violência doméstica como policial, fazendo com que a mulher que procura atendimento com o objetivo de sair

das situações vivenciadas volte para sua casa sem solução para o problema e seja constantemente (re)vitimizada (LIMA, 2009).

Diante das situações violentas enfrentadas cotidianamente por essas mulheres sobreviventes (no que se refere às agressões ativamente cometidas por seus companheiros, mas também àquele tipo de violência social que acontece no espaço público, sobretudo nos jurídicos), questionamentos são colocados e ressignificados a partir do momento em que a testemunha resolve falar: como contar a sua própria morte? Para que contar a sua própria morte? Para quem contar a sua própria morte?

Essa condição de viver a vida no limite dentro do espaço intrafamiliar é estar suscetível a todos os atos violentos, sendo estes despercebidos pela justiça, pois se restringem a punições e possibilidades dentro do privado. As mulheres são vistas como objetos ou “coisas”, o que autoriza o macho a alimentar seu sentimento de posse sobre ela e reflete, principalmente, sobre seus sentimentos de anulação enquanto mulher portadora de direitos e dona das suas próprias escolhas, além de provocar a perda da autoestima e vaidades tão caras para a sociedade atual. Esse sentimento de não existência, de não ser ninguém está presente na experiência vivenciada por Maria 1, chegando ao ponto de ela se sentir um “lixo”:

Não tinha autoestima, não tinha autoestima, nada, nada, nada, nada, nada... Eu acho que tô dando uma melhoradinha agora, mas não tinha, me sentia lixo, sabe assim? Me sentia um lixo, me sentia ninguém [...].

Eu já nem tenho vaidades [risos], então, aí que piorou, nossa! Eu fiquei muito acabada! Demais, demais! Eu não tinha vontade de me cuidar, não tinha vontade de... Tinha dia que não dava vontade de sair da cama, escovar os dentes e levantar, eu não tinha vontade. Tanto é que durante esse tempo que eu tomei calmante eu me acabava no calmante pra mim ficar dormindo [...] (MARIA 1, 2014).

Maria 1 julga incurável seu mal e desiste de viver diante da situação traumática em que se encontra. Esse tipo de violência psicológica é a mais silenciosa e deixa marcas ainda mais profundas por não ter um caráter momentâneo e sim acumulativo. Ela é caracterizada por qualquer conduta que resulte em danos emocionais como a diminuição da autoestima,

humilhações, desvalorizações, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, entre outras. O companheiro usa esse tipo de agressão para denegrir a imagem da mulher e, como consequência, ela passa a se sentir desprezada, sem valor e um “lixo”, fazendo com que perca, com o passar do tempo, sua autoestima (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Agamben retoma sua discussão sobre o testemunho e os sobreviventes a partir do jargão dos campos de concentração sobre o muçulmano, que segundo ele é “o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros [...] era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia” (AGAMBEN, 2008, p. 49). Desse modo, o muçulmano é o intestemunhável, aquele que, pela situação extrema a que era submetido nos campos de concentração, passa a ser considerado um inumano, que não está tanto no limiar entre a vida e a morte e sim no limiar entre o homem e o não homem.

Para Agamben, as testemunhas integrais são os muçulmanos, pois já perderam a capacidade de observar, de recordar, de medir e de expressar e chegaram ao final do poço, ao contrário dos sobreviventes, que são exceções e preservam ainda traços humanos. O que está em jogo é continuar sendo ou não um ser humano e conseguir conservar a dignidade e o respeito de si mesmos e a liberdade de escolha; no entanto, em situações extremas, isso é praticamente impossível (AGAMBEN, 2008).

As Marias cujos relatos foram escutados e estão sendo aqui elucidados passam por situações cambiantes: ora vivem situações extremas de violências de todos os tipos, ora passam por condições de pensar sua própria vivência tomando consciência do seu lugar enquanto mulher portadora de direitos. Elas não chegaram à condição do muçulmano a que se refere Agamben, ou seja, aquele que não testemunha, aquele que perdeu seus direitos ao ponto de não ser mais humano, mas, sim, são sobreviventes que enfrentaram as situações limites e conseguiram agenciar suas próprias vidas.

Após muitos anos em situação de violência, Maria 2 não se sente mais amedrontada e envergonhada, pois passa a conseguir se fazer ouvir e a respeitar seus próprios sentimentos, superando a impotência diante da relação com seu companheiro e com seus filhos. Suas principais manifestações de passividade, culpa e sofrimento vão se diluindo em detrimento de sua força e garra para dar um basta e sair dessa relação. Diante de sua condição de sobrevivente e após elucidar os episódios traumáticos a que foi submetida e

os sentimentos vividos, como medo, angústia, dor, culpa, Maria 2 passa a ter dó de seu companheiro e começa a percebê-lo como “doente”:

[...] eu tinha muita dó. Bom, a partir do momento que eu decidi que eu não era aquilo tudo que ele falava, eu comecei a ter dó. Dó... Aí que eu comecei a não querer sentir raiva e... ele tem problema, ele tem problema e precisa de ajuda que ele cria uma fantasia na cabeça dele ao meu respeito, que falava como se fosse real [...] (MARIA 2, 2014).

As Marias entrevistadas tinham como símbolo a imagem do casamento perfeito, que seriam felizes para sempre com seu marido e filhos e, mesmo em situação de violência, nutriam a esperança de que seu companheiro agressor um dia iria mudar e as coisas iriam melhorar (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). Em seus relacionamentos perdurou por anos o misto de esperança e decepção, fazendo apenas com que sua condição de sobrevivente se acentuasse, pois as agressões e os constrangimentos não tinham fim.

Sendo a violência uma questão de violação dos direitos humanos, ao decidirem sair dessa condição, as Marias começam a buscar reações para a efetivação de seus direitos. Engajam-se em inúmeras mobilizações e estratégias de sobrevivência e fortalecem suas relações de agência ao retornarem aos estudos, ao se inserirem em grupos de mulheres diversos e ao começam a ter uma renda própria, encontrando maneiras de atuarem contra as instituições existentes.

Uma das mobilizações que ajudou Maria 1 a não retornar para sua situação de violência foi a sua inserção na Padaria Comunitária de um bairro da zona sul da cidade de Marília, onde ela se profissionalizou no ofício de panificação. O grupo é composto por mulheres da região, com idades diferentes, que vendem os produtos e dividem o lucro entre si. Esta pequena renda, além das conversas entre as “meninas”, como ela mesma nomeia, contribuiu para o processo de empoderamento de Maria:

Ajudou bastante e as histórias das meninas também me ajudaram bastante, conselhos das meninas me ajudaram bastante e não vou voltar mesmo! Principalmente agora, não vou, não vou... A gente vai conversando, se enturmado ali e uma conta os problemas pra outra, nossa, faz um trabalho na cabeça da gente muito bom, muito bom (MARIA 1, 2014).

Em seus encontros diários com esse grupo, Maria 1 começou a se abrir, contar e ouvir histórias de dor e sofrimento, e de superação e luta também, num lugar em que sua fala era ouvida. Os conselhos que recebia também foram extremamente importantes para que ela continuasse com a ideia de que era capaz de criar os seus filhos sozinha e de lutar por uma vida melhor, além-sobrevivência. As outras mulheres que frequentavam o grupo não necessariamente tinham sofrido violência do marido, mas tinham histórias de vida e experiências marcantes e sofreram violências na sociedade pelo simples fato do “nascer mulher”:

Nem todas... algumas é que a história de vida é... de dificuldade, não sofreram violência com o marido, mas na sociedade sofreram, às vezes com os pais. Então ali é assim, tem todo o tipo de história, tudo que você imaginar ali tem: mulher que separou do marido e não tinha uma renda, aí “vou aprender a fazer pão pra poder vender”, e aí foi e aprendeu (MARIA 1, 2014).

A partir das narrativas das Marias, podemos perceber como as relações de poder são intrínsecas à vida cotidiana dessas mulheres, que assumem diferentes estratégias para “burlar” as amarras da sociedade patriarcal e lutam por uma vida mais digna e livre de dor e sofrimento. A violência contra a mulher constitui-se na principal violação dos direitos humanos das mulheres e é tolerada pela sociedade ao manter-se a impunidade acomodada na ideia de que esse fenômeno é próprio da natureza humana (TELES, 2007).

Considerações finais

Para a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), todos os cidadãos são iguais perante a lei e possuem plenos direitos à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Contudo, sabemos que a existência de leis não quer dizer que haja a presença dos direitos e suas efetivações nas práticas democráticas.

Para Teles (2007), falar de direitos humanos para as mulheres ainda é um tema novo e, assim, passível de diversas críticas, pois, para alguns, isso não passaria de privilégios para as mulheres. E por isso o tema dos direitos humanos das mulheres deve ser tratado recuperando-se conceitos históri-

cos e lutas políticas que já foram travadas em torno dele, sendo esta uma necessidade que se impõe para prosseguir na luta para a sua efetivação.

A violência emerge em situações em que uma das partes ou ambas não cumprem os papéis e funções de gênero imaginadas como naturais. Assim, a violência contra a mulher é uma expressão que sintetiza a realidade e destaca uma situação absurda em que elas têm seus direitos humanos violados porque são mulheres (TELES, 2007).

Por fim, descobrimos que as mulheres que vão à procura de órgãos institucionais de atendimentos são mulheres diferentes, com experiências e realidades de vida muito distintas uma das outras, sendo impossível pensar em uma política pública que atenda a necessidades únicas. Além disso, as delegacias especializadas não oferecem estrutura ou profissionais preparados para acolher as vítimas e estas acabam recebendo atendimentos displicentes e mal-orientados, fazendo com que desistam da denúncia e se caleem diante das violências.

A falta de credibilidade de seu testemunho acentua as dificuldades que elas apresentam de relatar a sua história diante do processo traumático de violência a que foram submetidas. Por essa condição, as mulheres entrevistadas foram consideradas por nós como sobreviventes da violência doméstica e de cada ato violento cometido contra elas, tornando-se prisioneiras dos seus próprios lares.

As Marias que compuseram o campo de pesquisa delimitado e como entrevistadas encontraram ao longo dos anos de violência vivenciada diversas barreiras no que se refere à vergonha de falar e assumir o papel de “mulher em situação de violência”, o que é evidenciado pelo medo de serem tachadas como fracassadas diante do término do casamento, pela desaprovação da família e amigos próximos e pelo medo de não terem como sustentar seus filhos, de não terem para onde ir.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 25-48.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** [Lei Maria da Penha]. Brasília: SEPM, 2006.

CELAN, Paul. Pressão da luz. In: _____. **Cristal**. São Paulo: Iluminuras, 2011. p. 137-145.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Pesquisa de opinião pública. São Paulo: FPA; Sesc, 2010. Disponível em: <<https://fpaprod2.hacklab.com.br/wp-content/uploads/2011/02/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Coleção questões da nossa época, v. 123.

JODELET, Denise (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. As práticas de administração de conflitos de gênero no cotidiano das delegacias de polícia. **Dimensões**: Revista de História da Ufes, v. 22, p. 117-139, 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Representações de gênero e atendimento policial a mulheres vítimas de violência. **Interthesis** (Florianópolis), v. 6, p. 61-85, 2009.

ONU. **Mulheres trabalham cada vez mais, mas continuam ganhando menos que os homens, afirma Banco Mundial**. Notícias do Brasil, 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mulheres-trabalham-cada-vez-mais-e-ganham-menos-que-os-homens-revela-banco-mundial/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re)leitura do cotidiano. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 57-73, 2007.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. Testemunhas e sobreviventes, a (re)invenção de identidades. Viuvez, gênero e o estado de exceção na América Latina. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 1, p. 61-75, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/24602/13608>>. Acesso em: 27 out. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas**, ano 2, p. 443-461, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018/5528>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas: uma investigação e processos criminais cariocas (1890-1930). **Revista Brasileira de História**, n. 18, p. 199-216, 1989.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

Movimento feminista e as concepções de gênero e violência geracional

Maria Beatriz Nader

Luciana Silveira

O uso do gênero, como categoria de análise das construções sociais do feminino e do masculino, inegavelmente tem sua história atrelada à trajetória do movimento feminista dos anos de 1970. Foi nessa época que as mulheres saíram pelas ruas em passeatas confrontando ideias e exigindo igualdade entre os sexos, bradando pela liberdade do direito de dizer sim ou de dizer não. Considerado como o movimento social mais importante do século XX, o feminismo não ficou restrito aos desejos e às mudanças somente do comportamento das mulheres, uma vez que toda sociedade sentiu não só as transformações que esse movimento implementou na vida feminina como também incorporou, em seus diversos setores, mudanças que proporcionaram um novo relacionamento entre homens e mulheres.

Foi naquela década que uma grande parcela de mulheres da sociedade brasileira iniciou um processo de questionamento a respeito da opressão machista e dos códigos da sexualidade feminina que coíbiam as mulheres e as prendiam a certos modelos de comportamento ditados pela sociedade de consumo. Foi aquele o momento em que as feministas buscaram entender como o conceito de mulher que as colocava no lugar social de sombra do homem era um modelo de convivência entre os sexos que lhes dava o direito de serem apenas auxiliares do desenvolvimento intelectual e financeiro do homem, tanto no mundo público como no ambiente privado (RAGO, 2003; ROGERS, 1993).

Surgiram daí questionamentos e logo ocorreu o entendimento das diferenças hierárquicas que permeavam as relações entre os homens e as mulheres, o que proporcionou a visibilidade de inúmeras controvérsias a serem contempladas e resolvidas. Ou seja, as mulheres passaram a buscar respostas a conflitos de interesses que há muito vinham precisando ser submetidos à apreciação de estudos conceituais, no sentido de fazer a sociedade entender que determinadas demandas estavam por ser resolvidas.

As causas das mulheres emergiam naquele momento de incertezas que abatiam o país, em meio à ditadura política e à insegurança econômica que causava uma enorme inflação. Era uma época de mudanças e de necessidade de novas formas de viver que se adaptassem às transformações ocasionadas pelos movimentos sociais ocidentais, principalmente aqueles que diziam respeito à juventude, às transformações pontuais que permitiriam o desenvolvimento das forças produtivas e aos movimentos liderados por jovens descontentes com o sistema político e capitalista. Aliás, foi exatamente nessa oportunidade que: o movimento sindical voltou como força social e política buscando rupturas profundas no modelo socioeconômico organizado pela elite dominante do país; surgiram comissões de operários que lutaram pelo controle de fábricas; assembleias populares e comissões eclesiais de base lutaram por liberdades democráticas; grupos estudantis buscaram exercer o poder de participação dentro das universidades, mostrando sua força em protestos contra todos os problemas brasileiros e não somente aqueles que se enquadram nos aqui já listados. Foi, portanto, em fins dos anos de 1960, e durante toda a década seguinte, que o país testemunhou enormes mobilizações populares nas quais trabalhadores, estudantes e alguns setores, notadamente da classe média, foram às ruas dizer um basta ao regime de exceção e, subjetivamente, mostrar a vontade de mudar a realidade. Foi a época em que o país testemunhou novos movimentos sociais que se travestiram de um enorme potencial político reformador que inovou e modificou significativamente o modo de pensar dos brasileiros. Nesse contexto, não tinha mais como a mulher viver sob a égide da hierarquia patriarcal que determina dependência, obediência e, principalmente, alienação da sociabilidade cotidiana.

As mulheres, que, desde fins do século XIX, buscavam romper com padrões de valores e de comportamentos que as colocavam em situação de pertencimento ao outro, foram às ruas para protestar contra as relações

hierárquicas entre homens e mulheres, principalmente aquelas que as submetiam à violência e aos interesses masculinos que promoviam a divisão sexual do trabalho. O marcante entendimento feminino, sobretudo das jovens acadêmicas do período, era que, se as mulheres poderiam sair às ruas para protestar contra as políticas e a violência do regime ditatorial do país, por que, no retorno às bases, deveriam “servir” aos seus colegas, namorados, irmãos, pais ou maridos? Não estariam eles também sendo ditadores de um regime social e doméstico de convivência hierárquica? Por que eles não se colocavam ao lado das mulheres no âmbito doméstico? Por que elas deveriam continuar vivendo à sombra deles?

Em decorrência de tantas questões, as mulheres feministas compreenderam que a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente nas diferentes sociedades e em diversos períodos históricos. Por isso, naquele momento, era importante conhecer a estruturação e a evolução dos sistemas de gênero, ou seja, dos conjuntos de papéis sexuais, assim como as suas relações e representações que definem culturalmente o feminino e o masculino, concedendo identidade a mulheres e homens. Nesse sentido, o discurso de tal fenômeno expressou-se por paradigmas diversos e amparou-se pelo aparato jurídico, que funcionava como mecanismo de definição e de representação dos papéis genéricos.

Tornou-se, então, de fundamental importância o conhecimento do conceito de gênero e sua ligação direta com a percepção das diferenças entre os sexos como importante demarcador de poder. E logo a relação hierárquica e de autoridade que se baseia no princípio da superioridade masculina passou a se constituir um ingrediente fundamental para entender os mecanismos de dominação de um gênero sobre o outro.

Um dos principais elementos que levaram as mulheres feministas ao entendimento dessas hierarquias foi a compreensão do conceito de gênero como a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica de seres humanos, além do entendimento de, no âmbito desse conceito, outros fenômenos sociais se faziam presentes nas relações entre os homens e as mulheres. São eles a hierarquia machista do patriarcado e a violência contra a mulher que daí advém, notadamente a violência de gênero que se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o fato de a vítima ser mulher. E como não importa a idade, a cor ou a

escolaridade, a relação hierárquica e de autoridade que se baseia no princípio da superioridade masculina se constitui um ingrediente fundamental dos mecanismos de dominação de gênero.

Dessa forma, conjugando fenômenos que abarcam a hierarquia entre os gêneros, encontramos algumas explicações para os motivos que levaram mulheres, e também homens que entenderam e assumiram serem essas diferenças uma armadilha histórica de controle sexual e de trabalho, a pesquisarem sobre os inúmeros temas que abordam a condição da mulher na história e o conceito de gênero e de identidade numa perspectiva dos estudos sobre a mulher. São trabalhos relevantes de pesquisas que pretendem tornar as mulheres visíveis e redefinem os papéis femininos, que adquirem dimensões bem mais sofisticadas a partir do abandono das simples operações binárias, as quais criam universos antagônicos de acomodação dos sujeitos de acordo com o sexo.

À luz de dados históricos e da utilização de informações fornecidas por diferentes pesquisas que abarcam a discussão a respeito da ordem patriarcal e da imposição de uma hierarquia que deve prevalecer para a manutenção das diferenças entre os sexos, este capítulo pretende propor interpretações conceituais de temas que consideramos ser relevantes para demonstrar como os estudos de gênero e o movimento feminista têm uma ligação estreita, construída nos anos de 1960 e 1970. Assim, o ensaio pretende discutir a essência do conceito de gênero para o movimento feminista, com destaque para temas como violência e diferenças entre gerações, entendendo que a violência de gênero e contra a mulher ocorre desde a mais tenra idade e se estende até as etapas mais avançadas da vida.

Entre o diálogo e a diferença: categorias para a análise da violência contra as mulheres

Desde muito se sabe que a ordem patriarcal impunha que ser homem implica dominar mulheres e nunca se parecer com elas, seres inferiores. Dada a misoginia do pensamento patriarcal, as encarnações femininas da maldade monstruosa sobreabundam em toda a narrativa ocidental, desde a bíblica Eva, que se identifica com a sedutora serpente da encarnação do maligno, precipitando a queda do homem e a perda do paraíso original.

Desumanas ou semi-humanas, as mulheres foram consideradas bestiais, diabólicas ou divinas, mas sempre seres inferiores, plausíveis de controle e de segregação na esfera familiar e doméstica.

Institucionalizada pelo patriarcado, a dominação de um sexo sobre o outro se torna legítima; a condição de desigualdade dos papéis exercidos pelos membros da família e o excesso de poder nas mãos do patriarca dão ao ambiente familiar o *status* de lócus privilegiado de violência contra a mulher. Diante disso, temos conhecimento de que o próprio termo *gênero* emergiu como uma estratégia vocabular de uso descritivo, levada a cabo reciprocamente pelo movimento das mulheres feministas e por pesquisadores(as) concentrados(as) na questão necessária para designar de maneira mais “neutra” e “objetiva” uma face da história que cuidava especificamente do sujeito feminino.

Até o início dos anos de 1970, em todo o movimento feminista foram utilizados os termos “mulher” e “mulheres”, sendo o primeiro em contraposição à palavra “homem”, considerada universal, como forma de reafirmar uma identidade e questões específicas da “mulher”. Nesse sentido, o movimento tinha como objetivo promover a solidariedade e autoestima das mulheres, fazendo ver que aqueles problemas que muitas acreditavam ser individuais eram, na verdade, de ordem coletiva. O movimento discutia situações em que elas eram discriminadas sobretudo por serem mulheres e também por serem pobres, negras ou velhas.

Com o desenvolvimento do debate e os conflitos de interesse no interior do próprio movimento, a categoria “mulher” passou a ser substituída pela categoria “mulheres” na busca pelas diferenças existentes no interior do movimento. Começava-se aí a enxergar que não havia “a” mulher, mas sim as mais diversas mulheres, brancas, negras, índias, pobres, trabalhadoras, “e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas não necessariamente formaria a pauta de outras” (PEDRO, 2005, p. 82).

Por fim, o gênero foi também incorporado à medida que as ativistas perceberam que a categoria “mulheres”, apesar de significar um passo na direção de contemplar as mais diferentes formas possíveis de experiências do feminino, continuava a ver as mulheres de forma isolada, em separado, não dando conta, portanto, das relações entre os sexos, da mesma forma que não integrava a análise da masculinidade que, assim como a feminilidade, acreditavam ser socialmente construída.

Dessa forma, os estudos feministas acompanharam essa trajetória de ampliação da categoria “mulher”, passando por “mulheres”, até chegar à categoria relacional de gênero que ocorria no interior do movimento social. As pesquisas de história das mulheres, a partir daí, multiplicaram-se, tornaram-se responsáveis por demonstrar que o conhecimento histórico era um discurso sexualizado e passaram a denunciar a história universal ou história da humanidade como sendo responsável pela invisibilidade feminina e pelo enaltecimento do homem, branco, abastado e heterossexual.

Uma das críticas iniciais à história das mulheres foi justamente sua origem e seu cunho assumidamente político e ideológico, pois os historiadores do século XX acreditavam que tais características implicariam a falta de profissionalismo e comprometimento da investigação científica. E com base nesses argumentos, promoveu-se uma série de críticas e ataques gratuitos aos trabalhos e à reputação, por exemplo, de Simone de Beauvoir e Natalie Davis, acusadas de não poderem ser boas pesquisadoras, pois feministas, e de sua “filiação” ao feminismo influenciar negativamente suas análises de fontes, tidas até então como “soberanas”.

Talvez por isso, quando a categoria gênero passou a ser incorporada nos estudos feministas, nos anos 1970, alguns pesquisadores das mulheres o fizeram por acreditar que o termo atribuía uma erudição e seriedade aos seus trabalhos, contribuindo para a legitimidade acadêmica dos mesmos. De acordo com Scott (1995), o termo “mulheres” passou, então, a ser substituído por “gênero” nos títulos dos artigos e livros, o que provocou demandas de análises da temática que levaram a diversos posicionamentos teóricos e políticos, entre os quais se destacaram aqueles que iam além das determinações sobre as matizes consideradas femininas ou masculinas. Eram contestações das implicações e limitações que as prescrições de gênero tinham sobre as mulheres e suas possibilidades de trabalho, de formação, do exercício da sexualidade e até mesmo sobre o fato de ser alvo e ter que tolerar uma violência porque o seu sexo assim determina. Como destaca Gonçalves (2006, p. 74), “chegava[-se] ao ponto mais alto da desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres”.

Ao mesmo tempo, as feministas colocavam em cheque a oposição binária expressa de forma fixa e permanente no par masculino *versus* feminino; insistiam no caráter histórico e variável dessa oposição, “em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas – antevendo-se para o futuro a transcendência dessa dualidade cultural” (SOIHET, 1997, p. 279).

Além da recusa ao determinismo biológico e da ênfase no caráter social das distinções entre os sexos, as feministas destacaram, segundo Scott (1992), o aspecto relacional da categoria gênero. Isto é, argumentava-se que os sexos eram definidos um em função do outro e as mulheres não poderiam ser compreendidas se a análise de seu comportamento não levasse em consideração sua relação com os homens, bem como uma análise sobre os homens não deveria ir adiante se estes não fossem concebidos em contraste com as mulheres.

Nesse sentido, na década de 1970, o patriarcado surge enquanto abordagem das análises de gênero. Contudo, ele não se estabelece como uma unanimidade entre as pesquisadoras feministas, pois nem todas enxergavam em tal conceito a melhor maneira de teorizar sobre as desigualdades entre homens e mulheres.

Mary Castro e Lena Lavinas (1992), por exemplo, apontam para uma suposta fixidez do conceito de patriarcado e afirmam que ele não só não permite pensar as transformações nas relações entre homens e mulheres, como também determina que estas estejam sempre no lugar de objeto. Na mesma direção segue a crítica de Elisabeth Souza Lobo (1992, p. 259), ao argumentar que “a formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante”. A autora advoga pelo uso do gênero, pois esse remete a relações sociais e simbólicas construídas culturalmente e, por isso, passíveis de transformação, em vez de relações estabelecidas por uma mecânica de determinação, como implicaria o conceito de patriarcado.

Lia Zanotta Machado (2000), por seu turno, defende que, se bem definidas em suas condições e contornos próprios, é possível identificar as relações patriarcais na atualidade, podendo-se falar em um “patriarcado contemporâneo”. Ela entende que os conceitos de gênero e patriarcado não devem ser tomados como opostos, nem que o conceito de gênero tenha vindo a substituir o de patriarcado. E argumenta que o uso da formulação conceitual do termo patriarcado implica uma significação totalizadora e universalizante, aprisionando os lugares dos homens e das mulheres na história, enquanto o conceito de relações de gênero “não define, *a priori*, os sentidos das mudanças e permite construir metodologicamente uma rede de sentidos, quer divergentes, convergentes ou contraditórios” (MACHADO, 2000, p. 3).

Nesse sentido, são preferíveis, ainda segundo Machado, a utilização do conceito de gênero no lugar de patriarcado e, devido à sua variabilidade, a possibilidade de o mesmo poder ser empregado na investigação de diversos contextos culturais e sociais. O conceito de patriarcado ainda está comprometido com as referências clássicas, sugerindo que a dominação familiar e sexual presente no *domus* latino e no *oikos* grego atravessou toda a história da humanidade, chegando até a contemporaneidade. Por fim, a antropóloga condena o fato de o conceito de patriarcado indicar que a autoridade masculina parece sempre legítima perante os outros indivíduos, como se a hierarquia estabelecida pelos direitos sexuais e paternos dos homens fosse naturalizada e permanesse incontestada nas relações sociais contemporâneas.

Na realidade, o conceito de patriarcado estabelece determinadas funções para os homens e para as mulheres, mas não há, para as teóricas adeptas do conceito, garantias de que ambos cumpram fielmente tais ordenamentos. Aliás, Saffioti (2004) afirma que as mulheres, por exemplo, podem trabalhar no sentido de cooperar ou solapar as bases do patriarcado. Mais cooperam – pois são socializadas na ordem patriarcal de gênero e poucas são aquelas que não portam as ideologias dominantes – exercendo a discriminação contra outras mulheres e educando os filhos para a reprodução do sistema. Sendo assim, o patriarcado institui privilégios para o sexo masculino, pois ele funciona, de acordo com a socióloga, como uma engrenagem, de modo que pode ser movida por qualquer um, inclusive por mulheres, mesmo sem a presença do homem em sua vida.

Por outro lado, Saffioti (2004) afirma que não se deve induzir a conclusão de que as mulheres são as principais responsáveis pela perpetuação do regime, pois acredita ser essa afirmação muito perigosa. Segundo a autora, uma das táticas do patriarcado é justamente a culpabilização das mulheres, especialmente pelos insucessos no seio da família. E ainda que as mulheres contribuam para o processo, elas não recebem qualquer benefício com isso; pelo contrário, o saldo negativo maior é sempre delas.

O patriarcado é uma forma de evidenciar as diferentes maneiras pelas quais os homens exercem o poder sobre as mulheres, pela reprodução, pela sexualidade, pelo trabalho ou pela cultura, e a forma como elas estão entrecruzadas. Enfim, entende-se que nele reside a gênese da sujeição do sexo feminino e a chave para a compreensão da necessidade de os homens dominarem as mulheres. E no mais das vezes, é um domínio que apela para a violência.

Discutindo a violência

Segundo Minayo (1990), a violência pode ser associada a fatores existentes em ambientes urbanos de elevada concentração populacional, desigualdade de riquezas, impessoalidade das relações, fácil acesso a armas de fogo, abuso de álcool e tráfico de drogas, além da baixa renda familiar e violência policial. Esses fatores são encontrados facilmente em todas as regiões do Brasil, notadamente nas periferias e favelas, que são resultado de fluxos migratórios alimentados por uma falsa imagem promissora das cidades pelo ideal de consumo, com ausência quase total de serviços básicos e direitos à cidadania. Ocorre que aí os moradores são as vítimas preferenciais da violência.

Cumprir afirmar que, embora não se possa dizer que a violência esteja presente somente nos bolsões de pobreza e que vários autores advirtam que não se deve atribuir violência e crime às necessidades econômicas, as pesquisas de Barata, Ribeiro e Moraes (1999), Drumond Junior (1999) e Freitas (2000) comprovam as evidências empíricas acumuladas que apontam os bairros populares e as favelas como espaços onde ocorrem as maiores taxas de violência. Além disso, de acordo com Alexandre Diniz, autor da obra *Migração, desorganização social e violência urbana em Minas Gerais* (2005), as intensas correntes imigratórias e a aglomeração de grandes massas populacionais em centros urbanos favorecem, potencialmente, a incidência criminal que concentra agressões individuais que transcendem o nível social, refletindo, sem dúvida, a dominação de um grupo e a subordinação do outro.

Entende-se, portanto, que essa mesma violência que permeia a sociedade urbana, entranha-se em todas as camadas sociais e atinge seus mais diversos segmentos também alcança aquelas parcelas que são mais suscetíveis, como as crianças, as mulheres, os idosos e outros indefesos (NADER, 2011). E desse grupo, a mulher, seja criança, adulta ou idosa, é a que vive em situação de maior vulnerabilidade, na maioria dos casos, pela sua condição física, psíquica e muitas vezes de dependência financeira, isto é, a mulher tem pouca ou nenhuma capacidade de defesa e de resistência, o que potencializa a violência contra ela praticada. Além do mais, a violência contra a mulher guarda estreita ligação com o poder que permeia as relações de gênero.

Minayo e Souza (1993) ainda asseveram que a violência é uma ação intencional, realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais, implicando a utilização da força física ou da coação psíquica ou moral. E pode ser tipificada como violência *estrutural* (representada pelas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida), violência *delinquente* (expressada por indivíduos ou grupos que promovem ações contra cidadãos ou patrimônios) e violência *cultural* (que se expressa entre pares, a exemplo das agressões entre cônjuges). Na lógica desse raciocínio, a violência não se reduz à criminalidade e envolve tanto homens quanto mulheres, que podem converter-se em vítimas ou ser autores de atos violentos.

Em suas tendências históricas, a problemática da violência é condizente com a natureza do social, e as culturas nas quais os homens se inseriram lhe ensinaram que a norma é dominar, obrigatoriamente não perder oportunidades e acreditar que sempre, ou quase sempre, devem ter seus desejos satisfeitos. Assim, os valores culturais que intervêm e determinam os padrões morais de cada sexo, de certa forma, fazem prevalecer o poder dos homens mais fortes sobre outros, e entre eles esse fenômeno aparece nas rixas que geram cadeias insolúveis de vinganças, armadas ou não. Logo, a violência que envolve os homens é perpassada pela lógica da violência estrutural, delinquente e cultural, conforme asseveram Minayo e Souza (1993).

Quanto à violência praticada pela mulher ou contra ela, observa-se seu enquadramento mais bem representado na violência estrutural, propiciada pela desigualdade de direito, que pode ser protagonizada pelo membro de uma determinada sociedade, do mesmo sexo ou não, e pela violência tipificada como cultural, que envolve as relações entre homens e mulheres e tem características de desigualdade de gênero.

Muito embora haja o enquadramento da mulher como vítima ou como algoz nas tipificações das violências estrutural e cultural, a violência que se comete contra uma mulher e a que se comete contra um homem têm características diferentes. Para o entendimento da complexidade da violência contra a mulher, é de fundamental importância o conhecimento do conceito de gênero e sua ligação direta com a percepção das diferenças entre os sexos como sendo importante demarcador de poder. Se o conceito de gênero é a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica de seres humanos, a violência contra a

mulher se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, ou seja, o fato de a vítima ser mulher.

Nas sociedades alicerçadas nos preceitos do patriarcado (NADER, 2001; LIMA, 2006), a relação hierárquica e de autoridade se fundamenta no princípio da superioridade masculina que se constitui em um ingrediente essencial dos mecanismos de dominação de gênero.

Tomando-se a teoria do dualismo hierarquizado como raiz da violência de gênero, a consideração de inferioridade feminina resulta em interesses de subordinação da mulher, colocada como ser inferior. E na medida em que buscam desconstruir os papéis sociais estabelecidos, uma vez que estes se modificaram muito nos últimos anos, enquanto a ideologia baseada naqueles preceitos, não: ela encontra resistência dos que querem manter o *status quo*, e quase sempre com atos agressivos, independentemente da idade da mulher.

Violência contra a mulher idosa

A opção por discutir as representações de gênero e a construção dos papéis sociais sob o regime do patriarcado a partir da violência contra as mulheres idosas advém de alguns fatores. Entre eles, destaca-se o fato de a velhice ter se tornado uma questão muito dinâmica na atualidade, não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo, sendo incorporada, ainda que timidamente, como tema de pesquisas acadêmicas e de políticas públicas, das quais se pode citar a Política Nacional do Idoso, de 1994, e o Estatuto do Idoso, de 2003. As estatísticas sobre o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população inundam jornais e revistas e preocupam especialistas, demonstrando que há muito ainda para avançar em termos de garantia de direitos e de cuidados com esses indivíduos.

Nesse contexto, é importante assinalar que o envelhecimento se constituiu em uma experiência predominantemente feminina, dando origem, inclusive, à expressão “feminização da velhice”, frequentemente mencionada nos estudos sobre o tema e que se expressa no fato de a longevidade feminina ser maior que a masculina. Michelle Perrot (2012, p. 42) explica, no livro *Minha história das mulheres*, que, devido a uma série de fatores, como “os progressos da obstetrícia e da ginecologia e o melhor

regime alimentar das mulheres, que vão ao médico e são mais sóbrias”, a velhice é de fato um empreendimento feminino. A precaução, segundo a historiadora francesa, é traço da educação feminina e o risco é inerente à cultura da virilidade. Tal tese também é empregada por Hardy e Jiménez (2001) ao tratarem da masculinidade e do gênero no contexto da saúde pública. Essas pesquisadoras afirmam que correr riscos faz parte da “natureza do homem” e a alta mortalidade é, por isso, um preço da masculinidade. Citam uma série de comportamentos que são culturalmente fundamentados e que concorrem para tanto, como a maior exposição à violência, acidentes, envolvimento com o alcoolismo e suas consequências, com atividades de trabalho mais perigosas, violentas e que demandam maior força física. Além disso, essa exposição aos riscos também se estende para a saúde reprodutiva dos homens, que, de acordo com Hardy e Jiménez, habitualmente não se protegem e, por isso, predominam nas estatísticas de mortalidade por HIV. O modelo de masculinidade tomado como referência traz ainda o agravante de dificultar a aceitação por parte do homem de que está enfermo e a busca por ajuda médica, pois o homem assumir um papel passivo, dependente e de fragilidade corresponderia a uma contradição social dos papéis de gênero.

Assim, a longevidade feminina aparece como resultado de costumes legitimados pelas construções sociais de gênero. Como consequência, Perrot (2012) aponta que as mulheres são as principais habitantes de casas de repouso e vivenciam com mais frequência a solidão e a carência de recursos nessa etapa da vida. Isso faz com que a autora pense na ambivalência daquele progresso que contribuiu para que as mulheres vivam mais do que os homens, questionando-se: as mulheres estão vivendo mais, mas estão vivendo melhor? Quais os ônus e os bônus dessa longevidade prolongada?

Os estudos contemplados na presente discussão demonstram que a velhice tem sido um período especialmente vulnerável para a mulher no que diz respeito à violência. Contudo, observa-se que essa ainda é uma questão nova na historiografia. O historiador francês Georges Minois, em seu livro sobre a *História da velhice no Ocidente* (1999), já noticiava o silêncio e a disparidade das fontes em relação aos velhos. Em toda sua obra, dedicou apenas parte de um capítulo à situação das velhas, “Depreciação da mulher velha”, no qual ele discute a associação do sexo feminino ao mal e à bruxaria, como característica da arte religiosa dos séculos XIV e XV.

A dificuldade com as fontes sobre tal temática também é observada por Alda Britto da Motta (2012), que lembra que, até o movimento emancipatório da década de 1960, poucas mulheres ganharam visibilidade pelo registro social de suas vidas. E pergunta: o que se dirá sobre as mulheres velhas? Em busca de uma resposta, recorre à história oral, afirmando que as lembranças daquelas mulheres, que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, são fontes ricas e importantes para se conhecer as omissões e as pressões sociais sobre as mulheres de várias idades.

Simone de Beauvoir (1990) justifica a reduzida documentação a partir do fato de que, na maior parte das descrições, os velhos são incorporados ao conjunto dos adultos. E mesmo quando mencionados (até o século XIX, quando se tornaram numerosos), os velhos dos registros não contemplam os “velhos pobres”, pois, segundo a autora, a longevidade só era possível nas classes privilegiadas. Além disso, a longevidade, na argumentação de Beauvoir, é um problema dos machos, pois, ainda que as mulheres costumassem viver mais do que os homens, quando, na história, se colocava a velhice em discussão, considerava-se essencialmente a condição masculina. Isso porque as leis, as histórias e a literatura são produzidas pelos homens e, portanto, são uma expressão deles. Dessa forma, para Beauvoir (1990, p. 111), a ausência de fontes sobre a temática velhice, tal qual a relação entre homens e mulheres, também é uma questão de poder e, sendo assim, “mulheres jovens e velhas podem até disputar a autoridade na vida privada; na vida pública, seu estatuto é idêntico; são eternas menores”. Isso leva a questionar se a ideia de que houve uma idade do ouro da velhice, seguida por uma perda de *status* e privilégios, não é forjada no interior do patriarcado, pois, se houve perda de poderes, foi por parte dos homens velhos.

De modo geral, quando se trata da história da velhice feminina, chega-se à conclusão de que a diferença entre os sexos também ocupa uma posição central nessa etapa da vida. Assim, como para Perrot “Não é a mesma coisa ser uma moça, ou um rapaz, na Idade Média ou no século XXI” (2012, p. 41), poderíamos também dizer que não é a mesma coisa ser uma velha, ou um velho, no passado ou no século XXI.

Se os esforços em investigar a velhice a partir de uma perspectiva feminista ainda são tímidos, para um desnudamento da questão da violência contra as mulheres idosas ainda resta um longo caminho a percorrer. Nesse sentido, Motta (2009) critica o feminismo, tão eloquente no tocante

à denúncia da violência doméstica contra as mulheres jovens, mas que ignora as manifestações de violência quando a mulher atinge idade avançada, terminando por contribuir para a opressão e o desempoderamento das mulheres mais velhas. A autora prossegue afirmando que a violência contra mulheres idosas, apesar de guardar similaridades com a violência de gênero sofrida pela mulher em outras etapas da vida, apresenta contornos próprios, pois está intimamente ligada não só às relações e desigualdades de gênero, mas também às relações e desigualdades entre as gerações.

Isso porque um primeiro traço característico da violência contra as mulheres idosas é o de que, diferentemente da violência sofrida pelas mulheres mais jovens, em geral, de caráter conjugal, a violência contra as primeiras é perpetrada, sobretudo, pelas demais gerações consanguíneas, filhos e filhas, netos e netas. Assim, uma contribuição de Motta (2009) se dá no sentido de ver/analisar a violência contra as mulheres idosas considerando a categoria gênero em conjunto com a de geração, entendendo as relações entre gerações também como relações de poder, assim como as de gênero, de raça e de classe social.

A geração, segundo essa autora, “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo” (MOTTA, 2009, p. 9), sendo que muitos conflitos de geração são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. Dessa forma, a autora se insere numa tendência mais sociológica e política de estudos e pesquisas sobre gerações, que se debruça no reconhecimento dessas relações de poder tanto no âmbito da família como no cenário macrossocial das solidariedades e conflitos, direcionada para as questões das políticas sociais, com ênfase na proteção social e no discutível debate sobre equidade entre as gerações.

Segundo essa tendência, o pertencimento a uma geração não está ligado somente ao fato de as pessoas portarem um mesmo “ano de nascimento” ou participarem dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida. A simples presença de um momento histórico-social não é suficiente para o desenvolvimento de uma perspectiva ou visão de mundo comum entre os indivíduos de idades próximas. É preciso existir uma conexão geracional entre os mesmos, um tipo de participação em uma prática coletiva, que produz um vínculo geracional a partir da vivência e a reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos.

Motta (2009, p. 10) ainda acredita que

muito da violência contra os velhos [...] deve-se à recusa, consciente ou até instintiva destes, a ocupar o (não)lugar social e vital que os mais jovens enxergam para eles e lhes designam, [...] de retirar-se da posse dos bens – da aposentadoria, da pensão, da casa – ou até de retirar-se da própria vida, incômodas criaturas que atravancam os espaços e as redes de relações, e dão trabalho.

Dessa forma, o distanciamento entre as gerações se apresenta, no argumento de José Carlos Ferrigno (2009), como um dos mais notáveis fenômenos da atualidade e como resultado da compartimentalização das faixas de idade, seus lugares e papéis. O distanciamento nesse contexto é entendido, de acordo com o autor, como a falta de interesse pelo outro. A compartimentalização das idades parece, ainda, alimentar o estranhamento, preconceitos ou até mesmo os conflitos em várias situações do cotidiano.

O distanciamento, nesse caso, não é o espacial, uma vez que, segundo Gleice Mattos Luz e Clarice Peixoto, os deslocamentos de uma morada a outra (dos filhos e netos para a morada dos avós e vice-versa) é um fenômeno banal nas famílias brasileiras e que,

considerando que as políticas sociais brasileiras de apoio às famílias (Bolsa família, seguro desemprego, etc.) não são universais, e as existentes são ainda precárias, cabe fundamentalmente à família desempenhar o papel de suporte central dos sujeitos (LUZ; PEIXOTO, 2007, p. 173).

Entretanto, “nessa nova situação de dependência, a autonomia de cada um fica relativamente em suspenso e o sentido do apoio familiar é repleto de desconfortos de uns e outros” (2007, p. 184), podendo gerar tensões, violências e rupturas. Luz e Peixoto destacam, ainda, que o fenômeno da coabitação e recoabitação de gerações não é recente, mas cresceu e ganhou amplitude nas últimas décadas. No caso da coabitação, “estão os pais e filhos(as) adultos (casados ou não) que nunca viveram separados e as filhas (mães solteiras com seus filhos) que sempre moraram com os pais” (2007, p. 174). E na recoabitação, inúmeras são as situações de

mães que enviúvam e passam a morar na casa de um(a) filho(a); mães divorciadas ou viúvas que acolhem seus filhos(as), também divorciados(as); pais ou mães que têm recursos reduzidos e, ainda assim, acolhem os filhos que atravessam um período de desemprego; pais que recebem aposentadoria reduzida (ou mães que recebem pensões precárias) e que vêm morar com os filhos em melhor situação econômica; pais ou mães mais abastados que não acolhem os(as) filhos(as) em suas casas, mas que ajudam financeiramente aqueles em dificuldade, casados ou não, etc. (LUZ; PEIXOTO, 2007, p. 174).

Dessa forma, observa-se que a recoabitação é uma forma de apoio mútuo, financeiro e afetivo. Entretanto, ela implica uma alteração nos papéis dos dois núcleos familiares, visto que alguém perderá a autoridade/chefia para a outra pessoa e isso, de imediato, já pode acionar um tipo de tensão entre os membros da nova unidade doméstica.

Luz e Peixoto (2007) apontam, ainda, como elementos que acionam as tensões, a procura da avó em participar ativamente na vida dos filhos e, especialmente, na dos netos, interferindo, inclusive, na sua educação, além dos desacordos referentes às questões de ordem prática que giram em torno do espaço doméstico, como a organização da casa, a escolha dos programas de rádio ou da televisão.

Conforme as autoras, entre as várias razões que levam os filhos a retornarem à casa dos pais, duas são mais determinantes: o divórcio e o desemprego. No que diz respeito aos filhos desempregados, estes passam a depender economicamente dos pais, o que representa para muitos uma inversão na ordem das ajudas, já que, durante a velhice, os primeiros deveriam cuidar dos últimos e isso gera constrangimentos desagradáveis.

Esse fenômeno de dependência dos filhos em relação aos pais idosos tende a se intensificar, na medida em que, na contemporaneidade, a ideia de uma pauperização da velhice passa a ser revista, pois se constata maiores prejuízos econômicos para as camadas jovens. Como afirma José Carlos Ferrigno (2009), o Benefício de Prestação Continuada, que consiste na garantia de um salário mínimo às pessoas com mais de 65 anos que não tenham direito à aposentadoria, tem colocado os idosos, cada vez mais, na condição de provedores das famílias. Somam-se aí as dificuldades relativas à obtenção de emprego e o subdesemprego que

atinge a população mais jovem, fazendo com que dependam do suporte financeiro dos pais e avós.

Tais mudanças afetaram, especialmente, a condição de vida das mulheres idosas e, segundo Ana Amélia Camarano (2003), durante os anos de 1980 e os anos 2000, o percentual de mulheres idosas sem rendimentos foi reduzido para menos da metade, passando de 42,2% para 18,4%. Além disso, aumentou a proporção de mulheres que receberam benefícios da Seguridade Social, de 39,5% para 76%. Como resultado, assistiu-se ao aumento no número de mulheres idosas chefes de família e à redução daquelas que vivem na casa de filhos e/ou outros parentes, o que aponta também para uma redução da dependência econômica em relação aos familiares.

Vale ressaltar que, além do sustento da casa e da autoridade e chefia familiar, as mulheres idosas desempenham uma série de tarefas domésticas, pois aos cuidados com a casa e com os filhos somam-se os cuidados com os netos. Além disso, de acordo com Luz e Peixoto (2007), são poucas as creches, as escolas maternas e as do ensino fundamental que funcionam em período integral na rede pública. E dada a necessidade econômica dos pais de trabalharem fora de casa, o cuidado, a educação e até mesmo o sustento dos netos acabam ficando sob a responsabilidade dos avós, e essas atividades muitas vezes sobrecarregam as mulheres idosas.

Todavia, como lembra Nader (2008, p. 82), as tarefas realizadas dentro de casa, ainda hoje, não são “consideradas como trabalho produtivo, apesar de as mulheres seguirem sendo as principais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no espaço doméstico e pelo cuidado com os filhos e demais familiares”. A autora prossegue afirmando que, estando ou não inseridas no mercado de trabalho, as mulheres que desempenham tarefas dentro de suas casas são depreciadas e essas atividades não são apuradas nas estatísticas, que classificam aquelas como “inativas” ou “domésticas”, o que também pode ser entendido como um tipo de violência contra a mulher.

Considerações finais

O movimento feminista, no Brasil, frente às diferentes lutas empreendidas ao longo de mais de um século, interferiu no conhecimento histórico e promoveu uma busca por informações acerca do passado das mulheres e a

sua participação no processo histórico. Além do direito ao voto e do acesso ao trabalho e à educação, iniciou um processo de visibilização da vida feminina que vai desde a maternidade até a velhice, passando pelas diversas fases da vida da mulher. A construção social da imagem da mulher, destacando-se a luta contra o patriarcado – que, nesse contexto, é entendido como o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens –, a partir dos grupos de reflexão ou de consciência, inicia uma discussão em torno da desmistificação da diferença entre público e privado, político e individual e destaca a sexualidade feminina, centrando-se no rompimento de sua associação estrita à procriação, buscando o prazer sexual e o direito de a mulher dispor do próprio corpo.

A violência contra a mulher foi o mote da pauta feminista a partir dos anos de 1970, tendo como marco a absolvição de Doca Street pelo assassinato de Ângela Diniz. Também a violência de gênero assumiu importância pelo fato de o movimento feminista, naquela mesma época, entendê-la como uma dinâmica promovida pelo machismo patriarcal que mantinha e legitimava a força e o poder masculino como uma ferramenta utilizada pelos homens quando esses se veem impossibilitados de exercer seu papel social de “macho dominador”. Ao mesmo tempo, a violência é uma forma de controle social sobre a mulher, na tentativa de mantê-la em seu papel social de frágil, recatada, confinada ao ambiente doméstico e obediente à ordem patriarcal. E não importa a idade: a violência contra a mulher está presente em todas as faixas etárias.

No que diz respeito à violência contra a mulher idosa, a própria história nos mostra que as representações acerca da velhice variam conforme as demandas e os interesses de cada época, podendo inclusive coexistirem imagens positivas e negativas da velhice, mas que, de modo geral, sempre houve mais prejuízos para as pessoas nessa etapa da vida. Dessa forma, entendemos que os estudos sobre o tema e as teorias reunidas sob o rótulo de uma perspectiva feminista do envelhecimento, ainda que com interesses tão diversos, possuem algumas características gerais. Em primeiro lugar, incorporam a categoria gênero na análise da velhice, dando especial atenção à situação das mulheres idosas, compreendendo que o que dá sentido, antes de tudo, à experiência do envelhecimento são as diferenças de gênero. Entretanto, não deixam de levar em consideração outras categorias de análise, como classe, raça, etnia, inserindo a questão da diversidade e

promovendo, com isso, a análise das “variáveis cruciais que determinam o estatuto da população idosa nas nossas sociedades” (DIAS, 2005, p. 258). Além dessas características gerais, os estudos feministas sobre a velhice apresentam algumas preocupações recorrentes, tais como perceber as imagens associadas ao envelhecimento e os atores e interesses envolvidos nesse processo e investigar as estratégias das pessoas idosas frente a essas representações e em que medida interiorizam e/ou acionam essas identidades.

No Brasil, perpassam pelas manifestações de violência contra as mulheres na velhice as construções sociais acerca da velhice correntes na sociedade e a compreensão dos papéis sociais que a mulher deve desempenhar nessa etapa da vida, o que exige que o enfrentamento do problema deva ir além das tentativas de penalização, mas que passe necessariamente por uma redefinição dos valores da sociedade como um todo, em especial daqueles engendrados pelo patriarcado.

Referências

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; MORAES, José Cássio de. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1011.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18396.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251.

DIAS, Isabel. Envelhecimento e violência contra idosos. **Revista da Faculdade de Letras**: Universidade do Porto, v. 15, p. 258, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. Migração, desorganização social e violência urbana em Minas Gerais. **Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 9, p. 9-23, 2005.

DRUMOND JÚNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-81, jan./fev. 1999.

FERRIGNO, José Carlos. **O conflito de gerações**: atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária. 2009. 254 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15042010-154726/pt-br.php>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FREITAS, Eni Devay de et al. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1.059-1.070, out./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n4/3609.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>>. Acesso em: 27 out. 2017.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y género. **Revista Cubana Salud Pública**, v. 27, n. 2, p. 77-88, 2001. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spu/vol27_2_01/spu01201.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

LIMA, Lana Lage da Gama. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil Colonial. In: NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura da (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006. p. 100-219.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LUZ, Gleice Mattos; PEIXOTO, Clarice Ehlers. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 171-191, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a08n29.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: UnB, 2000. Série Antropologia. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-292, jul./set. 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v6n3/v6n3a05.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_livros/18.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa R. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, jan./mar. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n1/07.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MINOIS, Georges. **História da velhice no Ocidente**. Da Antiguidade ao Renascimento. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84-104.

MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra mulheres idosas**: questão feminista ou de gênero? Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa), realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2009.

NADER, Maria Beatriz. **Debatendo a violência de gênero**: a cidade de Vitória e a Delegacia Especializada em Atendimento à mulher. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/ Universidade do Minho, realizado em Vitória, em novembro de 2011.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: Edufes, 2001.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys** – Estudos Feministas, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 27 out. 2017.

ROGERS, Natalie. **A mulher emergente**: uma experiência de vida. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

Feminismo negro: a interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos no Brasil

Cristina Grobério Pazó

Ceila Sales de Almeida

O feminismo é um movimento teórico e político de luta pela efetivação dos direitos humanos das mulheres, visando a construção de uma sociedade mais democrática e plural. O seu desenvolvimento histórico e social pode ser didaticamente dividido em ondas, que são períodos marcados por determinados paradigmas de luta. Nesse escopo, a primeira onda é marcada pelo paradigma da igualdade formal, a segunda onda se caracteriza pela criação do sujeito político universalizante “mulher” e a terceira onda se caracteriza pelo paradigma do reconhecimento.

O paradigma do reconhecimento se caracteriza pela desconstrução das categorias universalizantes e pela inserção de novas agendas de luta no movimento feminista, a exemplo das questões de raça, etnia e classe.

A mulher negra é parte integrante da sociedade brasileira, o que demonstra a relevância do paradigma do reconhecimento e da interconexão entre os estudos de gênero e raça nos estudos feministas no país.

Diante do exposto, o presente capítulo visa analisar se os estudos acadêmicos feministas brasileiros contemplam a interconexão entre raça e gênero ou se ainda se baseiam em um paradigma etnocêntrico, próprio da segunda onda feminista.

Ondas do movimento feminista

O feminismo é um movimento teórico e político que busca a ampliação e efetivação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, em um contexto de atuação que extrapola as fronteiras de sexo, gênero e sexualidade. Em seu estudo didático, a história de conquistas do movimento feminista pode ser classificada em ondas, períodos representados por determinados paradigmas e agendas políticas, que contemplam o desenvolvimento do feminismo.

A primeira onda do movimento feminista surge como resultado da luta das mulheres pela efetivação de seus direitos civis e políticos – os direitos de primeira dimensão, necessários para a existência da igualdade formal entre homens e mulheres.

Esse primeiro período do feminismo apresenta como marco temporal o final do século XIX e o início do século XX e se caracteriza por importantes mobilizações no continente Europeu, na América do Norte e Canadá, nos quais as mulheres foram às ruas reivindicando “direito à cidadania”, que pressupunha a igualdade entre os sexos. Nas décadas de 1920 e 1930, as mulheres conseguiram importantes conquistas em termos formais e legais (PISCITELLI, 2009, p. 126).

O paradigma que marca a primeira onda é a luta pela igualdade, reivindicação que surge em decorrência da exclusão da mulher na participação da vida pública e a vedação ao exercício dos direitos civis e políticos. Os direitos das liberdades, que propagavam a existência de cidadãos livres e iguais, não se aplicavam às mulheres, que eram consideradas inaptas e incapazes para exercê-los.

A lógica do Estado liberal burguês se legitimou por meio do discurso da construção de um novo modelo de Estado, no qual os cidadãos fossem livres e iguais. Na prática, porém, só eram livres e iguais os detentores dos meios de produção, pequena parcela da sociedade. Era necessário, no entanto, justificar a existência da exclusão dentro da sociedade de homens livres e iguais, e essa exclusão se justificou pela desqualificação do homem não detentor dos meios de produção, da qualidade de cidadão, por meio da criação dos “outros”. Os outros, na sociedade liberal capitalista, eram aqueles que por seus atributos naturais eram inferiores, incapazes e, portanto, não mereciam o *status* de cidadão.

Com vistas a superar a lógica excludente e estamental da sociedade medieval, criaram-se argumentos para negar a autonomia dos “outros” por

meio da lógica da distinção entre o público, como seres autônomos e com direitos iguais, e o privado, como seres dependentes, que por suas características naturais eram incapazes de governarem-se a si mesmos: mulheres, proletários e os “outros” colonizados (NAVAZ, 2008, p. 36).

Cumprido salientar que, não obstante o discurso de igualdade flamar nas bandeiras de luta das feministas, na prática esse movimento ainda perpetuava uma lógica de exclusão, sendo composto quase que exclusivamente por mulheres brancas, de classe média, muitas delas com posições racistas, que utilizavam argumentos calcados na supremacia branca para propagar, no sul dos EUA, a tese do sufrágio feminino branco, opondo-se ou silenciando-se acerca do voto para a população negra (NASCIMENTO, 2003, p. 70).

A segunda onda feminista surgiu entre os anos de 1960 e 1980, e se caracterizou por um novo paradigma, a criação de uma identidade universal. Visando se estabelecer e ser reconhecido enquanto movimento político, o feminismo cria o sujeito universal “mulher”, a quem atribui a homogeneidade na luta contra a opressão masculina.

Nesse período, o movimento feminista atuou em várias frentes de pesquisa, criou a categoria política e coletiva “mulher” e viabilizou estratégias para acabar com a sua subordinação. Por meio de estudos científicos, buscou encontrar ferramentas teóricas para explicar as causas da subordinação e da opressão e trabalhou com uma série de categorias e conceitos fundamentais, a exemplo dos conceitos de gênero, opressão e patriarcado (PISCITELLI, 2009, p. 133).

A criação de conceitos universalizantes surge para fundamentar cientificamente as teorias e os estudos feministas, na tentativa de explicar a ausência histórica de reconhecimento dos direitos da liberdade, igualdade e cidadania da mulher. Nesse ínterim, as formas de opressão impostas às mulheres são compreendidas como opressões historicamente iguais e universais, rejeitando, nesse contexto, o estudo de quaisquer diferenças ou especificidades existentes entre as mulheres.

A segunda onda marca ainda a incorporação do estudo de gênero nas teorias do movimento feminista. Gênero passa a ser concebido como um conjunto de características culturalmente construídas para forjar a diferença entre os sexos e fundamentar as diferenças e hierarquias justificadoras de distintos papéis sociais.

O uso do termo “gênero” aparece entre as feministas americanas que insistiam no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções

baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1990, p. 3).

O conceito de gênero é incorporado ao discurso feminista com o escopo de desmontar o duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas como inatas e naturais, legitimando as desigualdades sociais (PISCITELLI, 2009, p. 118).

As desigualdades e distinções entre homens e mulheres passam a ser compreendidas por meio do estudo dos elementos sexo e gênero, em que “sexo” se afirma como um elemento natural, o dado, o biológico, e “gênero”, como o culturalmente e socialmente construído. É com a formação cultural de gênero que se constrói a identidade social da mulher.

Acerca da criação da identidade social, preceitua Saffioti (1987, p. 8) que: “A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”.

O estudo do gênero permite às feministas da segunda onda afirmar que “os seres humanos nascem machos ou fêmeas”, a depender do sexo, porém é por meio da educação, instrumento formador da identidade social, que se tornam homens ou mulheres, ou seja, que passam a adquirir e representar uma identidade de gênero (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

Esse período se caracteriza ainda pelo estudo da dicotomia espaço público *versus* espaço privado, sendo o primeiro um espaço predominantemente masculino e o segundo o espaço privado ou doméstico, lugar naturalmente reservado às mulheres.

Sobre a dicotomia espaço público e privado, afirma Saffioti (1987, p. 9):

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz.

O espaço privado era compreendido como um ambiente naturalmente destinado às mulheres, cujas características biológicas, tais como fragilidade,

insegurança etc., tornavam-nas incapazes ao exercício da vida pública. Ademais, a maternidade justificava a reclusão da mulher no espaço doméstico.

O final da segunda onda marca o início das reivindicações das mulheres negras, pelo reconhecimento de suas agendas de luta, até então ignoradas pelo movimento feminista, e cresce nos Estados Unidos e Inglaterra uma teoria específica sobre a influência das questões raciais na opressão de gênero.

O reconhecimento da diferença: construção e desconstrução da identidade do sujeito feminista

A terceira onda feminista surge baseada no paradigma do reconhecimento e tem como marca principal a desconstrução das ideias universalizantes e a aceitação de novas agendas de luta para o movimento feminista.

Nesse contexto, cresce o reconhecimento acerca da complexidade e do caráter multifacetário do feminismo e da necessidade de se contemplar o estudo de outras formas de opressão, a exemplo das questões de raça, classe e etnia. A criação do sujeito político universal “mulher” fez com que o pensamento feminista se concentrasse na identidade entre as mulheres, dando pouca atenção ou invisibilizando as diferenças entre elas.

A partir da década de 1980, essa “identidade” foi intensamente contestada, principalmente por feministas negras dos Estados Unidos e do “Terceiro Mundo”. Elas afirmavam que sua posição social e política as tornava diferentes também em suas agendas de luta. Essas feministas consideravam que seus interesses tinham sido apagados pela ênfase da “identidade” entre as mulheres, favorecendo os interesses das feministas brancas e de classe média alta. Por exemplo, para as mulheres negras e pobres dos Estados Unidos, cujos filhos eram mortos ainda adolescentes pela polícia, o debate acerca dos direitos reprodutivos não poderia estar centrado exclusivamente no direito à contracepção e ao aborto, predominante nas reivindicações das feministas brancas; para as mulheres negras, em termos de direitos reprodutivos, era importante que os filhos já nascidos tivessem o direito a viver sem serem assassinados (PISCITELLI, 2009, p. 138-139).

A reivindicação de feministas negras que não se sentiam representadas pelo feminismo, cujas agendas de luta não contemplavam seus problemas específicos, provocou rupturas no movimento feminista, fazendo surgir

o paradigma do reconhecimento. Esse novo paradigma surge com o objetivo de desconstruir as ideias universalizantes do feminismo, por meio da construção de um sujeito político feminino incompleto e plural, apto a contemplar várias agendas de luta, baseadas em diferentes necessidades, próprias da diversidade existentes entre as mulheres.

Sobre o paradigma do reconhecimento, afirma Caldwell (2000, p. 92):

Desde o final dos anos 70, mulheres não brancas na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos desafiaram modelos unitários de gênero e exigiram noções sobre o “ser mulher” que levassem em conta raça, etnia, classe e sexualidade. A terceira fase do feminismo, nas décadas de 80 e 90, desafiou os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas brancas de classe média nos anos 60 e 70.

O paradigma do reconhecimento é marcado não mais pela identidade, mas pela diferença, compreensão dada por feministas negras, latinas, asiáticas, entre outras que apresentam múltiplos eixos de compreensão da opressão masculina, diversos do modelo etnocêntrico e eurocêntrico que marcou o feminismo da primeira e segunda onda.

O paradigma do reconhecimento e a interseção dos estudos de gênero, raça e classe vêm se tornando uma realidade nos estudos feministas dos Estado Unidos, Canadá e outros países da Europa:

A relação entre raça, gênero e classe vem sendo estudada por um número crescente de feministas americanas, inglesas e canadenses. Recentemente feministas brancas e negras analisaram os modos como as diferenças entre mulheres estão ligadas a estruturas maiores de desigualdade, particularmente as que resultam de práticas de dominação racial (CADWUEL, 2000, p. 101).

Essa conexão entre gênero, raça, etnia e classe tem permitido ao feminismo da terceira onda construir teorias muito mais democráticas e plurais, dentro das quais se alteram os conceitos que antes eram estáticos e universalizantes e agora passam a ser mais abertos e relativos, melhor se coadunando com o caráter complexo e multifacetário do ser humano enquanto sujeito em eterna construção.

No Brasil, não obstante a existência de uma sociedade acentuadamente marcada por um passado escravocrata e por altos índices de desigualdades sociais, o paradigma do reconhecimento e sua conexão nos estudos de gênero, raça e classe parece ainda não estar presente na maioria dos estudos acadêmicos feministas.

Feminismo negro: interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos no Brasil

A terceira onda marca a efetivação do reconhecimento das diversidades e diferenças no movimento feminista, que passa a se pautar, entre outras agendas, na interconexão entre os estudos de gênero e raça, na desconstrução dos conceitos universalizantes e na construção de teorias mais democráticas e plurais.

No Brasil, em razão de seu passado histórico escravagista e de sua conflituosa transição no processo de abolição, a discussão acerca desse tema ganha especial contorno social.

Antes de debater sobre o feminismo negro, é necessário abordar alguns aspectos da conotação do racismo e sua concepção por parte dos estudos acadêmicos e científicos no Brasil.

O mito da democracia racial e a perpetuação do sortilégio da cor

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, é marco histórico da abolição da escravidão no Brasil e serve de parâmetro para os estudos da libertação física dos negros escravizados. No entanto, a liberdade psicológica e moral e a inserção do negro como um indivíduo livre na dimensão mais ampla de dignidade ainda são processos em construção.

A transição dos negros escravizados para o regime de “homens livres” se deu por meio de uma espoliação desumana e cruel na qual:

O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 29).

Não houve qualquer tipo de ação por parte do governo, instituições públicas ou quaisquer outros segmentos sociais destinados a auxiliar os ex-escravos e negros libertos a se inserirem na sociedade de classes.

O negro foi alçado da condição de escravo – de quem foram suprimidos por mais de um século os mais básicos direitos humanos, tais como liberdade, trabalho assalariado, religião, entre outros – à condição de homem livre, senhor de si e responsável por seu destino.

Enfim, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 35).

Não houve por parte da sociedade brasileira qualquer ação no sentido de facilitar a inserção do negro na sociedade de classes; ao contrário, foi o negro o grande culpado por sua apatia social e incapacidade de se inserir no novo sistema capitalista em razão de suas características pessoais, que o tornavam inferior aos outros integrantes do meio social.

Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossa existência, o mito da democracia racial brasileira. Com a abolição e a República, desapareceram as razões sociais, jurídicas e morais para a desigualdade racial. Essas práticas, no entanto, foram reelaboradas e dissimuladas pela omissão do branco diante do drama social vivido pelos negros libertos no Brasil.

A falsa democracia racial brasileira esconde uma série de atitudes claramente racistas e outras dissimuladas e encobertas pelo mito da democracia racial. Qualquer tentativa do movimento negro de trazer à tona esse tema era taxada de racismo às avessas, em uma tentativa de forjar uma sociedade harmônica e plural.

Durante mais de um século, as práticas e concepções racistas no Brasil são encobertas por práticas que podem ser também denominadas de sortilégio da cor:

O sortilégio da cor, com sua ideologia de pretenso antirracismo, conseguiu encobrir por um longo tempo a realidade da discriminação racial, que apenas muito recentemente passou a ser comprovada e documentada por meio dos indicadores estatísti-

cos oficiais e dos resultados de inúmeras pesquisas conduzidas por cientistas sociais (NASCIMENTO, 2008, p. 122).

Constrói-se, desse modo, um ideário popular de que racista é quem fala do racismo, ou se manifesta abertamente a seu respeito, e de que a atitude não racista é o silêncio. “Verifica-se que tal noção representa não apenas um equívoco como também um dos pilares que sustentam a dominação, pois o silêncio configura uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil” (NASCIMENTO, 2008, p. 23).

Outra forma de manifestação do racismo no Brasil se configura por meio da invisibilidade do afrodescendente como sujeito criador e transformador da realidade social do país, efeito do sortilégio da cor que busca incessantemente encobrir as práticas racistas nas relações sociais.

A invisibilidade histórica e cultural da matriz africana dos negros brasileiros visa forjar a ausência de identidade desse povo, destruindo sua capacidade de se impor enquanto sujeito de direitos. Cria-se um sistema de distinção social justificado em critérios culturalmente biologizados, perpetuados por meio de práticas odiosas de racismo que se inserem nas instituições sociais:

A noção de uma identidade nacional forjada na rejeição do critério biológico e favorável a categorias de cor divorciadas da origem racial está entrincheirada na consciência brasileira e articulada no discurso nacional. Ela fundamenta o ideário do sortilégio da cor, que transforma um sistema social de profundas desigualdades raciais em um suposto paraíso de harmonia racial. Convive, contudo, com uma bateria de noções racistas silenciadas, obscurecidas e negadas, que não obstante operam de forma concreta na prática social cotidiana e dão suporte à forte aspiração à brancura por meio da rejeição e dos apagamentos simbólicos das matrizes demográfica e cultural africana (NASCIMENTO, 2008, p. 152).

O sortilégio da cor foi uma prática constante em diversos setores da sociedade brasileira, em especial o setor acadêmico, que contribuiu para a invisibilidade dos problemas raciais no Brasil por meio de teses defensoras do mito da democracia racial, que perpetuaram o *status quo* de exclusão etnocêntrica e eurocêntrica que marcou o surgimento e desenvolvimento das academias.

Apenas no limiar do terceiro milênio a denúncia do movimento antirracista começa a render frutos na forma de reconhecimento, no meio científico-acadêmico, do cunho racial das desigualdades que caracterizam o país e na proposta de articulação de políticas públicas voltadas à sua correção (NASCIMENTO, 2003, p. 123).

Os avanços mais recentes vinculam-se às pressões do movimento social e à crescente atuação de pesquisadores afrodescendentes no meio acadêmico brasileiro, ainda que em escala minúscula quanto à sua participação na população. O ano de 1995, tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares, foi um marco a partir do qual aumentaram a produção e a publicação de obras de autores afro-brasileiros (NASCIMENTO, 2003, p. 123).

Sueli Carneiro, ao discorrer sobre as reminiscências do período colonial, afirma que:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão (2003, p. 49).

As relações de gênero e raça instituídas no período da escravidão são marcadamente racistas e sexistas. A mulher negra era duplamente reificada, destituída da condição de ser humano e de ser mulher.

Mesmo depois de abolida a escravidão, as opressões perpetradas pelas práticas racistas e sexistas se mantêm justificadas e ocultadas pelo mito da democracia racial e pelo sortilégio da cor, ideologias que se manifestam em diversos setores e instituições sociais, como as academias, nas quais, por meio de seus estudos teórico-científicos, se perpetuaram o *status quo* e o regime de exclusão e violação de direitos humanos.

Nesse viés, o feminismo negro, efetivando o paradigma do reconhecimento, desponta como um instrumento de luta social, uma manifestação das mulheres negras em busca da sua construção de identidade e como uma alternativa no enfrentamento à violência de gênero e raça.

Feminismo negro: construindo a identidade da mulher negra

O feminismo negro, como movimento sociopolítico de reivindicação de direitos das mulheres negras, surge da interseção de dois outros movimentos sociais, o sufragista e o abolicionista.

O abolicionismo foi um movimento de luta pelo fim da escravidão dos negros, e o sufragismo, como já abordado em tópico anterior, foi uma bandeira de luta do movimento feminista pela garantia do direito a voto das mulheres, sem, no entanto, contemplar as mulheres negras, que foram excluídas enquanto sujeito de direitos.

O movimento sufragista lutou pela efetivação dos direitos políticos das mulheres. Não conseguiu, porém, romper com a lógica excludente do sistema capitalista, contribuindo, seja por ação, seja por omissão, com o processo de reificação da mulher negra.

O caráter excludente e racista do movimento sufragista provocou uma ruptura no movimento feminista norte-americano com a dualidade entre as feministas brancas e as feministas negras:

El movimiento sufragista quedó fatalmente impregnado de racismo, lo cual no solo abriría una brecha insalvable en el feminismo norteamericano (feminismo blanco versus feminismo negro) sino que se convertiría en un instrumento (más) en el proceso de objetivación de la mujer negra. Al asumir para sí mismas el papel de “guardianas y protectoras naturales del hogar”, al reivindicar el voto femenino desde su rol como madres de futuros ciudadanos, las mujeres blancas excluían del voto, y de la categoría de madre y por ende de mujer, a las mujeres negras (JABARDO VELASCO, 2012, p. 30).

Essa dualidade, no entanto, não enfraqueceu o movimento feminista, mas fez surgirem novas bandeiras de lutas e novas formas de concepção da identidade do sujeito político do movimento, que deixou de ser monolítico e unívoco e passou a ser aberto, dinâmico e plural. Assim, o movimento feminista não mais representava a mulher, mas as mulheres e toda a sua concepção transformadora e multifacetária.

O processo de formação da identidade da mulher negra teve início pelos processos de desconstrução e negação das categorias universalizantes do “ser mulher”:

Desde el feminismo negro la identidad de la mujer es simultáneamente reclamada y reconstruida. Frente a los ejercicios “constructivistas” del feminismo blanco, el feminismo negro parte de una no-categoría (no-mujer). La única estrategia posible desde la negación es un ejercicio de de-construcción. Destruir la negación desde donde se ha excluido de la categoría de mujeres a las mujeres negras, para avanzar, repensarse y reconstruirse desde otras categorías (JABARDO VELASCO, 2012, p. 33).

Enquanto Simone de Beauvoir, por meio de sua famosa frase “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (1967, p. 9), buscava ressaltar a influência cultural do ser mulher, a mulher negra questionava o “não ser mulher” em um processo desconstrutivista e questionador das realidades postas.

A título de exemplo, segue trecho do discurso da ex-escrava Sojourne Truth na Convenção das Mulheres em Ohio, nos Estados Unidos da América, em 1851:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (apud RIBEIRO, 2015).

Sojourne Truth é símbolo da luta das mulheres diante do duplo sistema de opressão de gênero e raça que marca a vida das mulheres negras nas Américas e que até os dias de hoje se reflete na realidade histórico-social do Brasil, país marcado pelo racismo e sexismo.

O histórico de opressão das mulheres negras no Brasil é decorrência do passado de um país escravocrata e colonizado. Entre as estruturas de opressão e dominação, as mulheres são reificadas e transformadas em objeto, coisas pertencentes ao patrimônio dos senhores de terra.

Acerca da estrutura de dominação nas Américas, afirma Sueli Carneiro que:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor (2003, p. 49).

Essa ideia de reificação da mulher negra não ficou no passado colonial e escravocrata do Brasil, mas ainda se mantém como uma estrutura perversa que se reinventa e assume novos contornos com as mudanças econômico-sociais que foram decorrendo ao longo das décadas posteriores.

O estudo do feminismo na primeira e segunda onda, não obstante a importância de suas conquistas, foi marcadamente etnocêntrico, não se voltando às diferenças que permeiam as histórias das mulheres, mas pautando-se na construção de modelos universais, que se afastam das diferentes realidades sociais e invisibilizam problemas específicos de opressão, a exemplo do racismo, contribuindo para a criação e a manutenção de mitos justificadores das estruturas de opressão social, a exemplo do mito da fragilidade feminina:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2003, p. 49).

Como se pode aferir da citação acima, a autora aponta diferenças no histórico das mulheres negras, que, diversamente das mulheres brancas de classe social alta, tiveram de trabalhar durante toda a sua vida.

No Brasil colonial, as negras escravas trabalhavam desde a tenra idade e, mesmo depois de “abolida” a escravidão, as mulheres negras continuam a realizar extensas jornadas de trabalho. A realidade da mulher negra no Brasil é marcada pela reificação, pois o tratamento dado às escravas, que não eram consideradas pessoas, mas coisas pertencentes a seus donos, senhores de terra, continua no Brasil pós-colonial, legitimado por práticas racistas e excludentes.

Um importante marco histórico do feminismo negro no Brasil foi a participação das mulheres negras no Encontro Nacional das Mulheres em 1979. Mas o feminismo negro ganha força em 1985, com o Encontro Feminista Latino-Americano:

No Brasil, o feminismo negro começa a ganhar força nos anos 80. Segundo Núbia Moreira, “A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista”. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de mulheres negras (RIBEIRO, 2015).

O encontro das feministas latino-americanas proporciona o debate e a discussão acerca de diferentes formas de opressão, como as questões de raça, classe e colonialismo, temas comuns às mulheres latino-americanas, fomentando o desenvolvimento de um movimento articulado das feministas negras.

A interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos do Brasil

Apesar da realidade excludente e racista que duplamente oprime a mulher negra, esses dados não costumam aparecer nos estudos feministas de gênero no Brasil. Baseado no modelo universalista da segunda onda, o estudo do feminismo nas academias brasileiras ainda não contempla em muitos de seus estudos teóricos o paradigma do reconhecimento com a conexão entre gênero e raça.

Ao justificar a ausência dessa conexão, preceitua Caldwell (2000, p. 94) que:

A falta de atenção e relação entre raça e gênero no feminismo acadêmico brasileiro se deve em grande parte à forma como se desenvolveu o campo dos estudos sobre mulheres no país. Ao contrário do feminismo acadêmico nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a discussão sobre raça aumentou nas décadas mais recentes, as pesquisadoras feministas brasileiras têm sido muito mais lentas na incorporação do estudo da raça aos estudos sobre mulheres e à teoria feminista.

O estudo feminista no Brasil ainda se constitui de maneira etnocêntrica e eurocêntrica, baseando suas pesquisas em temas que não condizem com a realidade das mulheres brasileiras, ou pelo menos não com a maioria delas, e praticamente despreza o estudo de raça e a existência de uma categoria de mulheres com agendas de lutas específicas e diferenciadas, justificadas pelas peculiaridades de nosso passado histórico-cultural.

A ausência de base de estudos mais contextualizada e plural resulta em uma pesquisa que em sua maior parte continua a retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, não contemplando as especificidades oriundas das diferenças de raça que produzem realidades diversas na vida das mulheres, negras ou brancas (CALDWELL, 2000).

Uma das causas que podem explicar a ausência de conexão de gênero e raça nos estudos feministas no Brasil é a realidade marcante da falsa democracia racial que permeia nosso país. A sociedade brasileira não se assume racista, não obstante as constantes condutas racistas que ocorrem em nossa prática social. Sob o falso argumento de que o problema do racismo não existe, excluem-se as tentativas de se discutir e suprimir esse grave problema de violação aos direitos da pessoa humana.

A falsa democracia racial no país deslegitima o estudo do feminismo negro:

De várias maneiras, a ausência histórica de discussão pública sobre raça e racismo no país resultou no apagamento discursivo das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que, portanto, se torna, até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem

do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima (CALDWELL, 2000, p. 96).

Cumpramos ressaltar que não há uma ausência do estudo do feminismo negro no Brasil, pelo contrário, ele se insurge dentro das tentativas universalizantes das teorias acadêmicas etnocêntricas. Fruto do movimento negro, o feminismo negro no Brasil vem se construindo como uma nova visão do feminismo no país, por meio da percepção de uma realidade peculiar e própria de opressão vivida pelas mulheres negras. Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro são exemplos de importantes autoras do feminismo negro no Brasil.

Na contemporaneidade, a democratização do estudo universitário no país vem permitindo que um número maior de mulheres negras possa ingressar nas universidades e instituições de ensino superior em todo o país, o que possibilita a existência de estudos mais plurais, aptos a contemplar realidades diversas. A maior participação das mulheres negras nas universidades tem possibilitado o crescimento do estudo do feminismo negro no Brasil.

Conforme preceitua Caldwell (2000, p. 97):

O trabalho político e acadêmico das feministas negras no Brasil destaca os modos como discursos universalizantes influenciaram a maioria dos estudos sobre mulheres brasileiras. Várias feministas negras mostraram que a falta de atenção à relação entre a dominação racial e a de gênero escondeu a cumplicidade de mulheres brancas com seu privilégio racial e reforçou o *status* subalterno das mulheres negras.

A existência de um feminismo negro no Brasil é imprescindível para a construção de um sujeito político feminista mais plural e mais contextualizado com a nossa história sociocultural.

Entre as várias construções de identidade social da mulher brasileira, a mulher negra contempla um histórico de opressão marcado pela dominação de gênero e raça, que produz uma realidade específica que não pode ser desprezada pelos estudos acadêmicos feministas. O reconhecimento das diferenças permite a visibilidade e a construção da identidade dos diversos sujeitos que compõem a sociedade.

Os legados do passado escravocrata brasileiro, em termos de dominação racial e de gênero, e as desigualdades sociais decorrentes do controverso pro-

cesso de abolição da escravidão conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas do país, e problemas como sexualidade, saúde reprodutiva, trabalho remunerado, entre outros, passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas (CALDWELL, 2000).

As práticas racistas estabelecem um processo de inferioridade social dos negros e em especial das mulheres negras atingidas pelo duplo processo de opressão de gênero e raça. E a luta das mulheres negras contra essas duas formas de opressão vem desenhando novos contornos para a política feminista e antirracista, o que enriquece os dois debates, as questões de gênero e de raça na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003).

Acerca da conexão de gênero e raça no discurso feminista do Brasil, Djamila Ribeiro afirma:

Em obras sobre feminismo no Brasil é muito comum não encontrarmos nada falando sobre feminismo negro, e isso é sintomático, feminismo pra quem? É necessário de uma vez por todas entender que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com essa tentação de universalidade que só exclui (RIBEIRO, 2015).

Trata-se de uma luta não só do feminismo negro como também do feminismo em geral, que possui como fundamento maior de luta a construção de uma sociedade que respeite a condição de pessoa humana da mulher.

O enfrentamento das opressões de gênero, raça e classe é imprescindível para a construção de uma democracia efetiva:

As evidências históricas são todas no sentido de mostrar que a democracia plena, com “D” maiúsculo, capaz de eliminar as diferenças sociais, só se constrói quando se atacam, simultaneamente, as três contradições fundamentais, ou seja, as desigualdades entre as classes sociais, entre as etnias e entre os sexos (SAFFIOTI, 1987, p. 91-92).

O estudo do feminismo negro nas academias é de grande relevância para a construção da identidade da mulher negra no Brasil, pois fomenta novas estratégias de luta no enfrentamento ao racismo e ao sexismo e, assim, contribui para a inserção da mulher negra na sociedade enquanto sujeito de direitos humanos fundamentais.

Cabe à academia reconhecer a relevância dessa interconexão:

Esse conceito parece ser o ponto mais difícil de ser assimilado pela consciência leiga e acadêmica no Brasil, certamente por força da ideologia da democracia racial. A ideia que permeia a reação de intelectuais brasileiros, até mesmo os mais sensíveis à questão racial, é que de modo quase inevitável essa autoestima afrodescendente, possibilitadora de articulação com o outro, se transformará num exclusivismo fechado ou num separatismo ressentido. Tal raciocínio conduz, de forma tão comum que parece uma espécie de reflexo condicionado, à denúncia do “perigo do racismo às avessas” (NASCIMENTO, 2003, p. 320).

Ao se estudar o feminismo, é preciso deixar bem claro que não existe um só feminismo, pois há diferentes agendas de lutas dentro do movimento, que permitem a ênfase ora numa, ora noutra reivindicação, de estratégias de luta (SAFFIOTI, 1987, p. 93).

Essa é a compreensão que marca o paradigma da terceira onda do movimento feminista, que hoje se realiza pela desconstrução dos conceitos outrora universalizantes e pelo reconhecimento de que não existe uma categoria política homogênea “mulher” e sim várias concepções de mulher, com diferentes histórias, raças, classes sociais, etnias, religiões, características que não podem ser desprezadas na construção de um movimento de luta libertário e emancipador.

Ao discorrer sobre a relevância da construção da identidade racial na formação de uma sociedade democrática e plural, Elisa Larkin Nascimento (2003, p. 44) dispõe que:

A identidade racial seja proativa, em particular nas sociedades multiétnicas e pluriculturais formadas a partir do tráfico de africanos escravizados, e constitua uma base de identidade de projeto cuja articulação vem exercendo efeitos transformadores profundos e difusos, interagindo com os movimentos ecológicos e feministas nessa intervenção na realidade social. A relutância em reconhecer esse fenômeno reflete, a meu ver, o etnocentrismo europeu que ainda aflige o meio acadêmico, induzindo-o a reduzir a importância e a dimensão da questão racial como fator constitutivo da ordem social.

A concepção do reconhecimento de categorias transbordantes e vazias a contemplar as definições de homens e mulheres permite a sua libertação enquanto indivíduo e a construção e reconstrução livre e espontânea do ser humano.

A construção do feminismo requer a aceitação de múltiplas identidades para as mulheres, integradas por várias agendas de luta, e deve contemplar, em especial no que concerne ao feminismo negro, o estudo das formas de opressão de gênero e raça nos estudos acadêmicos no Brasil.

Considerações finais

O presente capítulo analisou a efetividade da interconexão entre gênero e raça nos estudos acadêmicos feministas no Brasil. Foram abordados os principais paradigmas que permearam as três ondas do movimento feminista, com ênfase no paradigma do reconhecimento e a interconexão entre os estudos de gênero e raça.

A primeira onda do movimento feminista teve como bandeira de luta a busca pela efetivação da igualdade formal, que na sociedade liberal burguesa do século XX era alcançada pela conquista de direitos civis e políticos, em especial o direito ao voto.

A segunda onda se baseou na construção do sujeito universal político “mulher”, questionando elementos como gênero, opressão e patriarcado. A mulher passa a ser reconhecida em sua identidade homogênea de opressão. A criação de teorias universalizantes foi importante para trazer visibilidade ao movimento feminista, porém não contemplou as diferentes agendas e reivindicações dentro do próprio feminismo.

A existência de um discurso homogêneo e de pautas de lutas monolíticas levaram ao surgimento de conflitos e rupturas, sobretudo relativamente às mulheres negras e latino-americanas, que não se sentiam representadas pelo discurso etnocêntrico e eurocêntrico do movimento feminista.

Essas reivindicações, no final da segunda onda e início da terceira, alteraram os paradigmas do feminismo, que passa a desconstruir as teorias universalizantes e a construir um novo paradigma baseado no reconhecimento de uma categoria plural e incompleta do “ser mulher” com histórias e opressões diversas, a exemplo da mulher negra brasileira, com toda a sua herança histórica e cultural e opressões próprias de um passado escravagista.

Nas universidades brasileiras, no entanto, o estudo da interconexão entre gênero e raça ainda é uma realidade pouco presente nos estudos feministas, o que demonstra a incompatibilidade entre os estudos e pesquisas científicas e a realidade sociocultural do país, uma vez que a mulher negra representa a maior parcela da população.

O reconhecimento da necessidade de interconexão entre raça e gênero no estudo acadêmico feminista é imprescindível para a construção de uma academia e de uma sociedade mais democrática e plural, respeitando a diversidade de gênero, a pluralidade de identidade das mulheres e, principalmente, reconhecendo o racismo como uma das mais graves violações à pessoa humana perpetrada na sociedade brasileira.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e a mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Suely. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

FERNANDES, Florestan. **A inserção do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

JABARDO VELASCOS, Mercedes. Prólogo. ¿Por qué esta antología del feminismo negro en castellano? In: TRUTH, Sojourner et al. **Feminismos negros**. Una antología. Edición de Mercedes Jabardo Velascos. Tra-

ducción de Mijo Miquel, Ana Méndez, Marta García de Lucío, Sergio Ojeda y Esperanza Mojica. Madrid: M. Jabardo; Traficantes de Sueños, 2012. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NAVAZ, Liliana Suárez. **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). **Diferenças e igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para uma análise histórica. Tradução de Maria Betânia Ávila e Christine Rufino Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1990.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro. **Carta Capital**, 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/quem-tem-medo-do-feminismo-negro-1920.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

A garantia da igualdade racial: da luz do direito constitucional à igualdade no contexto do estado republicano

Luiz Cláudio dos Santos

É inegável a relevância do direito à igualdade racial na salvaguarda da plena cidadania e sua posição de grandeza na Constituição Federal e no Estatuto da Igualdade Racial. Para avaliar tal significância, torna-se oportuno investigar a essência dos direitos fundamentais e do direito à igualdade a partir do contexto da Revolução Francesa e analisar os princípios constitucionais republicanos de igualdade e dignidade da pessoa humana.

Assim sendo, sem a pretensão de esgotar o objeto da discussão, investiga-se a teoria de Gregório Peces-Barba Martínez (1999; 2003) sobre a posição de relevância dos direitos fundamentais como instrumentos que possibilitam o desenvolvimento das dimensões da dignidade humana no contexto de uma sociedade democrática.

A igualdade, longe de ser dispensável, possibilita o pleno desenvolvimento da personalidade humana e é um requisito indispensável à concreção da própria cidadania, permitindo a sua integração em uma democracia efetivamente participativa. Em essência, o direito à igualdade possibilita o pleno exercício da cidadania e, além disso, é pressuposto necessário à evolução de qualquer Estado de direito, pois se revela imprescindível ao alcance desse objetivo.

Este capítulo pretende analisar a efetividade do direito fundamental à igualdade racial, a posição defendida pela doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal com relação a esse direito. Assim, objetiva-se

oferecer contribuição aos esforços envidados no Brasil por quem crê que só pode haver democracia e Estado de direito quando há plena observância dos direitos fundamentais. Estes são considerados em sua concepção integral, abarcando-se todos os direitos humanos, porém especialmente o direito fundamental à igualdade racial.

Direitos fundamentais

Os direitos fundamentais consistem num conjunto de prerrogativas e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da liberdade, igualdade e dignidade entre os seres humanos. São núcleos invioláveis de uma sociedade política, sem os quais a mesma tende a extinguir-se. E são fundamentais à pessoa humana pelo simples fato de esta ser considerada como tal, trazendo consigo os atributos da universalidade, da imprescritibilidade, da irrenunciabilidade e da inalienabilidade. Em uma visão mais formalista, “a própria Lei Fundamental parece determinar o conceito dos direitos fundamentais”, que são aqueles “que o direito vigente qualifica como tais” (HESSE apud MARTINS, 2006, p. 5).

Kildare Gonçalves Carvalho (2001, p. 253) traça uma perspectiva histórica dos direitos fundamentais e enfatiza que “os direitos individuais, entendidos como inerentes ao homem e oponíveis ao Estado, surgiram em fins do século XVIII, com as declarações de direitos na França e nos Estados Unidos”. Segundo ele, tais direitos eram inexistentes na antiguidade grega e romana, mas teriam como marco inicial o cristianismo, pois estariam “manifestados nas parábolas de Jesus sobre o reino dos céus”. Para Paulo Bonavides, “os direitos do homem ou da liberdade, se assim podemos exprimi-los, eram ali direitos naturais, inalienáveis e sagrados, direitos tidos também por imprescritíveis, abraçando a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão” (2005, p. 562).

Por sua vez, Carl Schmitt, jurista, cientista político e professor de direito alemão, entende que há dois critérios formais de caracterização dos direitos fundamentais: primeiramente, “podem ser designados por direitos fundamentais todos os direitos ou garantias nomeados e especificados no instrumento constitucional” (SCHMITT apud BONAVIDES, 2005, p. 561). Em segundo lugar, ele entende que

são aqueles direitos que receberam da Constituição um grau mais elevado de garantia ou de segurança; ou são imutáveis (*unabänderliche*) ou pelo menos de mudança dificultada (*erschwert*), a saber, direitos unicamente alteráveis mediante lei de emenda à Constituição (SCHMITT apud BONAVIDES, 2005, p. 561-562).

Ainda segundo a compreensão de Schmitt, os direitos fundamentais são essencialmente os direitos do homem livre perante o Estado, que detém um poder de intervenção a princípio limitado, mensurável e controlável. Há, portanto, uma conotação de direitos absolutos, que só serão relativizados excepcionalmente de acordo com critérios igualmente legais. Existe também uma inevitável vinculação da concepção de direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana, como valores históricos e filosóficos herdados dos ideais da Revolução Francesa.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão surgiram com a exigência de um Estado mais atuante, caracterizado pela substituição da constituição meramente garantista por uma constituição dirigente, com normas instituidoras de programas governamentais. Esses direitos impõem ao Estado uma atuação prestacional voltada para a satisfação das carências da coletividade. Por meio deles, buscava-se tornar os homens, já livres, iguais no plano fenomênico.

Essa segunda geração corresponde aos direitos sociais, econômicos e culturais, que exigem um *facere* do Estado, ou seja, uma ação positiva com o fim de propiciar melhores condições de vida (*lato sensu*) à pessoa humana e diminuir as desigualdades sociais.

É pertinente assinalar também que Luís Roberto Barroso classifica os direitos fundamentais em quatro grandes categorias, “direitos políticos, direitos individuais, direitos sociais e direitos difusos” (2001, p. 99), e estabelece uma indispensável e oportuna distinção entre os individuais e os sociais:

Os direitos econômicos, sociais e culturais, identificados, abreviadamente, como direitos sociais, são de formação mais recente, remontando à Constituição mexicana, de 1917, e à de Weimar, de 1919. Sua consagração marca a superação de uma perspectiva estritamente liberal, em que se passa a considerar o homem para além de sua condição individual. Com eles surgem para o Estado certos deveres de prestações

positivas, visando à melhoria das condições de vida e à promoção da igualdade material. A intervenção estatal destina-se a neutralizar as distorções econômicas geradas na sociedade, assegurando direitos afetos à segurança social, ao trabalho, ao salário digno, à liberdade sindical, à participação no lucro das empresas, à educação, ao acesso à cultura, dentre outros. Enquanto os direitos individuais funcionam como um escudo protetor em face do Estado, os direitos sociais operam como “barreiras defensivas do indivíduo perante a dominação econômica de outros indivíduos” (BARROSO, 2001, p. 101).

Torres (1989, p. 33) compreende o mínimo existencial como representando um conjunto de condições iniciais para o exercício da liberdade e afirma que “os direitos à alimentação, saúde e educação, embora não sejam originariamente fundamentais, adquirem o *status* daqueles no que concerne à parcela mínima sem a qual o homem não sobrevive”.

Logo, conclui-se que o mínimo existencial visa viabilizar a efetividade dos direitos fundamentais sociais e está associado aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Tratando-se de um conteúdo mínimo, que atua como elemento aglutinador da essência dos direitos fundamentais, é vedada ao Estado a adoção de quaisquer medidas, de ordem legislativa ou material, comissivas ou omissivas, que busquem frustrar a sua concreção. Atentará contra o mínimo existencial tanto a ação concreta, finalisticamente dirigida ao vilipêndio do bem jurídico por ele tutelado, como a omissão deliberada em tornar concreta uma previsão normativa ou mesmo em editar um ato normativo que viabilize o alcance de um *status* jurídico favorável ao indivíduo. A sua observância, assim, independe de qualquer medida de intervenção legislativa, derivando diretamente da própria Constituição.

Ana Paula de Barcellos (2002) enfatiza o tratamento constitucional da dignidade da pessoa humana e reconhece que a Constituição Federal ocupou-se das condições materiais de existência dos indivíduos, pressuposto de sua dignidade. Desse modo, se uma norma viola o princípio jurídico constitucional da dignidade humana, seu destino é a inconstitucionalidade. Inclusive, a insigne doutrinadora concede uma nítida definição de mínimo existencial:

[...] essas condições elementares necessárias à existência humana (mínimo existencial), sob pena de violação de sua dignidade que, além de fundamento e fim da ordem jurídica, é pressuposto da igualdade real de todos os homens e da própria democracia (BARCELLOS, 2002, p. 194).

Nesse mesmo sentido, vale ainda destacar a definição proposta por Ingo Sarlet (2008, p. 63) para fundamentar a concepção desse princípio constitucional:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Assim, o denominado mínimo existencial é composto pelas condições materiais básicas para a existência, correspondendo a uma fração nuclear ou conteúdo mínimo da dignidade da pessoa humana (*minimum core of economic and social rights*¹⁵), que constitui o valor mais fundamental e é o princípio fundante da ordem jurídica e a finalidade principal do Estado (BARCELLOS, 2002). Portanto, a eficácia jurídica do princípio da dignidade da pessoa humana funciona como um limite derradeiro ou uma barreira de contenção apta a obstar ações políticas que o violem ou restrinjam.

Na medida em que a Constituição reflete os avanços da luta democrática, interessa diretamente aos setores populares a observância e o cumprimento de suas determinações, traduzidas em normas constitucionais que outorgam direitos e liberdades. E esses direitos implicam prestações de natureza fática e jurídica.

Coerentemente com sua posição incorporacionista, Peces-Barba Martínez (1999) revela sua preferência pela adoção da expressão “direitos fun-

15. Núcleo mínimo de direitos econômicos e sociais.

damentais”, em detrimento de outras como “direitos humanos”, “direitos naturais”, “direitos morais” ou “direitos públicos subjetivos”. Segundo ele, a terminologia escolhida tem a vantagem de abarcar o fenômeno dos direitos em sua integridade sem perder de vista sua dimensão moral e sem mutilar sua faceta jurídico-positiva. Além disso, o caráter inclusivo dessa expressão, associado ao conceito de ética pública formulado pelo nobre catedrático espanhol, foi devidamente enfatizado na seguinte alegação:

[...] direitos fundamentais podem incluir tanto os pressupostos éticos como os componentes legais, significando a relevância moral de uma ideia que compromete a dignidade humana e seus objetivos de autonomia moral e também a relevância jurídica que converte direitos em norma básica material do Ordenamento, e é um instrumento necessário para que o indivíduo desenvolva na sociedade todas as suas potencialidades. Os direitos fundamentais expressam tanto uma moralidade básica como uma juridicidade básica (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 37).

Os direitos fundamentais compõem parte do conteúdo de justiça do direito de uma sociedade democrática. Seu objetivo principal é auxiliar todos no alcance do mais elevado nível possível de humanização em cada período histórico. São ferramentas de organização social e política que possibilitam o desenvolvimento máximo das dimensões da dignidade humana em todas as esferas da vida. Nesse mesmo sentido, portanto, Peces-Barba Martínez (1999, p. 109-110) os considera como a “parte-chave” da teoria da justiça e afirma que, enquanto concepção integral, eles são:

1) Uma pretensão moral justificada, tendente a facilitar a autonomia e a independência pessoal, enraizada nas ideias de liberdade e igualdade, com as matizes que trazem conceitos como solidariedade e segurança jurídica [...]; 2) Um subsistema dentro do sistema jurídico, o direito dos direitos fundamentais, o que supõe que a pretensão moral justificada seja tecnicamente incorporável a uma norma, que possa obrigar a uns destinatários correlatos das obrigações jurídicas decorrentes para que o direito seja efetivo, que seja suscetível de garantia ou proteção judicial, e obviamente que se possa atribuir como direito subjetivo, liberdade, poder ou imunidade a uns titulares concretos.

Logo, essas pretensões morais devem ser tecnicamente incorporadas, de acordo com as regras que regem a criação, a interpretação e a aplicação do direito, a uma norma jurídica que possa obrigar o Estado e, em certos casos, dependendo do tipo de norma, os indivíduos ao cumprimento das obrigações jurídicas decorrentes desses direitos. Tais exigências visam sua efetividade, além de tornar o Estado e/ou o indivíduo suscetíveis de garantia ou proteção judicial, atribuindo aos seus titulares direitos subjetivos, liberdades, poderes ou imunidades.

A ética pública proposta por Martínez salienta critérios mediante valores, princípios e direitos, organização de instituições, orientação das normas da vida social, de regulação dos direitos dos cidadãos, para que cada um possa aprimorar as linhas de sua condição humana e de sua dignidade em sociedades que melhor permitam o desenvolvimento das pessoas. Inclusive, Martínez considera a dignidade humana como um referencial ético racional pressuposto da ética pública.

Em sua origem, a dignidade humana não é um conceito jurídico como pode ser o direito subjetivo, o dever jurídico ou o delito, nem político como a Democracia ou o Parlamento, mas sim uma construção da filosofia para expressar o valor intrínseco da pessoa derivado de uma série de características de identificação que a tornam única e irrepetível, que é o centro do mundo e que está centrada no mundo. A pessoa é um fim que ela mesma decide submeter-se à regra, que não tem preço e não pode ser utilizada como um meio para todas as possibilidades contidas em sua condição que supõe essa ideia de dignidade humana no ponto de partida. Estamos diante de um dever-ser fundante que explica os fins da ética pública, política e jurídica, a serviço desse dever-ser. Por isso, a dignidade não é uma característica ou uma qualidade da pessoa que gera apenas princípios e direitos, mas um projeto que deve realizar-se e conquistar-se. Gera ao longo da história, sobretudo a partir da transição para a modernidade, uma reflexão sobre os meios a serem alcançados, e dessa reflexão surgirão os conteúdos da ética pública. Não se pode censurar a falácia naturalista, porque seus preceitos não derivam da natureza ou da condição humana, mas de uma mediação racional que estipula um dever-ser para converter esses projetos de dignidade em dignidade real (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 2003, p. 68).

Os direitos fundamentais podem incluir tanto os pressupostos éticos quanto os componentes jurídicos, consistindo na relevância moral e jurídica que converte os direitos em norma básica material do ordenamento e que é instrumento necessário para que o indivíduo desenvolva todas as suas potencialidades na sociedade.

A doutrina do mestre espanhol contempla ainda a totalidade de quatro valores considerados como paradigmas da modernidade e membros da ética pública (liberdade, igualdade, solidariedade e segurança) e os integra em uma síntese harmoniosa e equilibrada para se construir, a partir deles, um modelo de moral, de poder político e de direito.

Desse modo, o poder público não pode eximir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhe foi outorgado pela Carta Magna visando a efetividade desse direito fundamental de índole social. A supressão desse direito implica a impossibilidade do exercício pleno da cidadania, indispensável para o acesso aos demais direitos sociais, econômicos e culturais.

Nesse mesmo sentido, Gisele Cittadino (2000) assinala que Habermas considera os direitos fundamentais como “princípios deontológicos do direito”. Além disso, ele também os pressupõe como constitucionalmente assegurados, segundo um procedimento democrático, e normas legítimas de caráter obrigatório.

Os direitos fundamentais, que integram as constituições de todas as sociedades democráticas contemporâneas, são, para Habermas, um bom exemplo de uma moralidade universalista. [...] os direitos fundamentais constituem, neste sentido, aspectos estruturais da “vida digna” que podem, no entanto, ser separados da concretude de formas de vida específicas, configurando princípios universais de qualquer processo de socialização comunicativa (CITTADINO, 2000, p. 115).

Ainda à luz da argumentação de Cittadino (2000), deduz-se que a efetividade dos direitos à dignidade da pessoa humana e da igualdade depende da implementação de políticas públicas democráticas que promovam a emancipação dos cidadãos e a sua plena e efetiva realização. Assim, é inquestionável a relevância da noção de consenso, deliberação participativa a partir da construção de uma ação coletiva de compartilhamento de planos individuais de ação por meio do debate entre os

envolvidos, objetivando-se a resolução das dificuldades essenciais do processo de tomada de decisões.

Ademais, em que pesem as atuais iniciativas de promoção à igualdade racial, é inegável que o Brasil carece da elaboração de políticas públicas ainda mais relevantes, democráticas e cidadãs, que redundem num vigoroso empenho do Estado em concretizá-la de modo pleno. Somente assim o direito fundamental à igualdade racial estará realmente efetivado em sua plenitude.

A fundamentalidade do direito à igualdade racial é imanente à sua condição de elemento indispensável a uma vivência digna, ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, à emancipação dos cidadãos e à concreção da própria cidadania. Assim, cumpre salientar, mais uma vez, a posição de relevância que tais argumentações filosóficas assumem em relação à efetividade do direito fundamental à igualdade racial, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Igualdade Racial.

Partindo do pressuposto de que os direitos humanos podem ser considerados a partir de diversos pontos de vista, buscando-se uma compreensão integral, Martínez destaca pelo menos duas perspectivas imprescindíveis para a concepção desses direitos: a reflexão ética, que contempla os direitos “como um caminho para permitir a dignidade humana e a consideração de cada um como pessoa moral”, e a reflexão jurídica, que “recolhe e explica a incorporação dos direitos ao direito positivo” (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 39).

Assim, lançando mão da expressão “modelos reducionistas”, Martínez engloba e critica as concepções jusnaturalista e positivista ideológica dos direitos humanos, que prescindem de uma ou outra das dimensões ética e jurídica. Em contrapartida, ele defende um modelo integral dos direitos humanos com base na reflexão sobre a realidade social, para que os ideais morais e as normas jurídicas relativas aos direitos fundamentais sejam efetivos. Ele propõe um ponto de encontro entre direito e moral mediado pelo poder político do Estado, que assuma esses valores éticos como valores políticos e os incorpore ao seu ordenamento jurídico como valores do direito.

No mundo moderno uma determinada concepção da moralidade, uma moral humanista da liberdade e da dignidade e uma concepção política – também própria do mundo moderno, que assume esses valores morais e os converte em valores políticos, os próprios de uma democracia pluralista, de um

Estado social e democrático de Direito – coincidem em um ordenamento cujos valores jurídicos são direitos fundamentais, mas não se compreendem desvinculados dos valores morais e políticos que os justificam. São moralidade legalizada (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 105).

Portanto, para Martínez, os direitos fundamentais se originam e se fundamentam na moralidade e desembocam no direito positivo por meio do Estado, que é o ponto de referência da realidade jurídica a partir do trânsito para a modernidade. Assim, tais reivindicações morais devem ser tecnicamente incorporadas, segundo as regras de criação, interpretação e aplicação do direito, havendo uma norma jurídica que obrigue o Estado e particulares ao cumprimento das obrigações decorrentes desses direitos, para que tenham eficácia social.

Martínez sustenta a tese de que o processo de positivação dos direitos fundamentais pressupõe uma relação necessária entre certas etapas que se sucedem: obrigação moral (ponto de partida), obrigação política (realidade medial) e obrigação jurídica (ponto de chegada).

O processo de positivação só é entendido a partir deste ponto de vista, que respeita as etapas e fases, ética, política e jurídica, sem pretender suprimir a identidade de qualquer delas, nem dominar a partir de qualquer uma delas. Somente a lei, a expressão jurídica de um poder político, expressão da vontade popular, pode positivar a moralidade dos direitos [...] (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 157).

Inclusive, o autor enfatiza que a moralidade pública, componente necessária do fenômeno jurídico, não se torna direito diretamente por ser moralidade, mas porque se incorpora ao sistema jurídico pelas vias instituídas pelo poder político.

Os valores, os princípios e os direitos são a expressão da própria moralidade do direito, da moral jurídica que mais tarde identificaremos, mas não são direito se não se incorporam ao sistema jurídico pelas portas pelas quais entra essa moralidade no direito: o direito legal e o direito judicial (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 85).

Além disso, Martínez ressalta a relevância do estudo sobre a positivação dos direitos fundamentais tanto para a filosofia jurídica quanto para os diversos ramos do direito.

A positivação dos direitos fundamentais produzirá um interesse da filosofia jurídica e dos diferentes ramos da ciência do direito no estudo do fenômeno. Assim, irá se formando uma teoria jurídica dos direitos fundamentais, cada vez mais importante e com mais autonomia, com dimensões de teoria do direito, de direito constitucional, internacional, administrativo, processual, do trabalho, etc. Esta teoria será inseparável da teoria moral e da teoria política sobre os direitos fundamentais (PECES-BARBA MARTÍNEZ, 1999, p. 159-160).

Conclui-se que sem positivação os direitos não se completam; são só ideais morais, valores sem plenitude. Como os valores estéticos se realizam em um quadro, poesia ou escultura, os valores éticos, pretensões justificadas (direitos fundamentais), realizam-se com sua incorporação ao direito positivo. Só têm sentido como moralidade crítica se pretendem ser direito positivo, pois, caso essa possibilidade não exista, não se pode falar em direitos fundamentais.

A igualdade no contexto da transição da democracia para a ditadura revolucionária francesa

A partir de uma análise comparativa entre a primeira declaração de direitos (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*), de 26 de agosto de 1789, a segunda declaração de direitos, de 24 de junho de 1793, e a declaração de direitos e deveres (*Déclaration des Droits et Devoirs de l'Homme et du Citoyen*), de 22 de agosto de 1795, constata-se que, respectivamente, cada um desses documentos possui uma ênfase própria e particular que reflete um espírito social e político específico do período histórico em que foi promulgado ao longo do ciclo revolucionário.

Inclusive, considera-se que

há não uma, mas várias declarações e uma série de projetos que, longe de encontrarem conclusão na Declaração de 1789,

permanecem e fazem sentir a presença de uma árdua luta em curso até as Declarações de 1793 e de 1795, a dos jacobinos e a do Termidor [...] (NEGRI, 2002, p. 282).

Portanto, o teor da primeira declaração, que instituiu os princípios basilares da nova ordem social decorrente da Revolução, evidencia a unidade de propósito de todos os setores democráticos da nação que, então, em comunhão, afirmavam possuir um só ardor revolucionário, de tal modo

[...] que todo o terceiro-estado – isto é, tanto o povo como a burguesia que o conduzia – estava unido nesta fase e tinha objetivos comuns. A burguesia era um elemento jovem e progressista apostado em combater o absolutismo feudal. Não receava ainda o povo e marchava para frente ombro a ombro com ele (MANFRED, 1982, p. 20).

Quanto ao estabelecimento de direitos e garantias individuais, essa declaração, “por seu caráter universal, é um passo significativo no processo de transformar o homem comum em cidadão, cujos direitos civis lhe são garantidos por lei” (ODALIA, 2008, p. 166). O documento estabelece a liberdade e a igualdade de direitos entre os homens, que, a partir de então, se tornam intrinsecamente cidadãos, cujos direitos naturais e imprescritíveis merecem defesa e conservação. Inclusive, há menção aos direitos da nação, que devem estar

sempre subordinados aos direitos do cidadão, visto que o Estado não é um fim em si mesmo; seu objetivo maior é assegurar que os direitos civis sejam usufruídos pelo cidadão. Quando o Estado falhar nessa sua principal missão, ao cidadão resta o direito de sublevação (ODALIA, 2008, p. 167).

Todavia, apesar de conter artigos que proclamavam a liberdade e, principalmente, a igualdade de direitos de uma forma extraordinariamente inusitada e sem precedentes em um contexto histórico no qual a servidão e a escravidão eram práticas corriqueiras e habituais, essa declaração não ficou imune a críticas. Pois, ao mesmo tempo que instituiu a inalienabilidade de direitos tais como a liberdade pessoal, a inviolabilidade pessoal e o direito de resistência à opressão, a proclamação do direito inalienável à

propriedade privada evidenciava as deficiências burguesas do supracitado diploma legal revolucionário.

Assim, vale ressaltar que, de acordo com Manfred (1982, p. 20-21), este “fato aponta para as limitações burguesas da declaração, pois significava que a liberdade que proclamava era de tipo puramente formal, porque perpetuava a desigualdade baseada na propriedade”.

Além disso, Manfred (1982, p. 21) afirma:

No entanto, os frutos da vitória não pertenciam nem a todo o terceiro-estado nem mesmo a toda a burguesia. Em pouco tempo o poder ia ter praticamente às mãos da grande burguesia ou da “aristocracia burguesa” como veio a ser chamada. Na Assembleia Constituinte, nas câmaras de Paris e das cidades de província e na Guarda Nacional, a voz decisiva em breve seria a da mais rica e economicamente mais poderosa facção da burguesia.

Muito embora o artigo 1º da Declaração de 1789 tenha consagrado o princípio da isonomia jurídico-formal, objetivando eliminar privilégios, distinções, isenções pessoais e regalias nobiliárquicas, essa modalidade de igualdade perante a lei ocasionou o surgimento de novas desigualdades socioeconômicas de fato entre os homens. Contudo, essas discrepâncias eram tão desumanas quanto aquelas típicas da sociedade dominada pelo *ancien régime*.

No que tange à problemática da isonomia formal geradora de desigualdades econômicas, vale assinalar que José Afonso da Silva (2005, p. 214), ao considerar o contexto brasileiro como exemplo, enfatiza que:

Nossas constituições, desde o Império, inscreveram o princípio da *igualdade*, como *igualdade perante a lei*, enunciado que, na sua literalidade, se confunde com a mera *isonomia formal*, no sentido de que a lei e sua aplicação tratam a todos igualmente, sem levar em conta as distinções de grupos.

Segundo Silva, a Constituição de 1988 busca promover uma aproximação entre as duas espécies de isonomia, pois não se restringe ao mero enunciado da igualdade perante a lei, mas consigna também a igualdade entre homens e mulheres, proibindo diferenciações e discriminação de qualquer tipo.

Nesse mesmo sentido, a lição sobre igualdade no discurso de Rui Barbosa na formatura da turma de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo inclui uma paráfrase da máxima aristotélica de que a igualdade equivale a tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvários da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo não dar a cada um na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalesssem (BARBOSA, 1997, p. 26).

Rui Barbosa reputou aquela concepção de igualdade como um insulto contra a razão, a fé, a civilização e a humanidade, além de responsável pela miséria. Contudo, afirmou que, embora não se possa igualar aqueles que a natureza criou desiguais, a sociedade pode compensar as desigualdades originais por meio da educação e do trabalho. Ele ainda procura levar a juventude a refletir sobre a legitimidade da lei produzida segundo as conveniências das minorias oligárquicas.

Ora, senhores bacharelados, pesai bem que vos ides consagrar à lei, num país onde a lei absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem, e dispõem, as que mandam, e desmandam em tudo; a saber: num país, onde, verdadeiramente, não há lei, não o há, moral, política ou juridicamente falando (BARBOSA, 1997, p. 35-36).

Contudo, no que tange à ênfase da segunda Declaração, seu texto ecoa o repúdio dos jacobinos à “natureza interesseira e antidemocrática da política seguida pelo partido da alta burguesia na Assembleia e apontaram as consequências, que seriam fatais para a revolução” (MANFRED, 1982,

p. 24). A razão disso reside no fato de que, inicialmente, os girondinos eram opositores do absolutismo feudal. Porém, uma vez no poder devido à “bem-sucedida revolta popular na qual verdadeiramente não tinham tomado parte, partiram do princípio de que os principais objetivos da revolução já tinham sido realizados e tornaram-se uma força conservadora” (MANFRED, 1982, p. 29).

A indiferença girondina em relação às condições indignas em que vivia a maioria do povo, sua defesa dos privilégios à alta burguesia e a sua dissimulada e secreta proteção à realeza ensejaram uma guinada jacobina radical e violenta em direção à instituição da República evidenciada no conteúdo do texto da Declaração de 1793. Inclusive, vale ressaltar, a partir de um exame comparativo,

duas diferenças importantes em relação à primeira Declaração. Em primeiro lugar, a liberdade deixa de ser definida como direito e passa a ser definida como poder. Isto implica que a liberdade deixa de ser pensada como uma faculdade e, mais, deixa de ser pensada como uma faculdade concedida pelo Estado aos homens. Em segundo lugar, e talvez mais importante, a lei deixa de ser um limite à liberdade, passando a ser apenas instrumento de sua salvaguarda (POGREBINSCHI, 2003, p. 137).

Além de enfatizar a temporalidade da Revolução Francesa como movimento de libertação operária, Negri (2002, p. 282) ainda ressalta que a Declaração de 1793 “reconhece o direito à insurreição como consequência extrema do caráter inalienável da soberania popular: um direito público subjetivo que os homens do povo tomam ao pé da letra, como indivíduos e como massa”.

Ademais, em sua proclamação de direitos, a declaração jacobina, além de ignorar os limites da sua antecessora, no que se refere ao exercício da resistência, ainda emprega termos como natureza, existência, fraternidade, universo, direito natural, progresso, entre outros, buscando garantir direitos para todos os cidadãos. Inclusive, ressaltem-se as conquistas sociais e democráticas do regime jacobino:

Num período extremamente curto a ditadura jacobina conseguiu alcançar os principais objetivos da revolução: os padrões sociais feudais haviam sido abolidos; a contra-revolução na

pátria tinha sido repelida para lá das fronteiras da República. Os jacobinos puderam realizá-lo porque o povo estava unido atrás deles e porque na sua política eles defenderam os interesses dos pobres das cidades e das massas populares.

Enquanto ainda existia uma real ameaça de restauração da ordem pré-revolucionária pela mão dos intervencionistas estrangeiros, a burguesia e as camadas proprietárias da população rural e urbana estavam todas preparadas para aceitar as rigorosas restrições da ditadura jacobina, os preços fixos, as penalidades impostas por especulação ou por exigência da prestação de serviços (MANFRED, 1982, p. 38).

Entretanto, na reação ao terror contrarrevolucionário que assassinou líderes como Marat e Chaliier, o forte e centralizado regime jacobino afastou-se gradativamente da democracia, intensificando o terror ao passar a encarcerar e executar na guilhotina meros suspeitos, além de mobilizar um enorme exército popular para lutar contra a coalizão intervencionista estrangeira (MANFRED, 1982).

Por outro lado, a terceira Declaração repercute a tônica da contrarrevolução burguesa que teve início com a derrubada do governo jacobino em 9 do Termidor de 1794.

A Declaração de 1795 aniquila, portanto, não apenas todas as considerações de Robespierre a respeito do direito de resistência à opressão, como também deixa de incorporar todos os artigos que as Declarações de 1789 e 1793 continham sobre ele. Em perspectiva diametralmente oposta, a Declaração de 1795 parece refletir com exclusividade uma preocupação básica do contratualismo do século XVII, qual seja, a de fundamentar a obrigação política. Sai de cena, no texto da Declaração, a resistência (ou desobrigação), e entra a obrigação. Se hoje em dia podemos lamentar o fato de a Declaração jacobina não ter sido a definitiva, por outro lado, podemos também abençoar o fato de não ter sido a Declaração thermidorana a ter permanecido (POGREBINSCHI, 2003, p. 141-142).

Assim, os “termidorianos de direita”, prósperos especuladores que lucraram com a liberalização de preços que agravou ainda mais a fome dos mais pobres, passaram a dominar na Convenção e no governo retaliando com

terror os jacobinos e anulando suas realizações sociais e democráticas. Consequentemente, promulgou-se uma constituição marcada pela eliminação do sufrágio universal e pelo retorno do voto censitário (MANFRED, 1982).

A ferocidade dos termidorianos manifesta na Declaração de 1795, uma completa inversão da tônica da doutrina revolucionária presente na Declaração de 1793, negava a criatividade das massas e esperava sua obediência. Desfigurando o discurso sobre o poder constituinte em decreto sobre os “deveres” dos cidadãos, paradoxalmente tal desnaturação reacionária suscitava horror (NEGRI, 2002).

O regime do Diretório, instituído a partir do final de 1795, consistiu no domínio da nova burguesia especulativa, que executava uma política reacionária e antipopular em função do desprezo e temor em relação aos menos favorecidos. Entretanto, essa mesma burguesia que tinha se assenhorado das riquezas da antiga nobreza, constituiu-se como um regime antimonárquico que aniquilava brutalmente as tentativas realistas de restaurar o poder do *ancien régime*.

Em 1796, ocorre a Conspiração dos Iguais, um movimento de tendências igualitárias, considerado como um protocomunismo ou precursor embrionário da ideologia comunista e liderado por Gracchus Babeuf, o primeiro revolucionário comunista, que apregou no Manifesto dos iguais a abolição das “distinções de classes entre ricos e pobres, entre grandes e pequenos, entre senhores e servos, entre governantes e governados” (1796, p. 2).

Baseando-se em princípios de propriedade comum, democracia direta e fraternidade igualitária, Gracchus Babeuf dedicou-se à conversão da igualdade formal perante a lei na igualdade real entre todos os cidadãos, o que conjugaria os três princípios tão propalados durante a Revolução Francesa.

Tal igualdade perfeita, de fato, implicaria o

estabelecimento da administração popular, pela supressão da propriedade privada, pela vinculação de cada indivíduo ao seu talento, fazendo-o depositar os frutos do seu trabalho em um espaço coletivo, estabelecendo uma administração única dos bens que assegurará a sua repartição segundo a mais escrupulosa igualdade (BABEUf apud CATTANI, 2002, p. 75).

Nesse mesmo sentido, vale assinalar ainda que o espírito da época da promulgação da Declaração de 1795 e o seu teor propriamente dito foram

marcados por uma guinada conservadora e repressiva por parte do regime contrarrevolucionário. O Diretório continuava a promover mudanças favoráveis à consolidação do projeto político burguês.

Os princípios constitucionais republicanos e da igualdade

Inicialmente, vale assinalar a posição de Ruy Barbosa Nogueira (1999, p. 39), para quem os “princípios são o conjunto das proposições diretoras, características às quais todo o desenvolvimento seguinte deve estar subordinado”.

No Brasil, a República, tendo se revelado como a forma de governo mais apropriada e compatível com o domínio da igualdade, consagrou o princípio republicano como um dos mais relevantes alicerces do ordenamento jurídico.

A compreensão do princípio republicano é essencial para qualquer abordagem sobre a sociedade, a democracia e o Estado, pois ele é um princípio norteador do ordenamento jurídico que o adota. Ele está vinculado ao interesse da maioria, com o ideal republicano do interesse da coisa pública, e remete à noção de bem comum.

A não compreensão do que seja uma República e, principalmente, do que seja o princípio republicano traz prejuízos incalculáveis ao perfeito entendimento de termos como direitos fundamentais, cidadania e coisa pública, por exemplo. Ao mesmo tempo, deturpa o sentido da própria democracia que deve ser um instrumento republicano, ou seja, uma ferramenta para aferir e garantir o interesse da maioria e sua aplicação nos mais diversos aspectos da vida em sociedade (CRUZ; CADEMARTORI, 2009, p. 88).

Cruz e Cademartori (2009, p. 89) ressaltam a positivação do princípio republicano no primeiro artigo da Constituição Federal e enfatizam que isso “o habilita para ser a base valorativa de todo Direito Positivo Brasileiro”:

O princípio republicano orienta todo o ordenamento jurídico a partir da premissa de que, em qualquer situação jurídica, deve sempre prevalecer o interesse da maioria; [...] o princípio republicano é o “princípio dos princípios”. Funciona como a matriz político-ideológica do ordenamento e vincula todas as outras normas jurídicas.

Esses autores destacam, ainda, a acepção da concepção aristotélica de “bem geral”, tão valorizada pelo ideal republicano, considerando que ela “é a meta por que todos anseiam: é, portanto, um ideal de interesse comum” (CRUZ; CADEMARTORI, 2009, p. 90). Assim, o ideal republicano da prevalência do bem comum acima do particular implica a construção do espaço público contra tradições e privilégios nobiliárquicos, ao associar-se complementarmente à democracia como instrumento de oposição aos regimes baseados no direito divino e na hereditariedade. A integração entre a República e a democracia demanda a consagração prioritária da supremacia do bem comum e da coisa coletiva. Indubitavelmente, a República é a forma de governo na qual o bem comum deve estar sempre acima de interesses particulares da minoria e, inclusive, de grupos de confissão religiosa. Logo, quanto mais se priorizar o bem comum em detrimento dos interesses privados, mais republicana e democrática será a gestão da coisa pública.

No que tange à laicidade, Canotilho (2003, p. 226) menciona o entendimento de John Rawls de que “O republicanismo não pressupõe qualquer doutrina religiosa, filosófica ou moral abrangente”. Ruy Samuel Espíndola (2003, p. 265), por sua vez, assevera que o princípio republicano, “por sua larga abertura e baixa densidade, é melhor compreendido em consonância com os princípios constitucionais gerais (legalidade, igualdade, responsabilidade dos agentes públicos por seus atos, etc.) [...]”.

Vale assinalar ainda que Adriano Pilatti (2006, p. 128) também admite a existência de uma relação entre o princípio constitucional republicano e o da igualdade:

A ética igualitária inerente ao princípio republicano irradia-se desde logo, na Carta de Direitos Fundamentais que integra e confere a identidade à nossa Lei Maior, a começar pela própria explicitação do princípio da isonomia, do direito à igualdade e de suas garantias, tanto as inibidoras de discriminações odiosas como aquelas que objetivam conferir tratamento diferenciado aos que dele necessitam, a fim de realizar a igualdade em seu sentido material [...].

O princípio da igualdade é inerente ao postulado republicano da prevalência do interesse público que deve suplantar o interesse individual de alguns. Em razão do princípio republicano, na esfera pública a ênfase deve sempre ser a igualdade.

Associada à ideia de justiça, a igualdade, consagrada como coluna dos ordenamentos jurídicos democráticos, rejeita privilégios. Ela implica a proibição da instituição de vantagens para quaisquer credos e a consequente desproporção entre as religiões. Por isso prevê vedação à desigualdade que visa burlar o postulado republicano e laico, instituindo regra oposta ao direito comum. Portanto, o princípio da igualdade é de suma relevância no ordenamento jurídico pátrio e, por isso, não deve ser negligenciado.

De acordo com Geraldo Ataliba (2001, p. 158), esse princípio é imediatamente decorrente do princípio republicano:

Princípio constitucional fundamental, imediatamente decorrente do republicano, é o da isonomia ou igualdade diante da lei, diante dos atos infralegais, diante de todas as manifestações do poder, quer traduzidas em normas, quer expressas em atos concretos.

Logo no teor do seu preâmbulo, a Carta da República informa que foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte para, entre outros objetivos, assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Nesse mesmo sentido, o artigo 1º, inciso III da Carta Magna preconiza que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. Além disso, o artigo 3º da Constituição Federal preconiza que a República Federativa do Brasil tem como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por sua vez, o inciso II do artigo 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, define a desigualdade racial como “toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica”.

John Rawls também é mencionado por Pinheiro (2013). Segundo este, aquele jusfilósofo retomou, no quadro do atual liberalismo social, a discussão dos tempos da Grécia antiga, na República de Platão, onde se discutiam os fundamentos de uma sociedade justa. Rawls teria se esforçado para conciliar a meritocracia com a ideia da igualdade ao fixar

as premissas básicas para construção de uma sociedade livre, dotada de equidade e justiça social para os menos favorecidos, em busca da felicidade. Igualdade de oportunidade a todos em condições de igualdade plena, e justiça distributiva aos integrantes menos privilegiados da sociedade. Pois, sem a mitigação das desigualdades sociais, uma sociedade não pode ser considerada justa.

A partir do ideário de sociedade justa proposta por Rawls, alicerçado na igualdade equitativa entre os homens, nas liberdades individuais, bem como justa oportunidade, faz-se necessária a elaboração de políticas públicas, com a finalidade de assegurar a justa oportunidade aos menos favorecidos socialmente, estruturando a sociedade mediante ações afirmativas (PINHEIRO, 2013, p. 107).

Assim, Rawls introduz o princípio ético do altruísmo a ser exigido ou cobrado dos mais talentosos e aquinhoados – a abdicação consciente de certos privilégios e vantagens materiais legítimas em favor dos socialmente menos favorecidos.

O posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a efetividade do direito fundamental à igualdade racial

Atualmente há uma série de decisões jurisprudenciais sobre o assunto. Sobretudo, o Supremo Tribunal Federal tem afirmado a proteção aos direitos fundamentais e, especialmente, ao princípio constitucional da igualdade racial. Em outras palavras, a jurisprudência do Guardião da Constituição tem respaldado a previsão constitucional e infraconstitucional sobre o tema.

Logo de início, é imprescindível destacar a seguinte ementa do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2012) com repercussão geral, que apresenta o efeito multiplicador ao possibilitar que essa corte decida uma única vez e que, a partir dessa decisão, uma série de processos idênticos seja atingida. Tal decisão garante a efetivação do direito à igualdade racial na implementação da política de ações afirmativas com vistas ao ingresso no ensino superior:

EMENTA: Recurso Extraordinário. Constitucional. Política de Ações Afirmativas. Ingresso no Ensino Superior. Uso de Critério Étnico-racial. Autoidentificação. Reserva de Vaga ou Estabelecimento de Cotas. Constitucionalidade. Recurso Improvido. I – Recurso extraordinário a que se nega provimento. DECISÃO: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, conheceu e negou provimento ao recurso extraordinário.

Nesse mesmo sentido, é válido ainda salientar a seguinte ementa do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2012), que, mais uma vez, ratifica o direito à igualdade racial no contexto republicano:

EMENTA: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Atos que Instituíram Sistema de Reserva de Vagas com Base em Critério Étnico-racial (Cotas) no Processo de Seleção para Ingresso em Instituição Pública de Ensino Superior. Alegada Ofensa aos ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, Todos da Constituição Federal. Ação Julgada Improcedente. I – Não contraria – ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares. II – O modelo constitucional brasileiro incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. III – Esta Corte, em diversos precedentes, assentou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo,

ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro. V – Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição. VI – Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes. VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. VIII – Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente.

DECISÃO: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou totalmente improcedente a arguição.

Contudo, por outro lado, vale destacar que, segundo o ministro relator dessa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), Ricardo Lewandowski, um dos atributos das políticas afirmativas é sua provisoriedade. Portanto, o Poder Público deve avaliá-las periodicamente para prevenir a inconstitucional e antidemocrática criação de castas privilegiadas.

Após a constatação e conseqüente análise das decisões jurisprudenciais supramencionadas, fica patente que o Poder Judiciário tem exercido seu papel decisivo na salvaguarda do princípio da igualdade racial como preconizado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Igualdade Racial.

Realmente, não resta dúvida de que o Judiciário, como o órgão apto a proporcionar a realização dos comandos constitucionais ante a omissão dos demais órgãos do Poder Público, tem cumprido sua missão de consa-

grar o respeito e garantir a efetividade do direito à igualdade racial em prol de uma sociedade mais humana e justa, além de menos desigual.

Considerações finais

O direito fundamental à igualdade racial deve ter sua supremacia e respeitabilidade inquestionáveis, visando sua plena efetividade e aplicabilidade imediata. Sua exigibilidade decorre de sua natureza constitucional com efetividade intrínseca e de sua imprescindibilidade social. Seus detentores possuem um direito subjetivo que os investe no poder jurídico de exigir prontamente sua prestação de natureza fática e jurídica por parte do Estado.

Apesar do tímido esforço governamental para ampliar a oferta de oportunidades de trabalho e melhorar a qualidade de vida do cidadão, as políticas públicas ainda carecem de arrojo para maximizar a efetividade do direito fundamental à igualdade racial. Porém, o Brasil ainda necessita da criação e implementação de políticas públicas mais relevantes, democráticas e cidadãs, que redundem num vigoroso empenho do Estado em concretizar de modo pleno o direito fundamental à igualdade racial. Somente assim estará realmente efetivado em sua plenitude.

A justiciabilidade e exigibilidade desse direito pela via judicial são evidentes em função de sua natureza constitucional. Inclusive, as decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal analisadas comprovam que o Poder Judiciário tem tutelado o direito fundamental à igualdade racial como previsto pela Carta Magna, reafirmando sua indisponibilidade, aplicabilidade imediata e consequente exigibilidade.

Contudo, são indispensáveis a fiscalização do Ministério Público e a mobilização da sociedade civil organizada para a concretização desse direito fundamental. Além disso, diante do exposto, é imprescindível que sua efetividade continue sendo uma realidade no Brasil.

A fundamentalidade do direito à igualdade racial é imanente à sua condição de elemento indispensável a uma existência digna, ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e à concreção da própria cidadania. Conclui-se que a efetividade desse direito depende da elaboração e implementação de políticas públicas que promovam sua plena e efetiva realização, por considerá-la como norma de aplicação imediata.

Referências

ATALIBA, Geraldo. **República e constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BABEUF, Gracchus. **Manifesto dos iguais**. 1796. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/Babeuf_ManifIguais.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 Distrito Federal**. Inteiro teor do acórdão. Brasília, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 597.285 Rio Grande do Sul**. Inteiro teor do acórdão. Brasília, 9 maio 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5455998>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almeida, 2003.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional didático**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CATTANI, Antonio David. Libertários e tutelares no mundo do trabalho. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 71-81, out. 2002. Acesso em: 27 out. 2017.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CRUZ, Paulo Márcio; CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. O princípio republicano: aportes para um entendimento sobre o interesse da maioria. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 1, n. 1, p. 87-96, jan./jun. 2009.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. Princípios constitucionais e atividade jurídico-administrativa: anotações em torno de questões contemporâneas. **Resenha Eleitoral – Nova Série**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/revista-tecnica/edicoes-impressas/integra/2012/06/principios-constitucionais-e-atividade-juridico-administrativa-anotacoes-em-torno-de-questoes-contemporaneas/indexc8ca.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

LEITE, George Salomão (Org.). **Dos princípios constitucionais**. Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003.

MANFRED, Al'bert Zakharovich. **A concepção materialista da Revolução Francesa**. São Paulo: Global, 1982.

MARTINS, Marianne Rios de Souza; KROLING, Aloísio. O papel das políticas públicas para efetividade dos direitos humanos fundamentais de 2ª dimensão. Depoimentos: Revista da Faculdade de Direito de Vitória, n. 10, p. 144-170, jan./dez. 2006.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **Curso de derechos fundamentales**: teoría general. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1999.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. Madrid: Dykinson, 2003.

PILATTI, Adriano. O princípio republicano na Constituição de 1988. In: PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly (Org.). **Os princípios da Constituição de 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PINHEIRO, Régis Gonçalves. A teoria da justiça de John Rawls e a constitucionalidade das ações afirmativas no Brasil. **Revista CEJ**, Brasília, ano XVII, n. 59, p. 100-108, jan./abr. 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Emancipação política, direito de resistência e direitos humanos em Robespierre e Marx. **Dados**, v. 46, n. 1, p. 129-152, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. **Revista de Direito Administrativo**, n. 177, p. 20-49, jul./set. 1989.

A construção do Brasil moderno e o problema do negro na visão de Lacerda

Elaine Pereira Rocha

Em julho de 1911, a cidade de Londres sediou um encontro sem precedentes de homens de ciência vindos de mais de 50 países, entre os quais China, Japão, Índia, Pérsia, Turquia, Haiti, Rússia, Portugal, Estados Unidos, Nigéria, França e Itália. O objetivo do congresso era

discutir, sob a luz da ciência e da moderna consciência, as relações entre os povos do Oriente e do Ocidente, entre os chamados brancos e os chamados “povos de cor”, com a intenção de promover entre esses um maior entendimento, sentimentos de amizade e cordial cooperação (SPILLER, 1911, p. v).

Embora o Congresso Universal das Raças tenha se realizado num clima de boas intenções e de comprometimento pela paz mundial, o evento se deu em meio a uma tensão crescente entre países europeus e aqueles que eram alvo das intenções imperialistas da França, Inglaterra, Itália e Rússia, que levaria à Primeira Guerra Mundial, e foi impulsionado pelo grande interesse científico pelas diferenças físicas e classificações raciais lideradas pela recém-inaugurada ciência da antropologia, seguida de perto pela medicina, criminologia e outras disciplinas acadêmicas. No Brasil, as questões raciais estavam longe de ser harmoniosas. Havia disparidades entre o discurso racialista e as medidas públicas em relação à população negra recém-saída da escravidão e à população indígena, alvo dos avanços

da modernização e integração do país, além de disparidades entre indianistas, indigenistas, antropólogos e intelectuais em favor da sobrevivência do mais forte. Este capítulo se ocupará em examinar algumas dessas disparidades encobertas no discurso criado “para ingleses lerem”.

João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, representou o Brasil, discutindo a mestiçagem como solução para o “problema do negro” na sociedade brasileira. Em seu discurso, ele ressalta a importância dos mulatos no desenvolvimento do Brasil, destacando o caráter cordial do brasileiro e descrevendo o país como um vasto território onde haveria lugar suficiente para “todas as raças conviverem em harmonia” (LACERDA apud SPILLER, 1911, p. 382). Com apenas sete páginas, o discurso de Lacerda divergia não apenas dos problemas apresentados no Congresso Universal das Raças, que denunciavam a desigualdade, a discriminação e o racismo em diversas partes do mundo, como também negligenciava a realidade brasileira do período, marcada por problemas políticos e raciais, como a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro e a “pacificação” dos Kaingang em São Paulo e no sul do país.

No âmbito internacional, a questão racial, que se colocava dia a dia nos debates políticos e populares, era relacionada à aceitação de um direito “naturalizado” dos países europeus modernos, que se autodenominavam “civilizados”, em estender seus domínios sobre nações consideradas “atrasadas”. Na base do discurso imperialista, estavam as teorias científicas desenvolvidas a partir do século XIX, que classificavam e dividiam os povos em raças organizadas hierarquicamente, mantendo ao topo a Europa Ocidental como modelo de civilização e modernidade.

Entre o último quarto do século XIX e a primeira década do século XX, o mundo assistiu a um rearranjo na ordem política, na qual países com maior poderio militar iniciaram uma expansão agressiva por meio da anexação de territórios e subjugação total de nações africanas e asiáticas. Entre 1880 e 1914, conforme explica Eric Hobsbawn (1988, p. 89):

As duas maiores regiões do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e – ainda em escala modesta – japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico,

francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa.

Ao mesmo tempo que os impérios europeus avançavam pela África e Ásia, os Estados Unidos expandiam seu poder político e econômico nas Américas por meio de ações indiretas, exceto no caso de Porto Rico e das Filipinas, territórios anexados após a guerra com a Espanha, em 1898. De fato, a guerra hispano-americana e o envolvimento dos Estados Unidos no movimento cubano por independência marcaram o início do imperialismo americano que prevaleceu sobre Cuba, Haiti, República Dominicana, Guatemala, Honduras e Panamá, e colocou o restante do continente em situação de desigualdade política, econômica e militar, tornando-os vulneráveis às pressões daquele governo e suas companhias.

Marc Ferro discutiu o colonialismo e o imperialismo como elementos inseparáveis de outro fenômeno: o racismo. Segundo ele, a crença na superioridade racial de povos (por exemplo, os ingleses, quando comparados aos indianos) foi a justificativa política, cultural e moral para a submissão dos conquistados ao poder dos conquistadores (FERRO, 1997).

No interior do Brasil, pode-se falar de uma colonização e de um imperialismo interno, no qual o Estado civilizador impôs uma nova “ordenação” do espaço privilegiando certos projetos de desenvolvimento, como a abertura de estradas de ferro, a abertura de territórios para colonização através da distribuição de terras para imigrantes europeus e o esforço para incorporar a população indígena como parte da reserva de mão de obra, no projeto de “localização de trabalhadores nacionais”. Nas zonas urbanas, como Rio de Janeiro e São Paulo, o projeto modernizador caracterizou-se pelo controle policial da população, em especial das camadas mais baixas, predominantemente composta de negros e mulatos.

Paralelamente ao esforço de modernização e concomitantemente à abolição da escravidão no Brasil, chegaram ao país ideias do racismo científico, que classificavam a população humana entre raças definidas por diferentes graus de desenvolvimento e colocavam em risco a imagem externa da nação.

Ao final do século XIX, o racismo científico proposto por Herbert Spencer e Charles Darwin – e seus seguidores – tornou-se parte de doutrinas políticas e de estudos científicos que propagaram a ideia de raças como

grupos humanos diferenciados e marcados por diferentes graus de avanço/retardamento, que seriam inerentes às suas características físicas e basicamente insuperáveis. Desse modo, a submissão de raças (e nações) menos avançadas aos povos civilizados e modernos seria condição ao progresso da humanidade. O discurso enfatizava mesmo a generosidade dos povos considerados civilizados em conduzir os atrasados em direção à modernidade, ainda que em princípio a igualdade entre os povos fosse considerada impossível pelas mesmas doutrinas raciais que pregavam a existência de limitações biológicas entre os não europeus. Seguindo essa visão, o imperialismo interno brasileiro procurava civilizar populações indígenas e controlar a grande massa de negros e mulatos, ainda que reconhecesse uma inferioridade intelectual nos mesmos em comparação aos brancos.

De fato, não obstante as tensões entre nações na corrida colonialista e na busca por estratégias de dominação e justificativas para as políticas de segregação, controle, classificação e muitas vezes extermínio exercidas por colonialistas em territórios dominados, práticas semelhantes eram encontradas em políticas internas de Estados nacionais independentes. Entre eles estavam os Estados Unidos, o Brasil e outros da América Latina que lidavam com diferentes grupos étnicos, separados e subjugados por uma hierarquia que combinava raça, cor e classe, e que tinham a miscigenação como uma realidade centenária na qual o mestiço compunha uma parcela significativa da população. Lacerda expressa essa preocupação na abertura de sua fala no Congresso:

Essa questão dos mestiços, considerada do ponto de vista antropológico e social, tem no Brasil uma importância extraordinária, sobretudo porque na população misturada desse país a proporção de mestiços é muito elevada e os descendentes do cruzamento do negro e do branco têm igualmente uma representação social e política considerável (LACERDA apud SPILLER, 1911, p. 2).

O contraponto ao argumento de Lacerda encontra-se na teoria de uma das figuras mais influenciáveis do racismo científico entre os séculos XIX e XX, Arthur de Gobineau (1937), que havia publicado na França em 1855 o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, no qual justifica a superioridade da raça ariana e situa a raça negra no mais baixo patamar da

escala de evolução, estando mais próxima do estado animal que do humano. Gobineau condenava a miscigenação, argumentando que a mistura de raças, ainda que inevitável, levaria à degeneração humana.

A tese de Gobineau chegou ao Brasil pela conexão intelectual do país à França e após sua visita ao nosso país, entre 1869 e 1870, quando este constatou, horrorizado, a existência de um alto índice de mestiçagem na população brasileira. A citação textual do Brasil como exemplo de degeneração em uma obra de grande influência torna ainda mais urgente, para os teóricos nacionalistas, o confronto das teorias de Gobineau, cujas conclusões pessimistas sobre o futuro da sociedade brasileira foram analisadas por Ricardo Alexandre de Sousa:

O Brasil, além de não ter um passado, era um país que se dizia jovem, mas que aos olhos do Conde já nascera velho. O grau de miscigenação encontrava-se de tal forma avançado que Gobineau chegou a afirmar, com base em estimativas de números relativos à população, fertilidade e mortalidade, que os brasileiros se tornariam uma raça extinta em cerca de 270 anos, mas imediatamente voltaria atrás para melhor calcular e então chegar à conclusão [de] que menos de 200 anos seria o tempo suficiente para que os brasileiros desaparecessem (SOUSA, 2008, p. 128).

O pessimismo de Gobineau quanto ao futuro do Brasil marcou a produção intelectual do final do Império e da Primeira República, período em que se juntou a outras teses europeias que se propunham a explicar o fenômeno da diversidade racial na segunda metade do século XX. Pode-se entender então o movimento dentro das academias brasileiras, nas quais cientistas brasileiros se puseram a campo para realizar pesquisas que deveriam consolidar as teorias importadas. Tais ideias, ainda que consideradas científicas, possuíam fortes características políticas e foram mesmo incorporadas a ideologias como o positivismo, que se tornou a mais importante doutrina política no Brasil e na América Latina entre 1870 e 1920. Essa influência foi sintetizada por Renato da Silveira (2000, p. 145):

A ciência forneceu a jornalistas e escritores, além de estereótipos recauchutados, uma linguagem e uma convicção inabaláveis, uma força moral. Os cientistas influenciaram os criadores

do imaginário coletivo: literatos, teatrólogos, ilustradores e cartunistas. E os formadores de opinião: líderes comunitários, esportistas, educadores, legisladores e políticos. Seu grande prestígio virtualizou a implantação de políticas e padrões, avalizou uma iconografia depreciativa, justificando a superexploração da massa pobre urbana, da massa camponesa proletarizada, a expropriação de terras e bens de povos colonizados, não raras vezes incentivando a violência policial/militar e o autoritarismo quando praticados contra as “raças inferiores”.

No Brasil, a tese de que a miscigenação geraria uma “raça degenerada” obteve vários adeptos, entre eles Nina Rodrigues, médico mulato que escreveu extensivamente sobre a questão racial. Thomas Skidmore sintetizou o pensamento de Nina Rodrigues sobre os mestiços brasileiros de forma a justificar a sua própria posição, ou seja:

Os mestiços eram, para ele, evidentemente um problema. Evitou-o dividindo-os em três subgrupos: a) o tipo superior (inteiramente responsável, no qual, é lícito presumir, se incluía o próprio Nina Rodrigues); b) os degenerados (alguns parcialmente responsáveis, o restante totalmente irresponsável; e c) os tipos instáveis socialmente, como os pretos e os índios, aos quais se podia apenas atribuir “responsabilidade atenuada” (SKIDMORE, 1974, p. 76).

O problema de se aceitar a tese da degeneração do mestiço envolvia o orgulho nacionalista, visto que a maior parte da população brasileira naquela virada de século era constituída por negros, índios e mestiços. Sendo assim, acatar a tese de Gobineau em sua amplitude colocava em risco o orgulho nacional, pois caracterizaria o país como uma nação inferior. Tal questão foi particularmente importante na primeira fase do período republicano, quando o novo regime propôs uma nova era de modernização, ordem e progresso, ao mesmo tempo que promovia a integração nacional.

A opinião dos intelectuais do período estava dividida: por um lado, a ideia de classificação racial trazida da França parecia atraente para uma população que ainda alimentava sentimentos antilusitanos e que poderia utilizar tais argumentos para denegrir a “raça dos portugueses”, atribuindo-lhes a culpa pelos males do país (SKIDMORE, 1974). Porém, o Brasil republicano, em seus primeiros anos de consolidação, buscava também a projeção

de uma imagem nacional positiva nos meios europeus, importante para as relações diplomáticas e econômicas. Dessa forma, um movimento de adaptação das ideias evolucionistas se desenvolveu e o Brasil foi construindo a imagem positiva do mestiço como a identidade nacional que traz em si todas as qualidades dos elementos envolvidos nessa mistura: a força física dos negros, a lealdade e honradez do indígena e a inteligência do europeu.

A proposta não era exatamente nova, um panfleto de conteúdo extremamente polêmico surgiu na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1864, com o título *Miscegenation: the theory of the blending of races applied to the American white man and negro* (*Miscigenação: a teoria da mistura de raças aplicada ao homem americano branco e negro*) e de autoria anônima, posteriormente atribuída a David Goodman. A publicação afirmava que as pessoas advindas de misturas raciais eram física, mental e moralmente superiores àquelas pertencentes a raças puras. O panfleto foi enviado para líderes abolicionistas e não tardou para ser anunciado para venda ao público pelos jornais simpatizantes ao abolicionismo. A reação política ao texto foi marcada por ataques entre os partidos republicano e democrático, e o material passou à história como parte de uma farsa política elaborada com a intenção de desestabilizar o governo republicano de Lincoln.

O fato é que muitos intelectuais brasileiros seguiam o pensamento de autores americanos e ingleses, ainda que a influência francesa prevalecesse na maioria dos círculos. E nenhuma dessas linhas de análise era simpática à proposta de miscigenação racial.

É importante salientar que, sendo a mistura de raças com predominância do elemento negro ou indígena uma das características da colonização espanhola e portuguesa, o “problema” da miscigenação não era exclusivo do Brasil. A questão viria à tona no século XIX durante a construção da identidade nacional, influenciada ao final do século pelas teorias positivistas. Ao final da Revolução Mexicana, que também marca um momento de reconstrução da identidade daquela nação, intelectuais mexicanos liderados por José Vasconcelos elaboraram, já no início do século XX, a teoria da “raça cósmica”, que retrata a mistura racial como algo positivo ao invés de negativo, e até mesmo providencial, ainda que enfocassem mais no mestiço como elemento advindo da mistura entre o espanhol e o índio (MILLER, 2004). Isso mostra que as ideias de Lacerda não eram uma construção isolada para justificar a miscigenação. O que esse médico expressou em Londres

foi uma tentativa de apresentar o Brasil, um país de negros e mulatos, sob uma luz favorável, enaltecendo a miscigenação como uma solução definitiva e pacífica para o “problema do negro”. Porém, a perspectiva da extinção dos negros no Brasil por meio do “branqueamento” não seria válida se não fosse associada a uma forte defesa do elemento mestiço, conforme se lê:

Ninguém, no entanto, pode negar sua inteligência viva, suas tendências literárias e científicas ou sua capacidade política. No Brasil, os mestiços ofereceram até hoje poetas de grande inspiração, pintores, escultores, músicos distintos, magistrados, jurisconsultos, oradores eloquentes, literatos notáveis, médicos e engenheiros que se apresentam sem comparação, graças às suas aptidões técnicas e capacidades profissionais. Como homens políticos, eles são hábeis, insinuantes, sabendo admiravelmente aproveitar as ocasiões favoráveis para conquistar as posições; em geral são enérgicos e corajosos na luta, onde empregam indiferentemente todas as armas. Depois do que acabamos de afirmar, vê-se bem que, contrariamente à opinião de diversos escritores, o cruzamento da raça negra com a raça branca não resulta, em geral, em produtos de uma intelectualidade inferior. E, se esses mesmos produtos não podem rivalizar em outras qualidades com as raças mais fortes do tronco ariano; se, como estas últimas, elas não têm um instinto de civilização muito acabado, não restam dúvidas de que não se pode mais colocar esses mestiços no nível de raças realmente inferiores: que eles são física e intelectualmente bem superiores aos negros, que entraram como elemento étnico de sua formação (LACERDA, 1912a, p. 6).

As teorias brasileiras de branqueamento têm sido intensamente exploradas por autores como Lilia Schwarcz, Thomas Skidmore, George Andrews, Carlos Hasenbalg e Andreas Hofbauer, entre outros que discutem as teorias nacionais sobre a raça durante as primeiras décadas do século XX, explorando aspectos (pseudo)científicos e ideológicos das diferentes propostas apresentadas ao público¹⁶. Por esse motivo, o presente capítulo abstém-se de entrar numa discussão sobre essas ideias, além de ressaltar que as propostas de Lacerda e de outros que o seguiram consistiam na de-

16. Para estudos das teorias de branqueamento ver: Schwarcz (1993); Skidmore (1974); Andrews (2004); Hasenbalg (1979), e Hofbauer (2006).

fesa de um sistema natural de seleção de parceiros sexuais, graças ao qual a população brasileira passaria por um processo contínuo de branqueamento até a completa extinção do elemento negro e posteriormente do mulato, em aproximadamente um século a contar de 1911. Conforme se vê:

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós (LACERDA, 1912a, p. 7).

A proposta resolvia o “problema do negro” por eliminação biológica de forma pacífica e sem criar conflitos sociais. Claro que a tese é falha, pois confia na “natural” preferência pelo tipo caucasiano ou, ao menos, pela cor mais clara – e pressupõe que a cor mais clara e pelos brancos, falando claramente sobre mulatos que, alçados a uma posição econômica, cultural e moral superior, preferem casar-se com mulheres brancas. Ao mesmo tempo, alude à beleza das mulatas. O problema dessa equação é que o autor não vê como “enegrecimento” o fato de que brancos se casem com pessoas negras ou mulatas, assim como deixa de mencionar a grande preocupação de teóricos do período com a “contaminação” cultural da “raça europeia” por culturas atrasadas (ou seja, as de origem africana) – tratava-se de um temor da barbarização que levaria ao fim da civilização como tal. O perigo de uma decadência moral é discutido pelo autor apenas em resposta às críticas recebidas, publicada como parte de seu relatório, no qual o autor reconhece que há sempre o risco de que qualidades negativas atribuídas aos negros “contaminassem” os brancos por meio da convivência.

Em Londres, Lacerda criou para seus ouvintes um quadro muito diferente da realidade das grandes cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Tais centros viram a população negra aumentar nos anos subsequentes à abolição até a década de 1940, quando imigrantes negros chegaram a essas cidades em busca de trabalho, partindo do interior e abandonando o trabalho nas zonas rurais. A atração das grandes cidades estava na possibilidade de empregos gerados pela urbanização e modernização que originavam a necessidade de serviços de toda a espécie. O afluxo de negros para as grandes cidades desmente a afirmação de Lacerda de que:

Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar no entanto sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização (LACERDA, 1912a, p. 7).

Trabalhos como os de Florestan Fernandes (1965), Sidney Chalhoub (1996, 1999), Lúcio Kowarick (1994), João José Reis (2000), Maria Cecília Velasco e Cruz (2000) e Alberto Heráclito Ferreira Filho (1999) dedicam-se a explorar as experiências da população negra nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, construindo retratos de cidades em crescimento, com tensões raciais e de classe nas disputas por trabalho e espaço durante os últimos anos da escravidão e as primeiras décadas do período republicano. Nesses escritos, encontramos famílias negras que se mudaram para a cidade de São Paulo, para viver em condições insalubres em porões e cortiços, dedicando-se a trabalhos variados, com predominância do serviço doméstico para as mulheres e da construção civil para homens (FERNANDES, 1965); encontramos a população negra em crescimento na cidade do Rio de Janeiro, a aglomeração em cortiços e nas favelas onde se tornaram alvo tanto das autoridades sanitárias quanto da polícia (CHALHOUB, 1999; KOWARICK, 1994); e, em Salvador, os negros são a maioria da população, dedicados a toda sorte de serviço braçal e à venda de alimentos nas ruas (REIS, 2000). Então, como entender a declaração de Lacerda de que os negros estavam se mudando das cidades para “regiões pouco povoadas”? Seria uma tentativa de distinguir o Brasil urbano/civilizado do Brasil selvagem/rural?

Olga Moraes von Simson, que explorou as raízes históricas do universo do carnaval paulista, encontrou, além da certa segregação entre o mundo dos pretos e o mundo dos brancos, uma população negra local em estreita convivência com negros vindos do interior de São Paulo e de outros estados. Grupos importantes de sambistas vindos da capital, de Campinas, de Vinhedo, de Santo Amaro se encontravam em Bom Jesus do Pirapora nas

famosas festas religiosas, que abriam para o samba de terreiro (SIMSON, 2008). Analisando a população do Rio de Janeiro, Eduardo Silva aponta para um crescimento acelerado da população urbana entre 1872 e 1910, devido a uma intensa corrente migratória interna e externa. Segundo o historiador, a população da cidade do Rio de Janeiro saltou de 824.040 habitantes em 1907 para 870.475 em 1910, sendo que, já em 1890, a população composta por imigrantes vindos de outras províncias correspondia a um percentual de 26% do total da população da capital (SILVA, 1988).

A mudança das fazendas para a cidade grande se fez de forma gradativa. Várias histórias de vida apontam para a saída de um membro da família, que depois mandaria chamar outro e assim por diante (BUTLER, 1998). A mudança gradual fazia parte da estratégia de sobrevivência, de modo que o primeiro indivíduo sai, encontra trabalho e fixa moradia antes de buscar outro familiar. Enquanto isso, aqueles que permanecem no local de origem garantem, com trabalho na lavoura, o sustento básico da família. Isso porque, não obstante a baixa remuneração, o trabalho nas fazendas quase sempre possibilita a moradia e a complementação alimentar pela coleta de frutos, caça, pesca e criação de pequenos animais. Já a vida na cidade é bastante atrativa por oferecer uma possibilidade de reinvenção na qual o indivíduo rompe com a identificação familiar e com o lugar de onde emigra, muitas vezes associados à experiência da escravidão. Existe ainda a perspectiva de melhores e mais frequentes ganhos, em contraste com os pagamentos após a colheita ou empreitada. Acima de tudo, havia o sonho de uma vida melhor, conquistada por trabalho e educação.

A necessidade de um programa político de educação pública já se verificava nos últimos anos do Império, na demanda por profissionais alfabetizados para a cidade que se modernizava. Entre 1872 e 1900, o número de escolas noturnas para trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro cresceu consideravelmente. Os cursos noturnos eram abertos a adultos e crianças trabalhadores, uma vez que a mão de obra infantil era uma norma do período (ROCHA, 2002). Na cidade de São Paulo, que também experimentou rápido e intenso crescimento durante a Primeira República, oportunidades educacionais eram mais escassas. De acordo com Kim Butler, em 1934 – portanto quase meio século depois da abolição –, o número de estudantes na capital paulista era de aproximadamente 85.000, porém apenas 7% destes eram negros (BUTLER, 1998). Regina Pinto

(2013) explica que a luta contra o analfabetismo entre negros e mulatos era um tema frequente nas páginas dos jornais da chamada imprensa negra desde o início do século XX e continuou a sê-lo até a extinção dessa imprensa, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Da mesma forma, Pedro Souza Santos refere-se à relevância do tema em seu artigo sobre a imprensa negra em São Paulo:

Aos leitores

[...] o combate ao analfabetismo, essa praga que nos fazemos mais escravos do que quando o Brasil era uma feitoria [...]. Vamos, meus amigos um pouco de boa vontade, porque combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro. Nós, homens de côr, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira (O ALFINETE, 1919, p. 1, apud SANTOS, 2006, p. 2).

Após regressar ao Brasil, João Batista Lacerda fez um resumo das apresentações, destacando alguns participantes, entre eles William Edward Burghardt Du Bois, que falou exaustivamente sobre as tensões raciais nos Estados Unidos, denunciando o racismo e a negação dos direitos aos negros americanos. Lacerda admira em Du Bois o fato de este ser um

[...] reccomendavel descendente dessa raça, um mestiço ao qual conferira a Natureza o dom de uma intelligencia vivaz e as circumstancias do meio social os recursos de apural-a e educual-a nos bancos nos bancos da escola e da Academia, o Dr. E. B. Du Bois, professor de Historia e Economia Politica na Universidade de Atlanta, foi o missionario, a quem a raça proscrita incumbio de relatar no Congresso de Londres o seu longo martyrologio, escripto com sangue e trespassado das mais crueis provocações phisicas e dos mais duros soffrimentos moraes (LACERDA, 1912b, p. 17).

Para Lacerda, apesar de sua admiração pelo narrador, a educação dos negros é uma questão preocupante. Em sua opinião, ela não poderia ser incentivada, sob o risco de intensificar os conflitos raciais, pois os negros educados passariam a ver com clareza a sua condição dentro daquela so-

cidade. Para o brasileiro, se o total extermínio dos negros nos Estados Unidos era impossível, “(d)eixal-os crescer e desenvolver-se sob a continua pressão da outra raça é um perigo futuro que poderá desencadear um cataclysmo social formidável, com uma lueta renhida e sangrenta entre as duas raças” (LACERDA, 1912b, p. 22).

No mesmo capítulo, intitulado “O problema da raça negra nos Estados Unidos”, Lacerda sintetiza os problemas apresentados por Du Bois, salientando a segregação, as limitações econômicas, o fato de que algumas sociedades, teatros e restaurantes negavam acesso a negros e mulatos, e a falta de acesso à justiça imparcial, o que levava muitos negros a serem condenados por crimes que não cometeram. Contudo, a situação descrita pelo americano e ressaltada por Lacerda é muito semelhante ao que vinha acontecendo no Brasil naquele momento:

No norte, os últimos 10 por cento da população negra não são legalmente vítimas de nenhuma desigualdade, e podem sem qualquer restrição frequentar as escolas, as igrejas e votar. Na realidade, entretanto, na mór parte das Sociedades já lhes fazem sentir que a sua presença não é desejável. Nos hotéis, nos restaurantes, nos theatros, ou se lhes recusa a entrada ou se os recebe de má vontade. Nas igrejas e nas “associações para a cultura do espírito”, eles são tratados de tal sorte que bem poucos buscam fazer parte dellas. O casamento com os brancos condemna-os ao ostracismo e fazem-nos cair no desfavor público; e nos Tribunaes os Negros incorrem muitas vezes em penas immerecidas. Os trabalhos grosseiros, as occupações baixas lhes são acessíveis, mas difficilmente poderão elles aspirar a coisas melhores, a trabalhos industriaes ou às profissões liberaes, excepto para servir à sua raça; e há muita desigualdade no que toca aos salários (LACERDA, 1912b, p. 20-21).

Esse tipo de discriminação racial era constantemente denunciado nos jornais negros de São Paulo, principalmente entre 1919 e 1937. Neles há referências claras à discriminação racial, à recusa de empregadores em aceitarem trabalhadores negros, negros barrados à entrada em clubes e casas de dança. A situação pode ser ilustrada por este trecho da “Carta sem cor”, de Benedito Florêncio, publicada no jornal *O Alfinete* em 1921:

Apesar de seus feitos [...] vivem [os negros] espesinhados pela sociedade e torturados pela crítica. Parece até que ser preto neste país é um defeito de moral! Não se quer saber da grandesa dos sentimentos, da nobresa do carácter, [...] da brancura do coração [...]. É assim que vivemos nesta terra onde tudo se nos negam [...].

A sociedade nos odeia, o povo branco nos persegue, e a religião nos exclue [...]. Para todos existem aqui corações [...] mas, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro só ha uma sentença: é preto... De facto, somos dessa cor escura que um accidente científico de epiderme nos legou como uma maldição eterna, mas devemos por isso estar sujeitos a essa situação humilhante de degradados sociais? (O ALFINETE, 1921, p. 2, apud PINTO, 2013, p. 239).

O texto acima referido, ainda que seja de 1921, serve para refletir sobre condições de vida dos negros no contexto em que o diretor do Museu Nacional foi enviado para o Congresso Mundial das Raças. O fato de que o Brasil não tenha experimentado as rigorosas leis de segregação racial que existiram nos Estados Unidos não quer dizer que havia entre os brasileiros a tolerância e cordialidade descrita por Lacerda e repetida por inúmeros autores. Carlos Antonio Ribeiro estudou processos criminais no Rio de Janeiro entre 1900 e 1930, constatando a criminalização de negros, mesmo quando vítimas de crimes, e uma maior evidência de condenações de negros no sistema judiciário (RIBEIRO, 1995); Maria Clementina Pereira Cunha referiu-se à prevalência de homens e mulheres negros entre os internos do Hospital Psiquiátrico do Juquery entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (CUNHA, 1987); Olivia Gomes Cunha falou sobre o trabalho doméstico para as mulheres como uma continuidade das relações de trabalho no pós-abolição (CUNHA, 2007). A desigualdade e os infortúnios de negros e mulatos na capital carioca da virada do século XX foram retratados nas obras de Lima Barreto, particularmente em *Clara dos Anjos* (1997).

Alguns meses antes do Congresso Universal das Raças, a Revolta da Chibata, liderada por marinheiros negros, agitou não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas abalou o país inteiro, colocando em risco a própria República. A revolta, que havia sido planejada por quase dois anos, ir-

rompeu em razão das desigualdades dentro da Marinha e principalmente como reação à continuidade dos castigos físicos aplicados aos marinheiros negros, entre eles o castigo das chibatadas. A situação de desigualdade dentro da Marinha Brasileira está ilustrada em um artigo publicado no jornal *O Paiz*, em 24 de novembro de 1910.

O Congresso tem votado aumento de vencimentos para a oficialidade, dando-lhe toda a espécie de garantias e tem-se desinteressado, em absoluto, pela sorte dos humildes praças de pret, cujos exíguos soldos são conservados sem alteração e a quem nem ao menos se dá o conforto da alimentação e do descanso devidos a todo o ser humano e a todos os que trabalham. [...] Esta iníqua situação é agravada pela insuficiência de pessoal a bordo dos navios triplicando o trabalho das respectivas guarnições e agravada mais cruelmente ainda pelo rigor com que esses infelizes são tratados, sujeitos a castigos corporais de uma desigualdade que indigna todos os corações bem formados (O PAIZ, 1910, apud NASCIMENTO, 2002, p. 26).

Na análise de Nascimento, o amplo debate que cercou a Revolta dos Marinheiros em novembro de 1910, e que se estendeu por meses, ao discutir os prós e contras da abolição dos castigos corporais na Marinha, acabou por expor ao mundo as desigualdades raciais no Brasil. Entretanto, seis meses depois, Lacerda foi a Londres e apresentou um trabalho que não faz referência às condições de vida dos negros no Brasil. Ao contrário, ele projetou uma imagem do Brasil que não correspondia à realidade daquele momento.

Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República. A porta aberta por esse regime a todas as aptidões deixará penetrar muitos mulatos de talento até as mais altas corporações políticas do país. No Congresso Nacional, nos tribunais, na Instrução Superior, na carreira diplomática, nos corpos administrativos mais elevados, os mulatos ocupam hoje uma situação proeminente. Eles são uma grande influência sobre o governo do país (LACERDA, 1912a, p. 6-7).

A “porta aberta” a que Lacerda se refere como oportunidade para a admissão de mulatos nas corporações do país deve ser examinada de forma literal, isto é, refere-se apenas à possibilidade de mulatos ascenderem socialmente, sendo a definição de mulato algo bastante abstrato, dependendo dos olhos do observador. As classificações raciais na América Latina e, no caso, no Brasil, têm a peculiaridade de centrarem-se em gradações de cor em vez da regra restritiva dos Estados Unidos da América, na qual uma gota de sangue africano determina o pertencimento do indivíduo à raça negra. Pode-se então ler a proposta de Lacerda não como a aceitação universal de “muitos mulatos” em instituições (e posições) elevadas, mas de uma possibilidade de incorporação de elementos que, pela miscigenação, se aproximam mais do biótipo considerado ideal e, através da educação, conseguem se sobressair em determinadas profissões.

É preciso lembrar que tais portas continuaram fechadas aos negros. Mesmo a legislação republicana sobre a entrada de trabalhadores imigrantes no país mantinha a cláusula de proibição da entrada de africanos e negros estrangeiros, conforme discutido por Skidmore:

Mesmo antes da aprovação da primeira Constituição republicana, o governo provisório havia promulgado um decreto que revelava o ideal de branqueamento em ação na busca de imigrantes. Tal decreto, de 28 de junho de 1890, dispunha: ‘é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal em seu país’. A essa provisão liberal acrescentava-se a cláusula: “Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas. O artigo seguinte acentuava a gravidade dessa disposição: ‘os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda de imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao governo federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar’. Outro artigo acrescentava: ‘A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos...’ (SKIDMORE, 1974, p. 155).

Aliás, muitos outros problemas relacionados à questão racial no Brasil foram completamente ignorados pelo diretor do Museu Nacional, que enfocou sua apresentação na versão nacionalista brasileira das teorias ra-

cialistas do período. Em seu relatório final, ao referir-se a desigualdades raciais em outras nações, Lacerda não fez nenhuma associação à realidade brasileira. Para ele, problema racial no Brasil era o alto número de negros entre a população, fato que era elemento de embaraço para a nação que se modernizava. Entretanto, a sua fala estava centrada na solução que os brasileiros ofereciam para o problema, ou seja, na mestiçagem.

A preocupação da classe dominante no Brasil com a imagem que o país refletia no exterior levava a um zelo extremo, a ponto de muitos verem, nas notas que Lacerda apresentou em Londres, uma afronta à imagem do país, quando ele, diante de uma plateia de ilustres intelectuais do mundo inteiro, inicia sua apresentação indicando, como já foi dito anteriormente, a proporção elevada de mestiços provenientes do cruzamento entre brancos e negros na população brasileira.

O autor se mostrou intensamente incomodado e ferido pelas duras críticas recebidas de seus compatriotas, em seu retorno ao Brasil e após a publicação de suas notas, ao ponto de reservar em seu relatório espaço para defender sua posição:

Eu disse sobre a materia a verdade tal como a consciencia m'a ditou, e quieram que eu dissesse a mentira; eu exprimi com clareza e firmeza o meu pensamento e julgaram que elle devera ser disfarçado com fallaciosos circumloquios e capciosos subterfugios; eu obedeci às suggestões da sciencia e da razão sem nenhuma outra preocupação de espirito, e sahiram a proclamar aos quatro ventos que eu affirmara coisas prejudiciaes ao paiz por um modo que merecia censura (LACERDA, 1912b, p. 87).

Aparentemente, seus críticos sentiram-se ofendidos, acusados do “defeito” de serem mulatos, ou pelo fato das palavras de Lacerda lançarem dúvidas sobre a origem racial de muitos deles. Diante disso, o autor seguiu acusando de hipócritas os brasileiros que negavam que a miscigenação no Brasil fizesse parte do tecido social desde os primeiros anos da colonização. Lacerda insistia em que era preciso aceitar o fato de que havia mulatos ocupando posições importantes no país, sendo importante notar que Nilo Peçanha, presidente da República entre 1909 e 1910, era mulato – fato que, obviamente, foi omitido na defesa de Lacerda.

Entre os fatos que a classe dirigente evitava enfrentar estava a predominância do elemento negro na composição da população daquele período, pouco mais de 20 anos após a abolição. Algumas pessoas parecem ter interpretado os escritos de Lacerda como uma declaração nesse sentido, contra a qual ele se defendeu veementemente:

Accusaram-me tambem, e esta foi a parte mais acrimoniosa do libello, de ter implicitamente affirmado na setima conclusão do meu trabalho que a actual população do Brasil compõe-se de maior numero de negros do que de brancos, não me tendo eu advertido, acrescentou o critico, que semelhante affirmação deslustrava os creditos do paiz, e rebaixava-o aos olhos do estrangeiro (LACERDA, 1912b, p. 91).

O texto de Lacerda falava da presença importante dos mulatos na população, mas na verdade não falava que havia um número maior de negros do que de brancos, ainda que assim fosse, mas é importante dizer que, num trecho anterior, ele dizia a seus críticos que sabia muito bem que certas verdades deviam ser omitidas. O mal-entendido, baseando-se no discurso de defesa do autor, parece ter-se formado em torno de sua “previsão” de que em cem anos a raça branca latina seria predominante no Brasil. Eis o trecho da crítica reproduzida por Lacerda:

Si sómente daqui a um seculo, segundo pensa o auctor, a raça branca poderá constituir no Brasil maioria sobre a raça negra, deve-se suppôr que essa maioria actualmente não existe e que portanto a população do Brasil actualmente compõe-se de maior número de negros do que de brancos (LACERDA, 1912b, p. 93-94).

A questão acima está relacionada à tese defendida por Lacerda de que a população negra e indígena no Brasil estava em processo de extinção e os mulatos, por meio de seleção reprodutiva, na qual buscariam sempre um(a) parceiro(a) mais claro(a), iriam se clarear a cada geração, sendo que em cem anos o país, ainda que não tivesse uma raça branca ariana, iria por certo exibir o perfil da raça branca latina.

Se o relato a respeito da população negra é um tanto desconectado da realidade, o mesmo pode-se dizer sobre a forma como o autor referia-se à

população indígena do Brasil em 1911. Ao afirmar que o “puro tipo indígena” encontrava-se disperso em pequenas regiões localizadas ao norte e ao centro do país, Lacerda desconsiderava o grande debate sobre a catequese ou extermínio dos Kaingang no sul do Brasil – assunto explorado intensamente por seu colega Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista que defendia arduamente o extermínio desses indígenas, em 1908:

Os atuais índios do estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangs selvagens são um empecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.

A conversão dos índios não tem dado resultado satisfactorio; aquelles índios que se uniram aos portuguezes imigrados só deixaram uma influencia maléfica nos hábitos da população rural. [...] não se pode contar, de modo effcaz e seguro, com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige (IHERING, 1908, p. 215).

O trecho acima é parte de um artigo publicado pela *Revista do Museu Paulista*, em reação a uma denúncia de outro alemão, Albert Vojtech Fric, representante do Museu de Berlim, de que os índios Kaingang estavam sendo “exterminados por atos de escravidão, rapto e assassinato”. O tema provocou grande polêmica no meio intelectual brasileiro, e entre os indignados com a proposta de extermínio de Ihering estavam a Congregação do Museu Nacional (sob a direção de João Baptista de Lacerda!) e os indigenistas Luis Bueno Horta Barbosa, Leolinda de Figueiredo Daltra e Candido Rondon (ROCHA, 2002).

Ainda em meio ao debate sobre a questão indígena, o Ministro da Agricultura Rodolpho Miranda anunciou, em visita ao Museu Nacional, a intenção governamental de lançar uma política indigenista oficial em fevereiro de 1910. Alguns dias depois desse anúncio, o tenente-coronel Candido Mariano Rondon voltava dos sertões e era recebido como herói nacional e defensor dos índios por uma multidão que o aguardava (ROCHA, 2002). Em junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos

Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. A função do órgão era claramente integrar o indígena como mão de obra na sociedade nacional.

As circunstâncias da criação do órgão mencionado estão relacionadas ao debate sobre o destino dos indígenas no projeto de modernização e ordenação do país, que vinha sendo discutido desde o início da República, embora as palavras de Ihering tenham instigado a reação popular. Antonio Carlos de Souza Lima fala da influência das palestras de Rondon no Rio de Janeiro entre 1907 e 1908, e principalmente após seu retorno à capital em 1910. Ao indianista somaram-se as vozes de autores vinculados ao Ministério da Agricultura e ao Museu Nacional (LIMA, 1995).

O apoio do Museu Nacional ao movimento indigenista liderado por Rondon, ao que parece, não teve qualquer influência no discurso de Lacerda no Congresso Universal das Raças. Interessantemente, a postura romântica dos positivistas – muitos deles ligados ao Museu Nacional – incentivou a propagação de monumentos em celebração à memória do ancestral da “raça brasileira”, além de romances, nomeações de logradouros (ROCHA, 2006), e isso não se fez notar na fala de Lacerda, que previu o desaparecimento dos índios nos anos subsequentes e apresentou uma posição que o aproximava de seu colega do Museu Paulista.

Nós não acreditamos que estes núcleos indígenas possam prosperar e influenciar o progresso futuro do Brasil; durante muito tempo eles viverão uma existência mirrada e terminarão por se dissolver, quando se colocarem em contato mais imediato com a civilização que penetra gradualmente nas regiões desconhecidas do Brasil (LACERDA, 1912a, p. 8).

Tomando emprestados dados elaborados, segundo ele, por Roquette-Pinto, Lacerda previa em seu relatório que, no ano de 2011 a população brasileira seria composta por uma maioria branca na proporção de 80 indivíduos para cada 100 habitantes, na qual os “mestiços negroides” estariam representados na proporção de 3 indivíduos para cada 100 habitantes, enquanto os indígenas seriam 17 indivíduos para cada 100 habitantes e os negros teriam desaparecido completamente. A persistência dos indígenas entre a população em contraste com a total extinção dos negros foi explicada pelo autor pela baixa possibilidade de cruzamentos entre índios e brancos. Lacerda afirmou mesmo não acreditar no diagrama de Roquette-

Pinto, que lhe parecia influenciado pela falsa estatística de crescimento populacional entre indígenas, causada pela aproximação do indígena dos núcleos civilizados, e, portanto, seu número estaria mais presente nos dados sobre a população regional. Na opinião dele:

O indígena semi-civilizado não se cruza com a população branca, e mui difficilmente se adapta elle as condições do meio civilizado. Quanto mais se difuldir a civilização no paiz, tanto mais intensa será a reduçção da raça indígena, a qual, estou certo, desaparecerá com os negros, daqui a um século (LACERDA, 1912b, p. 97-98).

A extinção dos indígenas do Brasil, de acordo com a análise de Lacerda, aconteceria de forma natural e espontânea, uma vez que se tratava do que ele chamava de uma “raça mirrada”. O mesmo, porém, não se daria com os negros, que ele reconhecia como fisicamente fortes e que, por isso, somente desapareceriam por meio do cruzamento racial, no qual os genes africanos – que ele considerava inferiores aos europeus – seriam dominados pelos genes brancos.

Ao final do seu relatório, Lacerda se referiu, com pesar, ao problema enfrentado pelos Estados Unidos em relação aos negros. Para ele, a relativa autonomia dada à população negra daquele país após a abolição, com as políticas de segregação, propiciou que eles desenvolvessem instituições próprias, como escolas, templos e imprensa, além de cooperativas e organizações de apoio financeiro que possibilitavam a melhoria nos padrões de vida e organizações políticas que os defendiam da perseguição branca. Em consequência, a população negra ali crescia em vez de decrescer, criando um perigo para o governo americano. Lacerda chegou a apresentar uma solução para o problema da nação estrangeira, dizendo que os negros dos Estados Unidos deveriam ser confinados às áreas agrícolas e espalhados pelo interior do país, reforçando a sua ideia de que o braço negro era o melhor para a lavoura.

Lacerda expressava grande satisfação ao dizer que o problema dos Estados Unidos não se apresentava no Brasil, onde a população se reduzia a cada dia. Nas páginas finais de seu relatório, ele apresentou um retrato do negro dentro da sociedade brasileira, ressaltando sua desorganização em contraste com a organização dos negros americanos.

[...] sem nenhum laço de união entre elles, sem nenhuma especie de iniciativa, perdidos por invios caminhos; como os animaes extraviados de um rebanho, os negros não poderam achar até hoje no Brasil uma diretriz para se encaminharem a uma organização social qualquer. O abandono, o isolamento, a inação, a incuria a que se entregaram após a abolição da escravidão tem augmentado de mais em mais a sua decadencia e estão concorrendo para a sua extinção. No Brasil o problema da raça negra resolve-se sem esforço e sem difficuldade [...] (LACERDA, 1912b, p. 99).

O grande objetivo do Congresso Universal das Raças, segundo seus organizadores, era promover soluções pacíficas para as questões raciais no mundo inteiro. Lacerda estendeu sua análise sobre a solução pacífica que os brasileiros haviam encontrado para o problema por meio da teoria do branqueamento via miscigenação. Os problemas enfrentados por negros e índios na virada do século XX não foram expostos por aquele que seria um dos mais indicados analistas para o assunto, a partir de sua posição dentro do Museu Nacional. Lacerda seguiu, como ele mesmo afirmou, a norma de que certas verdades devem ser omitidas e defendeu a imagem brasileira no exterior de maneira otimista, utilizando o tom de quem acredita que encontrou a solução perfeita para o maior problema da nação brasileira: para ele, e muitos de sua época, o problema se resumia à presença predominante dos negros na população de um país que lutava para construir uma imagem de modernidade.

As notas do otimismo de Lacerda estão nas palavras finais de sua exposição:

A corrente de imigração europeia aumenta a cada dia, o elemento branco na população irá, em algum tempo, substituir os elementos que possam reter qualquer característica do negro. O Brasil então se tornará um dos centros principais de civilização do mundo. Ele será o grande mercado de riqueza da América, explorando todas as suas indústrias, usufruindo para transporte e condução de comércio estrangeiro e intercontinental e tomado por uma ativa e empreendedora população, que irá ocupar as grandes cidades e a costa e depois se espalhará pelas planícies vastas do interior e ao longo dos rios da América do Sul.

“O trabalho edifica” é o moto encravado nas portas do vasto território do Brasil, no qual existe espaço suficiente para todas as raças do mundo viverem em harmonia e prosperidade (LACERDA, apud SPILLER, 1911, p. 382).

No entanto, ele se esqueceu de acrescentar à última frase: “desde que tais raças fossem brancas”.

Referências

ALBERTO, Paulina. **Terms of inclusion**. Black intellectuals in twentieth-century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. 398p.

ANDREWS, George. **Afro-Latin America 1800-2000**. New York: Oxford, 2004. 284p.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Clara dos Anjos e outras histórias**. São Paulo: Publifolha, 1997. 256p.

BRASA. Brazilian Studies Association, 2008. Disponível em: <http://www.brasa.org/documents/brasa_ix/Olga-von-Simson.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

BUTLER, Kim. **Freedoms given, freedoms won**. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Jersey: Rutgers University Press, 1998. 285p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Edunicamp, 1999. (Prefácio)

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. Ainda o Juquery: notas para um velho debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 4, jun. 1987.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 377-418.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965. 2v. (Ciências Sociais Dominus, 3)

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 239-256, 1998-1999.

FERRO, Marc. **Colonization: a global history**. London: Rutledge, 1997. 402p.

GOBINEAU, Joseph Arthur. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Apolo, 1937. 345p.

GOODMAN, David. **Miscegenation: the theory of the blending of races applied to the American white man and negro**. New York: Dexter, Hamilton & Co., 1864. 25p.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 316p.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos Impérios 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2006. 454p.

IHERING, Hermann von. Declaração do extermínio. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VII, p. 215, 1908.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

LACERDA, João Baptista de. **Réplica à crítica da memória** – Sur les méfis au Brésil. Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912b. p. 85-101.

LACERDA, João Baptista de. **Resumos do Congresso Universal das Raças, Museu Nacional**, 1912a. 96 p.

LIMA, Antonio Carlos Souza. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995. 367p.

MILLER, Marylyn G. **Rise and fall of the cosmic race**. Houston: University of Texas Press, 2004, 216p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do convés ao porto**: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910. 2002. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora UEPG, 2013. 437p.

REIS, João José dos. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade**. Estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 168p.

ROCHA, Elaine Pereira. Antes índio que negro. **Dimensões**, Vitória, n. 18, p. 203-220, 2006.

ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a espada e a pena**: a trajetória de Leolinda Dalto: 1859-1935. Patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002. 396 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS. Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. **Histórica**. Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, ano 2, n. 14, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Edusp, 1993. 288p.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 157p.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental, **Afro-Ásia**, n. 23, p. 89-145, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Black into white**: race and nationality in Brazilian thought. New York: Oxford, 1974. 332p.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau**: as ciências contra o Brasil mestiço. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SIMSON, Olga de Moraes von. O samba paulista e suas histórias (textos, depoimentos orais, música e imagens na reconstrução da trajetória de uma manifestação cultural paulista). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION (BRASA), 9., 27-29 mar. 2008, Nova Orleans. **Proceedings...** Providence: Brasa, 2008. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Olga-von-Simson.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

SPELLER, Gustav. Preface. In: _____ (Org.). **Papers on inter-racial problems.** Communicated to the First Universal Races Congress. London: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911.

Historiografia, indigenismo e movimentos étnicos: o lugar dos indígenas na história mexicana do século XX

Antonio Carlos Amador Gil

Nos anos de 1980 e 1990, presenciamos o crescimento de uma nova história política e de uma nova história cultural. Na América Latina, o pensamento historiográfico acompanhou as transformações que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos. Podemos perceber, por exemplo, a valorização dos estudos relacionados à história do tempo presente e uma aproximação com a antropologia, com o surgimento e/ou crescimento de estudos sobre a intimidade, sexualidade, cultura popular, meio ambiente, raça, gênero, questões étnicas, e assim por diante. Certamente, o interesse da história cultural e política nos grupos subalternos e outras redes possíveis de identidades deriva dessa aproximação com a antropologia. Houve, nesse período, o crescimento dessa nova história, que construiu suas referências teóricas e metodológicas específicas.

Muitos polos de produção historiográfica latino-americana, como o México, por exemplo, têm tido a preocupação de pensar a história latino-americana também a partir da própria América Latina e com referências teóricas latino-americanas. Uma pergunta que tem sido recorrente nas discussões mexicanas é a seguinte: além das referências europeias e norte-americanas, quais são as referências latino-americanas utilizadas? Isso tem sido um problema, pois muitos assumem que a historiografia latino-americana não tem desenvolvido, nos últimos trinta anos, teorias próprias, estando conectada intensamente às matrizes teóricas europeias

e norte-americanas, revelando uma crônica subordinação desde o período colonial (SATO, apud MALERBA, 2010, p. 273).

Fruto das relações estreitas com a antropologia, a história dos povos indígenas latino-americanos tem se renovado. As identidades indígenas são vistas e analisadas, atualmente, a partir de uma perspectiva plural e dinâmica. Hoje não podemos trabalhar mais com uma concepção estática de cultura, visto que todas as culturas se transformam constantemente a partir do contato. As identidades indígenas se transformaram e se redefiniram a partir do contato opressivo da colonização e dos mecanismos de controle impostos nas diversas fases da história latino-americana. A palavra indígena, transformada em categoria genérica, hoje categoria plenamente estabelecida e utilizada, engloba povos distintos que também assumiram posturas diferenciadas, de aliança ou de resistência, perante o domínio a que foram submetidos. Na historiografia colonial e pós-colonial (pós-independência), essas posturas sempre definiram o lugar desses indígenas. Os aliados eram incorporados à estrutura colonial e nacional, adquirindo, inclusive, um estatuto jurídico próprio durante o período colonial, enquanto os índios resistentes eram considerados selvagens ou bárbaros.

Se essa tendência de valorização da participação dos indígenas está cada vez mais consolidada na historiografia latino-americana contemporânea, o que pode nos surpreender é encontrar esse discurso, antecipadamente, em indigenistas mexicanos dos anos de 1930.

Graças, principalmente, aos trabalhos de Alexander S. Dawson, hoje sabemos que muitos indigenistas do final dos anos de 1920 e dos anos de 1930, em vez de descreverem um “outro” indígena degenerado, frequentemente representavam o indígena como um modelo para a política revolucionária e cultural. Isso pode ser encontrado em algumas celebrações indigenistas e na valorização, nos anos de 1930, dos indígenas como atores políticos (GIL, 2014, p. 208).

Nos anos de 1930, diversos indigenistas não somente celebravam o passado indígena como um elemento crucial da nação como também ligavam os indígenas do presente a esse passado e os aclamavam como partes integrantes e ativas da nação mexicana. Ao lado da imagem de negação do índio, havia outra imagem que exaltava o indígena como modelo para o futuro da nação. Essa imagem idealizada do indígena, geralmente limitada aos indígenas cujas culturas podiam ser relacionadas com as culturas

pré-colombianas valorizadas pela história mexicana, tornou-se um modelo de política igualitária, de consciência social e de virtude para o Estado revolucionário mexicano que se estruturava naquele momento. Os indígenas incluídos nesse grupo eram pensados como membros integrais e ativos da comunidade nacional (GIL, 2014, p. 210).

Encontramos, portanto, em alguns textos dos anos de 1920 e 1930, a imagem de índios como atores poderosos e capazes. Os indígenas estariam não somente aceitando a modernidade como também demandando os avanços que ela proporciona (GIL, 2014, p. 210). Se nos primeiros anos revolucionários predominava ainda a visão do indígena como indiferente e isolado, como na obra *Forjando Patria* (1916), de Manuel Gamio, encontramos nos anos de 1930 descrições de indígenas lutando ativamente contra a opressão e as péssimas condições de vida.

A imagem do indígena como um ser político ativo alcançou o seu apogeu nos Congressos Indígenas organizados pelo Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas (Daai) entre 1936 e 1940 (GIL, 2014, p. 212). As vozes registradas nesses congressos, que se tornaram oficiais, foram as dos indígenas que entenderam as condições de sua opressão e que requeriam (como membros da nação mexicana e indígenas) os benefícios da Revolução. Para o governo, estes eram os “autênticos” indígenas (2014, p. 212).

O Daai dividia a população indígena mexicana em dois grupos: os que tinham os direitos de cidadania assegurados e os que não tinham esses direitos. No segundo grupo entravam todos os grupos que discordavam e resistiam às políticas de integração do Estado mexicano e, por isso, eram considerados como pré-políticos ou primitivos (GIL, 2014, p. 213).

A noção de cidadania elaborada a partir da Revolução Mexicana era inclusiva, pois poderia incluir indígenas de variadas culturas, mas também era restritiva, pois a inclusão só poderia ser feita a partir da aceitação dos valores modernos ocidentais. Ao criar um indígena ideal, cooperativo, o indigenismo oficial dos anos de 1930 também desqualificava todas as formas de resistência que eram interpretadas como atos irracionais e primitivos (GIL, 2014, p. 213).

Também podemos constatar, em diversos trabalhos de uma nova historiografia latino-americana, que a história dos Estados Nacionais latino-americanos excluiu os índios apenas nos discursos políticos e intelectuais de suas elites. Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida:

As populações indígenas sofreram violências de todo tipo, passaram por grandes transformações e foram imensamente prejudicadas. Porém, conforme demonstram as pesquisas, souberam enfrentar as dificuldades, sobrevivendo, adaptando-se, negociando e, inclusive, apropriando-se das instituições estabelecidas pelos novos Estados para utilizá-las a seu favor (ALMEIDA, 2011, p. 127).

Destacamos que a posição em relação aos indígenas não era comum no México dos anos de 1930. Durante o processo de institucionalização da Revolução Mexicana, a partir de 1910, diversos intelectuais se preocuparam com os elementos constitutivos da nação mexicana projetada. Com esse propósito, o Estado mexicano implementou uma política indigenista que sofreu diversas modificações durante o século XX. Diversos professores, historiadores e antropólogos, empregados pelo aparato estatal e ligados ao indigenismo, sustentaram um projeto de unificação nacional em que qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional considerada como um todo homogêneo e orgânico.

É importante observar que a intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. A partir da Revolução Mexicana, visto que o problema indígena passou a fazer parte das preocupações das políticas públicas governamentais mexicanas, houve uma preocupação muito grande em reformular o processo de construção de identidade nacional valorizando a mestiçagem e a aplicação das políticas indigenistas.

Os intelectuais indigenistas defenderam que a multietnicidade era o fator central que impedia o progresso e, portanto, a mestiçagem era essencial para criar uma nação “integrada” e “homogênea”, fazendo a tão almejada “mexicanização” do indígena e sua integração à comunidade mestiça. Estamos falando aqui do nacionalismo integracionista. Para os intelectuais a serviço das camadas dominantes no processo revolucionário, os povos indígenas obstaculizavam a realização do projeto modernizador (GIL, 2014, p. 202; SÁNCHEZ, 1999, p. 28).

O indigenismo não foi uma política homogênea, pelo contrário, houve diversas variações. Estava em constante transformação. Se nos anos de 1920 os objetivos assimilacionistas predominavam, na década de 1930, como vimos, surgiu um interessante pluralismo com a valorização das cul-

turas indígenas e dos próprios atores políticos índios. Nos anos de 1930, por exemplo, os membros do partido comunista foram críticos das teses assimilacionistas e integracionistas, abandonando esses posicionamentos críticos a partir do início da década de 1940 (GIL, 2014, p. 210). Naquele momento, no México, houve a conjugação de duas políticas importantes, o integracionismo e o nacionalismo. Essas políticas criticaram o discurso de assimilação forçada dominante nos anos de 1920, considerado ineficaz, e passaram a defender a “integração sociocultural” dos indígenas, encontrando apoio no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940).

Os defensores do integracionismo pregavam uma política planejada de integração que levasse em conta os elementos culturais de cada comunidade ou região. Ou seja, o processo de homogeneização deveria ser realizado levando-se em conta, a partir de dados antropológicos, a realidade vivida por cada região. E as comunidades envolvidas deveriam ser integradas considerando-se suas características étnicas específicas.

Alfonso Caso teve atuação marcante nesse período, como arqueólogo e também como jurista. Em 1931, foi encarregado da direção do projeto Monte Albán. O projeto e os trabalhos que produziu a partir das pesquisas ali realizadas até 1943 lhe deram reconhecimento acadêmico nacional e internacional. Em 1933, foi nomeado chefe do Departamento de Arqueologia, História e Etnografia, cargo que não ocupou por muito tempo, visto que assumiu, em 1934, a direção do Museu Nacional. Seu prestígio naquele momento o tornava um dos intelectuais mais respeitados em relação às questões do indigenismo (GIL, 2016, p. 17).

A integração, proposta pelas políticas oficiais valorizadoras da mestiçagem, manteve o caráter elitista implementado desde a independência. Se a cidadania era ampliada, a inclusão só poderia ser feita se houvesse o abandono das identidades indígenas e a adoção dos valores culturais ocidentais. A valorização instrumental da mestiçagem definiu um padrão de “normalidade” – baseado na cultura, nos valores e nas práticas corporais ocidentais – que foi imposto a uma população considerada “anormal” e, até mesmo, “degenerada” (NAVARRETE LINARES, 2007, p. 27). A ideia de mestiçagem operacionalizada pela política indigenista interpretava esse processo de mudança cultural como resultado da mistura de duas culturas, uma superior, a branca, e uma inferior, a indígena, que tinha criado uma terceira, a mestiça. O México unificado, portanto, brotaria da mestiçagem,

da fusão racial e da unificação cultural, linguística e econômica da sociedade (SÁNCHEZ, 1999, p. 29). Cabe destacar que, ao contrário dos teóricos racialistas e deterministas que consideravam as misturas como processos degenerativos, os teóricos indigenistas defenderam a positividade da mescla visto que a mistura geraria algo muito melhor do que os indígenas, que demograficamente eram um elemento que não poderia ser negligenciado. As políticas públicas implementadas combinaram, portanto, uma tolerância racial com um férreo exclusivismo cultural. O processo de mestiçagem no México partiu de uma perspectiva em que os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade (GIL, 2016, p. 18-19).

Um dos resultados mais importantes do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano que se reuniu em Pátzcuaro, em 1940, com a presença da maior parte dos países americanos, foi a criação do Instituto Indigenista Interamericano com sede no México. Foram muito importantes as resoluções desse congresso que definiram uma série de recomendações para a aplicação de políticas públicas voltadas para os indígenas. Foi fortalecida a ideia de que o problema indígena não era um problema racial, mas sim cultural, e que as políticas a serem implementadas deveriam ser direcionadas para a elevação social e cultural das comunidades indígenas.

A criação do Instituto Indigenista Interamericano foi aprovada através de uma Convenção assinada pela maioria dos países que tinham problemas de população indígena (CASO, 1989, p. 201). Nessa Convenção, os países signatários também se comprometiam a criar em seus países um instituto nacional indigenista. Houve dois tipos de institutos, segundo Alfonso Caso. Em alguns países, foi somente uma instituição que reuniu pesquisadores sem nenhum poder de ação; em outros, foi uma instituição formada exclusivamente por funcionários de governo, sem funções de pesquisa e voltada para uma ação prática. No México, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán, foi aprovada, em 1948, a lei que criava o Instituto Nacional Indigenista (INI), hoje Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México. Sua estrutura foi concebida como uma estrutura com personalidade jurídica própria que teria funções de pesquisa e de ação prática. Alfonso Caso tornou-se seu diretor, permanecendo no cargo até 1970 (GIL, 2016, p. 28-29).

Tendo em vista as limitações orçamentárias para ações abrangentes e efetivas de transformação integral das comunidades indígenas, o INI con-

centrou sua atuação em algumas regiões, sob a forma de projetos pilotos experimentais, em pontos selecionados, a partir de estudos prévios feitos por antropólogos e publicados pelo Instituto. Para realizar suas ações específicas e coordenar as dos demais ministérios governamentais em relação às comunidades indígenas escolhidas, foram criados os Centros Coordenadores Indigenistas, cujo próprio nome deixa sua função bem clara, que seria coordenar o processo de integração dos indígenas e o desenvolvimento das regiões onde estavam inseridos. O primeiro centro experimental foi criado em Chiapas, em 1951, na cidade de San Cristóbal de Las Casas. A sede do Centro tinha de ser na “metrópole mestiça”, visto que a concepção da antropologia aplicada, naquele período, considerava a cidade mestiça o lugar mais estratégico para o desenvolvimento integral da região indígena, podendo o Centro Coordenador ter uma maior e mais ampla ação não somente numa comunidade indígena como também em todas as comunidades indígenas da região (GIL, 2016, p. 29-30).

Como intelectual e homem público, Alfonso Caso publicou diversos livros importantes. Seus escritos e atuação foram fundamentais para a transformação e fortalecimento do indigenismo mexicano, profundamente ligado aos mecanismos de construção da unidade nacional.

Em seu curso no Colégio Nacional, em 1956, Alfonso Caso ministrou uma série de conferências sobre o indigenismo. O autor justificou o tema do curso naquele ano a partir de um “sentimento da necessidade de justiça”, evocando a responsabilidade dos mexicanos em relação ao problema indígena que, segundo ele, naquele momento, se referia a mais de um décimo da população do México e era “um dos mais urgentes e mais importantes problemas nacionais” (CASO, 1989, p. 141).

O autor frisou que se devia transformar a cultura de uma comunidade indígena, mas fez questão de alertar que devemos entender essa expressão num sentido antropológico, visto que o objetivo é uma transformação integral da comunidade, a partir de uma aculturação dirigida ou planejada. Alfonso Caso deixou claro que a política indigenista que propõe não pretende ser uma aculturação dirigida para o proveito de quem leva as mudanças, o que para ele representaria a manutenção de uma atitude colonial. Pelo contrário, para ele, a segunda forma de se transformar as comunidades indígenas seria levar as técnicas, instrumentos e ideias àquelas “populações atrasadas” para proveito daquelas mesmas populações. Ou

seja, propôs que fossem levados os elementos de uma “cultura superior” para seu proveito e “elevação do nível das próprias populações indígenas”. Esse tipo de aculturação, para Alfonso Caso, podia ser chamado de indigenismo (GIL, 2016, p. 19-20).

O objetivo das políticas indigenistas, durante muito tempo, foi fazer com que as políticas públicas de desenvolvimento rompessem com o atraso e o isolamento das comunidades indígenas. Para isso, era preciso aplicar políticas amplas, “integrals”, como se dizia em meados dos anos de 1950. O discurso indigenista, como vemos, é profundamente marcado por uma visão da superioridade do modelo ocidental. Ao mesmo tempo, o autor diz que as medidas não eram impostas e que deviam ser respeitados os aspectos positivos da cultura da comunidade que definiam sua “personalidade característica” (CASO, 1989, p. 154).

O discurso indigenista, como se pode perceber, é profundamente ideológico, pois tenta negar o que de fato faz. Para o autor, não havia no México problemas raciais, na medida em que se forjava uma nova cultura. A cultura mexicana e as práticas indigenistas não seriam atos colonialistas, pois estariam preocupadas em desenvolver as comunidades em benefício delas mesmas. Contudo, sabemos que o México era profundamente marcado pelo racismo em suas relações com as comunidades indígenas e as políticas indigenistas estavam a serviço dos interesses políticos e econômicos do Estado, que, na maioria das vezes, pouco respeitava a cultura, os interesses e os anseios das próprias comunidades.

Durante o processo de avanço das reformas liberais no México, no decorrer da segunda metade do século XIX, diversas comunidades indígenas foram expulsas de suas terras nos vales férteis, e os indígenas que não foram atraídos para o trabalho, como peões nas *haciendas*, se deslocaram para regiões inóspitas, nos desertos ou nas montanhas, lugares que não eram muito propícios para a agricultura. O problema indígena, segundo o autor, estava relacionado com esse deslocamento. E o processo geral de mestiçagem do México não teria chegado a estes indígenas (CASO, 1989, p. 175).

Ao discutir a questão das melhores condições para o desenvolvimento das comunidades, Alfonso Caso retorna ao problema da aculturação. Para ele, as mudanças de hábitos, as formas mágicas de pensar, as “formas arcaicas e nocivas da cultura indígena” só poderiam ser transformadas a partir de um processo de modificação cultural de toda a comunidade. Não seria

possível mudar a economia se não houvesse a modificação da cultura, com a introdução de “novas formas de cultura mais úteis dentro da vida moderna do México” (GIL, 2016, p. 22-23).

Para Alfonso Caso, o problema indígena era “fundamentalmente um problema de cultura atrasada em relação com as demais comunidades não indígenas do país” (CASO, 1989, p. 185). Na visão da antropologia aplicada, a cultura é um “todo integral” e não se podia resolver o problema indígena sem que houvesse uma aculturação que tratasse de todos os aspectos dessa cultura e os relacionados a ela. Ao analisar as comunidades indígenas que considerava em atraso, o autor percebia que elas eram uma célula dentro de um organismo que ele chamava de regional, um organismo que tem como centro diretor a metrópole mestiça. O problema é que esta era também, de maneira geral, uma sociedade atrasada do ponto de vista cultural e que vivia da exploração das comunidades indígenas (CASO, 1989, p. 186). Ou seja, os mecanismos de exploração eram tão arraigados que quase não era necessário mudar seus métodos, que, muitas vezes, seguiam os mesmos moldes do período colonial. Para que isso se modificasse, seria preciso que toda a região se modernizasse, visto que o problema não era somente das comunidades indígenas, mas sim de toda a região que era controlada pela metrópole mestiça (GIL, 2016, p. 23-24).

Vemos, portanto, que a antropologia aplicada, liderada por Alfonso Caso, diretor do Instituto Nacional Indigenista, diagnosticava o problema do atraso não como um problema de raça, um problema individual ou de uma simples comunidade, mas sim como um problema regional, um problema da zona em que viviam essas comunidades indígenas. Essa visão do problema condicionava o conjunto de políticas públicas propostas para tentar resolver o “problema indígena”. Alfonso Caso alertava também que não adiantava chegar até às comunidades e impor novas políticas, métodos e procedimentos se não houvesse uma estratégia para mudar a mentalidade indígena.

Para Alfonso Caso, um dos pilares desse processo de aculturação da comunidade era a educação. Era preciso transformar a educação da comunidade indígena para que houvesse a assimilação da cultura geral do México e sua conseqüente transformação. Ao olhar de maneira retrospectiva as experiências educativas pós-revolucionárias no México, Alfonso Caso ressalta os resultados positivos, mas lamenta que muitas das políticas tentadas no período não lograram os objetivos esperados, principalmente quando tentaram implementar modelos únicos, com os mesmos programas

e procedimentos. Como todos os projetos desenvolvimentistas da época, o objetivo era o fortalecimento da “unidade nacional” (GIL, 2016, p. 24-25).

Qual era a preocupação governamental em meados do século XX, auge do nacionalismo desenvolvimentista? Construir a unidade nacional. Isso fica claro quando Alfonso Caso relata sua visita a uma modesta escola nas montanhas de Chiapas. Na escola, o promotor, vestido com suas roupas indígenas, tem uma turma com aproximadamente trinta alunos. Alfonso Caso pergunta se eles já sabem cantar o Hino Nacional. O promotor responde afirmativamente, e os alunos, que estão aprendendo a ler e a escrever em espanhol, se levantam e começam a cantar o Hino Nacional. Alfonso Caso ressalta a importância do projeto para que as comunidades indígenas vejam que não estão sós, que fazem parte de algo mais vasto e maior, a pátria, que está disposta a ajudá-los (CASO, 1989, p. 210; GIL, 2016, p. 30-31).

As práticas dos Centros Coordenadores Indigenistas partiram do pressuposto de que as culturas das comunidades indígenas tinham de ser modificadas, dando-lhes a única cultura possível naquele momento, a cultura nacional mexicana. Para os articuladores do indigenismo se tratava de acabar com a miséria e com “uma cultura que não está de acordo com a vida moderna do país” (CASO, 1989, p. 213). Restariam alguns elementos positivos na cultura indígena que poderiam permanecer, os elementos ligados à produção de objetos de arte popular, por exemplo, ou o sentimento de comunidade e de solidariedade social existentes na comunidade (GIL, 2016, p. 31).

Resta saber se a cultura moderna ocidental, representada aqui pela cultura nacional mexicana, seria a melhor das culturas possíveis. Para Alfonso Caso, isso é um problema de foro pessoal. Ele acredita, como diretor do INI, como antropólogo e intelectual engajado nas políticas públicas indigenistas em meados do século XX, que estava fazendo o melhor possível (CASO, 1989, p. 214). O projeto dos Centros Coordenadores partira do pressuposto de que estavam levando uma vida melhor aos indígenas, ou seja, a melhoria de sua cultura e a melhoria de suas formas de utilizar os recursos e os meios de que podiam dispor (GIL, 2016, p. 31).

Os intelectuais indigenistas como atores sociais e políticos, produtores de representações e inseridos no contexto social posterior à revolução mexicana, participaram do processo de criação, circulação e implementação de propostas políticas e culturais de homogeneização cultural que se tornaram hegemônicas entre 1940 e 1960.

A partir do final dos anos de 1960, surgiram diversos discursos críticos ao indigenismo, que, no México, até então, era a política oficial e hegemônica em relação aos indígenas. Naquele momento, uma série de acontecimentos passaram a pôr em cheque o indigenismo. Temos tanto as mobilizações dos próprios indígenas quanto o discurso crítico dos intelectuais que se opuseram às políticas indigenistas do Estado mexicano. Destacamos, aqui, o discurso de Bonfil Batalla, que se posicionou criticamente contra as políticas indigenistas governamentais dominantes.

Guillermo Bonfil Batalla nasceu em 1935 e morreu em 1991. Formou-se na Escola Nacional de Antropologia. Como intelectual e homem público, nesse período, teve atuação de destaque no grupo que fez diversas críticas ao indigenismo que contava com a participação, por exemplo, de Arturo Warman e Margarita Nolasco. Em 1970, participou da publicação do livro *Disso que chamam antropologia mexicana*. Nele, Bonfil Batalla contribuiu com o artigo “Do indigenismo da revolução à antropologia crítica”, em que escreve que o indigenismo era um recurso para perpetuar o sistema de poder estabelecido que impunha um modelo de cultura e de desenvolvimento ligado aos países hegemônicos e colonialistas. O livro foi um marco, um manifesto contra as práticas antropológicas ligadas ao pensamento nacionalista da Revolução Mexicana.

A conjuntura histórica no México no final dos anos de 1960 demonstrava uma grande fragilidade do governo. Devido à crise de legitimidade depois dos acontecimentos de 1968, os governos mexicanos posteriores intentaram conhecer mais e se aproximar dos movimentos sociais para reconstruir ou renovar o consenso em torno do Estado mexicano (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 120).

Em meados dos anos de 1970 se abriu espaço para uma nova linguagem indigenista nas esferas oficiais. As propostas em favor de uma política de respeito e estímulo ao pluralismo étnico do país começaram a ser adotadas pelo discurso governamental, ainda que com contradições e ambiguidades (BONFIL BATALLA, 1990, p. 176).

Bonfil Batalla teve uma atuação acadêmica bastante significativa em diversas instituições. Como diretor do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah), entre 1971 e 1976, estimulou o processo de renovação do sistema de museus e a participação de comunidades populares rurais e urbanas (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 116). A partir de 1976 e até 1980, assumiu o cargo de diretor do Centro de Investigações Superiores do Inah, órgão

criado por ele em 1972, quando foi diretor do próprio Instituto, e que hoje é o Centro de Investigações Superiores em Antropologia Social (Ciesas).

Entre diversas atividades, destacou-se na fundação e direção do Museu Nacional de Culturas Populares (1981-1985). Esse museu se notabilizou, naquele momento, por seus conteúdos anti-hegemônicos ao se tornar um espaço cultural dos grupos populares com ações direcionadas para eles, redefinindo o papel dos intelectuais voltados, naquele momento, ao apoio e desenvolvimento próprio dos grupos com culturas subalternas. Seus conteúdos, práticas e formas de expressão impulsionaram novas formas de produção cultural e novas relações com os setores populares que transformaram o trabalho nos museus e instituições culturais no México (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 117).

Em 1988, Bonfil Batalla lançou um de seus livros mais importantes *México profundo – uma civilização negada*, texto essencial para entender o seu pensamento e suas propostas. A obra teve diversas edições e foi publicada em diversos países. Nele fez a seguinte pergunta: “O que significa para o México, a coexistência de duas civilizações, a meso-americana e a ocidental?” (BONFIL BATALLA, 1990, p. 9).

Para Bonfil Batalla, a coexistência de duas civilizações significava dois projetos civilizatórios, dois modelos ideais de sociedade, dois futuros possíveis diferentes. Para ele, a adoção do modelo ocidental deu lugar a um país minoritário que se organizou segundo as normas da civilização ocidental que não eram compartilhadas (ou eram desde outra perspectiva) pelo resto da população nacional. Essa porção que encarna e impulsiona o projeto dominante no México, o autor a chama de México imaginário (BONFIL BATALLA, 1990, p. 10). A outra porção, a civilização meso-americana, que constitui o México profundo, que resiste apelando a estratégias as mais diversas, seria o resultado de uma história colonial que perdura, visto que a descolonização do México foi incompleta. Houve a independência, mas as estruturas coloniais internas não foram eliminadas. O México profundo, segundo o autor, não é um mundo passivo, estático, ele se transforma permanentemente a partir de estratégias moldadas por anos e anos de resistência (1990, p. 11).

Ao discorrer sobre o problema da dominação, o autor diferencia a dominação de classe da dominação dos povos indígenas colonizados. A natureza do conflito é diferente quando se desenvolve entre um povo colonizado e o grupo colonizador. Os povos colonizados, subordinados também pelos Estados Nacionais nos processos de independência, lutam pela preservação

de suas culturas e de suas identidades distintas. Seus projetos de liberação envolvem não somente as transformações das relações assimétricas de classe, como também a descolonização das relações sociais que inclui a luta pela autonomia e o direito a desenvolver suas culturas próprias, opostas à do colonizador e à dos Estados Nacionais (PÉREZ RUIZ, 2013, p. 127).

Segundo Bonfil Batalla, o que foi proposto como cultura nacional nos diversos momentos da história mexicana pode-se entender como uma aspiração permanente para deixar de ser o que os mexicanos são. Foi sempre um projeto cultural que negou a realidade histórica da formação social mexicana e que, portanto, não admite a possibilidade de construir o futuro a partir dessa realidade. Segundo tal maneira de ver as coisas, a maioria dos mexicanos só tem futuro com a condição de que deixem de ser eles mesmos. A história constitucional do México é um exemplo claro, segundo o autor, dessa esquizofrenia, porque conduziu à construção jurídica de um Estado fictício cujas normas e práticas excluíram a maioria da população. A ficção produziu a marginalização das maiorias (BONFIL BATALLA, 1990, p. 106-107). Uma marginalização total, uma exclusão da própria forma de viver, uma série de mecanismos de exclusão que transformaram o povo num não povo. Continuava presente a velha cegueira colonial, a noção de que na colônia não havia nada com que se pudesse construir um futuro (1990, p. 108). Ou seja, o patrimônio cultural do México profundo era considerado inútil. O caminho a ser trilhado teria que começar do zero, sem memória, uma renúncia suicida, a absoluta indiferença em relação às capacidades deste México profundo. Este processo de castração, de esquizofrenia em que se debate a cultura nacional mexicana é a expressão de um longo processo histórico que se inicia a partir da instauração do regime colonial (1990, p. 109).

Como alternativa, sugere a instauração de um projeto que não seja ocidental e sim plural, um projeto nacional organizado a partir do pluralismo cultural com a supressão da ordem colonial que não foi cancelada até o momento, com a renovação indispensável da democracia e a descentralização real do poder. Trata-se de projetos de nação e de identidade alternativos aos impostos pelos países hegemônicos. Um projeto que reconhece o caráter índio da maioria da população e tenta desenvolver uma proposta que envolve não somente os índios como toda a sociedade mexicana. Segundo Bonfil Batalla, era preciso encontrar os caminhos para que florescesse o enorme potencial cultural que a civilização negada do México contém. Para o autor,

somente com essa civilização e não contra ela, pode-se construir um projeto real de nação e de México (BONFIL BATALLA, 1990, p. 12).

Diversos grupos étnicos mexicanos mantêm, atualmente, formas renovadas de identidade étnica rechaçando a ideia de nação imposta pelas elites mexicanas através das políticas indigenistas. Contestam os mecanismos de modernização que impõem a adoção de uma cultura plenamente ocidental e adotam formas alternativas de modernidade em que valorizam a manutenção ou a criação de identidades étnicas centradas nos valores éticos de solidariedade, de autonomia e vida comunal. Temos hoje um novo discurso étnico elaborado a partir dos anos de 1990. Podemos dizer que há uma *reinvenção da questão indígena por parte dos próprios movimentos e dirigentes indígenas*. Estamos falando, hoje, não mais de comunidades isoladas que a antropologia tradicional estudava décadas atrás, mas de uma realidade complexa de relações urbanas e rurais em que há uma permanente confrontação entre tradição e modernidade.

O exercício do poder nas comunidades autônomas zapatistas, por exemplo, demonstra exatamente que essas comunidades, que preservam os valores comunitários, querem negociar a forma como serão aceitas na comunidade nacional. Os grupos indígenas, ao se modernizarem, querem ter o direito de escolher as formas de interação que sejam menos prejudiciais à manutenção de seus traços culturais diferenciadores, os seus símbolos significativos de identidade étnica e seus valores comunitários. Ao propor uma sociedade multiétnica e multicultural, os indígenas não somente têm questionado sua própria situação de pobreza e marginalidade como também as relações de dominação da sociedade latino-americana, a discriminação racial e a intolerância étnica. Os indígenas questionam as bases do Estado republicano latino-americano, construído sobre a ideia de um só povo, uma só nação, um só Estado.

Os novos movimentos indígenas fazem também uma severa crítica ao indigenismo. Do ponto de vista índio, o indigenismo era uma política incompetente que não podia oferecer opções viáveis para o progresso das culturas índias. A partir dos anos de 1990, solidifica-se uma aberta busca pela participação política ativa, principalmente por parte dos indígenas em posições de liderança política e intelectual. Isso demonstra o amadurecimento do pensamento indígena independente que, cada vez mais, vem rechaçando o indigenismo. O reconhecimento das demandas índias de multietnicidade pelo Estado, contudo, tem sido variável e gradual.

Na luta pelo reconhecimento das demandas índias de multietnicidade, os *pueblos* índios e movimentos organizados reivindicam uma nova relação com o Estado. Um dos eixos de reivindicação dos representantes indígenas é a refundação do Estado mexicano, por meio de uma nova constituinte, com a elaboração de uma nova constituição que reconheça os *pueblos* indígenas e apague toda a visão integracionista. Ou seja, os movimentos indígenas reivindicam a livre determinação; contudo, a todo momento, esbarram com a resistência dos grupos sociais dominantes e a inércia e o imobilismo do sistema jurídico vigente.

Os diversos movimentos indígenas mexicanos contemporâneos têm polemizado com o indigenismo, uma vez que privilegiam a pluralidade étnica na formação da cultura nacional. Contudo, as práticas cotidianas, a forte permanência da ideologia da mestiçagem na consciência nacional mexicana e o racismo profundamente arraigado em relação aos povos indígenas que defendem formas alternativas de estar no mundo contemporâneo demonstram o quanto ainda é preciso ser feito e transformado. Como podemos constatar, há, ainda, um longo caminho para que o efetivo reconhecimento do direito coletivo dos *pueblos* índios se torne efetivamente uma realidade.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (Org.). **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 105-133.

BONFIL BATALLA, Guillermo. Do indigenismo da revolução à antropologia crítica. In: WARMAN, Arturo et al. **De eso que llaman antropología mexicana**. México: Nuestro Tiempo, 1970.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo: una civilización negada**. México: Grijalbo, 1990.

BROCKMANN, Carlos. **Alfonso Caso, el indigenismo y la política cultural**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. p.

645-674. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/8/3535/25.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CASO, Alfonso. **De la arqueología a la antropología**. Curso sobre indigenismo. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.

CASO, Alfonso. **Indigenismo**. México: Instituto Nacional Indigenista, 1958.

DAWSON, Alexander S. From models for the nation to model citizens: indigenismo and the “revindication” of the Mexican Indian, 1920-40. **Journal of Latin American Studies**, v. 30, n. 2, p. 279-308, 1998.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. 3. ed. México: Porrúa, 1982. [1. ed.: 1916]

GIL, Antonio Carlos Amador. O indigenismo integracionista de Alfonso Caso como definidor de práticas políticas e culturais: o papel dos intelectuais indigenistas no México. In: COSTA, Altamar de; MUNIZ, Luiz Carlos dos Passos Martins (Org.). **História política**: interfaces e diálogos. Porto Alegre: Edipucrs; Ceará: Eduece, 2016.

GIL, Antonio Carlos Amador. Raça, etnicidade, mestiçagem e indigenismo. O mestiço como símbolo nacional no México. In: NADER, Maria Beatriz (Org.). **Gênero e racismo**: múltiplos olhares. Vitória: Edufes, 2014.

MALERBA, Jurandir. History in Latin America (1968-2008). **Storiografia**, n. 14, p. 269-287, 2010.

NAVARRETE LINARES, Federico. **Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México**. México: Faculdade de Filosofia e Letras – Unam, 2007.

PÉREZ RUIZ, Maya Lorena. Guillermo Bonfil Batalla. Aportaciones al pensamiento social contemporáneo. **Cuicuilco**, n. 57, p. 115-134, mai./ago. 2013.

SÁNCHEZ, Consuelo. **Los pueblos indígenas**: del indigenismo a la autonomía. México: Siglo Veintiuno, 1999.

*Homossexualidades impressas: a emergência histórica do jornal *Lamplião da Esquina* (1978-1981)*¹⁷

Paulo R. Souto Maior Júnior

Após a primeira crise do petróleo, iniciada em 1973, a economia brasileira, então o carro-chefe do governo militar, começava a dar sinais de que não conseguiria manter-se no mesmo ritmo dos anos anteriores.

Aproveitando os primeiros indícios de descontentamento com a desaceleração do ritmo de crescimento econômico, as oposições obrigatoriamente unidas sob o manto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desde a instituição do bipartidarismo, conseguiram uma estrondosa vitória nas eleições de 1974. O resultado do pleito pode ser considerado como um dos indicadores do longo, tortuoso e lento processo de redemocratização do Brasil.

Se o ano de 1974 pode ser visto como início, 1979 é considerado um ponto de inflexão dessa luta por conta da aprovação da Lei da Anistia, que permitiu a inúmeros exilados políticos o retorno ao país. Tal regresso foi significativo porque eles trouxeram um conjunto de ideias políticas apreendidas nos diversos países nos quais haviam vivido, em especial nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Nesses lugares, os exilados puderam perce-

17. Este texto é uma versão parcial da minha dissertação de mestrado, *“Assumir-se” ou não “assumir-se”: o Lamplião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, apresentada em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

ber um profundo processo de transformação sociocultural dos costumes relacionados à sexualidade, sobretudo o fortalecimento dos movimentos de contestação feminista, dos negros e *gays*, que estavam em andamento (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 470).

Com o início da volta dos exilados políticos, a sociedade civil, fortalecida, prosseguiu na luta pela redemocratização do país após um processo marcado pela forte censura à imprensa, cerceamento das liberdades individuais, perseguição, tortura e morte dos grupos que não aceitaram passivamente o golpe de Estado que instaurou a ditadura militar em 1964.

No mesmo período, o país viveu um momento de liberalização dos costumes. Timidamente, os homossexuais começaram os primeiros “guetos” nas principais metrópoles brasileiras. Reuniam-se, inicialmente, em festas privadas; depois, em bares e boates, abertos especialmente nas capitais¹⁸.

Foi então que um grupo de intelectuais, todos *gays*, resolveu começar a abordar abertamente o tema das homossexualidades¹⁹. Para isso, fundou-se um pequeno jornal, o *Lampião da Esquina* (1978-1981). Distribuída na maior parte do país, a publicação podia ser adquirida em bancas de revista e livrarias. Além disso, no transcorrer de sua existência, o jornal passou a oferecer o serviço de assinaturas e, dessa forma, em embalagens discretas, conseguiu atingir um público mais amplo em quase todo o Brasil.

O objetivo deste capítulo, no contexto descrito, é analisar as condições de emergência dessa publicação, a que se destinava e como foi recebida pela grande imprensa da época.

Parte da historiografia brasileira costuma chamar esse momento de “nova era”, nas palavras do antropólogo Edward MacRae (1990), período caracterizado pela conquista de uma identidade reivindicatória para determinados grupos em um momento marcado pela efervescência política.

Grupos feministas, por exemplo, passam a tocar na questão da contracepção, do aborto, do prazer da mulher na relação sexual, do direito ao divórcio

18. Há uma historiografia que estudou as sociabilidades homossexuais nos anos 1960 e 1970. Poderíamos citar, aqui, Soliva (2012) e Rodrigues (2006).

19. Opto pelo uso do termo homossexualidades, no plural, em vez do comumente utilizado homossexual, no singular. Explico-me: há várias maneiras de praticar e usar os desejos por outras pessoas do mesmo sexo. Assim, ao pluralizar o termo, afasto-me de uma identidade homossexual única e universal, vendo-a como múltipla e suscetível a mudanças. Recorro às reflexões de Stuart Hall (2004) e Judith Butler (2010) quando do debate dos diferentes tipos de identidades e *performances* homossexuais.

– temas considerados tabus, uma vez que colocavam em xeque o modelo social destinado à mulher, até então criada para ser dona de casa e mãe de família.

No mesmo período, a quebra do regime democrático nos países do Cone Sul – Argentina, Uruguai e Chile –, além do Brasil, restringiu a entrada em cena de alguns movimentos sociais. Afinal, esses regimes, “além de serem antidemocráticos e de instituírem formas de apropriação de riquezas altamente hierarquizadas, eram conservadores, moralistas e antifeministas” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 400).

Em paralelo, veículos de imprensa passavam a abordar questões relativas aos homossexuais. Foi o caso do jornal popular *Última Hora*, que, em 1976, passou a levar ao público a “Coluna do meio”, escrita pelo jornalista Celso Cury, que era direcionada ao público homossexual e trazia informações de festas e notícias do movimento *gay* norte-americano. A coluna existiu entre 1976 e 1979, mas sofreu censura que levou Cury a ser processado por ofensa à moral e aos bons costumes pela Lei de Imprensa (RODRIGUES, 2010, p. 59) então em vigor.

No ano de 1978, tornava-se comum a circulação de uma imprensa nanica ou alternativa, caracterizada por ser uma produção de baixos custos, muitas vezes caseira e que, geralmente, tocava em questões pouco debatidas pela grande mídia. Parte dessa imprensa era ligada aos grupos de esquerda, cujo objetivo era colocar em debate assuntos referentes às greves de trabalhadores, à situação social das mulheres e dos negros.

Com o *Lampião da Esquina*, questões voltadas aos homossexuais passaram a ser discutidas em suas edições mensais. De acordo com os historiadores Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Rodrigo Ceballos (2004, p. 129), foi “um momento, portanto, em que no campo da mídia, especialmente da mídia impressa, novas temáticas estão emergindo e novos sujeitos sociais começam a ser construídos”.

Os discursos dos jornais da “imprensa nanica” proporcionaram a visibilidade dos sujeitos dos quais se dispunham a falar e discutiam a questão dos direitos sociais igualitários para esses grupos. Por isso, seus textos incentivaram a construção de um movimento organizado de atuação pública e, simultaneamente, se preocuparam em criar mecanismos que permitissem a emergência de novas maneiras de lidar com a condição de oprimidos (GREEN, 2000a).

O interesse em torno das temáticas homossexuais foi alvo, também, de algumas editoras. Em 1979, a editora Achiamé, do Rio de Janeiro, publicou

o livro *O estigma do homossexual passivo*²⁰, de Michel Misse. Trata-se de uma obra escrita em 1974 para uma disciplina da graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O livro baseia-se em uma pesquisa de campo em que o autor realiza perguntas como “você é passivo?” e, em seguida, “você é passivo sexualmente” (MISSE, 1979, p. 37). Percebe-se que as homossexualidades ganhavam espaço nos debates e estudos acadêmicos e, aos poucos, migravam do campo da medicina para se tornar tema de estudo nas áreas da antropologia e da sociologia, com uma abordagem cultural em vez de biológica. O campo historiográfico brasileiro só mais tarde passou a estudar as homossexualidades²¹.

O *Lampião da Esquina* começou a ser pensado não muito tempo antes de sua fundação. Em 1977, houve uma reunião no apartamento do pintor Darcy Penteado (1926-1987). Compareceram ao encontro alguns jornalistas, artistas e intelectuais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O objetivo da pauta era reunir textos para uma antologia *gay* latino-americana. A obra seria organizada por Winston Leyland, que editava um importante jornal norte-americano, o *Gay Sunshine Press*, em São Francisco (Califórnia). Na mesma reunião, surgiu a ideia de editar um periódico mensal destinado ao público brasileiro que discutisse homossexualidade e abordasse outros temas.

A equipe do jornal era composta por Darcy Penteado, artista plástico e literato conhecido especialmente na região sudeste do país; João Silvério Trevisan, um escritor que começava a ganhar destaque, sobretudo devido à publicação de *Interlúdios em San Vicente (testamento de Jônatas deixando a David)*, livro de contos publicado em 1976 pela Editora Brasiliense; Peter Fry, que tinha chegado da Inglaterra para trabalhar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, mais tarde, passaria a figurar como um conhecido nome da antropologia; Aguinaldo Silva, também escritor e jornalista profissional com experiência em redações de notáveis periódicos brasileiros, a exemplo de *Última Hora*, do jornalista Samuel Weiner;

20. Para mais informações, consultar Cerqueira Filho (2006).

21. Possivelmente, o trabalho que marca o interesse da homossexualidade no campo da história seja o livro *Trópicos do pecado*, do historiador Ronaldo Vainfas. O livro foi publicado pela primeira vez em 1989, pela Editora Campus. Ganhou outra edição pela Nova Fronteira, em 1998, e, recentemente, nova edição pela Civilização Brasileira (2010). No livro, Vainfas trata de temas do cotidiano do Brasil colonial com foco em questões de homossexualidades feminina e masculina. Faz uma discussão ao modo da história social e demarca que a historiografia brasileira pode estudar questões relativas às homossexualidades.

Antônio Chrysóstomo, que também trabalhava como jornalista; Jean Claude-Bernadet, professor da Universidade de São Paulo. Além desses nomes, a redação contou com a participação de Clóvis Marques, jornalista; Francisco Bittencourt, jornalista e poeta; Gasparino Damata, jornalista e escritor.

O lançamento do jornal, destaca João Silvério Trevisan (2007, p. 338-339), certamente foi “fato quase escandaloso para as pudicas esquerda e direita brasileiras acostumadas ao recato, acima de tudo. [...] Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções”. Em abril de 1978, o *Lampião da Esquina* estava circulando em muitas cidades do país. De acordo com Aguinaldo Silva (2011), o jornal chegou a vender 25 mil cópias.

Em formato tabloide e em cores, chegou ao público dividido em sete seções: “Opinião”, “Literatura”, “Reportagem”, “Tendências”, “Ensaio”, “Esquina” e “Cartas na mesa”. Posteriormente, na quinta edição, passou a ser inserida a coluna “Bixórdia”, e, mais tarde, a “Troca-troca”, com o objetivo de colocar em contato leitores de diferentes regiões do país. Não era por acaso, portanto, que, nos textos publicados nesta coluna, os leitores se apresentavam descrevendo-se corporalmente, informando traços de suas personalidades e suas preferências sexuais. Naquelas páginas, os leitores podiam encontrar informações sobre filmes, dicas de livros, notícias do movimento homossexual internacional, especialmente norte-americano, que aparece com certa exaltação²² em entrevistas com celebridades homossexuais ou não da época, além de uma seção de cartas escritas pelos leitores.

Todas as seções abordavam diversos temas, o que deixa claro o objetivo do *Lampião* de atingir um público diversificado. Tratou das homossexualidades em geral, pois um de seus objetivos era criar outros significados a partir da autoafirmação, mas soube, igualmente, mencionar o movimento feminista e o movimento negro sem deixar de lado os defensores do meio ambiente e a questão indígena.

É preciso não esquecer que a realização do jornal só foi possível devido ao aprimoramento das técnicas de impressão do momento, como a im-

22. O *Lampião de Esquina* recebeu influências significativas do movimento homossexual norte-americano. Segundo João Silvério Trevisan, um dos editores, o jornal se assemelha ao “gay consciousness raising group” americano, visando a uma identidade como grupo social (TREVISAN, 2007). Acrescenta-se que alguns editores do *Lampião* mantinham correspondências constantes com grupos norte-americanos como o Gay Liberation Front. Ver mais em Simões e Facchini (2009).

plantação, por exemplo, do método *off-set* de impressão a frio, criado pelos americanos nos anos 1950 e permitindo tiragens mais longas.

Certamente, a ambiguidade do título chamou a atenção dos leitores, pois sugeria a iluminação de um espaço escuro, remetendo, no caso dos homossexuais, à ideia da obscuridade do universo homossexual e da clandestinidade de suas relações. Além disso, em uma segunda hipótese, estaria diretamente ligada à atitude dos michês²³, que, no final dos anos 1960, começaram a se postar nas ruas do centro de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais brasileiras à espera de “clientes” e de suas propostas sexuais. A palavra *lampião* é também uma alusão provocativa à figura do mítico cangaceiro Lampião, símbolo, por excelência, da masculinidade e da virilidade, sobretudo no Nordeste brasileiro.

O jornal, ao longo de suas 37 edições, tocava em inúmeros assuntos. Isso não significava, porém, dizer que houve uma divisão equivalente entre as produções dos seus escritores. Apesar de produzido no Rio de Janeiro, havia a sucursal de São Paulo. A carioca era comandada por Aguinaldo Silva e a paulista, por João Silvério Trevisan. Entre eles ocorreram algumas discordâncias sobre o que deveria ser prioridade ou não do *Lampião*. Aguinaldo Silva desejava uma publicação com fins mais comerciais; Trevisan preferia um jornal com viés mais político e militante.

Era comum encontrar no *Lampião* entrevistas com autores homossexuais estrangeiros já consagrados, como a realizada com Wiston Leyland, e também traduções de textos estrangeiros que abordavam criticamente a questão das homossexualidades e de outros movimentos, a exemplo do feminista e negro. A estratégia, seguramente, consistia em conferir legitimidade à publicação.

Não foi apenas pelo seu ineditismo, mas, sobretudo, pela qualidade das matérias que publicava, que o *Lampião da Esquina* conseguiu chamar a atenção da grande mídia. Por que o lançamento de um jornal escrito e des-

23. Essa hipótese se baseia na obra *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*, de Néstor Perlongher (2008), que estudou a prostituição na cidade de São Paulo. Seu trabalho, defendido como dissertação de mestrado e publicado nos anos 1980, tornou-se uma referência nos estudos de sexualidade e desejo. Talvez uma das razões esteja nas fontes, ao entrevistar clientes, michês, entendidos, um dos termos usados na época para se referir aos homossexuais. Nessas entrevistas, identificou que a constituição identitária desses sujeitos ocorre de acordo com determinadas situações.

tinado majoritariamente ao público homossexual virou notícia na época? Um desses periódicos foi a revista *IstoÉ*, que noticiou da seguinte forma o lançamento do jornal:

Maio é o mês das mães, agosto é mês dos pais, abril passa a ser, a partir de agora, o mês do homossexual brasileiro. Lampião saiu da sombra, sério, provocador – e é possível que, de 1978 em diante, nunca mais as coisas sejam como antes. Lampião é um novo jornal gay, mensal, tabloide, nanico, lançado numa maratona de coquetéis, shows, churrasco, abraços, comedias e comentários maliciosos. [...]

A julgar pelo fato que ocorreu em São Paulo, porém, é conveniente advertir que não se deve esperar por comemorações exageradamente estrepitosas. Os senhores do Conselho Editorial do Lampião são professores universitários, artistas, jornalistas do porte de Aguinaldo Silva (que funciona como um coordenador de redação), Jean-Claude Bernadet, Darcy Penteado, José Silvério Trevisan, Peter Fry. Portanto, não se deve confundir o crime de intelectualidade gay do país com outras manifestações (e até publicações) que tenta glamurizar o travesti ou promover o mercado do sexo homossexual [...].

Apesar desse incomum esforço de proselitismo, tudo indica que Lampião acabará se dirigindo menos a uma clientela gay ampla e muito mais ao clube restrito e multissexual, o que consome a imprensa alternativa. Então, por que mais um nanico? Evidentemente, esta dúvida se colocou para os editores do jornal desde o primeiro momento em que se reuniram, em novembro do ano passado, para traçar o “compromisso histórico dos não-alinhados”. Por que mais um nanico, se pelo menos no eixo São Paulo-Rio circula mais de uma dezena de publicações alternativas?

“O homossexualismo não costuma ser considerado um assunto prioritário”, explica Aguinaldo Silva. “Em nome dessas prioridades, o assunto acaba sendo simplesmente esquecido. Além do mais, Lampião se propõe a discutir qualquer tema, levantar qualquer problema, sem censura interna, aceitando colaborações não apenas de homossexuais, mas também de outras pessoas cujo comportamento sexual não coincidia como o nosso.”

Aguinaldo e seus companheiros têm um desabafo especial contra uma esquerda cabloca “que oscila da apatia ao desprezo” em relação às reivindicações dos homossexuais e de outras minorias “oprimidas pelo machismo e pela violência da sociedade brasileira”. Para Aguinaldo, ao relegar o problema gay à condição de “questão não-prioritária”, a esquerda está, no fundo, fazendo “o jogo do establishment”. E mais do que isso: revelando “seu próprio puritanismo”. “É sintomático que os nanicos adotem abertamente uma política de boicote ao movimento homossexual”, afirma Aguinaldo Silva (HATOUM, 1978)²⁴.

O *Lampião* foi tema de duas páginas da *IstoÉ*²⁵, uma revista que ocupava lugar de destaque na imprensa brasileira. Além do texto, há uma foto do coquetel de lançamento do jornal na Livraria Cultura, na Avenida Paulista, em São Paulo. Trata-se de uma fotografia memorável, porque contém boa parte dos jornalistas que formavam o *Lampião*, vinculando o periódico diretamente a eles e à homossexualidade (LAMPPIÃO, 1978, p. 9).

Outro indício de que o tema das homossexualidades chamava cada vez mais a atenção da grande mídia é que a própria *IstoÉ* publicou, um ano antes, em 28 de dezembro de 1977, um número que trazia como tema principal “O poder homossexual”. Ilustravam a capa duas mãos masculinas entrelaçadas e a matéria tocou na situação de preconceito vivida pelos homossexuais brasileiros no momento. A matéria, assinada pelo jornalista Milton Hatoum, baseou-se, sobretudo, nas palavras de Aguinaldo Silva, que, à época, já ocupava lugar de destaque em redações de grandes jornais brasileiros.

Entretanto, há outras características do trecho citado que convidam a pensar a relação da sociedade brasileira daquela época com as homossexualidades. Temos as informações (KUCINSKI, 2003) de que vários nanicos circulavam no momento, mas eles não abordavam diretamente a homossexualidade ou a colocavam como questão secundária, uma das diferenças do *Lampião*. Hatoum, ao destacar os jornalistas do projeto, confere um lugar discursivo autorizado para falar das homossexualidades com engajamento social.

24. Trata-se de um recorte da matéria numa documentação que me foi cedida por um leitor da época. Não havia a página, impossibilitando a referência completa.

25. A revista *IstoÉ* surgiu em 1976. Primeiramente, era produzida todos os meses, mas logo se tornou uma revista semanal, abordando diversos temas, publicada pela Editora Três e dirigida pelo jornalista Mino Carta, fundador da revista *Veja*, já existente desde 1968. Para mais informações, ver artigo de Carta (2014).

O público não deveria “esperar por comemorações exageradamente estreptosas”, escreveu Hatoum, destacando a existência de um modelo de homossexualidade que, para ser socialmente aceito, deveria seguir os modelos representados pelos editores do *Lampião*.

Preocupado com o lugar que as homossexualidades ocupavam na história do Brasil, o *Lampião* decide combater um conjunto de estereótipos e preconceitos. Faz isso em várias edições e usando diferentes mecanismos. Os leitores podiam chegar às bancas para comprar a edição do mês e se deparar com entrevistas com a escritora Cassandra Rios (1932-2002), o jornalista Fernando Gabeira e o estilista Clodovil Hernandez (1937-2009), no ano de 1978, ou, em 1979, um sindicalista conhecido como Luís Inácio Lula da Silva, que começava a tornar-se conhecido ao liderar as greves dos trabalhadores na região do ABC Paulista, em São Paulo. Essas entrevistas tocavam em diversos assuntos, frequentemente questionavam sobre sexualidades e desejos, insistiam em investigar um possível lado “homossexual” dos entrevistados, fazendo-os falar e opinar sobre questões relativas às homossexualidades na sociedade brasileira daquele momento²⁶.

Apesar da singularidade do *Lampião da Esquina*, quer seja pelo seu conceituado grupo de editores e redatores, quer seja pela seriedade com que procurava tratar os temas, ele não foi pioneiro. Periódicos semelhantes começaram a aparecer já no transcorrer da década de 1960, como *O Snob* (1963-1969), por exemplo. Segundo James Green (2000), *O Snob* foi o mais importante jornal gay publicado até então.

Criado por Agildo Guimarães, *O Snob* foi o primeiro jornal impresso e não mimeografado e teve uma duração longa, indo de 1963 a 1969. Seu conteúdo, segundo pesquisa de Rogério da Silva Martins da Costa (2010), versava, inicialmente, sobre homens vestindo modelos femininos. Naquele momento, segundo Peter Fry e Edward MacRae (1985), os homossexuais sociabilizavam-se através do binarismo “bicha” versus “bofe”, o que equivale, respectivamente, ao passivo (que é penetrado na relação sexual) e ao ativo (aquele que penetra). O bofe não era reconhecido como homossexual porque, na relação sexual, ocupava o papel do homem, daquele que penetra. Isso mostra uma concepção hierárquica das relações homossexuais.

26. Desenvolvi essa questão da confissão das homossexualidades através dos discursos do *Lampião da Esquina* na dissertação de mestrado “Assumir-se” ou não “assumir-se”: o *Lampião da Esquina* e as homossexualidades no Brasil (1978-1981) (2015).

Nos anos 1970 surgiram outros periódicos de menor circulação, como *Bondinho*, em São Paulo (1970); *Verbo Encantado*, na Bahia (1971); *Flor do Mal*, *Presença* e *Gente Gay*, no Rio de Janeiro (1971). Leila Mícolis (1980, p. 4), colaboradora do *Lampião*, mencionou outros jornais surgidos antes de 1978, como *Subúrbio à noite*, *Le Sophistique*, de Campos, e alguns da Bahia, a exemplo de *Gay Society*, *Fotos e Fofocas*, *Little Darling*.

A contestação cultural no campo da sexualidade, intensificada com o movimento feminista da segunda metade da década de 1970, ocorreu em paralelo com o desenvolvimento de uma subcultura *gay* e pessoas se relacionando com outras do mesmo sexo. Elas passam a compor outras cenas da sociedade, provocando uma série de mudanças na contestação de valores estabelecidos. Simultaneamente, no fim dos anos 1970, constituíram-se grupos de militância com o objetivo de reivindicar um discurso, uma voz que possibilitasse aos homossexuais um novo lugar social.

Um desses grupos era o *Somos*, que se tornou mais conhecido a partir do dia 8 de fevereiro de 1979, quando ocorreu, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, um debate com a esquerda política. Naquele evento, a prioridade de discussão era o proletariado e os homossexuais, como lembra Trevisan (2007, p. 343), uma luta considerada menor e pouco importante para os militantes de esquerda. A discussão tratou da ausência do debate sobre as homossexualidades nas questões operárias. O resultado, de acordo com Trevisan, foi satisfatório para os homossexuais. Segundo James Green (2000b, p. 274), aquele momento marcou o assumir-se do movimento homossexual brasileiro.

Um dos objetivos do *Lampião* ao longo de sua trajetória foi tentar modificar o difícil cotidiano dos homossexuais brasileiros. Talvez a proposta e o objetivo do *Lampião* tenham sido bem recebidos porque seus editores, parte significativa autodeclarada homossexual, sentiam a dificuldade que era a sociabilização, as experiências de lidar com preconceitos e desejos proibidos, gerando fraturas afetivas que poderiam se prolongar por muitos anos, especialmente no seio da família. Isso ocorreu, por exemplo, com o escritor João Silvério Trevisan, que, em uma entrevista, chegou a revelar que a difícil relação com o pai teria por causa a sua homossexualidade (TREVISAN, apud SILVA, 1998, p. 225-226).

Em pesquisa realizada no Arquivo Edgar Leuenroth, consulte as cartas enviadas de vários lugares do Brasil para o grupo *Somos*, de São Paulo.

A leitura dessas cartas permite perceber o estado de tensão vivido pelos homossexuais no seio de seus núcleos familiares. Os relatos evidenciam a dificuldade de se assumir homossexual, das brigas com os pais, da saída imediata de casa após a descoberta da homossexualidade. Por todas essas dificuldades é que quase todos desejavam deixar suas cidades para viver nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, cidades nas quais não apenas encontravam outros homossexuais como também podiam viver com um pouco mais de liberdade. Matérias publicadas no *Lampião da Esquina* informavam sobre os diversos lugares de sociabilidades que a comunidade homossexual foi construindo nesses espaços.

Segredo, disfarce, tensão, medo, pânico, expectativas, temor, lágrimas, dor, ressentimento, suspeita, agressão, assédio eram características da vida de muitos homossexuais. Darcy Penteado (1980, p. 12) não deixou de tocar nessa questão:

Portanto, o paternalismo é um princípio igualmente comprometido, como vários outros, para um entendimento da homossexualidade, porque prevê em si um sentimento de comisseração, camuflando a eterna jogada do dominador sobre o dominado. E isto a nós, homossexuais, absolutamente não interessa mais! É preciso deixar bem claro também, que a análise científica atual feita sobre a nossa opção sexual não nos perturba nem nos acrescenta em nada, a nós homossexuais conscientizados, porque a nossa cabeça, a partir do momento da conscientização, já superou traumas, sentimentos de culpa, auto-negações e toda aquela baboseira mental de que os psicanalistas insistem em nos curar; e já partiu igualmente para coisas bem mais sérias e práticas, como a nossa definição pessoal e coletiva como integrantes de uma sociedade, ou a conquista consequente de nosso espaço vivencial.

O que está em jogo no discurso de Penteado é um grito pela existência, uma voz que vem dizer, escrever e registrar que os homossexuais estão presentes, embora vários discursos contrários tentassem lhes negar voz e existência.

Se, por um lado, se grita contra uma relação de opressão, de dominador *versus* dominado, por outro lado, reafirma-se um binarismo característico do emergente movimento homossexual daquele momento: da homossexualidade à heterossexualidade. Nesse sentido, o discurso de Darcy Penteado pode ser considerado uma tentativa de ruptura do modo como os homossexuais eram percebidos no país até então. Seu texto convida à luta,

sobretudo ao combate das ideias dos estudos médicos que tentavam, já à época, encontrar indícios de uma alteração genética constituidora das homossexualidades. Paralelamente a estas, deveriam focar na autoafirmação, conquistando, conforme destaca, um lugar na sociedade: o de que existem e clamam por atenção em meio a uma sociedade que reconhece como normais e corretos apenas os comportamentos heterossexuais.

Naquele momento, homossexuais que entrassem em contato com o *Lampião da Esquina* deixavam claro seu espanto, mormente no aspecto da novidade: um jornal homossexual, isto é, escrito por e para esse público. Várias cartas publicadas no mensário permitem essa reflexão. Cartas de todo país chegavam à redação falando da sensação de se encontrar com as páginas do *Lampião*. Assim fez Edilson Fernandes, da cidade de Assun, no Rio Grande do Norte. Segundo ele, “negam, gritam e ela existe, e é um fato real, concreto e persistente. É a vida que nasce, chora, ri, sofre, é gente...” (FERNANDES, 1978, p. 17).

Em *Será que ele é? Sobre quando o Lampião colocou as cartas na mesa* (2006), o historiador Márcio Leopoldo Bandeira apresenta o estudo que realizou a respeito das cartas de leitores publicadas no *Lampião*. Segundo Bandeira, a seção “Cartas” era “a costura de coisas ditas que emergiam como efeitos da leitura do jornal, cumprindo a função de criticar, elogiar, sugerir, opinar... Mas era também a publicação de relatos, de pedidos de ajuda e de desabaços” (BANDEIRA, 2006, p. 75). As cartas representavam um caráter democrático do jornal, dando a possibilidade de os leitores entrarem naquela ordem do discurso. Porém, cumpre destacar, cabia aos editores a decisão de quais cartas e/ou trechos delas eles desejavam publicar.

Outra estratégia de conscientizar a população era destacar situações de preconceito vividas pelo público homossexual em todo o país. O jornal abordava as difíceis condições de preconceito e vulnerabilidade social que os homossexuais enfrentavam cotidianamente e, sempre que possível, convidavam entrevistados a expressarem-se com relação ao lugar que a homossexualidade ocupava na sociedade. Em uma entrevista sobre essa questão, a cantora e compositora Leci Brandão (1978, p. 11) destacou:

A gente já é marginalizada pela sociedade. Então, a gente se une, se junta, dá as mãos. E um ama o outro sem medo, sem preconceitos. É um negócio maravilhoso que estou curtindo de cabeça realmente. É o mais produtivo mergulho que eu já vi em mim mesma e na vida.

Ora, a menção ao preconceito é indício de que essa palavra passava a circular e estava diretamente associada a uma luta dos homossexuais. Eles estavam aparecendo na sociedade, mostrando-se como homossexuais e reivindicando o direito de serem aceitos.

A fala da Leci Brandão direciona para uma época na cultura brasileira em que essas vozes discriminadas tentavam afirmar suas identidades sexuais e o *Lampião da Esquina* constituiu-se um dos mais expressivos canais para a vazão desse desejo. Talvez esse jornal tenha sido o primeiro canal de confissão pública da homossexualidade no Brasil, uma vez que se preocupava em colocar em questão constantemente a visibilidade homossexual, destacada com o uso do termo “assumir-se”, contribuindo, assim, na emergência do dispositivo de confissão das homossexualidades no Brasil (SOUTO MAIOR JR., 2015, p. 101).

O jornal tocava em um ponto estruturante nas subjetividades dos homossexuais. Sobrepor-se à tristeza e acreditar no alívio que a revelação, o assumir-se homossexual traria às suas vidas. Isso explica boa parte do que se tem escrito acerca dessa temática nas últimas décadas. Colin Spencer (1996) afirma que a felicidade para homossexuais esteve, muitas vezes, associada a um outro lugar, não o da origem, aquele vivido diariamente pela tensão da revelação ou descoberta do seu desejo, mas, sobretudo, um espaço criado e recriado longe e distante, e compartilhado com uma nova família, na qual os parentes passam a ser os amigos.

É oportuno esclarecer, entretanto, que esse espaço acaba por criar, em algumas geografias, o conhecido “mundo *gay*”. Constantemente, os que migravam do interior para as grandes cidades eram movidos pela vontade de encontrar pessoas com desejos semelhantes e lugares para se sociabilizarem. Se no hemisfério norte os espaços para homossexuais eram Paris, Nova Iorque, São Francisco, Londres, Amsterdã e Berlim, no Brasil os estudos apontam para Rio de Janeiro e São Paulo, mas também Recife, Salvador e Fortaleza (PARKER, 2002).

A questão da fuga para a cidade ou “mitologia da cidade”, expressão usada por Eribon (2008, p. 31), relaciona-se a um exílio para outras cidades, estados e até mesmo outros países, o que não exclui a existência de *gays* em lugares do interior – apesar de, historiograficamente, ser difícil estudar e contar essas histórias pela ausência de fontes, à exceção de cartas e diários, possivelmente destruídos pela família quando o parente morre.

Em conexão com tais observações, pode-se perceber que o gueto, ou seja, a comunidade *gay*, relaciona a fuga para a cidade à ideia de liberdade a que ela convida, conforme nos mostram, mais uma vez, as observações de Eribon. Uma cidade maior e conhecida por certa “liberdade” parece ser um sonho de muitos homossexuais, ainda que, entre eles, não haja consenso quanto ao ato de assumir suas homossexualidades.

Os discursos do *Lamplão da Esquina* apontavam, também, e com intensidade, para questões relativas ao emergente movimento homossexual e à luta contra o preconceito e a discriminação em decorrência das homossexualidades.

Capas de algumas das edições passavam a explicitar cada vez mais o caráter também militante do jornal:

Figura 1 – *Lamplão da Esquina*, Rio de Janeiro, set. 1979



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 2 – *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, jan. 1980



Fonte: Arquivo pessoal.

Na Figura 1, a capa ilustra o que será tratado. Primeiro, deixa claro qual é o tema principal da edição 16: associação de homossexuais visando a algumas questões. Segundo, o termo “organizam”, utilizado na oração, remete a um campo de luta e disputa que foi o movimento homossexual da primeira onda, que surge no final dos anos 1970, tendo no *Lampião da Esquina* um dos seus principais interlocutores. A reportagem da capa destaca os grupos de homossexuais que estavam surgindo no país, como foi o caso do *Libertos*, de Guarulhos, que, em setembro de 1979, dava seus primeiros passos. Essa edição também destaca o grupo *Somos*, trazendo entrevistas com alguns membros, entre os quais Eduardo, Ricardo e Teka.

Na Figura 2, é importante perceber que a chamada ocupa boa parte do espaço da capa. A ideia de um encontro *nacional* fornece uma dimensão de um grande e significativo evento com a participação de pessoas de diferentes estados. A palavra *gay*, usada de acordo com a língua inglesa, é outro ponto de destaque. Algumas pessoas ligadas ao movimento eram contrárias à utilização da palavra no original, em inglês, por entender que a realidade dos/das homossexuais norte-americanos/as era substancialmente

diferente daquela dos/das brasileiros/as. Trata-se da edição 20, de janeiro de 1980, que traz uma longa reportagem do Encontro Nacional do Povo Gay ocorrido em 16 de dezembro de 1979 na Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro. De acordo com a matéria, era o primeiro encontro dos/das homossexuais militantes com a presença de 60 pessoas vindas de várias cidades: São Paulo, Brasília, Guarulhos, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Entre os presentes, havia o descontentamento com o nível de machismo e preconceito da sociedade brasileira, o que colaborava para manter os homossexuais no gueto, trancados em casa, escondidos, quase sem direito à vivência e aparição pública (MÍCOLIS, 1980, p. 8).

O encontro foi significativo pelo número de participantes e de grupos homossexuais que vinham surgindo no país após o nascimento do *Lampião da Esquina*. O jornal não apenas divulgava eventos; no caso desse Encontro, especificamente, houve um financiamento. Percebe-se como as matérias divulgadas no *Lampião*, os temas de que tratava e as notícias do ativismo homossexual então emergente colaboravam na construção de novos grupos. As demandas do evento incluíram o combate ao “homossexualismo” visto como doença mental. Foi decidida, também, a criação de um combate intenso entre os grupos para que, além de ajuda mútua, pudesse ocorrer a criação de outros grupos.

O que essas duas capas do *Lampião* propõem é mostrar que os/as homossexuais estavam começando a se organizar na busca por direitos. Quando o jornal concede um lugar discursivo ao movimento homossexual está, necessariamente, instituindo essa questão no cotidiano do país, criando um campo de discussão até então ausente e oferecendo um lugar de debate por meio de suas páginas.

Alguns estudiosos têm sido unânimes em demonstrar a importância do jornal *Lampião da Esquina* no movimento homossexual brasileiro. Júlio Assis Simões (2009) é um deles. Para o antropólogo, tanto o *Lampião* quanto o grupo *Somos*, de São Paulo, são marcos de uma politização e reivindicação de direitos por parte dos homossexuais brasileiros.

Simões, ao problematizar a configuração identitária do movimento naquele primeiro momento, mostra as tensões vividas tanto no *Lampião* quando no *Somos*, no projeto de construção de uma identidade homossexual devido a um debate travado, na época, sobre categorizações e classificações homossexuais.

A descrição do jornal aqui apresentada e a análise de algumas temáticas por ele selecionadas buscaram mostrar a importância do *Lampião da Esquina* no início do movimento homossexual brasileiro em busca de reconhecimento social e na luta pelos direitos civis.

Muitas das pautas e reivindicações propostas pelo atual movimento LGBTQTTT²⁷ tiveram no *Lampião* um dos seus primeiros defensores. Naquelas páginas, não se noticiavam apenas informações sobre questões das minorias; suas matérias destacavam as possibilidades de resistência a um silenciamento das homossexualidades no Brasil – muito presente até 1978.

Nesse sentido, o estudo do *Lampião da Esquina* aponta diretamente para questões ligadas aos direitos humanos e à luta por uma sociedade mais justa, igualitária e sem preconceitos.

Os temas abordados pelo *Lampião* floresceram, e se hoje diversos grupos organizados de militantes homossexuais lutam, nos mais longínquos rincões por todo o Brasil, convém não esquecer que isso foi graças aos jornalistas e colaboradores que fundaram e dirigiram os destinos do *Lampião* até seu fechamento, em julho de 1981. Seu estudo, no campo historiográfico, é igualmente importante para que se possam perceber as transformações e os sonhos dos/das homossexuais brasileiros/as.

No tempo do *Lampião*, sonhava-se em ter uma voz, um discurso, uma visibilidade. Hoje, outros sonhos são possíveis. A transformação dos sonhos em realidade e os sonhos que embalam a atual geração de homossexuais somente a história é capaz de demonstrar.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

27. A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (OLIVEIRA, 2012).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, Mônica Raisa. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da vida privada no Brasil volume quatro**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANDEIRA, Márcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?** Sobre quando *Lampião da Esquina* colocou as Cartas na Mesa. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12924>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRANDÃO, Leci. A música popular entendida de dona Leci Brandão. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 11, set. 1978.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARTA, Mino. Uma ideia genial: Porque há um lado positivo no ataque de certo Magnoli. **Carta Capital**, 12 abr. 2014. Disponível: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/795/uma-ideia-genial-3554.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CASSANDRA Rios ainda resiste. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 8-10, out. 1978.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o estigma do passivo sexual. **Achegas.net**, v. 29, p. 1-14, 2006.

CLODOVIL Hernandez faz a si mesmo esta pergunta: quem deve dormir sobre os nossos lençóis de linho? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 10-11, ago. 1978.

COSTA, Rogério da Silva Martins da Costa. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: relatos do jornal O Snob. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em bens culturais e projetos sociais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FAOUR, Rodrigo. **História sexual da MPB**: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FERNANDES, Edilson. Poetas e impacientes. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 17, ago. 1978.

FERNANDO Gabeira, aqui e agora, direto dos anos 80. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 5-8, nov. 1978.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos)

GREEN, James. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000a.

GREEN, James. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 14, p. 10-25, 2000b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HATOUM, Milton. Saiu "Lampião". Alegre, mas provocador. **IstoÉ**, São Paulo, 19 abr. 1978.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

LAMPIÃO na paulicéia desvairada. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 9, maio 1978.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MÍCOLIS, Leila. 28 de junho, um dia de Luta. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 4, ago. 1980.

MÍCOLIS, Leila. Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 8, jan. 1980.

MISSE, Michel. **O estigma do homossexual passivo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Direitos sexuais de LGBTTT no Brasil**: jurisprudências, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Série Diálogos sobre Justiça. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/Publicacao_DIREITOS_sexuais_LGBTT_.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História**, Unisinos, v. 15, n. 3, p. 398-405, 2011.

PELONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PENTEADO, Darcy. Começam a nos entender. Mas é isso o que interessa? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 12, jun. 1980.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de Identidade**. Niterói: Eduff, 2010.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **Poder, gênero, resistência, proteção social e memória**: aspectos da socialização de “lésbicas” e “gays” em torno de um reservado em São João do Meriti, Rio de Janeiro, no início da década de 1980. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Aguinaldo. Lamião da Esquina [entrevista]. **Resistir é preciso**, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2z9uyCR-F7ic>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SILVA, Claudio Roberto. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Alô, alô, classe operária: e o paraíso, nada? **Lamião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 9, jul. 1979.

SIMÕES, Júlio Assis. Antes das letrinhas: homossexualidade, identidades sexuais e política. In: COELHO, Clair Catilhos et al. (Org.). **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay**: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUTO MAIOR Jr., Paulo Roberto. **“Assumir-se” ou não “assumir-se”**: o Lampion da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Record, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

A mulher objeto da imprensa: personagem e escritora

Karina de Rezende-Fobringer

A palavra emociona, o livro instrui ou deleita, só o jornal cava, revolve, afeiçoa as mais endurecidas camadas intelectuais. A sua ação é lenta, mas contínua e, por isso mesmo, irreversível, avassaladora.

Narcisa Amália

Em *Escritoras, escritas e escrituras* (2006), Norma Telles nos diz que o século XIX conheceu profundas e irreversíveis transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa Ocidental, que, mais tarde, se expandiram como uma onda gigantesca alcançando terras ultramar.

Com isso, deu-se a modificação não só das estruturas, mas também dos detalhes da vida cotidiana mundial. Tal mudança envolveu as “grandes teorias científicas ou filosóficas ao modo de se portar em determinado ambiente, como cuidar do corpo ou se dirigir ao outro” (TELLES, 2006, p. 401).

Inspirada na insustentável sapiência advinda da cultura europeia e no acúmulo de experiências (trans)formadas, a classe trabalhadora, e nela estavam as mulheres, reverteu a direção da onda em um movimento de resistência. Havia chegado o tempo das primeiras conquistas sociais: o feminismo, o sufrágio e a nova mulher. “A ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar” (TELLES, 2006, p. 402) eram qualidades impingidas à mulher oitocentista, que passa tam-

bém a ser chamada de anjo decaído, usurpadora, traiçoeira, potência do mal. Modificado estava o papel da mulher.

Essa “falha de caráter” atribuída ao feminino passou a ser questionada pela própria mulher (cultu). Tendo ascendido às letras, ela pôde refletir e questionar sobre o que diziam dela não só nos livros de moral, etiqueta e catecismo como também nos romances. Olhares voltados para a França, a mulher culta buscava ali respostas e respaldos para as suas reivindicações.

Enfadadas de segurar o espelho que durante séculos refletiu em dobro o tamanho da figura masculina, as oitocentistas passaram dos ocultos “cadernos de goiabada” e diários aos textos jornalísticos. Ainda que, por diversas razões, algumas se apresentassem com pseudônimos ou escrevessem com a pena matizada com as cores preferidas pelos homens, não se pode negar o valor dos registros das pioneiras. Segundo Paixão (1996, p. 259), “falar da mulher jornalista é rever a sua história como uma voz ausente do espaço público até meados do século XIX”. Nos jornais escritos para e, depois, por mulheres, os romances e as novelas francesas e inglesas vinham traduzidos, graças à nova moda dos folhetins.

Assim, para efeito de estudos, são divididos em dois os momentos que compõem a história da imprensa feminina: o primeiro, quando os homens redigiam as revistas e os jornais e as mulheres eram as colaboradoras; o segundo, quando as mulheres tornaram-se as redatoras e colaboradoras.

Na Espanha, a pesquisa realizada por Inmaculada Jiménez Morell (1992), *La prensa femenina em España: desde sus orígenes hasta 1868*, indica que o primeiro jornal feminino do século XIX foi *El Correo de las Damas* (1811-1833), cujo subtítulo era “periódico de modas, bellas artes, amena literatura, musica, teatros etc.”. As precursoras tiveram seus textos publicados entre os escritos por homens. As pioneiras foram Ramona Poneíta, que escreveu uma carta à redação do periódico, e Amira Zelasgón, que escreveu uma poesia. O objetivo do periódico, dirigido às damas, era instruir e agradar. Circulou por três anos o referido jornal. Em seu último número, na lista de seus assinantes, pode-se ler que, dos duzentos, noventa e seis eram mulheres da elite.

No outro, *El Periódico de las Damas* (1822), os articulistas defendiam o direito da mulher em ter acesso ao trabalho e questionavam o tipo de educação a ela ofertada, pois acreditavam que, pelo trabalho e pela educação, a mulher poderia libertar-se da tutela financeira do homem. Todo esse

discurso se dava ao lado de textos que priorizavam ideias tradicionais que viam a mulher como a senhora do lar. A história do periodismo feminino na Espanha seguiu sem muitas novidades no período das Regências de Doña Maria Cristina e Espartero.

O destaque é a aparição de *La Moda* (1842-1927), a revista de mais longa duração no panorama da imprensa feminina espanhola. Era semanal e também sob a direção de homens: “*La Moda* es la cantidad y calidad de sus grabados, figurines, dibujos de labores, etc., que ocupan más de dos tercios de cada número” (JIMÉNEZ MORELL, 1992, p. 51).

Já durante os primeiros anos de reinado de Doña Isabel II, “la prensa femenina se afianza, y mujeres pasan a ser parte muy importante de las redacciones de los periódicos” (JIMÉNEZ MORELL, 1992, p. 51). Mulheres de classe média empenharam-se para sair “de su monótona vida sin horizontes por médio del ejercicio de la creación literária. Escribir se convierte casi en una obligación” (1992, p. 51). Escrevem então sobre pedagogia e moral. Falam das outras mulheres comuns e menos favorecidas de forma benevolente e caridosa, como era de se esperar de mulheres formadas, tendo o cristianismo como lição de vida. Sua luta era pela educação das mulheres para que elas se tornassem profissionais no ofício de esposa e mãe.

Em 1845, Gertrudis Gómez de Avellaneda tornou-se a primeira diretora de uma revista dirigida por mulheres, embora fosse auxiliada por Miguel Ortiz. Surgiu a *Gaceta de las Mujeres*. A Gertrudis juntaram-se: Carolina Coronado, Josefa Moreno Nartos e Maria Dolores Gómes de Cádiz. Somente circulou um número da revista, que trouxe como inovação o complemento *Gacetilla religiosa*, em que eram anunciados todos os acontecimentos religiosos da semana. Com o *boom* da imprensa geral, muitas outras revistas e outros periódicos apareceram, e também desapareceram. Em 1882, a revista *La Mujer* era uma publicação para mulheres “más radical del siglo XIX, tanto por contenido como por terminología utilizada” (SELVA Y SEGURA, 1984, p. 32, apud MENÉNDEZ MENÉNDEZ; FIGUERAS MAZ, 2013, p. 12).

No princípio do século XX, as novas tecnologias incorporadas à imprensa, como a fotografia, a queda do preço das revistas, o maior número de pessoas leitoras, os temas (arte, beleza, moda, higiene, cuidado com a saúde da mulher) e as reflexões que circulavam, ainda que tivessem a intenção de reforçar o valor da família, contribuíram para a emancipação da mulher.

No período republicano, a imprensa passou a ser mais controlada, mas os assuntos pertinentes à mulher continuaram aparecendo nas revistas.

Antes da chegada do regime franquista, grupos de mulheres mais revolucionárias criaram uma imprensa mais contundente e combatente. Pleiteavam a formação política de suas leitoras. Desapareceram, então, das páginas dos impressos, temas habitualmente voltados à mulher, como as receitas de culinária e a crítica literária. A ditadura fez ressurgir temas mais tradicionais, como é de se imaginar: “El periodo franquista, en síntesis, utilizó la prensa femenina para difundir y consolidar el único modelo que consideraba adecuado para las mujeres, el ángel del hogar” (MENÉNDEZ MENÉNDEZ; FIGUERAS MAZ, 2013, p. 15), tema tantas vezes debatido pela espanhola Emilia Pardo Bazán.

A imprensa foi assim se desenvolvendo: os interesses políticos movimentando sociedade e tudo e todos ao redor. Não foi diferente no Brasil. Por aqui, o primeiro movimento da imprensa inicia-se na segunda década do século XIX, quando os periódicos eram dirigidos ao público feminino, mas eram editados e redigidos por homens.

O primeiríssimo foi *O Espelho Diamantino* (1827-1828), periódico de política, literatura, belas artes, teatro e moda, dedicado às senhoras brasileiras, sendo delas “o confidente mais estimado”, como escreve o redator escondido sob pseudônimo (o jornal era impresso na tipografia do francês Pierre Plancher, no Rio de Janeiro). Em seguida, veio *O Mentor das Brasileiras*, que circulou na cidade de São João del-Rei (MG), de 1829 a 1832. Este, assim como os demais que o sucederam até meados do referido século, objetivava refletir, debater e defender “a importância da participação das mulheres da ‘boa sociedade’ nos debates sobre a política, a educação, a moral e a vida privada e social que se estabeleciam nesse período” (GOMES, 2007, p. 2).

No dia 4 de setembro de 1859, F. Eleuterio de Sousa fundava *O Espelho: Revista Semanal de Litteratura, Modas, Industria e Artes*, na tipografia de Francisco de Paulo Brito. Em “Prospecto”, o redator, Eleuterio de Sousa, escreve que fará uma revista variada a fim de que possa instruir, moralizar e entreter a todos:

Para esse fim temos em vista uma publicação dos romances originais ou traduzidos, que nos parecerem mais dignos de ser publicados, artigos sobre literatura e artes, poesias, e tudo quanto possa interessar ao nosso público e especialmente ao

bello sexo. Também publicaremos o que de novo aparecer sobre modas e oportunamente daremos os mais modernos figurinos, que de Paris mandaremos vir, e bem assim retratos e gravuras (SOUSA, 1959).

Certo da importância da parcela feminina do público, o redator convida as leitoras para que não só leiam como também contribuam com seus ensaios e suas produções, na certeza de que terão asseguradas a identidade, uma vez que a revista garante discrição e silêncio.

O bimestral *O Iris* (1875-1876), de Natal (RN), teve na figura de seu redator, Joaquim Fagundes, um defensor da ideia de que “o gênio não tem sexo”. A frase nos remete especialmente a uma das quarenta litografias de Honore Daumier, intituladas *Les bas-bleus* (1844) ou, numa livre tradução, “a mulher pedante”.

Assim ficaram conhecidas as mulheres que compuseram o modesto grupo de intelectuais literatas, como Madame Staël e George Sand, que não comungavam com o pensamento de que a genialidade ou a excelência da qualidade artística e literária de uma obra era talento inato e muito menos exclusividade masculina.

Consideradas pedantes e subversivas, como as denominou Byron, elas renunciavam às amarras do casamento, à maternidade, à vida doméstica, às imposições da moda e dos modos socialmente definidos como próprios à mulher, ou seja, elas desprezavam os símbolos de beleza, elegância e moral, atributos que deveriam compor o corpo feminino. As figuras mostram a mulher com as feições masculinizadas e desprovida dos atrativos tão caros aos homens: delicadeza e submissão.

Figura 1 – Da série *Les bas-bleus*, de Honoré Daumier (1844)



Fonte: Bibliothèque Nationale de France (2017).

Na Figura 1²⁸ há uma nítida troca de papéis: a mulher escritora, desleixada na aparência, fala e age como homem; e o homem, servil, retorcido sobre um bebê, desempenha as funções da maternidade. Empunhando um bocado de papéis, a mulher sai para a vida pública, enquanto o homem sucumbe no espaço privado.

28. Texto da Figura 1: “Adieu, mon Cher, je vais chez mes éditeurs;... je ne rentrerai probablement que fort tard... ne manquez pas de donner encore deux fois la bouillie à Dodore... s’il a besoin d’autre chose... vous trouverez ça sous le lit...” Livre tradução: “Adeus, meu querido, eu vou aos meus editores;... provavelmente voltarei muito tarde... não deixe de dar ainda duas vezes o mingau para Dodore... se ele precisar de algo mais... você encontrará isso debaixo da cama...”

Figura 2 – Da série *Les bas-bleus*, de Honoré Daumier (1844)



Fonte: Bibliothèque Nationale de France (2017).

Na Figura 2²⁹, a mulher encontra-se de costas para o espelho que a retrata sem os disfarces do vestuário, do penteado e da maquiagem. Ela não busca respostas... ela já as tem (re)definidas, aparentando um espírito mais determinado, autoconfiante e independente. Apesar do vestido, nada delicado, ressaltam-se os traços masculinizados e a desorganização do quarto. Mas nada disso importa porque “o gênio não tem sexo”. Aí está a ironia de Daumier ao anunciar (denunciar) os perigos de se permitir a instrução da mulher.

Tomar posse do espaço público foi para a mulher uma atitude de caráter irreversível. Foi o que se constatou neste segundo momento da imprensa feminina no Brasil, que se deu na segunda metade do século XIX, quando a escrita produzida pela mulher passou a oscilar entre o feminino

29. Texto da Figura 2: “C’est singulier comme ce miroir m’aplatit la taille et me maigrit la poitrine!... Que m’importe?... Mme. de Staël et Mr. de Buffon l’ont proclamé... le génie n’a point de sexe.” (1844). Livre tradução: “É estranho como este espelho achata meu tamanho e emagrece meu peito... Que me importa?... Madame de Staël e Senhor de Buffon disseram... o gênio não tem sexo.”

e o feminista, dado o seu grau de envolvimento com as questões mais polêmicas em voga e a sua disposição e coragem em expor publicamente suas ideias, sua moda e seus modos.

A caricatura da Condessa Emilia Pardo Bazán, que se encontra no Museo del Pueblo de Asturias (MAYORAL, 2003, p. 110), na Espanha, também nos auxilia na composição dessa imagem. A vida que levava como mulher de letras fez de Pardo Bazán alvo fácil para muitas críticas e ironias. Aqui, vestindo calças, podemos ver a meia-calça azul em uma das pernas. Clara alusão ao *Bas-bleuisme*. A luta, a discriminação e as formas de resistência desenvolvidas para sobreviver a essa sociedade machista aparecem em suas personagens.

Figura 3 – Caricatura de doña Emilia. Museo del Pueblo de Asturias



Fonte: Mayoral (2003).

A revista *Fon-Fon*, do Rio de Janeiro, na edição de 25 de julho de 1914, ilustra uma “Bas-Bleus brasileira”, ou, ainda, uma *lionne* (“leoa”), que simbolizava a rebelião das mulheres às maneiras impostas. Uma *lionne* era caracterizada com “chicote e pistola” (XIMENES, 2011, p. 63).

A propaganda lembra a crescente popularidade do uso dos cigarros e a ideia é convencer a todos sobre o quanto é “higienico e chic” usar os *Va-*

nille, pois não causam maus hálitos e sua fumaça tem perfume agradável. Curioso é que o texto verbal, ao contrário da imagem, não incentiva diretamente a mulher a fumar. Pretende fazer a mulher tolerar a fumaça vinda dos cigarros de seus noivos fumantes. Mas a imagem da mulher em seu traje de montar, despojada e moderna, põe, às claras, a intenção subjacente do comercial: é dizer às mais avançadas e liberais que fumar é símbolo de “luxo e perfeição”.

Figura 4 – *Bas bleu* brasileira



Cigarros Vanille

E' Costume

ovrir-se dizer, e, às vezes da bocca de uma linda moça:
«Os homens não deviam fumar.
E' um vicio pouco assediado».

Entretanto, hoje, já não ha moças que digam taes palavras aos seus noivos, nem senhoras que se digam aos seus maridos. Muito ao contrario; e sabem porque? E' que a marca de

CIGARROS VANILLE

Ns. 1, 2 e 3 (Veados) não provoca o mau hálito, pois até o evita. A sua fumaça é de um perfume agradável e todos as senhoras se deliciam com a sua fragancia. Bom, hygienico e chic.

Vendem-se em toda parte

CIGARROS VANILLE
LUXO E PERFEIÇÃO

3. Revista *Fon-Fon* (RJ) - 25/7/1914

Fonte: Revista *Fon-Fon* (25 jul. 1914).

Imbuídos desses objetivos, a jogada de *marketing* foi justamente usar a figura da mulher moderna na sua maneira de vestir e de agir. As substituições no vestuário e nos acessórios são nítidas marcas do sentimento de liberdade com o qual algumas comungavam: as delicadas luvas de pelica pelas rígidas luvas de couro; o lençinho ou a pequena bolsa de alça que dava o toque de distinção à mulher da alta sociedade, pelo poder do cigarro; a sombrinha de cabo longo, por um chicote hípico; o grande chapéu com penachos e flores por um panamá ou, como mais conhecido, palhinha. Em geral, o traje de hipismo usado pelas mulheres era mais masculinizado na parte superior, mas ainda muito feminino na parte baixa. Muitas montadoras não dispensavam as saias. Na propaganda em questão, não se pode saber ao certo se a parte inferior é uma calça ou saia. É o formato curvilíneo em “S” do corpo, o quadril jogado para trás

e o busto para cima, graças ao espartilho saudável, a blusa branca (estilo masculino, de gola alta) e a jaqueta com botões, que terminam por compor a indumentária da mulher nessa virada de século.

Em “A virada histórica: a mulher e seu destino social”, subcapítulo de *Mulher: do destino biológico ao destino social* (2001), Maria Beatriz Nader explica que, com a virada do século, as transformações da condição da elevação da mulher, suas reivindicações e os movimentos que pediam a igualdade de direitos para homens e mulheres

marcaram profundamente a sociedade ocidental [...]. As modificações comportamentais deram à mulher do século XX, pela primeira vez, a possibilidade de ser incorporada à História como um ser que participou da dinâmica de mudanças na instituição familiar e do desenvolvimento da sociedade, após longos séculos (NADER, 2001, p. 125).

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), considerada pelos estudiosos a primeira feminista brasileira, rompeu as barreiras impostas entre os espaços público e privado ao publicar seus textos em jornais, quando a imprensa brasileira ainda engatinhava. Ela traduziu, em 1832, no Rio Grande do Norte, *Vindications for the rights of woman* (1792), de Mary Wollstonecraft, autora inglesa que defendia a ideia de que a mulher não era biologicamente inferior ao homem. O que faltava à mulher era ter acesso à mesma educação que era dada ao homem. Somente anos mais tarde é que a obra de Wollstonecraft fora citada por Joaquim Manuel de Macedo, em *A moreninha* (1844), um dos mais famosos romances de folhetim do romantismo brasileiro, e também antes do surgimento do nosso pioneiro jornal voltado à mulher, editado por Joana Paula Manso de Noronha, *O Jornal das Senhoras* (1852)³⁰.

Narcisca Amália de Campos, que publicou prosa e verso no jornal mineiro criado em 1873 por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, *O Sexo Feminino*, foi contundente ao defender a elevação da condição social de homens e mulheres, a “modernização das estruturas, a elevação do nível cultural

30. Everton Vieira Barbosa (2014) acrescenta que Constância Lima Duarte, em “A mulher e o jornalismo: contribuição pra uma história da imprensa feminista” (1999), afirma que, em Recife, em 1850, surgiram *A Esmeralda* e *O Jasmim*, periódicos também escritos por mulheres, anteriores, portanto, ao *O Jornal das Senhoras*.

e material da população, bem como a ampliação da participação política” (CAMPOS apud TELLES, 2006, p. 420-421). O engajamento político de Francisca Diniz era tanto que, após a Proclamação da República, em 1889, ela trocou o nome do jornal que passou a se chamar *O Quinze de Novembro*.

Nem tão combativa assim no tocante às questões feministas, Júlia Lopes de Almeida adotou antes uma postura feminina, que visava à evolução da condição da mulher e não propriamente à revolução de sua condição. Em 1884, lançou-se como colaboradora profícua no carioca *O País* e, por conseguinte, em diversos outros. É reconhecida pelos estudiosos da história da mulher brasileira como literata incansável na luta a favor do abolicionismo, da República e, sobretudo, da escolarização da mulher. Seu romance inaugural, *Memórias de Marta*, foi publicado pela primeira vez (entre 3 de dezembro de 1888 e 18 de janeiro de 1889), na seção Folhetim na *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro. Além de ser a primeira vez que uma protagonista fala de suas memórias “em uma escrita ficcional”, como afirma Samantha Souza em “Memórias de Marta. Uma narrativa ficcional de Júlia Lopes de Almeida” (2011), esse romance desbanca a canônica afirmação de que Aluísio de Azevedo tenha sido o pioneiro romancista a narrar uma história encenada num cortiço, uma vez que *O Cortiço* é de 1890.

No Rio Grande do Norte, o primeiro jornal dirigido por mulheres surgiu em Macau, em 1913. Foi o *Folha Nova*. Alexandrina Chaves, depois Maria Emília e, por último, Joana G. Sampaio dirigiram-no. A revista *Via Lactea – Religião, Ciências, Artes e Letras* foi a pioneira em Natal. Os oito números que foram a público (1913-1914) foram idealizados e redigidos pelas irmãs Palmyra e Maria Carolina Wanderley. Os jornais manuscritos, ainda que não tenham sido um recurso usado exclusivamente por mulheres, datados desde o final do século XIX até 1930, dão testemunhos da lucidez e do incomensurável desejo que as mulheres tinham de se fazerem ouvir, ainda que tivessem de enfrentar situações das mais adversas e aparentemente desfavoráveis como a falta de apoio dos familiares, a escassez de recursos financeiros, o medo de serem rechaçadas por homens e mulheres, as dificuldades na distribuição de seus textos, pois muitas viviam fora dos centros culturais.

Funcionou, talvez por isso, a estratégia da utilização de títulos com nomes de “flores, pedras preciosas, animais graciosos, todos metáforas da figura feminina”, ou da menção à “mulher e seus objetivos” (BUITONI, 1986, p. 40). Isso já colocava em cena outro modo de ser e de estar da

mulher, um binômio que parece não descolar do corpo feminino: ser forte sem perder a doçura. De certa forma, o caráter efêmero do jornal, que era usado depois de lido como “o papel de embrulho, ou o forro³¹ da cozinha” (PAIXÃO, 1996, p. 260), ajustou-se bem aos anseios da mulher naquele momento em que precisava encontrar um espaço público para se expressar e alcançar o pensamento de outras mulheres. Até as alfinetadas e ironias que sofreram por parte dos homens acabaram por contribuir para que esses ideais da nova mulher fossem divulgados.

Desfilavam, então, nas amareladas páginas de tais periódicos, as burguesas letradas da cidade, com sua moda e seus modos europeizados. A pena obedecera à tríade que estruturava o código da estética da imprensa feita pela mulher: a jornalista deve dialogar com a leitora utilizando uma “conversa íntima, afetiva e persuasiva” (LISPECTOR, 2006, p. 8).

O Jornal das Senhoras: Modas, Litteratura, Bellas-Artes, Theatros e Critica circulou, no Rio de Janeiro, durante três anos e teve três redatoras-chefes: a primeira, Joana Paula Manso de Noronha, que, ainda em 1852, passou o cargo à Dona Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Velasco; a última, Dona Gervásia Neves, que permaneceu na direção do jornal de 1853 a 1855.

O texto, que inaugura a primeira edição do jornal, assinado por Joana Paula Manso de Noronha, foi endereçado “as nossas Assinantes”, mas certamente pretendia ressoar também entre os homens. Seu editorial tem a força de quem precisa justificar à sociedade a petulância de uma mulher invadir o espaço público e ocupar uma função permitida, até então, apenas aos homens; tem também o cuidado de traçar o perfil de como a sociedade vê o trabalho do redator: “Redigir um jornal é para muitos litteratos o apogeo da suprema felicidade, já sou Redactor. Esta frazezinha dita com seus botões faz crescer dous palmos a qualquer individuo” (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, t. 1, p. 1).

Entre os intelectuais, o redator tem prestígio, continua Joana Paula, porque “pode dizer muita coisa”. Entre os que não veem com bons olhos o progresso da humanidade, o redator é um vadio, um inútil. Sendo assim, pergunta-se e às(aos) suas(seus) interlocutoras(es): “[...] uma Senhora a testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?”.

31. As mulheres da casa utilizavam tesoura e jornal para confeccionar, semanalmente, o forro das prateleiras dos armários da cozinha com babado de flores.

A pergunta era enfática, já sabemos, mas desafiar a ordem das coisas nunca foi fácil! Era preciso conquistar não só o público feminino como também o masculino, para se falar da necessidade da emancipação moral da mulher. No entanto, da parte deste, a reação logo veio em forma de resistência: cartas endereçadas à redatora-chefe fizeram-na optar por preservar a identidade de suas tímidas colaboradoras, que passaram a se apresentar no anonimato dos pseudônimos, tais como se pode ver em algumas das edições do referido jornal: na seção, “Chronica dos salões”, assinava Alina; em “Modas”, Christina; em “Variedades”, Papagaio; e tantas outras que apenas grafavam as letras iniciais de seus supostos nomes, ou adotavam nomes de flores. Já da parte daquele, do público feminino, o que se deu foi uma aceitação enorme. É o que lemos com a redatora dos artigos de modas, “jovem inteligente e espirituosa”, que, de acordo com Joana Paula, estaria guardada sob “o mais rigoroso incognito”.

Foi a seção de “Modas” que fez o jornal ter suas páginas ampliadas na época em que a redatora-chefe era Dona Violante. Também, em 1855, o subtítulo “Jornal da boa companhia” foi acrescido ao já conhecido *O Jornal das Senhoras*. Estratégias (o)usadas para garantir a permanência do periódico no mercado.

Em ambas as tendências, fosse na imprensa comum, fosse na feminina, a escrita da mulher caminhava entre a moda e a literatura. Foi o pequeno jornal de variedades, *Marmota*, de Francisco de Paula Brito, que circulou no Rio de Janeiro entre 1849 e 1864, um dos primeiros brasileiros a publicar “litografias impressas no papel em forma de figurino”, explica Eliza Casadei em “Jornalismo de moda em revista: momentos históricos do registro editorial da moda no Brasil no período anterior aos 60” (2012). Bem ali, ao lado dos primeiros textos publicados por Machado de Assis.

O *Novo Correio das Modas: Jornal do Mundo Elegante e Consagrado às Famílias Brasileiras*, dos editores Eduardo e Henrique Laemmert, circulou semanalmente no Rio de Janeiro de 1852 a 1854. Era ilustrado. Numa edição de 1854, traz uma gravura em que se veem duas mulheres trajando a última moda de Paris, que, embora fosse um tanto quanto impensável para o clima tropical, fez a cabeça das brasileiras.

Figura 5 – Senhoras



Fonte: *Novo Correio das Modas*, n. 1 (1852).

A descrição dos figurinos é um mimo que, certamente, conquistava as leitoras mais ligadas à moda. Graças à qualidade das ilustrações, era possível conhecer melhor os detalhes da referida roupa. Destacamos o comentário do vestido da mulher à direita na gravura:

Segundo *toilette*. – Vestido de taffetás cinzento-pérola e branco. A saia é guarnecida de quatro babados com bordado côr de lilás; a mesma grega queorna os fólhos se repete em ponto mais pequeno no corpinho, em roda das bascas, nas mangas e nas bandas cruzadas sobre o peito. Colarinho de ponto de Bruxellas. Chale de touquim branco com barra e franjas de ouro e seda amarella. Chapéo de blonde adornado de violetas de Parma (NOVO CORREIO DAS MODAS, 1854, p. 88).

Embora a moda, grafada no título, fosse o referencial do jornal, o mesmo também oferecia dicas de comportamento e moral, publicações de romances nacionais e traduzidos, anedotas, charadas e poesia.

No Espírito Santo, “a liberdade da expressão da mulher capixaba nasceu sob o signo da poesia”, afirma Mesquita (1999, p. 23), ao falar da pro-

dução da literatura feminina dos jornais do Estado, entre 1881 e 1899. Foram publicações em verso, tais como “Treze de maio” (1888), da carioca Maria Zalina Rolim, e “A saudade” (1882), de Adelina Lirio, e em prosa: “A emancipação da mulher” (1881), de Felisbella N. da G. Machado, e “Definição de homem” (1887), de Inês D. Horta.

Anônimas ou assinando com pseudônimos, as mulheres capixabas faziam a sua história nas páginas dos jornais. A educação permitiu que muitas delas pagassem para ver suas poesias impressas. Para isso, existia em todos os jornais seção “Publicações a pedido” (MESQUITA, 1999, p. 22).

Esse parece ter sido um bom exercício, ainda que contido, com certa timidez, praticado pela mulher que pretendia ocupar um lugar mais ativo na sociedade oitocentista: estar leitora sim, mas também ser lida.

Chegamos à época em que fazer jornalismo passou a ser algo de “gente grande”. Quase não havia mais espaço para os arroubos ou a improvisação editorial dos jovens independentes que queriam iluminar a sociedade com suas páginas em preto e branco. Nem mesmo o prédio de 15 andares construído por José do Patrocínio para abrigar o exitoso *Cidade do Rio* foi suficientemente forte para sustentar a promessa de modernidade.

[...] o *Cidade do Rio* pulveriza o prestígio e a popularidade adquiridos até 1893. Entre seus redatores estão Olavo Bilac, Guimarães Passos, Luís Murat, Coelho Neto, Aluísio Azevedo e Paula Ney, mas o plano de empresa não resiste à improvisação. O jornal acaba em 1902. Já não há mais espaço para a aventura no jornalismo (BAHIA, 2009, [s. p.]).

Havia chegado a era dos grandes jornais, das fotografias, das cores. Em 1927, o *Jornal do Brasil* lança seu “Suplemento Literário”. Consagrados autores têm seus textos publicados ali. No entanto, “eram as mulheres, sobretudo, o público leitor do suplemento literário” (PAIXÃO, 1996, p. 260). Para assegurar a popularidade do suplemento entre as senhoras, o jornal organizava um concurso de prêmios (panelas e outros utensílios do lar). Por mais que a mulher já tivesse se apresentado no espaço público letrado como agente de si mesma (editora, redatora, diretora, poeta, cronista, tradutora, pensadora), ainda era forte a relação que se fazia dela com o espaço privado.

No “Suplemento dominical” do *Jornal do Brasil* criado em 1956, Clarice Lispector surge como colaboradora. Ela publicou aí trechos de *A legião estrangeira* e de *A maçã no escuro*, ambos em 1961. Depois, em *O Correio da Manhã*, na coluna “Correio feminino”, Clarice transfigura-se em Helen Palmer, fazendo uso de uma linguagem acessível, um tanto quanto distante do caráter intrincado de sua ficção. Sua tarefa? “Dava conselhos utilitários e ensinava a refletir sobre cenas domésticas e do universo da mulher”. Foi assim também ao deixarem falar Tereza Quadro e Ilka Soares, duas outras personagens/colunistas de “Entre mulheres”, do jornal *Comício*, e “Só para mulheres”, do *Diário da Noite*, respectivamente. Seu trabalho remunerado garantia o preço que pagava por ser mulher separada e com dois filhos para criar, enfrentando a rudeza da sociedade ainda despreparada para tanta independência.

Mesmo assim, disfarçada ou não, a mulher seguiu escrevendo, inscrevendo-se na história. Ao rejeitar a condição de silêncio a que estava acostumada, diante da eloquência masculina, fundou para si mesma o mundo feito pela palavra.

Referências

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2 v. v. 1.

BARBOSA, Everton Vieira. Poesias em periódico feminino no século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 22., 2014, Santos. **Anais eletrônicos...** Santos: Unisantos, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1411581447_ARQUIVO_POESIASSEMPERIODICOFEMINONOSECULOXIX_Completo.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. 2017. Disponível em: <<http://www.bnf.fr/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BUITONI, Dulcília Helena. **Imprensa feminina**. São Paulo. Ática, 1986.

CASADEI, Eliza Bachega. Jornalismo de moda em revista: momentos históricos do registro editorial da moda no Brasil no período anterior aos 60. **Revista Histórica**, n. 53, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao53/materia03/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

DUARTE, CONSTÂNCIA LIMA. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminina. In: AUAD, Sylvia Venturoli (Org.). **Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América**. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

FON-FON. Rio de Janeiro, 1907-1945.

GOMES, Gisele Ambrósio. O mentor das brasileiras: um estudo de caso. **Revista Virtú**, Juiz de Fora, n. 6, 2. sem. 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-7.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

JIMÉNEZ MORELL, Inmaculada. **La prensa femenina em España: desde sus orígenes hasta 1868**. Madrid: La Torre, 1992.

LISPECTOR, Clarice. **Correio feminino**. Organização de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

MAYORAL, Marina. Emilia Pardo Bazán ante la condición femenina. In: FREIRE LÓPEZ, Ana Maria (Ed.). **Estudios sobre la obra de Emilia Pardo Bazán: actas de las jornadas conmemorativas de los 150 años de su nacimiento**. Barcelona: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2003.

MENÉNDEZ MENÉNDEZ, María Isabel; FIGUERAS MAZ, Mónica. La evolución de la prensa femenina en España: de La Pensadora Gaditana a los Blogs. In: **Comunicació: Revista de Recerca i d'Anàlisi**, v. 30, n. 1, maig 2013. Disponível em: <<http://publicacions.iec.cat/Front/repository/pdf/00000194%5C00000023.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MESQUITA, Cristiane. Tempo e multiplicidade. In: _____. **Moda Contemporânea: quatro ou cinco conexões possíveis**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004. p. 39- 57.

MESQUITA, Letícia Nassar Matos. **A produção literária feminina nos jornais capixabas do século XIX**: a revelação de Adelina Lírio. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

NADER, Maria Beatriz. A virada histórica: a mulher e seu destino social. In: _____. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. rev. Vitória: Edufes, 2001. p. 125- 153.

NOVO CORREIO DAS MODAS. Rio de Janeiro, n. 35, p. 88, 1854.

NOVO CORREIO DAS MODAS. Rio de Janeiro, n. 1, 1852.

O ESPELHO. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 4 set. 1959.

O JORNAL DAS SENHORAS: Modas, Litteratura, Bellas-Artes, Theatros e Crítica. Rio de Janeiro, t. I, 1 jan. 1852.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Mulheres no jornal: Clarice Lispector, Adalgisa Nery. In: DUARTE, Constância Lima (Coord.). **Boletim do GT A mulher na literatura, n. 6**. Natal: Anpoll; UFRN, 1996.

SOUSA, Eleutério. Prospecto. **O Espelho**: Revista Semanal de Litteratura, Modas, Industria e Artes, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 4 set. 1959.

SOUZA, Samantha. Memórias de Marta. Uma narrativa ficcional de Júlia Lopes de Almeida. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894965_ARQUIVO_Anpuh2011.SOUZA,S.V.P.2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 401- 442.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

Noite na macumba: as religiões afro-brasileiras e o bailado de Eros Volúcia

Rossana G. Britto

Luciano Campos Tardock

A originalidade da menina me deslumbrou.
Zilah Monteiro

What can I say to you, Bonita?
What magic words would capture you?
Like a soft evasive mist you are, Bonita
You fly away when love is new.
Tom Jobim

O escritor, poeta e jornalista Carlos Maul (1887-1974) escreveu no *Jornal ABC*, de 9 de junho de 1934, que Eros Volúcia era a “bailarina do Brasil” (MAUL, 1934, p. 9). A bela não imaginava que sua carreira artística tomasse altas dimensões e voos. Sua trajetória biográfica remonta ao bairro onde nasceu, São Cristóvão, no estado do Rio de Janeiro, na data de 1º de junho de 1914. O nome de batismo era Heros Volúcia Machado, mas ganhou projeção internacional como dançarina com o nome de Eros Volúcia. Desenvolveu coreografias inspiradas na cultura brasileira, conhecidas como uma “dança mestiça” por misturar elementos das diferentes culturas regionais, e foi responsável pela criação de um bailado essencialmente nacional.

Declarou Carlos Maul que

Eros Volúsia é pouco mais do que uma creança. Fala com naturalidade e desembaraço do sonho de arte. É brasileira até a nódula... Tem nas veias o sangue das três raças formadoras da nacionalidade. Da linha materna vêm-lhe as virtudes do índio, a ingenuidade, a intrepidez, o instinto bom do habitante primitivo da floresta. O coração que é a riqueza do preto e a inteligência que a civilização desenvolveu no branco trouxe-os do ascendente paterno (MAUL, 1934, p. 9).

A própria Eros disse a um periódico: “Eu nasci defronte a uma macumba celebre, a macumba do João da Luz. Com quatro anos de idade fugia de casa para ir dansar no terreiro. As primeiras impressões nunca mais se apagaram da minha memória...” (MAUL, 1934, p. 9).

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram períodos de construção de uma identidade e a valorização e compreensão da mestiçagem foi o principal instrumento escolhido pela dançarina. Eros Volúsia vivenciou e se preencheu de toda esta confluência de ideias de vanguarda daquela época no Brasil: Semana de Arte Moderna em 1922, Gilberto Freyre com o trabalho *Casa Grande & Senzala* (1933), Getúlio Vargas e a prática de uma política de cariz nacionalista. Para a pesquisadora Sandra Meyer, esse foi um período de afirmação cultural, numa mistura de nacionalismo e modernismo, “imbuídos em refletir a cultura brasileira, mais precisamente, a vertente africana” (MEYER, 2010, p. 1).

Na segunda parte do seu programa artístico Eros Volúsia interpretará a *Dansa Selvagem*, sequência de motivos fúnebres, festivos, guerreiros e religiosos, extrahidos do nosso folklore; e o *Batuque*, de Nepomuceno: ‘No Terreiro de Umbanda’, dança afro-brasileira (O BAILADO..., 1939, p. 11).

Foi período de nacionalismo crescente, mas também de turbulência e profusão de novas propostas de interpretação do Brasil, contexto internacional marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que Eros encantou a todos. Mesclou o clássico *ballet* com as danças populares do Brasil. A característica única de seus movimentos criou identidade própria para a dança brasileira. Expressou a diversidade cultural que pul-

sava e percebia suas raízes no híbrido, na miscigenação, e que persiste até hoje, tornando-se símbolo da cultura brasileira.

Era filha dos poetas Rodolfo Machado e Gilka Machado e foi fortemente influenciada pela própria família. É válido destacar que seus avós também estavam na vanguarda da arte no início do século XX. Seu avô Hortêncio da Gama Souza Melo também era poeta e sua avó Teresa Cristina Muniz era atriz de rádio e teatro. A mãe de Eros, poetisa simbolista do início do século XX, exerceu grande influência em seu tempo. Gilka Machado e sua mãe abriram uma pensão na rua São José, centro do Rio de Janeiro, que era frequentada pela nata da intelectualidade fluminense do início do século XX. Como se já não bastasse toda a força da influência que absorvia de dentro de casa, Eros conviveu nesse espaço com figuras renomadas como Arthur Azevedo, Coelho Neto, Olavo Bilac, Carlos Gomes e Chiquinha Gonzaga, a primeira-dama Darcy Vargas e escritores tais como o jovem Nelson Rodrigues, além de poetas, músicos e outros expoentes da cultura.

Sua formação clássica começou no balé aos quatro anos de idade, na Escola de Bailados do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Foi aluna de Ricardo Nemanoff³² e de Maria Olenewa³³, bailarina russa que se naturalizou brasileira e que foi responsável pela organização da escola de dança e do corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Eros Volúcia foi a primeira bailarina a dançar samba de sapatilhas e a primeira a dançar descalça no Teatro Municipal. Usava trajes de baiana com a barriga de fora, apresentava-se em cassinos. Mesclando estilos, criou uma nova estética, incorporando novas metodologias na dança; teve a inteligência e sensibilidade para incorporar manifestações do Brasil, como o frevo, o maracatu, o caboclinho, e principalmente, danças de terreiros. Inaugurou o que seria futuramente conhecido por *dançarino-pesquisador*, que resgata a formação do conhecimento artístico – a técnica – com a sensibilidade artística. Usava

32. Bailarino russo, ex-componente da Cia. de Bailados Anna Pavlova, atuou como bailarino e coreógrafo do corpo de baile do Teatro Municipal, além de ter participado como bailarino, coreógrafo e ensaiador de inúmeras coreografias apresentadas no teatro de revista carioca nos anos 1920 e 1930.

33. Bailarina, coreógrafa e professora russa, fundadora da primeira escola oficial de dança no Brasil, em 1927. Foi primeira-bailarina na companhia de Anna Pavlova e de Léonide Massine, ambos egressos dos Balés Russos de Diaghilev.

de todo recurso que o corpo podia expressar, com os movimentos de olhos, das mãos, dos quadris, e na boca um convidativo sorriso. Criou uma dança alegre e híbrida. Seu corpo era o instrumento da inovação.

Figura – “Eros Volúcia, hoje, no Municipal”



Fonte: *Diário da Noite* (EROS, 1947, p. 5).

Sua primeira apresentação pública foi no palco do teatro onde estudou, em 1929, participando de uma homenagem ao então presidente Washington Luís. A bailarina apareceu dançando descalça e acompanhada por violão e alegres batucadas, desde já indicando o caminho que seguiria durante toda a sua vida artística. Como seria anotado pela jornalista Zilah Monteiro da Gazeta de Notícias: “Eros só tem olhos para o Brasil” (MONTEIRO, 1939).

Esse período foi caracterizado pela ousadia, tendo em vista as tradições daquele espaço. Eros nunca abandonou suas referências de vanguarda. Suas coreografias eram caracteristicamente ligadas aos temas da cultura brasileira: “Amor de Iracema”, “Peneirando o fubá”, “Moleque capoeira”, “Cascavelando” e “O Guarani” – espetáculos apresentados no Teatro Municipal com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas e de seu corpo diplomático (CORREIO, [s. d.]).

Os acompanhamentos serão feitos por uma orchestra de 35 professores sob a regência do Ilustre maestro Francisco Mignone. O espetáculo começará às 9 horas da noite, estando o teatro aberto ao público que foi convidado desde às 8 horas. Para assistir a essa prova de arte choreográfica brasileira foram especialmente convidados o presidente Getúlio Vargas e as altas autoridades do paiz, e também o corpo diplomático (OS BAILADOS..., 1935, p. 5).

É importante mencionar as apresentações de “Noite na macumba” e “No terreiro de umbanda”, sucessos na década de 1930 e que aportaram nos grandes clubes frequentados pela elite fluminense como do Theatro Cassino, Theatro Municipal, Escola Nacional de Música, Theatro Gymnastico, mas principalmente no Atlantic Refining Club. Diz a citação jornalística sobre os agitos do Atlantic:

Baile organizado com esmero e capricho, com todos os requintes de arte e bom gosto, superando em tudo o brilho dos anteriores, afirma-nos o diretor social do Atlantic que, protegido pelas sete linhas de Umbanda e por todos os orixás, realizará um dos mais importantes bailes do presente Carnaval (O BAILE..., 1939, p. 14).

A “macumba civilizada” foi apresentada nos clubes do Rio de Janeiro dos anos 1930, como diz a citação:

Da boa, legítima, alucinante, em um ambiente adrede preparado caprichosamente, com requintes de detalhes! Macumba para civilizados, possuídos de Changô, no império de Ogum, onde a marcação será feita por *Pae de Santo*, famoso: Simão Butman, da orchestra do Copacabana Palace (ATLANTIC..., 1939, p. 8, grifos do original).

Mais uma ideia do diretor social do Atlantic Refining Club, E. B. Pereira, que organizava animadas festas “às elites desta Sebastianopolis” (ATLANTIC..., 1939, p. 4).

Eros Volússia foi uma das figuras mais importantes da dança brasileira. Renato Viana, do jornal *O Paiz*, declarou, em dezembro de 1933, que Eros

era “O verbo que se fez carne” (VIANA, 1933, p. 21). Na década de 1930, Eros começou a atuar em alguns filmes: *Favela dos meus amores* (1935), *Samba da vida* (1937), *Caminho do céu* (1943), *Romance proibido* (1944) e *Pra lá de boa* (1949), iniciando uma carreira cinematográfica. Também na década de 1940, foi professora de dança de algumas estrelas nacionais, tais como Luz del Fuego e Mercedes Baptista (MELGAÇO, 2007, p. 14).

Nos tempos coloniais, os africanos – oriundos da diáspora para a escravidão na América – expressavam os seus lamentos e saudades através de suas manifestações religiosas. A “macumba” apresentada no Atlantic Refining Club, na década de 1930, não era a expressão religiosa dos tempos da diáspora compulsória dos africanos. “Noite na macumba não será a macumba dos ‘peji’ e dos ‘terreiros’, mas uma macumba civilizada e surpreendentemente encantadora, sem pae-de-santo... e deuses Xango, Ogum, Odê, Abaluayê, Yemanjá e Yamesson” (O BAILADO..., 1939, p. 5). A princípio, parecia que a “noite na macumba” seria um baile no terreiro, mas não. Foi um baile organizado em um teatro com a presença da dançarina Eros Volúcia com seus bailados típicos da cultura e da religiosidade africana.

E, pois, incontestável, que o Director Social do Atlantic, o infatigável E. B. Pereira vae homenagear as elites desta Cidade Maravilhosa, momentaneamente transformada num império de ‘Ogum’, com mais um alucinante baile caprichosamente organizado sob a proteção das sete linhas de Umbanda (ATLANTIC..., 1939, p. 8).

Nesse contexto dos anos 1930, a percepção das religiosidades africanas era feita de uma forma estereotipada. Uma herança colonial da demonização que persistia:

Em face do motivo escolhido o da denominação primitiva e pouco commum que foi dada, há de dar parecer a muitos que o Atlantic vae dar o seu magnifico baile num ‘terreiro’ no qual, acorados, sete caboclos esguios (engulos) e em cortosões estranhas seguem o ritual pagão da Magia Negra, e entoam em surdina, olhos esbugalhados, feições contraídas, ao som cadenciado dos tan-tans africanos, a sua queixa... (ATLANTIC, 1939, p. 8).

É pertinente notar que, durante os tempos das danças da macumba de Eros Volúcia, principalmente nos anos 1930, o reconhecimento da cultura de matriz africana não acontecia. Pelo contrário, as entidades e as manifestações ritualísticas da umbanda eram mencionadas com termos e expressões pejorativos, tais como “macumba para civilizados”, o “violino satânico”, “ritual da magia negra”, entre outros.

A religião que hoje conhecemos pelo nome de Umbanda surge nesse forte e caudaloso rio híbrido composto pelas culturas de índios, brancos e negros³⁴. De acordo com Bruno Rohde, “alguns autores acadêmicos referem-se à umbanda como sendo o resultado de uma síntese transformadora, algo novo que se diferencia de todas as vertentes que contribuíram com aspectos culturais em sua formação” (ROHDE, 2009, p. 78).

A Umbanda nasceu em meio ao conhecimento das matas dos indígenas, no meio das festas nas senzalas onde os negros escravos reverenciavam os orixás, mas mesclando-os com os santos católicos para que não fossem perseguidos. E as incorporações que a princípio eram apenas dos orixás passaram a ser de espíritos ancestrais: pretos velhos que eram escravos anciãos que viveram anos e anos nas senzalas e que possuíam o respeito dos mais jovens, e outros que vieram dos contatos com índios, como os caboclos. Eros Volúcia levou para os palcos, nas décadas de 1930 e 1940, temáticas religiosas. Segundo Vainfas (2008, p. 234), Eros atuou não apenas como bailarina, mas como mediadora cultural³⁵.

Mário de Andrade retrata bem isso:

[...] essencialmente uma bailarina brasileira, uma expressão nacional do bailado, e este é o seu grande mérito, que ninguém lhe poderá mais tirar. Foi ela a primeira a tentar sistematicamente a estilização de nossa música coreográfica popular, e a transpor sambas, maxixes, maracatus, danças místicas de candomblé e até mesmo ameríndias para o plano da coreografia erudita... (ANDRADE apud VOLÚCIA, 1983, p. 92).

34. Sobre o hibridismo, ver Vainfas (1997).

35. Ver Vainfas (2002).

A Umbanda na década de 1930

No conjunto de cultos de matrizes africanas, no Rio de Janeiro, o nome *Umbanda* foi mais preponderante no decênio de 1920 a 1930, depois da anunciação da Umbanda por Zélio de Moraes. A despeito de toda a repressão e do preconceito, surgiu grande número de tendas espíritas pelo estado do Rio, como as criadas pelo próprio Zélio: Tenda Nossa Senhora da Guia, Tenda Nossa Senhora da Conceição, Tenda Santa Bárbara, Tenda São Pedro, Tenda Oxalá, Tenda São Jorge e Tenda São Jerônimo, entre os anos de 1918 e 1935, assim como também a Tenda Espírita Mirim, de outubro de 1924. José Guilherme Magnani nos oferece uma síntese da Umbanda quando fala que:

A Umbanda [...] é o resultado de um duplo movimento: de um lado, apropria-se de elementos já existentes no seio de cultos, ritos e valores religiosos populares que constituíam a macumba e o baixo-espiritismo, bem como o candomblé; de outro, submete-os a um processo de depuração, reinterpretando-os dentro da lógica do kardecismo. Esta ação “civilizatória” sobre rituais “bárbaros” e “atrasados” representa uma tentativa de estruturação de práticas mágico-religiosas heterogêneas, sujeitas à improvisação e criatividade de cada chefe de culto, institucionalizando-se através da atuação de seus novos líderes que reivindicam, para ela, um espaço social legítimo e próprio, ao lado de outras religiões (MAGNANI, 1991, p. 29).

Destaca-se que nesse momento a sociedade brasileira não convivia pacificamente com outros campos religiosos. Qualquer prática religiosa que demonstrasse ou possuísse características semelhantes com os ritos africanos era perseguida. Esse era um dos motivos para que as revistas tratassem o tema da Umbanda de maneira tão sensacionalista e, conseqüentemente, estereotipada.

Para Prandi (1990), a Umbanda surge oriunda da macumba carioca, e surge a partir da entrada de adeptos do Kardecismo insatisfeitos com a impossibilidade da manifestação de caboclos e preto-velhos por considerá-los espíritos atrasados. Vê-se aí, novamente, o pensamento eurocêntrico em face das práticas umbandistas. O autor destaca a Umbanda como uma religião brasileira, surgida nas primeiras décadas do século

XX, um momento de desenvolvimento da urbanização e industrialização que propiciou e contribuiu para sua formação.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a situação das tendas e terreiros passou por uma mudança importante: a liberdade consentida a partir da lei de 1934 – ainda que toda tenda ou terreiro precisasse de um determinado Cadastro Policial na 4ª Delegacia Auxiliar para que suas práticas fossem realizadas.

No livro *Umbanda e sua história*, Diamantino Trindade (1991) afirma que a expansão da religiosidade umbandista se dá com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, em 1930. Uma lei de 1934 situava a prática da Umbanda, assim como também do Kardecismo, do Candomblé, da Maçonaria, entre outras religiões, dentro da seção especial de “Costumes e diversões do departamento de tóxicos e mistificações” do Rio de Janeiro. No contexto da atividade dessa seção, a Umbanda passou a ser tratada como problema ligado à bebida, às drogas, aos jogos e à prostituição.

A Umbanda teve grande repercussão em todo o Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Matérias tentando envolver esse fenômeno cultural apareciam em diversas revistas e jornais da época. As danças de Eros Volúcia, que eram noticiadas em jornais cariocas, lançavam notoriedade às práticas umbandistas. Grande parcela dessas matérias apresentava tal religiosidade com um olhar preconceituoso. Sempre que possível, usavam o termo Macumba em vez de Umbanda.

Ressalta-se o caderno suplemento de *A Noite Ilustrada* (1936), que destacou 26 páginas para apresentar a Umbanda aos seus leitores. Logo na primeira página aparecem termos como “mistério”, “sacrifício”, “rito”, “confusão” e “sacrilégio”. Ricamente ilustrado, apresenta desde os instrumentos musicais utilizados até o interior de um terreiro. Esse trabalho trata da prática religiosa como algo pitoresco e que não só mistura as práticas do catolicismo ao “fetichismo negro” como também absorve as do baixo espiritismo e da cartomancia.

Vagner Gonçalves da Silva (1994, p. 107) define os elementos que dão origem à Umbanda, observando as origens afro-brasileiras dessa religião que remontam, assim, ao culto às entidades africanas, aos caboclos (espíritos ameríndios), aos santos do catolicismo popular e, finalmente, a outras entidades que formam esse rico panteão. É nessa mistura, diga-se, hibridismo cultural, que serão encontradas as bases do que hoje se identifica

como Umbanda. As práticas que começaram nos primeiros anos da colonização tomaram corpo e se tornaram uma das primeiras representações de uma cultura estritamente brasileira.

No tempo das reportagens de João do Rio (1881-1921), os cultos de origem africana do Rio de Janeiro chamavam-se “candomblés”, coletivamente, como na Bahia, reconhecendo-se duas seções principais, os orixás e os alufás, ou seja, os cultos nagôs e os cultos muçulmanos (malês) trazidos pelos escravos. Mais tarde, o termo genérico passou a ser macumba, substituído, recentemente, por Umbanda (CARNEIRO, 2008).

Meio século após a publicação da obra *As religiões no Rio*, estão inteiramente perdidas as tradições malês, e os cultos, abertos a todas as influências, geralmente se dividem em terreiros (cultos nagôs) e tendas (cultos nagôs tocados pelo espiritismo).

Por se localizar na antiga capital da República, a Umbanda sofreu das mais variadas e poderosas influências, favoráveis e desfavoráveis. Perseguida e muitas vezes expulsa do Rio de Janeiro, não teve outro recurso a não ser colocar-se à sombra do catolicismo popular, do espiritismo e do ocultismo para escapar à destruição (CARNEIRO, 2008).

Considerações finais

Os estudos de gênero andam em evolução. Cada vez mais, estudar a mulher como agente da história ganha evidência. O *olhar de gênero* vai se ampliando. Gênero trata da construção da diferença sexual. Quando adotamos a perspectiva de gênero, estamos pensando nas maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é ser homem e ser mulher, e o que é considerado masculino e feminino com seus conceitos históricos.

As concepções de gênero são tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações, pois, em muitos casos, são usadas como referencial para a distribuição de poder nas sociedades. Eros Volússia, ao dançar, liberava o seu corpo para a experimentação estética em uma época ainda incipiente para a emancipação feminina.

Como objeto de investigação, o corpo é plural. Ao mesmo tempo material e imaterial. Sujeito a pesquisas que envolvem fisiologia e medicina, mas também fé, pensamento, sentimentos,

imagens e representações. O corpo é visto pelos historiadores como um documento vivo, repleto de significados sobrepostos por inúmeras temporalidades; sua história não para de ser recriada (DIWAN, 2013, p. 120).

A mediação cultural exercida pela dançarina foi relevante para unir os elos das religiões que existiam no Brasil dos tempos de outrora: religiões de origem europeia, ameríndia e africana. Religiões que apontam para o hibridismo cultural do povo brasileiro que, na década de 1930, tinha seu processo identitário em preliminar construção.

Eros Volúcia não é um enigma para interpretações. Na realidade, ela representa a intercambialidade de mundos – religioso, estético e mercantil – que ficou evidente em suas apresentações teatrais, principalmente durante a “Noite na macumba”. O corpo de Eros transformou-se em uma marca, a marca da expressividade da cultura brasileira de então. A sua apresentação confere identidade em um mundo social e transcendente.

No caso específico da dançarina, a intercambialidade dos mundos ocorre da seguinte forma: a dança é o início do circuito social que leva a umbanda para os teatros cariocas das décadas de 1930 e 1940, e o circuito de elos com o real ocorre a partir da dança. As apresentações de Eros eram concorridas, com um nexu mercantil evidente nesse círculo social. Os circuitos nos quais se movimenta e os elos que estabelece com os atores e fatos que não são estritamente religiosos participam da efusão de sentidos que ganham e da capacidade que Eros apresenta de se fazer presente e visível na vida social.

Sobre o corpo na história, diz Pietra Diwan (2013, p. 120):

Como objeto de investigação, o corpo é plural. Ao mesmo tempo material e imaterial. Sujeito a pesquisas que envolvem fisiologia e medicina, mas também fé, pensamento, sentimentos, imagens e representações. O corpo é visto pelos historiadores como um documento vivo, repleto de significados sobrepostos por inúmeras temporalidades; sua história não para de ser recriada.

Diwan (2013, p. 125) ainda acrescenta que:

A História, particularmente, é capaz de contribuir muito com esse debate: ao historicizar verdades científicas [...], ao humanizar o corpo (revelando os condicionamentos sociais a

que está sujeito), ao mapear as diferentes e por vezes contraditórias. Ambos transitavam em mundos distintos, com seus corpos e almas movidos pela singularidade de suas artes. Representações sobre o corpo e ao apontar, com exemplos do passado, as possíveis consequências sociais de determinadas visões ditas científicas e aparentemente neutras sobre o corpo.

Eros foi professora do Serviço Nacional de Teatro, onde criou o curso de coreografia. Este é considerado o primeiro dos cursos de dança nacionais a aceitar bailarinos negros. Depois de décadas de trabalho em nome da formação da identidade e da cultura brasileira, foi reconhecida em vida no ano de 2002 pela Universidade de Brasília (UnB), que criou o Centro de Documentação e Pesquisa Eros Volússia, vinculado ao seu Departamento de Artes Cênicas.

Na noite de 31 de dezembro de 2003, Eros sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer um dia depois, 1º de janeiro de 2004, em sua casa, no bairro do Leblon, aos 89 anos.

Referências

A BATALHA, 19 fev. 1939.

A NOITE ILUSTRADA, 27 out. 1936.

ATLANTIC Refining Club: o grande baile de terça-feira gorda. **O Imparcial**, São Paulo, 29 jan. 1939.

ATLANTIC Refining Club: surpreendente a ornamentação de “Noite na Macumba”. **Diário Carioca**, 3 fev. 1939.

BONFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORREIO DA MANHÃ, [s. d.].

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

DIWAN, Pietra. Corpo. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DUARTE, P. Negros no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 16 abr. 1947.

EROS Volúcia, hoje, no Municipal. **Diário da Noite**, p. 5, 3 jul. 1947.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

HAHNER, June Edith. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Umbanda**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MAUL, Carlos. A bailarina do Brasil. **Jornal ABC**, São Paulo, 9 jun. 1934.

MELGAÇO, Paulo. **Mercedes Baptista, a criação da identidade negra na dança**. Fundação Palmares, 2007.

MEYER, Sandra. Modernidade e nacionalismo nas danças solo: o bailado de Eros Volússia e a *performance* de Luiz de Abreu. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, Instituto de Estudos de Gênero, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277663015_ARQUIVO_TEXTOSandraMeyer.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

MONTEIRO, Zilah. Chronica: Eros Volússia – a dançarina brasileira. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1939.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 2001.

O BAILADO brasileiro através de uma demonstração de Eros Volússia. **O Imparcial**, São Paulo, 20 jul. 1939.

O BAILE do Atlantic Refinig Club. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1939.

OS BAILADOS brasileiros de Eros Volússia. **O Paiz**, 9 nov. 1935.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 2000.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: Candomblé e Umbanda no século XX. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 49-74, jan./jun. 1990.

ROHDE, Bruno. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 9, p. 77-96, mar. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda** – caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Ática, 1994.

TELES, E. **Racismo à brasileira, uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Ford, 2003.

THERBORN, G Göran. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. **Umbanda e sua história**. São Paulo: Ícone, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brásilicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: Laura de Mello e Souza (Org.). **História da vida privada no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 5, p. 221-274.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIANA, Renato. Eros Volúcia – o verbo que se fez carne. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 20 dez., 1933.

VIGARELLO, G. **História da beleza**: o corpo e as artes de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VOLÚSIA, Eros. **Eu e a dança**. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1983.

Gênero e ficção científica: uma análise do conto “That only a mother”, de Judith Merril, de 1948

Andreyana S. Seiffert

O historiador e geógrafo norte-americano David Lowenthal, em um texto publicado no Brasil com o título “Como conhecemos o passado”³⁶, afirma:

Toda ficção é parcialmente “fiel” ao passado; uma história verdadeiramente fictícia não pode ser imaginada, pois ninguém poderia entendê-la. A verdade na história não é a única verdade sobre o passado; cada história é verdadeira em infinitas maneiras, maneiras estas que são mais específicas na história e mais gerais na ficção (LOWENTHAL, 1998, p. 134).

Como mostra Lowenthal, o passado nos é dado a conhecer de diversas formas, e a ficção é uma delas. Talvez isso se mostre mais evidentemente em romances históricos, mas toda literatura carrega nuances sobre o tempo em que foi produzida, bem como ajuda a construir a realidade na qual se insere.

Considerando tal ponto de vista, no presente capítulo busco discutir as relações texto-contexto relacionadas ao conto de ficção científica “That only a mother”, da autora Judith Merril (1923-1997), que foi publicado pela primeira vez em 1948, na revista *Astounding Science Fiction*. Para tanto, dis-

36. Originalmente trata-se do capítulo 5 do livro *The past is a foreign country*, publicado por Lowenthal em 1985.

cuto, na primeira parte do capítulo, como o conto de Merrill se insere no que a autora Lisa Yaszek chama de “ativismo pacifista e políticas maternalistas” do período. Num segundo momento, procuro mostrar como a ameaça atômica estava presente na ficção, mesmo antes do bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki. Por fim, discuto a participação feminina na ficção científica, bem como alguns pontos levantados por Merrill em seu conto.

Cabe destacar que uso a categoria gênero conforme proposto pela historiadora norte-americana Joan Scott: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 2).

Bombas, guerras e pacifismo

“That only a mother” inicia-se com a descrição de uma manhã de Margareth. Algumas bugigangas tecnológicas são mencionadas como forma de situar o conto no futuro. Aos poucos, o leitor compreende que Margareth está grávida e que o mundo está novamente em guerra. Após essa pequena introdução, o conto segue por meio de cartas trocadas entre Margareth e seu marido, Hank. A partir delas, descobre-se que o ano é 1953. Margareth deu à luz uma menina e seu maior receio é de que ela tenha nascido com alguma mutação devido à radiação à qual Hank foi exposto na guerra. Um número alto de crianças foi afetado por conta das constantes bombas nucleares e aumentaram os infanticídios cometidos pelos pais dos bebês. Margareth só consegue ver sua filha alguns dias após o nascimento e conta que é verdade o que dizem sobre os novos bebês, “cujo rosto apenas uma mãe poderia amar” (trecho que dá o título ao conto). Ela não entende como a enfermeira pôde ficar em dúvida em relação ao sexo do bebê e o nomeia como Henrietta.

As cartas de Margareth a Hank continuam, e o leitor pode acompanhar o desenvolvimento de Henrietta, que é bastante notável. Ela começa a falar com apenas cinco meses de idade. Aos dez meses, seu corpo é de neném, mas a idade mental dela é de quatro anos. Hank consegue uma licença e finalmente vai conhecer a filha – faz dezoito meses que ele não vê a esposa. Quando vai trocá-la, ele descobre que Henrietta não tem braços nem pernas. Margareth parece estar em negação e não percebe que a filha é mutante. O final do conto dá a entender que Hank mata Henrietta.

“That only a mother” é narrado em terceira pessoa, e em primeira pessoa nas cartas de Margareth a Hank (e dois telegramas de Hank para Margareth). É um conto de ficção científica que utiliza elementos de suspense em sua construção. Conforme a história vai se desenrolando, o leitor vai tendo pequenas pistas do panorama geral – e este não é nada belo.

Algumas histórias futuristas de ficção científica da década de 1940 apresentavam o amanhã como grandioso, geralmente com novas tecnologias facilitando a vida da humanidade. Nesses “futuros imaginários”³⁷, os problemas que surgiam eram facilmente resolvidos e logo a paz era restaurada. O conto de Merrill se distingue por estar inteiramente permeado com um ar sombrio. A situação em que a humanidade se encontra não é simples nem tem uma solução rápida e/ou fácil.

Um dos pontos mais marcantes de “That only a mother” é a questão do uso de armas nucleares. A história foi escrita após o bombardeio das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki por tropas americanas, em 1945. A destruição causada nas cidades japonesas servia de modelo para imaginar o horror que um conflito assim causaria:

Ela olhou através do papel com interesse indiferente. Hoje, pelo menos, não havia necessidade de ler as notícias nacionais. Havia um artigo de um geneticista. O mesmo geneticista. Mutações, disse ele, estavam aumentando de forma desproporcional. Era muito cedo para recessivos; mesmo os primeiros mutantes, nascidos perto de Hiroshima e Nagasaki em 1946 e 1947 não tinham ainda idade suficiente para se reproduzir. Mas meu bebê está bem. Aparentemente, havia algum grau de radiação livre de explosões atômicas causando o problema. Meu bebê está bem. Precoce, mas normal. Se mais atenção tivesse sido dada às primeiras mutações japonesas, ele disse... (MERRIL, 1975, p. 13-14, tradução nossa)³⁸.

37. Expressão emprestada do título de um livro de Richard Barbrook.

38. Original: “She glanced through the paper with indifferent interest. Today at least there was no need to read the national news. There was an article by a geneticist. The same geneticist. Mutations, he said, were increasing disproportionately. It was too soon for recessives; even the first mutants, born near Hiroshima and Nagasaki in 1946 and 1947 were not old enough yet to breed. But my baby’s all right. Apparently, there was some degree of free radiation from atomic explosions causing the trouble. My baby’s fine. Precocious, but normal. If more attention had been paid to the first Japanese mutations, he said...”

Em uma biografia escrita em parte pela autora e em parte por sua neta, lançada em 2002, conta-se que a inspiração para a história veio de um artigo de jornal anunciando que a ocupação das forças armadas americanas no Japão havia declarado que os rumores de infanticídios de crianças nascidas com alguma mutação nas áreas próximas de Hiroshima e Nagasaki eram um boato infundado (MERRIL, 2002, p. 155).

A escolha por uma passagem pequena de tempo (o conto está situado apenas cinco anos no futuro, enquanto há muitas histórias de ficção científica que se situam milhares de anos à frente) pode ser pela impressão à época de que uma nova guerra, dessa vez com dimensões atômicas, era sim um risco iminente.

Nos anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial, os americanos passaram a conviver com o medo diário de uma guerra atômica. A técnica *duck and cover*, que basicamente consiste em se abaixar com a cabeça bem próxima ao chão e protegida pelas mãos, era ensinada nas escolas como forma de se proteger de um possível bombardeio nuclear. Um desenho produzido em 1951 com uma tartaruga chamada Bert ensinando o *duck and cover* foi amplamente exibido no país.

Abrigos nucleares construídos nos porões das casas também começaram a proliferar a partir da década de 1950. Em 1961, no governo de John F. Kennedy, um programa federal chegou a ser criado para que todos os cidadãos tivessem acesso a um abrigo nuclear em caso de bombardeamento do país.

Não é de se estranhar, portanto, que a ameaça atômica estivesse presente na literatura produzida no período. “That only a mother” capta esse sentimento de aflição à época e o transforma em uma espécie de prognóstico sombrio da humanidade. Vale destacar que a tecnologia nuclear ainda era recente, e havia muita especulação à época também, mas Hiroshima e Nagasaki já davam alguns exemplos aterrorizantes do poder de destruição das bombas e dos efeitos da radiação para os sobreviventes. Nesse sentido, o conto de Judith Merrill é um ato político: ao ampliar as consequências do uso de bombas nucleares, a autora debate não apenas seu uso como também a própria guerra em si.

Merril era pacifista e seus textos se inserem, segundo a professora de estudos de ficção científica do Instituto de Tecnologia da Geórgia, Lisa Yaszek, no ativismo pacifista e nas políticas maternalistas de meados do século XX:

As histórias de guerra nucleares de Merrill tanto antecipam quanto estendem a lógica maternalista do ativismo pacifista de meados do século ao imaginativamente descrever o que poderia acontecer se as mulheres falhassem em seu dever cívico como objetoras de consciência da era nuclear (YASZEK, 2004, p. 80, tradução nossa)³⁹.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a volta dos soldados para suas casas, as mulheres da classe média⁴⁰ americana, que haviam ocupado postos de trabalho, foram instigadas a deixarem seus serviços e retornarem ao lar. Sua nova missão, de acordo com a retórica oficial, era estarem preparadas para cuidar da família em caso de uma emergência nuclear. Do outro lado da equação, movimentos pacifistas femininos também usavam esse discurso da “mãe protetora” para conseguir mais recrutas para a causa. Combinada com a questão materna, essas ativistas também buscavam trazer conhecimento científico como forma de legitimar seus discursos e atos. A ideia era de que, se os americanos se informassem sobre as tecnologias nucleares, concluiriam que o único meio de se preparar para uma guerra atômica era garantir que ela nunca ocorresse (YASZEK, 2004, p. 72). Yaszek argumenta que os textos de Judith Merrill – incluindo “That only a mother” – utilizam-se dessa lógica do pacifismo materno e que, ao construir cenários catastróficos, Merrill sugeriria que as mulheres poderiam evitar tais tragédias se se unissem aos movimentos antiguerra.

A ameaça atômica na ficção

Bombas nucleares, radiação, destruição e mutações não eram temas novos na ficção científica à época em que Merrill publicou o conto “That only a mother”. Na verdade, desde o início da década de 1940, textos com essas temáticas eram vistos com frequência nas páginas das revistas de ficção científica da época. Embora o poder de destruição das bombas nucleares só

39. “Merrill’s nuclear war stories both anticipate and extend the maternalist logic of midcentury peace activism by imaginatively depicting what might happen if women failed in their civic duty as conscientious protestors of the nuclear age”.

40. Embora por vezes se generalize, vale lembrar que esse foi um movimento de classe média. As mulheres pobres, em sua maioria, sempre trabalharam fora de casa.

fosse presenciado em 1945, já se especulava sobre ele e suas possíveis consequências para a humanidade. A inovação de Merril foi justamente trazer o ponto de vista (ainda que parcial) de uma mãe para a ficção científica.

“That only a mother” foi publicado pela primeira vez na *Astounding Science Fiction*. A revista havia sido fundada em 1930 sob o nome de *Astounding Stories*⁴¹. Em 1937, John W. Campbell Jr. passou a ser o editor do periódico, cargo que ocupou até a sua morte, em 1971. Campbell teve uma importância enorme para a ficção científica, e muitos consideram os anos entre 1938 e 1946 como a “era de ouro” do gênero, justamente pela influência do editor. No período, a revista publicou histórias de autores que se tornariam consagrados.

Campbell se interessava pela questão nuclear e geralmente sugeria para os autores escreverem sobre ela. Em 1941, ele publicou no periódico uma história escrita por Robert A. Heinlein intitulada “Solution unsatisfactory”, que descrevia os esforços dos Estados Unidos para construir uma arma nuclear que pusesse fim à Segunda Guerra Mundial.

Em 1944, a *Astounding Science Fiction* publicou “Deadline”, do escritor Cleve Cartmill. Campbell havia reunido informações sobre a questão atômica e dado a Cartmill para ajudá-lo a desenvolver sua ideia de história sobre uma superbomba de Urânio-235. Alguns dias após a publicação da revista, iniciou-se uma investigação sobre Cartmill, Campbell e alguns conhecidos deles, como os escritores Heinlein e Asimov, que também contribuíam para a *Astounding* e que naquele momento estavam nas forças armadas. A investigação foi conduzida pela Counter Intelligence Corps, uma agência de inteligência da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. O objetivo era descobrir se alguém havia vazado informações secretas para Cartmill e/ou Campbell e concluiu-se que não. Os agentes requisitaram a Campbell que ele não publicasse mais histórias de tecnologia nuclear até o final da guerra, em conformidade com o *Code of Wartime Practices* (código de práticas para a guerra, em tradução livre), que já circulava desde 1942 (SILVERBERG, 2003a, 2003b).

Outro caso de antecipação da bomba atômica ocorreu com o escritor Philip Wylie. Ele vendeu “The paradise crater”, uma história sobre a tentativa dos nazistas de controlar o mundo com poder atômico, para a revista

41. Em 1960, a revista mudou novamente de nome, passando a se chamar *Analog Science Fiction and Fact*. Ela continua em circulação até hoje, sendo a revista de ficção científica com maior tempo de circulação.

Blue Book em 1944. O periódico, no entanto, cancelou a publicação alegando que o Departamento de Guerra a desaprovava. Wylie foi posto em prisão domiciliar por conta do episódio (BRIANS, 1987). *Blue Book* publicou “The paradise crater” em outubro de 1945, quando a guerra já havia acabado.

Os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki geraram sentimentos ambíguos no reino da ficção científica. Ao mesmo tempo que havia um receio bastante grande com o futuro da humanidade, havia também certo prestígio por ter previsto o perigo. A ficção científica, antes restrita às revistas *pulp*, chegou também a revistas mais conceituadas, como *Collier's* e *Saturday Evening Post* (BERGER, 1976).

A partir de 1945, o número de histórias acerca do perigo atômico só aumentou. Paul Brians, professor da Washington University e autor do livro *Nuclear Holocausts: atomic war in fiction*, calcula que são mais de duas mil as histórias acerca do tema (BRIANS, 1987).

Se durante a Guerra os detalhes das bombas eram segredo, após Hiroshima e Nagasaki o uso dessa informação já não resultava em perseguição como ocorrera antes. Em um trecho do conto de Merrill, a mãe de Margareth escreve para a filha quando descobre que ela está grávida:

Querida. Por que você não me escreveu e me contou antes? Estou muito feliz, é claro, mas, bem, ninguém gosta de mencionar essas coisas, mas você tem certeza que o médico estava certo? Hank tem estado ao redor de todo aquele urânio e tório ou o que quer que seja todos estes anos, e eu sei que você diz que ele é um designer, não um técnico, e ele não chega perto de qualquer coisa que possa ser perigosa, mas você sabe que ele costumava, em Oak Ridge. Você não acha que... bem, é claro, eu só estou sendo uma velha tola, e eu não quero que você fique chateada. Você sabe muito mais sobre isso do que eu, e tenho certeza que o seu médico estava certo. Ele deve saber... (MERRIL, 1975, p. 6-7, tradução nossa)⁴².

42. “Darling. Why didn’t you write and tell me sooner? I’m thrilled, of course, but, well, one hates to mention these things, but are you certain the doctor was right? Hank’s been around all that uranium and thorium or whatever it is all these years, and I know you say he’s a designer, not a technician, and he doesn’t get near anything that might be dangerous, but you know he used to, back at Oak Ridge. Don’t you think... well, of course, I’m just being a foolish old woman, and I don’t want you to get upset. You know much more about it than I do, and I’m sure your doctor was right. He should know...”

A mãe de Margareth inclusive menciona Oak Ridge, cidade do estado de Tennessee, nos Estados Unidos, que foi sede do desenvolvimento da bomba atômica. Ela também cita os elementos Urânio e Tório e “o que quer que seja” a que o marido de Margareth tenha sido exposto todos esses anos.

Poucos meses após a publicação de “That only a mother”, John Campbell, respondendo uma carta de um leitor que dizia já ter lido muitas histórias sobre ameaça atômica e que queria um pouco de escapismo, afirmou que alertou aos autores que não queria mais histórias de destruição atômica justamente pelos motivos indicados pelo leitor (CARTER, 1977, p. 251). Isso, no entanto, não impediu que histórias do tipo continuassem sendo escritas, publicadas e lidas em outros meios. O perigo atômico era um medo tão forte e presente à época que ele extrapolou as páginas das revistas de ficção científica e atingiu outras formas de ficção, da literatura ao cinema. Para os fãs de ficção científica, que já vinham lendo há tempos sobre o tema, ele tornou-se repetitivo e enfadonho.

Segundo Paul Brians, demorou para que outros escritores que não de ficção científica passassem a abordar o perigo atômico em seus contos e romances. Para ele, isso se deve a dois fatores principais: o primeiro é que a “guetização” da ficção científica nos Estados Unidos tendia a impedir que autores *mainstream* escrevessem histórias ambientadas no futuro; o segundo é que a maior parte dos americanos temia o comunismo mais do que a bomba e não estava propensa a criticar a manutenção de um equilíbrio nuclear do terror que parecia estar a favor do Ocidente (BRIANS, 1987).

Após a Segunda Guerra Mundial, as revistas *pulp* vão entrar em declínio e os *paper books* vão ocupar um papel importante na difusão literária. O perigo atômico passou a aparecer em romances sobretudo no final da década de 1950 e na década de 1960, embora houvesse alguns outros lançamentos pontuais antes disso, como *1984* de George Orwell.

Mulheres e ficção científica

“That only a mother” é a primeira história de ficção científica de Judith Merril, pseudônimo de Judith Josephine Grossman. De família judia, Judith nasceu em Boston, em 1923. Ainda jovem, fez parte dos movimentos sionista e trotskysta. Casou-se com seu primeiro marido em 1940

e teve sua primeira filha, Merrill (da qual vem seu nome artístico) em 1942. Com o marido lutando na Segunda Guerra Mundial, Judith mudou-se para Nova Iorque, onde passou a se interessar por ficção científica. Ela foi apresentada a um grupo de fãs e escritores conhecidos como *The Futurians*, do qual passou a fazer parte. Judith começou a escrever como *ghost-writer* (“escritora fantasma”) e também se aventurou em histórias policiais. No livro de memórias de Merrill, é revelado que o conto “That only a mother” foi escrito em um fôlego só. Judith precisava ficar em casa cuidando da filha, que estava com sarampo, e escreveu a história em cerca de oito horas. “That only a mother” foi enviado para várias *slicks*, mas, depois de seis meses de tentativas frustradas, foi comprada por John Campbell para a *Astounding Science Fiction*, a revista de ficção científica mais prestigiada de então, e publicada na edição de junho de 1948 (MERRIL, 2002, p. 236).

“That only a mother” é uma das primeiras histórias de ficção científica a ser contada – pelo menos em parte, por meio das cartas – do ponto de vista de uma mulher. Embora a presença feminina fosse menor que a masculina na ficção científica, ela sempre existiu. Vale lembrar que *Frankstein*, uma das obras fundantes do gênero, foi escrita por uma mulher – Mary W. Shelley. O historiador Eric Leif Davin estima que em 1948, ano em que o conto “That only a mother” foi publicado pela primeira vez, cerca de dez a quinze por cento de escritores de ficção científica eram mulheres (DAVIN, 2006, p. 69). Para Davin, o reino da ficção científica sempre foi acolhedor com os *outsiders*: negros, judeus e mulheres. Helen Merrick, no capítulo “Gender in science fiction” da obra *The Cambridge companion to science fiction*, mostra que, assim como na sociedade americana em geral, na ficção científica ainda imperava uma cultura machista:

[...] em nome de manter a ficção científica pura de “interesses amorosos pueris”, táticas de exclusão foram seguidas por fãs, autores e editores do sexo masculino para situar “fora” do domínio masculino da ciência e ficção científica personagens mulheres. A maioria argumentou que sexo não tinha lugar no tropo lógico, científico e cerebral da ficção científica e, *ipso facto*, que não havia lugar para “mulher” (MERRICK, 2003, p. 243, tradução nossa)⁴³.

43. “[...] in the name of keeping sf pure of ‘puerile love interests’, exclusionary tactics were pursued by male fans, authors and editors to situate women characters ‘outside’ the mas-

Como abordado por Merrick, a exclusão das mulheres e do mundo feminino se dava de várias formas na ficção científica, inclusive nos estereótipos de gênero que reforçavam a ideia errônea de que a ciência (e a ficção científica) eram lugares masculinos.

A importância da presença de Merril na ficção científica é expressa principalmente de dois modos. O primeiro é sua representatividade: uma mulher assinando contos em revistas especializadas e publicando livros de ficção científica contribui para quebrar a imagem de que esse é um campo masculino. O segundo é Merril trazer para a ficção científica debates pouco explorados antes, como gravidez e maternidade.

Embora não fosse novidade levantar esses temas, a forma como isso era feito (e continua sendo, muitas vezes) era bastante problemática. Um tema bastante comum na ficção científica é a gravidez (geralmente indesejada) de um alienígena. Anita Sarkeesian chama esse tropo de “gravidez mística” (SARKEESIAN, 2011). Ela lembra que esse tropo remonta à bíblica Virgem Maria e sua gravidez imaculada por meio do Espírito Santo. Outros temas recorrentes, quando se trata de gravidez e maternidade na ficção científica, são infertilidade em grande escala, novas tecnologias reprodutivas, outros modelos de reprodução. A gravidez de um mutante pode até não ser, portanto, um tema extremamente original, mas é dada ao leitor, em “That only a mother”, a possibilidade de acompanhar as angústias da futura mãe. Enquanto em muitas histórias a mulher é representada como mero receptáculo para o embrião, no conto de Merril a autora explora as emoções desse processo. A primeira parte do conto é permeada pela angústia compartilhada com Margareth de não saber o que vai acontecer: “Pare com isso, Maggie, pare com isso! O radiologista disse que o trabalho de Hank não poderia tê-lo exposto. E sobre a área bombardeada que nós passamos de carro... Não, não. Pare com isso agora!” (MERRIL, 1975, p. 7, tradução nossa)⁴⁴. Além de tudo, ela precisa passar sozinha por todo o processo de gravidez, parto e cuidados com a recém-nascida, já que o marido está na guerra:

culine domain of science and sf. The majority argued that sex had no place in the logical, scientific, ‘cerebral’ topos of sf, and, *ipso facto*, that there was no place for ‘woman’.”

44. “Stop it, Maggie, stop it! The radiologist said that Hank’s job couldn’t have exposed him. And the bombed area we drove past... No, no. Stop it, now!”

Estou em casa novamente, e mais ocupada do que um bétatron. Eles misturaram tudo no hospital, e eu tive que ensinar a mim mesma a dar banho nela e fazer todo o resto. Ela está ficando mais bonita também. Quando você pode obter uma licença, uma licença de verdade? (MERRIL, 1975, p. 11, tradução nossa)⁴⁵.

Essa era uma realidade para muitas mulheres, inclusive Judith. Quando o primeiro marido da autora foi convocado para a Segunda Guerra Mundial, a filha deles tinha apenas quatro meses de idade. Couberam a ela os cuidados com a criança.

Outro tema pouco debatido na ficção científica e levantado por Merrill é o capacitismo. Quais crianças podem viver e quais devem morrer? Tanto na realidade como na ficção, pessoas com deficiência são invisibilizadas. Matar as crianças que nascem com alguma mutação, então, surge como uma “resposta fácil” ao problema de se lidar com a diferença. Margareth nega a deficiência da filha, talvez, por já prever o fim de Henrietta, pois era o que os homens vinham fazendo com os bebês afetados pelas bombas nucleares:

Há muitos jornais por aqui. Mais infanticídios a todo o tempo, e eles parecem não conseguir obter um júri para condenar qualquer um deles. São os pais que fazem isso. Sorte que você não está por perto, no caso – Oh querido, não foi uma piada muito engraçada, não é? Escreva sempre que puder, sim? Eu tenho muito tempo para pensar. Mas não há realmente nada de errado, e nada para se preocupar (MERRIL, 1975, p. 9, tradução nossa)⁴⁶.

Conforme Margareth explica a Hank em uma carta, não se consegue um júri para julgar os autores dos infanticídios e condená-los – os homens estão na guerra e às mulheres não era permitida a presença no júri.

45. “I’m home again, and busier than a betatron. They got everything mixed up at the hospital, and I had to teach myself how to bathe her and do just about everything else. She’s getting prettier, too. When can you get a leave, a real leave?”

46. There are too many newspapers around here. More infanticides all the time, and they can’t seem to get a jury to convict any of them. It’s the fathers who do it. Lucky think you’re not around, in case – Oh darling, that wasn’t a very funny joke, was it? Write as often as you can, will you? I have too much time to think. But there really isn’t anything wrong, and nothing to worry about.

De fato, nos Estados Unidos, embora as mulheres tenham conquistado o direito ao voto, com a Décima Nona Emenda, de 1920, a elas ainda era negada a participação nos júris. Em 1927, apenas dezenove estados norte-americanos convocavam mulheres para seus júris (MCDONALD, 2011). Mesmo em estados onde teoricamente as mulheres poderiam ser do júri, elas não eram chamadas. As justificativas para a exclusão eram as mais variadas, desde a ideia de que a obrigação delas era cuidar da família e dos filhos até o entendimento de que elas não deveriam ouvir os detalhes dos crimes. Essa situação só iria ser alterada nas décadas de 1960 e 1970.

Ao afirmar que não se consegue um júri para condenar os infanticídios, Merrill pode estar tanto discutindo essa (falta de) participação das mulheres nos júris quanto apontando para um acobertamento masculino da questão: os homens que permaneceram no país não quiseram condenar seus “irmãos”. No feminismo, essa proteção dada aos homens pelos homens é conhecida como *brotherhood* (algo como “broderagem”).

A radiação produziu não apenas deficiências físicas, mas uma nova ordem social, conforme aponta Lisa Yaszek:

[...] a radiação atômica produz crianças mutantes fisicamente. Também produz uma nova ordem social mutante onde os médicos tacitamente incentivam o infanticídio com a retórica da previsão e prevenção, advogados e júris redefinem assassinato para excluir a morte de certos indivíduos, e a imprensa relata tudo como custos necessários à guerra. Finalmente, esta nova ordem social gera um novo código moral em que os homens são implicitamente encorajados a matar os seus filhos deformados para proteger o funcionamento da máquina de guerra responsável por essas deformidades em primeiro lugar (YASZEK, 2004, p. 82, tradução nossa)⁴⁷.

Ao levantar tais questões, a autora novamente traz a discussão de gênero para o debate: são os homens que fizeram a guerra, as bombas que

47. “[...] atomic radiation produces physically mutated children. It also produces a mutated new social order where doctors tacitly encourage infanticide with the rhetoric of prediction and prevention, lawyers and juries redefine murder to exclude the death of certain individuals, and the press reports it all as the necessary cost of war. Finally, this new social order spawns a new moral code in which men are implicitly encouraged to kill their deformed children to protect the workings of the war machine responsible for those deformities in the first place.”

estão causando as mutações e são eles os autores dos infanticídios. Esses assassinatos não são punidos, e são as mulheres (e crianças) que sofrem com as consequências da guerra atômica.

Considerações finais

Como visto anteriormente, as bombas nucleares já estavam presentes na ficção antes mesmo do bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, em 1945. Após o episódio, os textos passaram a discutir os perigos da radiação e a possibilidade de aniquilação total. A ficção científica, antes vista como literatura de adolescentes, adquiriu um novo *status*, de profetizadora.

Mais do que prever o amanhã, no entanto, a literatura dialoga com o seu tempo. Os medos, angústias e temores são traduzidos em textos em que um futuro sombrio é uma forma de alerta para o presente, uma tentativa não de adivinhar o destino, mas de mudá-lo. É assim com o conto de Judith Merrill, “That only a mother”, que busca discutir a radiação e suas consequências para a vida familiar e social.

Numa enquête realizada na *Astounding Science Fiction*, o conto “That only a mother” foi eleito a segunda melhor história da edição em que apareceu pela primeira vez, em 1948. Foi republicado dezenas de vezes em diversas coletâneas e, em 1970, integrou a obra *The science fiction hall of fame, volume one, 1929-1964*, uma coletânea com as melhores histórias de ficção científica desses anos segundo a *Science Fiction Writers of America* (SFWA). “That only a mother” também foi traduzido para o alemão, italiano, francês e neerlandês, mas, infelizmente, nunca para o português.

Nas décadas seguintes à publicação de “That only a mother” na *Astounding Science Fiction*, mais mulheres passaram a ler, escrever e editar ficção científica. Escritoras como Judith Merrill foram, segundo Lisa Yaszek, pioneiras para o movimento de ficção científica feminista que viria na sequência, influenciado também pela chamada segunda onda do movimento feminista. De acordo com Yaszek: “Simplificando, as mulheres voltaram-se para a ficção científica nas décadas de 1940, 1950 e 1960 porque ela fornecia audiências crescentes para a ficção que eram tanto engajadas socialmente quanto inovadoras esteticamente” (YASZEK, 2008, p. 22, tradução

nossa)⁴⁸. Embora o texto de Merrill não integre a literatura feminista, ele é importante por levantar novas questões para a ficção científica, como o tema da maternidade. E o fez do ponto de vista de uma mulher-mãe, o que, além de enriquecer o debate, contribuiu para deixar o reino da ficção científica um pouco menos desigual.

Referências

BERGER, Albert L. The triumph of prophecy: science fiction and nuclear power in the post-Hiroshima period. **Science Fiction Studies**, v. 3, n. 9, jul. 1976. Disponível em: <<http://www.depauw.edu/sfs/backissues/9/berger9art.htm>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRIANS, Paul. **Nuclear Holocausts: atomic war in fiction**, 1895-1984. Ohio: Kent State University, 1987. Disponível em: <<http://public.wsu.edu/~brians/nuclear/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CARTER, Paul A. **The creation of tomorrow: fifty years of magazine science fiction**. New York: Columbia University Press, 1977.

DAVIN, Eric Leif. **Partners in wonder: women and the birth of science fiction, 1926-1965**. Lanham: Lexington Books, 2006.

LACEY, Lauren. The truth about women in SF? **Science Fiction Studies**, n. 102, v. 34, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.depauw.edu/sfs/birs/bir102b.htm>>. Acesso em: 27 out. 2017.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>>. Acesso em: 27 out. 2017.

48. "Simply put, women turned to SF in the 1940s, 1950s, and 1960s because it provided them with growing audiences for fiction that was both socially engaged and aesthetically innovative."

MCDONALD, Laughlin. A jury of one's peers. **Aclu**, 18 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.aclu.org/blog/speakeasy/jury-ones-peers>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MERRICK, Helen. Gender in science fiction. In: JAMES, Edward; MENDLESOHN, Farah (Org.). **The Cambridge companion to science fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 241-252.

MERRIL, Judith. **Better to have loved**: the life of Judiht Merrill. Toronto: Between the Lines, 2002.

MERRIL, Judith. That only a mother. In: SARGENT, Pamela (Org.). **Women of wonder**. New York: Random House, 1975.

POHL, Frederik. **The way the future was: a memoir**. New York: Ballantine, 1978.

SARKEESIAN, Anita. Tropes vs. women: #5 The mystical pregnancy. **Feminist Frequency**, 28 jul. 2011. Disponível em: <<http://feministfrequency.com/2011/07/28/tropes-vs-women-5-the-mystical-pregnancy/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para uma análise histórica. Tradução de Maria Betânia Ávila e Christine Rufino Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVERBERG, Robert. Reflections: the cleve cartmill affair: one. **Asimov's Science Fiction Magazine**, p. 4-7, sept. 2003a.

SILVERBERG, Robert. Reflections: the cleve cartmill affair: two. **Asimov's Science Fiction Magazine**, p. 4-9, oct. 2003b.

YASZEK, Lisa. **Galactic suburbia**: recovering women's science fiction. Ohio: The Ohio State University Press, 2008.

YASZEK, Lisa. Stories “That Only a Mother” could write: midcentury peace activism, maternalist politics, and Judith Merrill’s early fiction. **NWSA Journal**, v. 16, n. 2, p. 70-97, summer 2004. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/nwsa_journal/v016/16.2yaszek.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

*A mulher e a guerra: os boletins da Legião
Brasileira de Assistência e a participação
feminina na retaguarda durante a Segunda
Guerra Mundial*

Bruno Sanches Mariante da Silva

Nós nos consideramos o vosso exército de retaguarda e queremos que quando voltardes possais dizer: cumpristes bem vossa missão como nós cumprimos a nossa.

Alzira Vargas (1945)

As representações do masculino e do feminino são historicamente construídas na longa duração. Marte, o deus romano da guerra, é um homem armado com lança e escudo, enquanto Vênus, deusa do amor e da beleza, uma jovem mulher. Isso demarca, claramente, duas diferentes representações de masculino e feminino. As guerras e suas batalhas, lugares máximos da agressividade humana, foram por séculos eventos majoritariamente masculinos – é bastante recente a efetiva incorporação feminina na estrutura militar (QUEIROZ, 2015).

A guerra é, portanto, tomada como um ato viril e masculino. Ela ocupa, assim como a política, o espaço público, terreno considerado masculino por excelência. O privado sempre foi tido como o espaço de domínio feminino, em um sentido de complementaridade entre homens e mulhe-

res⁴⁹. Como ressalta Perrot (2005, p. 459): “[...] aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”. Todavia, essas premissas fortalecidas ao longo dos séculos têm sido postas em xeque. Courtine (2013) analisa como esmaeceu-se a exuberância e a virilidade das guerras ao longo, especialmente, do século XX, e como têm estado em voga as perspectivas sobre a participação feminina em guerras e conflitos bélicos⁵⁰ – na retaguarda ou não –, cujo grande exponencial historiográfico tem sido a historiadora francesa Françoise Thébaud. São desta as interrogações com as quais nos coadunamos:

Que fazem as mulheres dos países beligerantes na Guerra? Que foi feito delas? Não afetará a Guerra, diferentemente a um e a outro sexo? Seria a guerra apenas luto e sofrimento? Não será ela também, pela ruptura da ordem familiar, social, uma possibilidade de abertura de novas atividades, vivências e experiências para as mulheres? (THÉBAUD, 1991, p. 32).

Isso posto, nosso intento é apresentar algumas considerações sobre a participação feminina brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, naquilo que se chamou de retaguarda ou “*front* interno” ou ainda “esforço nacional de guerra” – isto é, o trabalho no país enquanto os combatentes nacionais encontravam-se em batalhas na Europa. Para tanto, analisamos dezessete edições do *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* do ano de 1945. Trata-se de uma publicação, sob a direção de Lobivar Matos, inicialmente mensal, passando em seguida a ser quinzenal, e cuja primaz função seria reportar os acontecimentos da guerra e da retaguarda aos expedicionários brasileiros na Itália. Por isso, trazia o subtítulo “Especial para os Expedicionários”.

O Brasil não se envolvia militarmente em um conflito desde a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, e mantinha-se neutro desde o início do conflito na Europa. O Governo de Getúlio Vargas mantinha

49. A ideia de complementaridade dos sexos foi imperativa desde finais do século XIX e primeira metade do XX. Trata-se das representações do “chefe da casa” e a “rainha do lar”; o homem e a mulher lado a lado, não apesar, mas por causa das suas “diferenças naturais” (PERROT, 2005; PINSKY, 2014; ROCHA-COUTINHO, 1994).

50. Recentemente a *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2015) publicou dossiê especial sobre “Mulheres em conflitos”, contemplando, assim, desde as lutas pela independência até os conflitos urbanos contemporâneos.

“[...] uma orientação pragmática, isto é, tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências” (FAUSTO, 2003, p. 379). No entanto, o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha em dezembro de 1941. A decisão para entrar oficialmente na guerra ao lado dos Aliados veio após o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos germânicos, que vitimou 1.040 pessoas em 38 afundamentos. O Brasil entrou oficialmente na guerra em agosto de 1942 e enviou, a partir de junho de 1944, mais de vinte mil combatentes para o confronto com as tropas nazistas na Itália.

Ao alinhamento brasileiro às forças beligerantes dos países aliados, seguiu-se a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Essa instituição, criada e presidida pela primeira-dama, Darcy Sarmanho Vargas⁵¹, teria como objetivo maior o amparo às famílias dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que, com o chamamento para a guerra, perderiam temporariamente – em alguns casos, definitivamente – o chefe daquela família. Ficou estabelecida pelo governo brasileiro uma contribuição compulsória de empregados e empregadores (1% e 2%, respectivamente, dos salários recebidos e da folha de pagamento) para o financiamento das atividades da LBA em todo o Brasil.

A fim de promover a difusão da LBA pelo país, uma das primeiras ações de Darcy Vargas foi a convocação das primeiras-damas de todo o país para engrossarem o corpo da instituição e promoverem suas ações. Em telegrama, Darcy Vargas diz:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada [a] cumprir missão na proteção [das] famílias [dos] bravos soldados e execução [de] todos os deveres civis [que] forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil [a] LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender [a] todo País benefício [d]esta organização sugerimos [que] assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto [com a] Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda cordialmente – a) DARCY VARGAS (apud SIMILI, 2008, p. 140).

51. Por diversas vezes em jornais e publicações, o nome da primeira-dama aparece grafado como Darcy, mas, de acordo com Simili (2008), em documentos de próprio punho, ela assinava Darcy. Manteremos essa grafia.

É interessante notarmos que Darcy pontua uma “missão” para as mulheres brasileiras: cuidar das famílias e protegê-las. Segundo Simili, o surgimento da LBA foi marcado por uma parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil, e partia do pressuposto de que “pobre é coisa de mulher, que tem coração, e não de governo, que tem razão” (SPOSATI; FALCÃO, 1989, p. 6, apud SIMILI, 2008, p. 137). Com isso, podemos perceber mais uma vez a ideia de complementaridade entre público e privado, masculino e feminino. Nesse sentido, Ana Paula Vosne Martins (2011, p. 16) afirma que:

A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas do país para compor uma legião de combatentes femininas que, mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa, deveriam atuar no Brasil como verdadeiros soldados naquilo que eram capazes de fazer: cuidar dos mais necessitados, principalmente das famílias dos pracinhas.

A premissa de que os cuidados com o carente, o doente, o pobre con- dizem às mulheres está presente em outros momentos e instituições que objetivaram, de alguma forma, mitigar o sofrimento alheio. Sua origem está atrelada à ideia de a maternidade ser parte fundadora da “essência feminina”. A associação entre benemerência e a ideia de feminino é um rico debate, do qual não nos furtaremos.

Conforme já salientado, tradicionalmente pensou-se o lugar da mulher como pertencente à esfera do privado, cujo objetivo maior é o cuidado com a família (PERROT, 2005). Tal construção liga-se à ideia de “natureza feminina”, isto é, as mulheres possuiriam uma essência ligada à afetividade e à maternidade.

A fim de assegurar sua permanência no espaço fechado do lar, comecem, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais, que isso, atribuiu ao sentimento materno um “caráter inato” e, portanto, compartilhado por todas as mulheres. É assim que características biológicas – a maternidade inscrita no corpo feminino – passam a assumir um significado social (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 36).

As mulheres e seus corpos foram historicamente ligados à reprodução humana⁵², em um processo de naturalização da disposição biológica da mulher para a reprodução (VIEIRA, 2002), e, assim, o papel de mãe foi entendido como vocação natural da mulher, ao qual estivera fortemente assujeitada. Essa forma confinada das mulheres ao lar alijou-as, em primeiro momento, do mundo público, mas a “ideologia da domesticidade [...] aceitou com a possibilidade de participação no mundo justamente através de um lugar que sempre as ancorou fora da vida pública e da política: o lugar dos cuidados” (MARTINS, 2011, p. 22). Por meio da caridade religiosa ou da filantropia secular, destaca Martins (2011), as mulheres passaram a se dedicar a esse trabalho benemérito, sancionado e validado socialmente.

A inserção, efetiva e largamente mais aceita, das mulheres no mercado de trabalho remunerado se deu, mormente, por meio de profissões que não iam contra a dita “natureza feminina”, entre essas “[...] destacavam-se as funções de professora⁵³, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que eram extensões de seus papéis ‘naturais’ de mãe, esposa e dona de casa” (FREIRE, 2009, p. 56). A autora ressalta que, por se tratarem de destrezas ditas naturais da mulher, tais ocupações eram, conseqüentemente, menos remuneradas.

Essas considerações nos fazem perceber que havia um limite para a inserção e participação da mulher no espaço público. O limite estava em não abrir mão da feminilidade nem da maternidade, tampouco colocar em xeque sua moral e reputação, imiscuindo-se em situações dúbias (MARTINS, 2011; MOTT, 2001).

52. As reflexões promovidas por autores como Rocha-Coutinho (1994) e Badinter (1985) elucidam que o amor materno como o conhecemos hoje é construção bem recente. Ao longo do tempo, a mãe tinha mais uma função biológica que afetiva, ficando as crianças ao cargo de amas de leite que lhes garantiam a sobrevivência física, o suporte emocional e a humanização. Os autores estabelecem um referencial temporal para a mudança na forma de percepção sobre o papel feminino e da maternidade na sociedade: é na passagem do medievo para a idade moderna que se dá a romantização da maternidade e do espaço privado, o lar.

53. O magistério é a profissão que mais esteve ligada ao feminino, tendo em vista que ser mãe é também educar os filhos. Pinsky aponta que “a articulação entre a ‘missão do lar’ e a ‘sagrada missão do magistério’ é uma tendência que vigora pelo menos desde os anos 1920. Professora de crianças, portanto, é uma das únicas profissões femininas completamente livres de preconceitos sociais, pois é encarada como tendo em si algo de maternal. Essa característica faz com que a mulher obtenha aval ou o ‘perdão’ por trabalhar” (PINSKY, 2014, p. 188).

Como uma instituição profícua para a participação feminina no ambiente público e, sobretudo, no contexto de um conflito beligerante mundial, surge a LBA, imbuída de uma extensão moral e patriótica da maternidade para a sociedade, mas também encarregada de um ideal de união popular diante do inimigo comum. Os homens lutavam no *front*, no continente europeu, combatendo a “terrível ameaça nazista”, enquanto as mulheres, no *front* interno, asseguravam o bem-estar das famílias dos combatentes e dos soldados em guerra.

LBA: mulheres em guerra

Organizada concomitantemente à Força Expedicionária Brasileira, a LBA teve início em 1942 tendo como figura central a primeira-dama do Brasil, Darcy Vargas. A organização contou com o envolvimento direto das mulheres instaladas nas cercanias do poder executivo federal. Simili (2008, p. 141) observa que a distribuição das tarefas e pastas dentro da estrutura da LBA acordava com o quadro ministerial do governo Vargas, isto é, “[...] as esposas ficaram incumbidas pelos mesmos setores pelos quais os maridos respondiam na política”.

Tratou-se de organizar um grande chamamento público, por meio de cartazes e discursos veiculados pela imprensa, para que as mulheres aderissem aos projetos da LBA.

Na hora da pátria, há lugar para todas. Mesmo aquelas senhoras que além das atribuições de dona de casa tenham obrigações de trabalho podem cooperar com a Legião. Temos lugar para as que possam dispor de todo um dia como temos lugar para aquelas que possam dedicar um pouco de seu tempo apenas, e assim mesmo, no seu próprio domicílio. [...] Assim uma moça que trabalhe fora o dia todo e que à noite queira fazer, em casa, alguma coisa para o Brasil, se inscreverá no setor de costuras, tricô, etc., anotando que trabalhará no seu próprio domicílio; outra, que possa dispor de uma hora por dia, na sede ou nos centros dos bairros, cooperará da mesma forma (LBA apud SIMILI, 2008, p. 144).

É importante evidenciar que o texto da campanha tem o cuidado de ressaltar que as tarefas domésticas são obrigações das mulheres e que o trabalho benemérito/patriótico não interferiria na execução daquelas.

Uma das frentes de atuação de maior destaque da LBA foi o curso de defesa passiva antiaérea, que consistia em treinamento para as mulheres atuarem no auxílio à população em caso de bombardeio ao território brasileiro. Seguindo o modelo inglês de defesa passiva, inúmeras tarefas foram transferidas às mulheres, como vigilância noturna durante os *blackouts* e orientação da população para situações extremas de conflito (SIMILI, 2008, p. 147-149). A Legião também procurou desenvolver atividades no sentido de capacitar voluntárias para as funções da assistência social desenvolvida pela instituição. Assim sendo, ofertava cursos para formação de visitadoras, auxiliares sociais e voluntárias da alimentação.

Uma campanha desenvolvida pela LBA a partir de 1942, em parceria com o Ministério da Agricultura, foi a “Horta da vitória”. Tendo em vista as crises de abastecimento decorrentes das dificuldades de transporte, o projeto objetivava incentivar o cultivo de pequenas hortas, montadas nas casas das pessoas ou em centros comunitários, escolas e até empresas.

Tais ações integravam as atividades que foram iniciadas antes do embarque da FEB para os campos de batalhas na Itália, em junho de 1944, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes. Com os combatentes já no *front*, a LBA criou o *Boletim da Legião Brasileira de Assistência – Especial para os Expedicionários*. A publicação informativa teve seu primeiro número publicado em janeiro de 1945, no qual anunciou ter como objetivo:

Um só: ser útil a vocês. Levará mensagens dos seus parentes e amigos; informará sobre coisas da nossa terra e da nossa gente e, sobretudo, o que as populações da retaguarda fazem, de concreto, em prol dos que está se batendo por um mundo novo e melhor. É mais uma iniciativa da L.B.A. Este Boletim é de vocês, expedicionários do Brasil (BOLETIM..., jan. 1945, p. 1).

O objetivo maior do *Boletim* seria, propriamente, a comunicação dos expedicionários com a pátria e seus entes queridos, como destacado na primeira página da primeira edição da publicação. É forçoso destacar que a linguagem do *Boletim* é dirigida diretamente aos expedicionários brasileiros, por isso emprega com frequência o pronome “vocês” em suas publicações.

A primeira página dessa primeira edição é bastante reveladora das formas de ação e do que se fará publicar no *Boletim* ao longo das edições de 1945. Há dois retratos em destaque, um em cada lateral da página. Na

parte esquerda há a figura de Getúlio Vargas com a faixa presidencial, ladeada por um texto sobre a campanha de arrecadação de fundos lançada para construir casas para as famílias dos combatentes vitimados na guerra. No outro extremo da página, há a foto de Mascarenhas de Moraes, general responsável pelo comando da FEB, seguida de sua carta agradecendo a Darcy Vargas pelos presentes de Natal enviados aos combatentes. A carta de Darcy a Mascarenhas, enviada com os presentes, também está publicada na página. Há ainda uma grande imagem da Siderúrgica Nacional em Volta Redonda acompanhada de uma matéria sobre como “a industrialização do Brasil caminha a passos largos”, afirmando que os operários da “cidade do aço” desempenham grande esforço na retaguarda da guerra. Completando a página, há um trecho de um discurso (cujo trecho epigrafa este capítulo) de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da LBA do estado do Rio de Janeiro, filha de Getúlio e Darcy e esposa de Ernani do Amaral Peixoto, interventor naquele estado.

De modo geral, esses elementos serão presentes no *Boletim*: a exaltação a Getúlio e a Mascarenhas de Moraes, o discurso progressista ufanista, principalmente ligado às tecnologias, e a presença feminina, por meio tanto de Alzira quanto de Darcy, metamorfoseada em grande mãe da nação brasileira. A análise dessa presença feminina compõe o escopo do presente texto.

Ao lidarmos com periódicos como fontes históricas, é capital estarmos atentos a uma grande miríade de questões, como nos aponta Luca (2008). São questões acerca do material publicado, do destaque que é dado a determinados assuntos ou personagens, da linguagem e, sobretudo, do grupo responsável pelo periódico, o que pode circunstanciar os interesses que envolvem a publicação. Desse modo, Luca (2008) aponta que, ao tomarmos os impressos como fonte e objeto de pesquisa historiográfica, é necessário proceder, rigorosamente, a uma crítica competente dos mesmos, contemplando as questões apontadas.

As páginas das dezessete edições de 1945 do *Boletim* são bastante voltadas a informar os expedicionários dos rumos da guerra e da situação do Brasil. Uma seção intitulada “LBA nos estados” procura açambarcar as ações da instituição nas unidades da federação. Já em outra seção denominada “Não se esqueça”, são apresentados dados nacionais, como “o Brasil é o sexto país do mundo em produção vegetal”, entre outros que destacam a nação. Além das diversas matérias especiais sobre as campanhas da

LBA e das ações em prol das famílias dos “pracinhas”, um grande número de páginas dos boletins é ocupado pela seção “Mensagens”, que consiste, propriamente, em transcrever mensagens que as famílias enviavam aos expedicionários dando informes e comunicando o andamento da vida na retaguarda. Cada mensagem vinha com o nome do expedicionário ao qual ela se dirigia, e a enorme maioria dos escritos é assinada por mulheres da família do combatente: “ALBERTO CAMPOS – Todos bem. O Neco ainda não recebeu dinheiro. Favor providenciar. Anita teve menina. 28 de dezembro e passagem. Tua irmã Tereza (BOLETIM..., jan. 1945, p. 4). É bastante comum haver uma ou mais fotos nessa seção, mais frequentemente de crianças, sendo que algumas os pais estão a ver pela primeira vez. Ao final de todas as edições de “Mensagens”, uma nota dizia que “a sua esposa, a sua noiva, a sua irmã, os seus amigos precisam de notícias. Escrevam sempre. As cartas confortam e fazem bem”. É significativo apontar que a correspondência era para, sobretudo, acalmar as mulheres que aguardavam o retorno de seus maridos, noivos, pais, filhos e irmãos.

O *Boletim* também tinha um espaço para responder solicitações diretas dos expedicionários à LBA. A maioria solicitava providências de documentos, notícias da/para a família. Havia também aqueles que solicitavam outros artefatos. Em 15 de maio, o periódico noticiou que o expedicionário Benedito Ramiro solicitara em carta um par de luvas de boxe. O pedido foi atendido pela Confederação Brasileira de Pugilismo e agora era exibida uma fotografia do expedicionário/boxeador já com seu presente. Essa prática era incentivada pela própria Legião, que publicava em todas as edições do seu boletim a seguinte nota: “A L.B.A. está pronta para atender a você, expedicionário. Peça o que quiser, o que desejar, sem acanhamentos, sem pensar que ela não possa fazer”. O que mostra que a LBA buscava atuar não apenas junto às famílias, mas também em atenção aos combatentes brasileiros.

A comunicação dos expedicionários com a família e a pátria era, portanto, o cerne da atuação do *Boletim* nesse período. Ele esteve largamente comprometido na grande campanha “Madrinha do combatente”, movida pela LBA e voltada a engajar mulheres para escreverem cartas aos combatentes no *front* europeu. A campanha foi lançada logo que se deu o embarque do primeiro escalão militar brasileiro. Como explicitado pelo periódico, “[...] a L.B.A. desenvolveu o movimento mostrando à mulher patrícia a obrigação moral de escolher seu ‘afilhado’, de manter com ele constante correspon-

dência e de atendê-lo com presteza em tudo que estiver a seu alcance” (BOLETIM, jan. 1945, p. 3). É evidenciada a ideia de uma obrigação feminina para com os homens em guerra, a de ampará-los e confortá-los, como as esposas deveriam proceder com seus maridos (PINSKY, 2014, p. 219-269).

Fixamente publicada no *Boletim*, uma nota afirmava “Ainda é ‘pagão’? Mande uma carta à LBA e logo arranjará uma ‘madrinha de guerra’”, incentivando os expedicionários a também escreverem. Na primeira edição do *Boletim* veio estampado o cartaz desta campanha, tratando de sintetizá-la ao mostrar um soldado lendo uma carta e uma família – a sua família – sendo protegida por uma mulher. Simili (2008) analisou tal representação:

No cartaz-propaganda produzido pelo DIP, o lema da campanha é metaforizado ao mostrar, no primeiro plano da imagem, um soldado fazendo a leitura de uma carta e, no segundo plano da imagem, a silhueta de mulheres e crianças. No centro, logo abaixo da frase “Alguém protege teu lar”, uma figura feminina que abraça a mulher. Percebe-se, claramente, como Darcy Vargas e as mulheres da Legião Brasileira de Assistência foram produtoras de imagens e representações para o trabalho feminino em tempos de guerra, como as “guardiãs da família dos soldados” (SIMILI, 2008, p. 177).

Esse cartaz evidencia não apenas a campanha “Madrinha do combatente”, mas também o próprio escopo da LBA naquele momento, e, assim, Darcy Vargas surge como a grande protetora da família brasileira. “Madrinha do combatente”, de fato, foi a maior campanha da LBA durante a ação brasileira no *front*, pelas proporções que tomou e pela ênfase que o *Boletim* dava a tal projeto. Em fevereiro, o periódico trazia mais informações sobre a campanha, sua essência e objetivos, assim como as obrigações da “madrinha” e do “afilhado”:

São cartas que revelam a confiança da mulher patrcia em vocês e, sobretudo, que manifestam o desejo de incentivar sempre e sempre aos expedicionários do Brasil, através de lembranças e palavras impregnadas de fé e de solidariedade humana. [...] E logo que receber carta da “madrinha”, a primeira obrigação do “afilhado” é respondê-la, sem demora, para evitar as reclamações que teem chegado à L.B.A., nesse sentido. Aliás, não é justo que os “afilhados”, depois de pedirem “madrinhas”, se esqueçam de que os deveres são mútuos (BOLETIM..., fev. 1945, p. 7).

É importante refletirmos sobre o significado dessas correspondências para ambos os lados. Para a LBA, em tese, tratava-se de abrandar a saudade e relembrar os combatentes do motivo pelo qual estavam lutando em terras tão distantes, inclusive perdendo amigos, “irmãos de armas”. Mas, e para as mulheres que escreviam, o que essa relação significava? Vejamos uma carta de “madrinha” publicada no *Boletim*:

Meu caro afilhado:

Não importa que não me conheça, porque também não lhe conheço. Sou jovem e isso diz tudo. Escolhi-o para “afilhado” e tenho a honra de batizá-lo nesta guerra, que deve estar pertinho de seu fim e que trará você de volta, forte, valente e heroico como daqui saiu. Assim espero recebe-lo no cais, brevemente. Sua madrinha não é rica, mas é muito sincera e quando toma amizade por alguém faz das tripas coração e sacrifica-se como ninguém.

Escreva-me, valente expedicionário e não repare as minhas cartas, que são simples como eu, cheias de brincadeiras, de futilidades, mas muito amigas e sinceras. Aqui, na Legião, onde trabalho pelo combatente heroico de minha terra, existe uma porção de “madrinhas”. É do entusiasmo dessas madrinhas foi que aumentei o meu para mandar-lhe outras cartas, futuramente.

Conte-me alguma coisa da guerra que a gente aqui só conhece através dos jornais. Diga-me, também, como você é. Que gênio tem. Se é carrancudo ou se gosta de brincar. Se gosta de livros, se fuma, se aprecia revistas e retratos. Mande-me dizer tudo, tudinho. Gostaria, por outro lado, de fazer amizade com a sua família. Mandarei mensagens pelo Rádio, hei de interessar-me bastante por você e pelos seus. Cria-me, desde este momento, a mais devotada amiga sua. Espero cartas. Não seja preguiçoso. Sua madrinha feliz. Adail de Oliveira (BOLETIM..., 15 abr.1945, p. 2).

Percebe-se, pela carta de Adail de Oliveira, que há insinuações romântico-amorosas, bastante reveladoras dos papéis sociais destinados a homens e mulheres no período (PINSKY, 2014). Ela, mulher devotada, empenhar-se-á em agradar o homem e sua família. Quer conhecê-lo e fazer seus gostos, quer ouvir suas histórias, mostra-se disposta e disponível. Trata-se, em verdade, de um anúncio de si. É um fator que será reforçado na edição de 31 de maio, na qual será publicada uma fotografia de Adail

com a notícia de que ela recebera, em um só dia, cerca de 85 cartas. Ainda se destaca que ela “[...] sente-se feliz e orgulhosa enviando a todos, por nosso intermédio, uma carinhosa mensagem: o seu sorriso, na fotografia acima” (BOLETIM..., 31 maio 1945, p. 2). Assim, destacamos que essas correspondências:

[...] demonstram como, incentivando a correspondência entre homens e mulheres, criavam-se as condições para as fantasias e os romances amorosos. De um lado, estavam homens solitários e carentes; de outro, adolescentes e jovens, dispostas a estabelecer contato e confortar os soldados (SIMILI, 2008, p. 179).

Não se sabe até que nível esses envolvimento prosseguiram, tampouco quantos foram. Percebe-se, contudo, uma valorização – comum ao período – do casamento, uma vez que a “madrinha” age do mesmo modo que se esperava que uma esposa agisse: confortando e amparando o homem (PINSKY, 2014, p. 232-236). Há a possibilidade do entendimento do casamento enquanto medida de ascensão social – desposando um ex-combatente da FEB. Contudo, é oportuna a observação de que a associação entre família e pátria é bastante recorrente na publicação da LBA, seja pela suposição e pelo favorecimento do relacionamento entre as jovens solteiras e os expedicionários, seja pela grande valorização da maternidade.

A associação recorrente entre família e pátria (identificada com o Estado) ajusta-se aos interesses da ordem social e é eficaz especialmente em períodos de guerra ou instabilidade, como nos anos 1940, quando o casamento figura também como “um serviço à pátria dentro das normas da lei” (PINSKY, 2014, p. 211).

No entanto, a relação entre expedicionários e LBA, mediada pelas madrinhas e voluntárias, nem sempre foi tranquila, como nos dão a ver alguns extratos do *Boletim*. Existem passagens nas quais a LBA procura explicar certos atrasos nas correspondências e entregas de encomendas no *front*, respondendo às reclamações. Entretanto, a maior querela nesse sentido foi o “Natal dos Expedicionários”. Em dezembro de 1944 a LBA preparou, em 6 dias, dezesseis mil caixinhas com lembrancinhas para os expedicionários para enviar ao *front* na Itália. Em janeiro o periódico exibiu

grande matéria sobre “como a L.B.A. preparou o natal da F.E.B.” (BOLETIM..., jan. 1945, p. 3). Entretanto, a partir de 31 de março começou a publicar algumas críticas à LBA, sempre apresentando veementemente as defesas – não apenas as da LBA, mas também aquelas que outros jornais e órgãos divulgavam a favor da instituição. O editor Lobivar Matos, em sua coluna “No *front* interno”, escreveu:

Acabamos de ler num vespertino desta capital extemporânea “queixa” impressa no jornal “...E a cobra fumou”. Além de extemporânea, injusta e facciosa. Injusta, porque não é verdade tenha a L.B.A. enviado a vocês, por ocasião do Natal, utilidades de segunda ordem; facciosa, porque revela o espírito do “eterno contra” do seu autor (BOLETIM..., 31 mar. 1945, p. 2).

Na mesma página, há a transcrição de uma matéria do periódico *O Jornal*, que diz: “Não é justo arrastar instituições dignas de respeito às apaixonadas análises resultantes da atual campanha política. Está nesse número a LBA, dirigida com devotamento e patriotismo pela Sra. Darci Vargas” (BOLETIM..., 31 mar. 1945, p. 2). Na página seguinte encontra-se publicada uma carta de um expedicionário brasileiro direto da Itália e que em dado trecho assevera:

A Legião Brasileira de Assistência, num gesto patriótico de extrema bondade, mudou, entretanto, a sequência monótona dos prenúncios. Os presentes, carinhosamente preparados e oferecidos pelas generosas filhas do Brasil, imprimiram ao nosso humilde Natal de campanha uma festividade e júbilo sem precedentes (BOLETIM..., 31 mar. 1945, p. 3).

Percebe-se um esforço da instituição, por meio de seu *Boletim*, em exaltar as suas contribuições e dissuadir críticas e opiniões contrárias, repetidamente afirmando que, “se falhas houve, também foram involuntárias e tudo isso já deve ter sido analisado e meditado pelos que sabem compreender os problemas complexos da guerra” (BOLETIM..., 15 maio 1945, p. 8). Todavia, as críticas não cessavam. Tanto é que em 15 de junho o periódico publicou uma longa carta de uma legionária que respondia a um expedicionário. É uma mensagem diferente das que costumeiramente são apresentadas na publicação, visto que é franca, direta e sem meias palavras

ou elogios que enaltecessem o ego expedicionário. Diz a legionária: “não sei se v. levantou com o pé esquerdo nesse dia e estava de mau humor, quando a escreveu ou se o que nela diz é de fato o que pensam e sentem todos seus companheiros” (BOLETIM..., 15 jun. 1945, p. 3).

A legionária explica a dificuldade de transporte, uma vez que foi o torpedeamento de navios brasileiros que os levou à guerra. Assim sendo, muitos dos doces enviados poderiam estragar pelo caminho. Sobre os presentes de Natal, destaca que:

[...] ‘cavalo dado não se olha o pelo’. Foi o que fizemos. De todos os pontos do Brasil, de todas as classes sociais, choveram presentes para vocês por intermédio da Legião. Veio muita coisa boa e veio muita coisa fraquinha, mas quem mandou mandou de coração, julgando que fosse útil (BOLETIM..., 15 jun. 1945, p. 3).

E prossegue ainda mais assertiva e arrojada:

Nunca fumei “Jangada” nem “Mossoró”, mas alguém deve fumar e gostar porque o raio do cigarro existe e chegou a granel. Ou v. é muito exigente ou então não teve sorte, porque muita gente nos escreveu agradecendo e muitos chegaram daí elogiando os presentes (BOLETIM..., 15 jun. 1945, p. 3).

Assim, o que nos chama a atenção, mais do que as críticas às ações da LBA, que revelam o descontentamento de alguns com as ações promovidas, é a posição firme e combativa que essa legionária não identificada assume. De acordo com o pensamento normativo hegemônico do início do século XX (saberes médico, político, jurídico, literário e jornalístico), os espaços de atuação e os papéis para homens e mulheres são definidos a partir das acepções de público e privado.

Nessas construções, o poder e a política são tomados enquanto atividades masculinas, pela capacidade e pelas habilidades “naturais” dos homens para a racionalidade, para o controle das emoções e para a tomada de decisões. O espaço feminino, contudo, é definido pelo mundo do privado, já que as características entendidas como femininas eram consideradas como condizentes com o ambiente do lar, familiar e maternal, como já nos referimos.

Com isso, à mulher não era dado o poder de contestação, inclusive juridicamente⁵⁴. O marido ou pai era o “chefe da família”, e as mulheres lhe deviam obediência. São comuns as análises que afirmam que as mulheres possuíam outros poderes, um “jeitinho feminino” para influenciar e conduzir as decisões dos maridos (PINSKY, 2014; ROCHA-COUTINHO, 1994).

Desse modo, a mulher, quando em público, não é bem vista se questionar os papéis sociais, exercer a racionalidade, argumentar e explicar fatos. Tais preceitos são condizentes aos homens, mas é propriamente o que se pode observar na carta da legionária. Ela não se utiliza de possíveis “jeitinhos” para obter o que quer, ela se vale da razão, de argumentos claros e racionais, utilizando, inclusive, uma linguagem mais aberta e pouco comum para “moças decentes” empregarem em público. Pinsky (2014, p.234) destaca que algumas revistas femininas aconselhavam “[...] as mulheres inteligentes e com ideias próprias a guardarem para si seus pensamentos e não demonstrarem seus talentos intelectuais (coisa que assusta os homens)”.

Evidentemente, precisa-se avaliar que esse “anonimato” da legionária estimula a ponderação sobre a autêntica autoria do texto. No entanto, escrito por ela ou não, o fato de ser atribuído a uma mulher é bastante marcante, pela época, pelo contexto histórico e por estar nessa publicação.

Ainda sobre a defesa da LBA, cabe destacar que em 20 de agosto publicou-se um artigo do “conhecido médico e escritor Maurício de Medeiros”, que escreveu para o *Diário Carioca*. No texto, o citado médico relata as experiências que teve com a LBA quando a ela recorreu em favor de dois pacientes e que sempre fora atendido com prontidão. As críticas ele atribui àqueles que não conhecem a fundo o trabalho desenvolvido pela Legião e a acusam de proselitismo político, tendo em vista o momento vivido pelo Brasil.

Esses foram os exemplos mais significativos que destacamos de um grande conjunto de textos e mensagens que engrandecem a ação da LBA e a fim de repelir as críticas. A edição de 28 de agosto foi intitulada de

54. A legislação da época pouco contemplava as mulheres no sentido de uma autonomia. O Código Civil (1916) considerava a mulher casada “relativamente incapaz”, portanto, sem poder de decisão sobre patrimônio e a prole. Desse modo, todo o poder – pátrio poder – concentrava-se sobre os homens (PINSKY, 2014). Destaca-se ainda que no Código Penal (1940) havia a figura da “mulher honesta”, que frequentemente mudava o curso das ações judiciais, e as mulheres muitas vezes passavam de vítimas a réis, tendo sua moral julgada (LAGE; NADER, 2012; CORTÊS, 2012).

“Especial de aniversário” e, desse modo, pôde-se observar artigos como “A LBA na opinião dos expedicionários” e “Como a imprensa vê a LBA”, além de balancetes e números de famílias atendidas e alimentos distribuídos. Isto é, foram apresentadas contundentes defesas do trabalho da LBA para que não houvesse dúvidas. Defender a LBA é defender Darcy Vargas e, por conseguinte, o governo e a figura de Getúlio, que estava naquele momento de saída do poder, o que explica o grande esforço empreendido para eximir a instituição de qualquer crítica. Tais constatações ensejam a reflexão sobre a maneira pela qual o *Boletim* agia no sentido de blindar e enaltecer o governo de Vargas, que vivia seus dias mais conturbados politicamente com o encaminhamento de uma redemocratização após a guerra.

LBA: “um apoio desinteressado”

“Um exemplo – acentuou – é a Legião Brasileira de Assistência, entidade presidida pela esposa do Presidente da República que, com o maior desvelo, vem dando um apoio desinteressado aos soldados que se encontram na Itália” (BOLETIM..., 30 jun. 1945, p. 8). Essa afirmação do chanceler brasileiro Leão Veloso, em entrevista a uma rádio, caracteriza o trabalho da LBA como “desinteressado”, o que provavelmente se referia à ausência de interesses políticos e financeiros. Está posta, assim, a questão para se refletir sobre em que medida o *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* operou temas políticos, sobretudo em ano de guerra e de desmontagem de parte do aparelho ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas.

As referências que exaltam o trabalho de Vargas à frente do governo brasileiro, como já destacado, estão presentes desde a primeira página do primeiro número da publicação. Destacam-se longas passagens sobre a situação interna (boletins n. 3 e 6), sobre Vargas visitando soldados (n. 4 e 12) e até do aniversário do presidente (n. 6). São enfatizadas as ações que o governo tomava visando as transformações democráticas, como liberdade de imprensa e anistia para presos políticos. Luis Carlos Prestes, que deixou a prisão em 1945, tem longa entrevista transcrita (n. 6) sobre como o governo vinha operando tais medidas satisfatoriamente. Eurico Gaspar Dutra, ministro da guerra de Vargas e que em 1945 já era o candidato do governo às eleições presidenciais, tinha suas entrevistas e atos – especialmente quando do regresso

da FEB – exaltados. A UDN, partido de oposição que lançara Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, sofria as críticas do periódico: “Os [comícios] da União Democrática Nacional estão ficando conhecidos pela violência de seus oradores contra o governo, enquanto os do PSD são notados pela ausência de ataques a pessoas e coisas” (BOLETIM..., 30 jul. 1945, p. 4).

Em 15 de março, Getúlio Vargas deu uma longa entrevista sobre pontos polêmicos da reforma política, e o *Boletim* fez questão de esclarecer sua “neutralidade”, afirmando que,

apesar de não ser político, o “Boletim da L.B.A.” esteve presente à entrevista com o único objetivo de informar vocês, dentro do seu programa de trabalho, sobre coisas do Brasil. Aí fica, pois, o nosso primeiro registro sobre a situação política nacional (BOLETIM..., 15 mar. 1945, p. 2).

Política, como já destacamos, trata-se de um campo do qual as mulheres foram longamente preteridas, por acreditar-se que a dita “essência feminina” contrastava com a competência lógica e racional requerida pela política. Entretanto, o conceito de participação política é polissêmico, como nos alerta Bobbio (1998), visto que abarca desde o ato do voto e da participação efetiva na tomada de decisões até a difusão de informações políticas. Assim, o *Boletim*, mesmo declarando sua suposta isonomia, atua politicamente no sentido de defesa e exaltação do governo e da pessoa de Getúlio Vargas, claras características do aparelho estadonovista, que procurava formar uma ampla opinião pública a seu favor e que, para tal feito, se servia de censura aos meios de comunicação e formatação de uma versão própria da fase histórica que o país experimentava (FAUSTO, 2003; LENHARO, 1986).

Essas operações de influência da opinião pública se deram por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e diretamente subordinado ao presidente da República. O DIP controlava o que era publicado nos meios de comunicação e também contava com publicações próprias. A política de imagem do governo nesse período era bastante personalista, estando no centro de tudo a figura de Getúlio.

A disseminação do rosto de Getúlio Vargas, personificando o Estado e o regime, era constante, seja através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas,

seja a intitular grandes instituições, provas esportivas e logradouros públicos. O mito de Vargas é construído a partir de um múltiplo jogo de imagens que o mostram ora como um homem comum, identificado com o povo, ora como político, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ou ainda como verdadeiro líder, investido de dotes especiais (MOLINA, 1997, p. 103-104).

Desse modo, percebemos que esse caráter personalista não é diferente em uma publicação voltada aos expedicionários brasileiros como o *Boletim* da LBA. Há uma presença constante da figura de Getúlio como o governante preocupado com a situação do país. É importante ressaltar que há ação semelhante no sentido de construção e enaltecimento da primeira-dama, Darcy Vargas. Ela é apresentada como uma infatigável trabalhadora pelo bem do Brasil, coordenando, sem tréguas, a LBA, como uma grande mãe da nação. Diante das críticas que se apresentavam, o periódico destacou:

quando um dia, escrevermos a história do esforço de guerra do Brasil, iremos fazer justiça a uma mulher. Trata-se da Sra. Darcy Vargas. As cartas do “front” são lidas por ela com viva emoção e os pedidos feitos são atendidos com a brevidade que se faz mister (BOLETIM..., 15 maio 1945, p. 3).

Tal excerto revela o controle e o completo envolvimento de Darcy Vargas nas ações da LBA. O papel de “mãe da nação” ficou mais evidenciado a partir de 2 de fevereiro de 1943, quando morreu Getúlio Vargas Filho, o “Getulinho”, filho caçula do casal Vargas. O laço de Darcy com as mulheres brasileiras se fortaleceu, pois “era um momento em que as mulheres brasileiras – as mães, as esposas e as filhas – estavam perdendo seus pais, maridos e irmãos [...]” (SIMILI, 2008, p. 70) em razão da formação dos batalhões brasileiros para a guerra. Darcy sucumbiu à dor e ao luto e retirou-se da vida pública, afastando-se da presidência da LBA até outubro daquele ano. Em seu retorno, estava estabelecida fortemente a representação de sua maternidade coletiva, assim como a imagem de uma mãe incansável que lutava para salvar os filhos. Tratando do retorno dos expedicionários brasileiros à pátria em julho de 1945, Lobivar Matos afirmou que, enquanto todos estarão celebrando o retorno dos heróis nacionais,

Apenas uma pessoa continuará fechada em seu aposento, pensando em vocês e em suas famílias. Essa pessoa, expedicionário amigo, é a Sra. Darci Vargas. Seu gesto não significa outra coisa senão o recolhimento espontâneo a que se entregou desde que a morte levou o seu filho querido. Desde, então, não mais apareceu em festas e em homenagens. E para que não pensassem de outra forma, escreveu uma carta aberta para os “pracinhas” da F.E.B. Nesse documento, que é uma página de dor, a Sra. Darci Vargas pede, delicadamente, desculpas a vocês pela sua ausência. Se ainda não leu, procure ler essa carta, expedicionário, e, aí, então, compreenderá o motivo porque entre as mãos que baterão palmas faltarão as dela (BOLETIM..., 15 jul. 1945, p. 2).

Conforme destacado pelo editor do *Boletim*⁵⁵, Darcy afastou-se da cena pública após a morte de seu filho, mas não cessou de trabalhar pelos seus “outros filhos”. Simili fez notável análise das fotografias que retratam a primeira-dama e observou:

O que a fotografia fornece são pistas da alteração na posição ocupada pela primeira-dama no cenário nacional e político, quando ela ocupou a presidência da Legião Brasileira de Assistência. Ela foi transformada em personalidade pública que tinha um papel a cumprir perante o Estado, o governo e a sociedade, que era o de conduzir o projeto assistencial enquanto durasse a participação do Brasil na guerra e os problemas sociais dela decorrentes se fizessem presentes (SIMILI, 2008, p. 155).

Com o grande crescimento e notoriedade da LBA e de suas campanhas, Darcy passou de elemento acessório, que corroborava a imagem presidencial⁵⁶ de Getúlio, a figura importante na política. A LBA desempenhou ação fundamental para tal transformação.

55. Na mesma página do editorial de Lobivar Matos, há uma matéria com agradecimentos dos expedicionários a Darcy Vargas. O texto se inicia com “tudo tem feito a sra. Darci Vargas, à frente da L.B.A, pelos expedicionários brasileiros”, ratificando a ideia de empenho irrestrito e o caráter personalista dado à LBA (BOLETIM..., 15 jul. 1945, p. 2).

56. Simili (2008) destaca a importância que se dava à primeira-dama na primeira metade do século XX, quando não se podia conceber um presidente sem uma primeira-dama ao lado, e cita o caso de Hermes da Fonseca.

Na ausência pública de Darcy, sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da seção estadual do Rio de Janeiro da LBA, a representava. É importante observarmos que Alzira torna-se a mulher forte, pública e política da LBA. Na edição de fevereiro, ela aparece despedindo-se dos expedicionários que embarcariam para a Itália. A fotografia – embaixo do título “Confie na retaguarda” – mostra um grande contingente de soldados uniformizados ouvindo a pequena figura feminina com um papel em mãos e posta à frente deles. Nessa mesma edição Alzira aparece – com seu *entourage* masculino – sorridente apertando a mão de um expedicionário. Em outra passagem, de 31 de maio, Alzira é fotografada presidindo a reunião da LBA fluminense para celebrar a vitória dos Aliados, na qual proferiu discurso – transcrito nas páginas da publicação – sobre a importância da FEB. Na foto que estampa a página, Alzira está em pé à cabeceira da mesa repleta de pessoas, sendo aplaudida por todos e cumprimentada por um homem. Simbolicamente, atrás dela e sobre sua cabeça vê-se um grande retrato, cercado de flores, de Darcy Vargas, como uma inspiração e um guia, mas também representando a hierarquia da LBA. Alzira ainda aparece cumprimentando um marujo estadunidense do navio que transportou os primeiros pracinhas brasileiros no retorno; assim como aparece, em outro momento, cumprimentando um pracinha recém-chegado⁵⁷. Isto é, Alzira era a representação pública e política da mulher forte da LBA, uma vez que discursava, cumprimentava, saudava e era saudada por políticos e soldados.

A única imagem de Darcy presente nas dezessete edições de 1945 é na primeira página da última edição publicada naquele ano. No dia 31 de outubro publicou-se a décima sétima edição com um retrato de Darcy Vargas e a transcrição de seu telegrama à direção da LBA comunicando seu desligamento definitivo da instituição. Em momento algum dessa edição é mencionada a renúncia de Getúlio Vargas dois dias antes, o que, conseqüentemente, causou o afastamento de sua esposa da presidência da LBA. O *Boletim* não mais seria publicado naquele ano, voltando apenas em março de 1946 já com a publicação dos novos estatutos para os tempos de paz e expressando elogios à grande obra criada e legada por Darcy Vargas.

57. A análise apurada das imagens publicadas nos boletins da LBA ainda está por ser feita, sobretudo no que se refere à participação de Alzira, uma mulher marcadamente moderna e arrojada, que procurou aproximar-se e, ao mesmo tempo, afastar-se de seu pai (SIMILI, 2008).

À guisa de conclusão: o legado dos tempos de guerra

Auxiliares ou substitutas, com a volta da paz, as mulheres devem sair de cena.

Michelle Perrot (2005, p. 314)

Os períodos das grandes guerras mundiais representaram, certamente, momentos de flexibilização dos papéis rígidos de gênero, uma vez que as mulheres tiveram de ocupar posições que até então não lhes cabiam (THÉBAUD, 1991). Ao final das guerras, voltam os homens à pátria e voltam as mulheres a seus postos tradicionais. Mas qual o legado desse momento histórico para as relações de gênero? E como podemos observar tal dinâmica por meio da LBA e seu *Boletim*?

A LBA, com o seu grande arsenal de legionárias a desempenhar as mais diversas funções como visitadoras, assistentes sociais, voluntárias da Defesa Aérea ou do setor de bandagens, “madrinhas do combatente” etc., inseriu a mulher definitivamente no espaço público. Essas atividades mostraram-se como uma grande ferramenta de inserção social e de rompimento com o espaço privado do lar, além de estreitar laços de amizade e sociabilidade. Propiciaram também o acesso a certas “funções masculinas”, como o controle de dinheiro, o contato com mídia, com fornecedores, o uso da palavra pública e a política.

Foi nesse período que o espaço público abriu-se à participação das mulheres, possibilitando-lhes o contato e a abertura de novos conhecimentos. Para as mulheres, não há dúvida de que a guerra incrementou suas vidas com outras atividades e formas de sociabilidades na vida pública (SIMILI, 2008, p. 169).

A perspectiva de que por meio de tais atividades as mulheres puderam borrar os limites entre o público e o privado (MARTINS, 2011) merece uma atenção detalhada. A LBA desenvolveu, paralelamente às ações do esforço de guerra, seu plano para a paz, ou seja, o cuidado atento à infância e à maternidade, com a construção de creches, maternidades, postos de puericultura e casas da criança pelo Brasil todo⁵⁸. Assim, percebe-se que a maternidade sempre esteve em foco nas ações da entidade, pois foi com a

58. Algumas matérias e reportagens do *Boletim* já apontavam essas ações da LBA.

vinculação da mulher à maternidade que a LBA estabeleceu seus objetivos para a guerra e para a paz. Na guerra, Darcy, metamorfoseada na grande mãe da nação, orientava as mulheres a utilizarem suas características femininas, como abdição, afetuosidade e maternidade, nos cuidados com os soldados. Assim, nas cartas para os combatentes havia “[...] lágrimas de mãe, carinhos de filha e cuidados de irmã, esposa ou noiva” (BOLETIM..., 31 maio 1945, p. 3). O entendimento sobre a participação feminina na retaguarda era de que ela ocorreria por meio das “características femininas”.

Ato viril por excelência, as guerras têm sobretudo a tendência a consolidar os papéis tradicionais. Em uma disciplina reforçada, apoiada em um discurso voluntariamente culpabilizador, notadamente para as mulheres, cada sexo é mobilizado a serviço da Pátria, os homens na frente de batalha, as mulheres na retaguarda. Ei-las costurando, preparando ataduras, cozinhando sobretudo (PERROT, 2005, p. 312).

Para Martins (2011), trata-se de um processo de politização da maternidade. É preciso lembrar que a maternidade era tomada como característica e função social feminina por excelência e inquestionável. Contudo, muitas mulheres usaram-na como acesso ao público “[...] ao afirmar que não era uma função natural ou restrita à manutenção da família, mas sim uma função social das mais importantes que exigia muita dedicação, tempo e trabalho das mulheres” (MARTINS, 2011, p. 26). Assim:

Sob o termo de “maternidade social”, assiste-se a uma verdadeira mobilização feminina em todo o ocidente. Movimento de fundo, acelerado pelas epidemias, pelas guerras e seus feridos, pelas crises econômicas e seus sem-trabalho e agravado pela gravidade endêmica dos problemas urbanos: alcoolismo, tuberculose, prostituição (PERROT, 2005, p. 281).

De acordo com Maria Lúcia Mott, mulheres

defendiam que a maternidade lhes atribuía qualidades específicas, naturais, para o desempenho de determinadas atividades, sobretudo aquelas destinadas ao bem-estar das mães e das crianças, e que era seu dever, face à nação, desempenhá-las (MOTT, 2001, p. 229).

É importante observarmos que foram as experiências e os valores associados à vida privada, como a maternidade e os cuidados, que permitiram às mulheres esmaecerem os limites entre o público e o privado. Entretanto, esse discurso maternalista pode ser considerado conservador e responsável pela perpetuação da subordinação das mulheres aos homens, uma vez que atrela a mulher à maternidade, exaltando-a como marca indelével da feminilidade, e, conseqüentemente, ao espaço do privado. Enaltecida como constituidora da essência feminina, a maternidade carrega traços autoritários, visto que compele as mulheres a serem mães, independentemente de sua vontade (MOTT, 2001).

É importante observar que esse processo de atrelamento da mulher ao espaço privado e familiar outorgou a ela uma nova forma de poder, um poder sobre os filhos, o marido e o ritual do lar (ROCHA-COUTINHO, 1994; PINSKY, 2014). O poder que as mulheres têm sobre o privado, sobre a vida da família é um poder que emana dos cuidados que elas exercem e da própria maternidade, ato de reprodução da vida humana.

E assim está posta uma questão: já que “[...] as mulheres detêm poderes informais, mas significativos, por que contestar o poder masculino?” (SIMILI, 2008, p. 285). É capital que percebamos a complexidade do discurso maternalista; não cabe uma análise simplista e maniqueísta dessa teia de discursos e poderes. Ao passo que a maternidade é vista como a função social da mulher que possibilitou, no caso em estudo, uma inserção no espaço público – por meio da participação em campanhas beneméritas, com o desempenho de novos papéis, o manejo e a conquista de novos poderes nesse contexto –, sua exaltação como vocação e essência femininas impede o acesso pleno e permanente ao espaço público. Valer-se de suas “características femininas”, ao mesmo tempo que empodera as mulheres a ocuparem tal espaço, também limita esse mesmo acesso, uma vez que a política é tida como “masculina”.

O questionamento mais contundente da maternidade só vai se dar por volta da segunda metade dos anos 1960. O período chamado de “anos dourados” (1945 – 1964) foi fortemente marcado pela presença feminina no espaço do lar, pela criação e manutenção da representação da mulher como “rainha do lar” e pela maternidade como incontestável vocação e dever feminino (PINSKY, 2014).

Destarte, almejou-se, no presente texto, elaborar uma análise sobre a atuação feminina durante a Segunda Guerra Mundial naquilo que se chamou de “retaguarda”, ou seja, o esforço civil no decurso do conflito

bélico na Europa. Para tanto, foram analisadas as dezessete edições do ano de 1945 do *Boletim da Legião Brasileira de Assistência*. Assim, pôde-se entender que a inserção e a participação efetiva feminina nas campanhas beneméritas reforçam certos traços dos papéis de gênero já consolidados, especialmente a maternidade e a “feminilidade” dos cuidados. À medida que esmaece vigorosamente a fronteira entre o público e o privado, tais ações permitiram que mulheres tomassem parte em ações políticas e no uso da palavra pública, entre outros feitos condizentes com a representação social do masculino para o período. Aqui não cabe, no entanto, uma resposta linear, é preciso navegar pelos meandros das relações de gênero.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale e outros. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1.

BOLETIM DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA), 1945. Edições 1 a 17.

CÔRTEZ, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 260-285.

COURTINE, Jean-Jacques (Dir.) **História da virilidade**: 3. A virilidade em crise? Século XX-XXI. São Paulo: Vozes, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. In: **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, p. 15-34, dez. 2011. Suplemento 1.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, discursos e propagandas. **História & Ensino**, Londrina, v. 3, p. 95-112, 1997.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 199-234, 2001.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUEIROZ, Eneida. Tingidas de tragédia. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 117, p. 26-31, jun. 2015.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, ano 10, n. 117, jun. 2015.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945).** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX.** Porto: Afrontamento, 1991. v. 5, p. 31-93.

VARGAS, Alzira. [Discurso]. **Boletim Informativo da Legião Brasileira de Assistência**, n. 1, p. 1, fev. 1945.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Além da “bondade” e da “inteligência”: políticas de saúde para as mulheres e a atuação do corpo de visitadoras no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922-1926)

Bruno Nery do Nascimento

Este capítulo analisa a gestão de Sérgio Loreto, governador do estado de Pernambuco entre os anos de 1922 e 1926, quanto às políticas na área de saúde destinadas às mulheres. Os administradores que atuaram no Recife na década de 1920 ainda comungavam do sonho modernista de um Estado habitado por uma população bela, forte e saudável, que seguisse os padrões higienistas da *belle époque* europeia, além de perseguirem os ideais de progresso e civilização que embalavam os projetos das elites desde meados do século XIX. Tal desejo se contrapunha, no entanto, a uma cidade visivelmente perigosa, com a presença de mendigos, vadios e meretrizes nas ruas, além das habitações, que representavam ameaças à saúde e ao desenvolvimento econômico do estado, o que ensejaria novos papéis e novas medidas direcionadas às mulheres.

Nesse contexto, Flávio Weinstein Teixeira (2012) nos apresenta dois paradigmas básicos da modernidade *belle-époque-fin-de-siècle*: o estético e o sanitário/higienista. Pelo lado estético, Pernambuco e sua capital vivenciaram amplas reformas urbanas que tinham por objetivo embelezar estrategicamente, expandir e ocupar novas áreas da cidade, com a abertura de ruas, avenidas, construção de praças, pontes e aterros no Recife entre os anos de 1922 e 1926. Por parte do aspecto sanitário/higienista, ao qual nos dete-

remos, temos por objetivo avaliar o discurso e as ações do governo Sérgio Loreto, sobretudo na reorganização dos serviços de higiene, saúde pública e educação, dentro do qual se encontrava presente o serviço de visitadoras.

Dessa forma, neste capítulo abordaremos a atuação da Inspeção de Higiene Infantil, que figurava entre os órgãos administrativos ligados aos serviços de saúde urbanos subordinados ao Departamento de Saúde e Assistência (DSA), e cujas atividades eram: serviço pré-natal, centro de cultura infantil, inspeção médico hospitalar, serviço especial de visitadoras, escola de enfermeiras e policlínica infantil (PERNAMBUCO, 1926, p. 50-51). Nossa análise compreende as ações executadas pela Inspeção para introdução, no cotidiano das mulheres, de práticas de higiene, prevenção, educação sanitária, controle da população, pré-natal, aleitamento e parto.

É possível pensar que a normalização dos corpos femininos para um padrão no qual a maternidade deva ser baseada em preceitos científicos teve seu início com as políticas direcionadas para as crianças? Avaliaremos essa indagação a partir da ideia de que os corpos das mulheres são de grande importância para a reprodução de corpos produtivos, que são os trabalhadores, e isso, no período estudado, se refletia no combate à mortalidade infantil e à pobreza, sinônimos da ausência de progresso e civilização. Assim, levando-se em conta a formulação foucaultiana de que o corpo improdutivo é uma ameaça para o Estado, buscaremos compreender como foi possível a gestão de corpos moldados para a produção e reprodução a partir de tecnologias políticas. Partimos da compreensão de que o Estado recorre às tecnologias, mas não as detém. Portanto, há o Estado e há as tecnologias, e esse raciocínio nos conduz a avaliar, nas próximas linhas, as relações existentes entre esses dois polos.

Para alcançar as crianças, políticas de saúde para as mulheres: a formação da inspeção de higiene infantil

Entre as medidas adotadas pelo governo de Sérgio Loreto na área de saúde e assistência, ganharam centralidade aquelas destinadas à infância e, paralelamente, às mulheres. Associando-se os problemas advindos da

questão social⁵⁹, almejava-se o fim do alto índice de mortalidade infantil e o crescimento de novas gerações dentro de uma cultura higiênica. É nesse sentido que a higiene, tida também como a ciência do aperfeiçoamento do ser humano e não apenas com o objetivo de conservar a saúde, via no cuidado com as crianças o seu objeto inicial. Assim lemos no discurso de Amaury de Medeiros⁶⁰ em sua posse na Sociedade Pernambucana de Medicina:

[...] a ciência moderna começa a proteger o homem antes do nascimento, acompanha o recém-nascido no berço, segue a criança na escola, acompanha o adolescente nas universidades, nas fábricas, nas oficinas, segue enfim a humanidade por toda a parte e por toda a vida (JORNAL DO COMMER-CIO, 1923, p. 4).

Acreditava-se que no cuidado, no acompanhamento e na supervisão de uma geração, as próximas já não seriam acometidas dos vícios que as anteriores possuíam, além de essa nova geração possuir uma mentalidade diferente em relação às questões relativas à higiene.

A ideia de intervenção na higiene no presente para obter resultados no futuro com gerações completamente higienizadas é trabalhada no artigo intitulado “Alguns aspectos presentes e futuros da hygiene em Pernambuco” (1924), escrito por Amaury de Medeiros. Interpretava-se a higiene infantil como a higiene do futuro, pois o chefe dos serviços do Departamento de Saúde e Assistência vislumbrava um momento na história em que não seria mais necessário que o Estado adotasse medidas de disciplinamento, mas que a população, uma vez já disciplinada:

59. Associada aos problemas advindos da industrialização, a questão social surgiu a partir da preocupação com a pobreza urbana, que no caso brasileiro também ganhou maiores contornos com a abolição da escravatura. É neste contexto que os conceitos de caridade, filantropia e assistência ganharam maior evidência. Dessa forma, escrevem Sanglard e Ferreira (2014, p. 73) que “até o início do século XX assistência significava uma gama variada de ações que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos foi um processo longo e deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades. De forma geral, a assistência foi uma das formas de suavizar a pobreza [...]”.

60. Médico sanitariano e político, Amaury de Medeiros assumiu em 1923 a direção do Departamento de Saúde e Assistência, tornando-se responsável pela reorganização dos serviços de sanitários em Pernambuco e figura central nas medidas adotadas durante a administração de Sérgio Loreto.

Saiba onde deve viver e como deve viver, se defenda por si mesma contra todas as causas de insalubridade. Será uma geração que manda fazer sua fossa, não porque a higiene obrigue, mas porque não pode entender casa sem esgoto, protege a sua água por um influxo subconsciente, defende a sua alimentação, se vacina contra a varíola, contra as infecções tíficas por princípio, ignora o que seja cuspir, neste momento, nada mais terá o governo do que ensinar a higiene às crianças que, aliás, já trarão de casa, nos exemplos paternos, a melhor educação sanitária (MEDEIROS, 1924, p. 1).

Dentro desse contexto, o Governo do Estado de Pernambuco lançou mão de várias tecnologias políticas em um amplo ambiente no qual se crê na necessidade de formar um Estado moderno habitado por uma população que tenha inculcido os valores modernos de saúde e higiene. Ora, se as novas gerações se originam dos ventres das mulheres – e essas crianças no futuro substituirão uma geração atrasada –, os corpos das mulheres se tornam alvo precípuo das tecnologias disciplinares e do biopoder. Assim, a Inspetoria de Higiene Infantil, subordinada ao Departamento de Saúde e Assistência, assumiu papel importante na prática de medidas sanitárias, uma vez que sua atuação, dirigida por um médico e assistida por parteiras, girava em torno da assistência às mulheres grávidas, do serviço pré-natal e da inspeção das amas de leite.

A Inspetoria de Higiene Infantil contava com o seguinte pessoal: um chefe em comissão, encarregado do serviço de puericultura; um assistente médico, encarregado do serviço pré-natal e da inspeção das amas de leite; três médicos escolares; uma visitadora-chefe; três visitadoras parteiras; nove visitadoras de segunda, sendo duas dentistas, que eram responsáveis pela primeira e segunda infância. Os serviços de visitadoras no seio da Inspetoria de Higiene Infantil representaram, segundo Sérgio Loreto, a introdução da “mulher nos serviços de saúde pública, colaboração modernamente indispensável na experiência unânime dos países mais adiantados” (PERNAMBUCO, 1923, p. 14). Para um governo que buscava se apresentar como moderno e numa sociedade que se modificava no que tange à atuação cada vez maior das mulheres nos espaços públicos, houve a atribuição do exercício de uma função conhecida à época como moderna para as mulheres, dentro de uma das Inspetorias que desempenhava pa-

pel central no governo de Sérgio Loreto. As parteiras deveriam realizar um curso especial em saúde pública para que, na condição de visitadoras, acompanhassem as mães nos meses anteriores ao parto e as crianças nos dias posteriores ao nascimento. O serviço possuía ainda um escrevente e dois serventes em seu pessoal.

A Inspetoria também era responsável pelo Centro de Cultura Infantil. Neste, dirigido pelo chefe da Inspetoria, auxiliado pelas visitadoras de segunda – que, assim como as parteiras, deveriam possuir um curso especial em saúde pública –, as crianças seriam examinadas e acompanhadas nos primeiros anos de vida. As finalidades desse serviço eram: verificar o desenvolvimento da criança; orientar e estimular a alimentação correta na primeira infância; realizar propaganda e ensinar os preceitos de higiene; inspecionar os domicílios e atuar no próprio centro de cultura (onde eram realizadas atividades com efeitos de propaganda do serviço); averiguar os efeitos da propaganda e a fiscalização dos dispensários infantis existentes no Recife (PERNAMBUCO, 1924, p. 106). Houve, ainda, no período em estudo, a tentativa de ser posto em prática pela Inspetoria de Higiene Infantil um serviço de cultura higiênica, assim definido por Amaury de Medeiros:

Ele começa a proteger o homem antes do nascimento, previne desde logo 34 por cento das causas que podem provocar a interrupção do seu desenvolvimento para que nasça a termo; protege o nascimento fazendo-o acompanhar por uma assistência de higiene; previne as deformações e as doenças dos primeiros momentos e dias do nascimento, inclusive 30% da cegueira; ensina a banhar, a amamentar, a alimentar, a vestir os recém-nascidos; acompanha os escolares, preside o seu desenvolvimento, corrige os defeitos, determina as horas de estudo e as horas de recreio, intervém na escolha dos prédios escolares, na sua ventilação, na sua iluminação, na posição dos móveis, nos tipos de livros, e assim com minúcias, às vezes parecendo fúteis aos ignorantes, a higiene salva 30% dos natimortos, 30% da cegueira, evita a miopia, impede as posições viciosas, dá hábitos ligeiros de higiene que poderão impedir causas numerosas de degenerescência e de morte (MEDEIROS, 1924, p. 1).

Proteger antes do nascimento tratava-se da inserção dos serviços de pré-natal, também chamado de “puericultura intrauterina”. Mais uma vez,

o corpo feminino é explorado e normatizado com o objetivo final de gerar corpos saudáveis e produtivos. Para melhor explicitarmos como houve a implantação do serviço pré-natal em Pernambuco, abordaremos pormenorizadamente como ele era organizado.

Com métodos distintos, mas com os mesmos objetivos, a Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, por meio de seu serviço de propaganda, elaborava cartazes e materiais impressos para que a imprensa divulgasse e também para que as visitadoras, atuando diretamente com a população nas casas e escolas, pudessem recrutar e encaminhar as futuras mães, mulheres das camadas populares do Recife, ao serviço pré-natal, onde eram matriculadas. Nesse espaço, eram examinadas por um médico, faziam os exames, entre eles o de Wasserman (para detectar a sífilis), de modo a evitar a mortalidade das mães e dos filhos – “[...] começa-se, assim, a fazer a educação do filho através do organismo materno”, segundo o diretor do DSA (MEDEIROS, 1926, p. 125). Posteriormente, passavam por exames de urina regulares, tinham suas casas inspecionadas pelas visitadoras parteiras e faziam os retornos ao serviço estabelecido.

Chegado o momento do parto, mais funções das visitadoras parteiras eram postas em prática, inicialmente no auxílio à parturiente. Em seguida, uma vez nascida a criança, esta era matriculada no Centro de Cultura Infantil. Estava posto, então, o encadeamento dos serviços oferecidos pela Inspetoria de Higiene Infantil: criava-se o vínculo com a mãe durante a gravidez, e as visitadoras parteiras iniciavam o trabalho na primeira infância, incentivavam a amamentação, informavam sobre os perigos da alimentação que não o leite materno, ensinavam, enfim, os preceitos da puericultura, as bases técnicas da maternidade científica. Uma vez atingida a idade escolar, médicos e visitadoras escolares cuidavam do desenvolvimento da criança, de sua evolução física e dentária.

Alcançado o objetivo de identificar, matricular e acompanhar a gestação das mulheres grávidas, a manutenção das crianças nascidas sob a vigilância desse novo serviço se apresentava como outro desafio imposto à Inspetoria de Higiene Infantil. A adesão das mulheres grávidas e das mães a esse serviço oferecido pelo DSA era de grande importância, já que ele não teria sucesso algum se elas não se engajassem e, por conseguinte, não fossem até a Policlínica Infantil instalada no novo prédio do Departamento, ou no dispensário de Higiene Infantil Lino Braga no bairro de Afo-

gados, não fizessem os exames e os acompanhamentos médicos do serviço pré-natal, nem vacinassem seus filhos.

A vacinação, que historicamente possuiu resistência entre a população de um modo geral, deveria ser realizada nas crianças. Um dos métodos utilizados pelo poder público para conseguir vaciná-las apresenta a maneira como se estabelecia a relação entre o poder público com as camadas populares. O desinteresse da população pelos serviços de saúde e a falta de adesão aos preceitos médicos eram vistos como fruto da ignorância, como características das “classes incultas”⁶¹. Registra Amaury de Medeiros que, “para atrair clientela ao serviço, temos, sempre que possível, feito pequenos presentes que nos tornam, assim, simpáticos no início da instituição” (1926, p. 160). Para garantir o afluxo de mães e crianças no Departamento de Saúde e Assistência, por exemplo, encontramos também propagandas do Natal comemorado pelo DSA. Segundo o jornal *Saúde e Assistência*, publicação oficial da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, responsável por demarcar o posicionamento da esfera governamental e também ligada ao Departamento de Saúde e Assistência, “a Inspetoria de Higiene Infantil, dando um exemplo de ternura e amor aos seus pequenos clientes aproveitou o ensejo de natal para oferecer-lhes uma recepção festiva, distribuindo pequenas lembranças e brindes” (O NATAL, 1924, p. 1). Com essa ação estabelecida por meio da troca material, organizada pelas visitadoras e com a presença do diretor do Departamento, Amaury de Medeiros, e sua esposa, Aspásia Loreto de Medeiros, afirma a publicação que compareceram 2.810 crianças. Reunidas, foram vacinadas contra a varíola e, com as mães, presenciaram “um ligeiro e tocante discurso, cheio de conselhos úteis e ensinamentos salutareos, o que produziu a mais agradável impressão” (O NATAL, 1924, p. 1).

Das atividades realizadas no âmbito da Inspetoria de Higiene Infantil, a inspeção das amas de leite se configura como um fator importante de análise. Primeiramente, porque, se havia a inspeção, sugere que a prática de contratação de mulheres para alimentar os filhos de outras mulheres ainda era bastante difundida no período. Em segundo lugar, o fato indica que a amamentação dos próprios filhos ainda não era um hábito consolidado entre as recifenses

61. No capítulo que aborda a educação sanitária, o médico Amaury de Medeiros nomeou em subtópico: “As classes incultas em face dos novos métodos” (1926, p. 131).

do período, e a atuação dos médicos nessa seara é um caso importante para compreendermos a tentativa de formação de dizibilidades sobre o corpo feminino e de que forma elas deveriam atuar na sociedade, sobretudo a partir do exercício da maternidade científica dirigida pelos preceitos médicos.

Como requisitos para a atuação como ama de leite, era necessário estar em boas condições de saúde, ser aseada, ter leite bom e que seu filho fosse sadio, detentor de um registro civil ou algum documento que comprovasse a idade da criança. Caso o filho fosse falecido, a certidão de óbito deveria ser apresentada. Aprovada nos primeiros exames, feitos no gabinete das amas de leite, pertencente à Inspetoria de Higiene Infantil, a ama era identificada a partir de uma matrícula na Inspetoria e recebia uma caderneta que comprovava a atividade exercida; todavia, ao empregar-se, a vigilância posta em prática pelo órgão do Departamento de Saúde e Assistência prosseguiria.

Para que as amas de leite pudessem exercer a sua função, eram cobradas as seguintes obrigações: informar ao inspetor da Higiene Infantil a quem confiou a criação do seu filho (nome, a criadeira, sua residência, rua, número e a qual gênero de alimentação está submetido); deixar o filho sob fiscalização da Inspetoria de Higiene Infantil; comunicar sempre a Inspetoria, dentro das primeiras vinte e quatro horas que se empregou, sob pena de lhe ser cassada a respectiva caderneta e o respectivo atestado; participar, sempre com presteza, da mudança de domicílio da pessoa a quem confiou o filho para criar; exibir sua caderneta com o respectivo atestado aos pais, tutores ou encarregados da criança que vai amamentar; repetir o exame médico todas as vezes que mudar de lactente; obter do último patrão uma declaração dos motivos que determinaram a sua dispensa (PERNAMBUCO, 1924, p. 108).

A fiscalização das amas de leite era objeto de preocupação por parte do poder público, já que este, aliado ao discurso higiênico proposto pelos médicos, também se propunha a criar o hábito de as próprias mães amamentarem seus filhos⁶² dentro de uma ordem técnica chancelada pelos médicos.

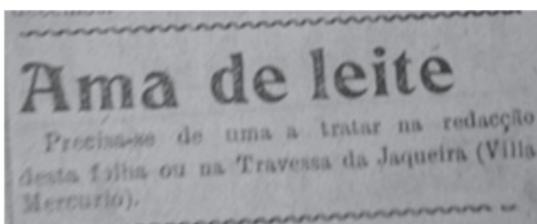
É importante trazer para a discussão os números apresentados sobre o quantitativo de exames das amas de leite realizados no quadriênio de governo de Sérgio Loreto: dois no ano de 1923 e cinco no ano de 1924, sendo inexisten-

62. O incentivo à alimentação dos próprios filhos e à recusa em contratar amas de leite também será objetivo da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. Através de material textual e gráfico, fornecerá às visitadoras e ao jornal Saúde e Assistência fontes para as campanhas que visavam à formação de um ideal de maternidade.

tes nos anos de 1925 e 1926 (MEDEIROS, Op. cit. p. 175). Apesar de todo esforço posto no regulamento e apresentado nas linhas anteriores, o intento não se mostrou eficaz. Tais dados, contudo, não permitem afirmar que a atividade por elas exercida deixou de existir. Acreditamos que essa prática, a despeito de todas as regras e penalizações que o poder público previa colocar em prática, continuou existindo à revelia das normalizações oficiais. Interpretamos esse fato como desejo do poder público mais de identificar os indivíduos do que propriamente de puni-los pelo não seguimento do Regulamento, uma vez que o Estado moderno necessita identificar os indivíduos e tornar o homem e a mulher modernos cada vez mais presos ao controle dos poderes públicos⁶³.

Amas de leite e parteiras eram vistas como um conjunto homogêneo que representavam um exemplo contrário àquilo que os médicos apregoavam. Tendo a ciência como pedra angular para os cuidados com os filhos e legitimadora de um discurso, essas mulheres eram vistas como portadoras de práticas negativas e atrasadas, identificadas como um empecilho para o desenvolvimento das novas gerações e causa de mortes entre os recém-nascidos. Diante de todas as normas impostas às amas de leite, ainda assim a prática da contratação de mulheres para realizar a amamentação dos próprios filhos persistia. No jornal *A Noite*, de 18 de dezembro de 1923, por exemplo, encontra-se o anúncio “Ama de Leite. Precisa-se de uma a tratar na redação desta folha ou na Travessa da Jaqueira (Villa Mercurio)”.

Figura 1 – Anúncio



Fonte: *Jornal A Noite* (AMA, 1923).

63. Gustavo Acioli Lopes (2012), investigando o mesmo recorte temporal, porém a respeito do número de detenções nos casos de vadiagem, registra o alto número de reincidências de uma punição que de fato pusesse fim a esse tipo de contravenção. Explica o historiador que havia, no entanto, um maior interesse pela identificação dessa parcela da população do que propriamente por puni-la.

O confronto entre o discurso governamental, apoiado num culto à razão científica, e a prática dos cuidados com as crianças sustentada por um saber popular corroborou o exercício de relações de poder que propagavam a desigualdade, visões preconceituosas e tentativas de subordinação. Conforme anúncio no jornal *Saúde e Assistência*, era necessário que:

Antes de contratar uma ama de leite levei-a à Inspetoria de Higiene Infantil do Departamento de Saúde e Assistência. Tal medida protegerá vosso filho contra um possível contágio. A ama de leite pode ser veículo de graves doenças, como a tuberculose e a sífilis (1923, p. 2).

Evidencia-se, portanto, que, se por um lado o poder público não conseguia eliminar a prática, por outro tentava controlar e vigiar.

A formação do corpo de visitadoras no âmbito das políticas de saúde para as mulheres e crianças

A tentativa de superar um passado que representava o atraso de Pernambuco quanto ao que se entendia por civilização (expresso sobremaneira no índice de mortalidade infantil), por meio do incentivo a novas práticas de cuidado com o corpo e da propagação da ideia do exercício da maternidade como uma atividade científica, conduziu à emergência da profissão de visitadora. A respeito desta função, Amaury de Medeiros afirma:

[...] foi preciso, inicialmente, conseguir preparar um instrumento novo nos serviços sanitários, um elemento capaz de tomar as gerações futuras muito cedo e lidar com elas através das mães, orientando-as pela ciência e pelo coração. [...] toda a gente de Recife sabia nitidamente em que consistia ser professora pública, dentista, farmacêutica, datilógrafa; auxiliar de saúde pública era uma missão nova para a mulher, suas funções não eram conhecidas no meio [...]. Inicialmente foi necessário fazer propaganda da nova função que ia se criar para atrair candidatas das classes altas, como era essencial, sob pena de comprometer irremediavelmente o novo e básico serviço (MEDEIROS, 1926, p. 122).

A fim de atribuir à atividade de visitadora características distintas de qualquer outra existente (exaltando o caráter moral, social e intelectual do serviço), persuadir autoridades, candidatas e população e criar uma espécie de aura especial sobre a novidade a ser introduzida, Amaury de Medeiros lançou a convocação para o curso de visitadoras. Investidas do objetivo de combater a falta de educação da população e popularizar os preceitos da higiene, articulando-se com o discurso eugênico em voga no período, as visitadoras desempenharam uma função importante durante a administração de Sérgio Loreto, reafirmando por meio do exercício dessa atividade o processo civilizatório que o poder público objetivava conduzir. O Diretor de Saúde e Assistência assim apresentou as razões da escolha de mulheres para realizar a função de educar a população em termos de higiene:

A missão delicada de ensinar às crianças e às mães os preceitos de higiene, a arte sutil de assistir os doentes, só tem sido, em toda a parte, exercida com eficiência pelas mulheres; foi por isso que, o higienista moderno, avidamente, compreendeu que não podia prescindir do concurso feminino. [...] Devendo atualizar o nosso Departamento sanitário, apelei para o concurso da mulher, organizando um corpo de visitadoras. Estou convencido de que o serviço de higiene infantil, com o serviço de visitadoras que lhe é anexo, representa o maior progresso do nosso Departamento (MEDEIROS, 1926, p. 183).

Em 3 de abril de 1923, o *Jornal do Commercio* anunciava para o próximo dia, na sede do DSA, com lição inaugural proferida por Amaury de Medeiros, o início do curso de visitadoras, que contava com vinte e seis senhorinhas inscritas⁶⁴. No dia 6 de abril o mesmo jornal trouxe o resumo da lição realizada pelo diretor do Departamento. Com caráter de solenidade

64. Na edição de 6 de abril de 1923, o *Jornal do Commercio* trouxe a lista constando o nome das inscritas. No entanto, a fonte se encontra incompleta e alguns nomes estão ilegíveis. Escreveu o jornal: “O curso de visitadoras conta com as seguintes enfermeiras matriculadas: Alice Aida de Barros Ribeiro, Maria Orvalina Monteiro Jacome, Theresa Wanderley Lima, Graziella [ilegível] Machado [ilegível], Adalgisa Netto de Paiva, Maria Elisa Sousa Gomes, Maria do Carmo Baptista de Oliveira, Maria Celina Correia da Silva, Maria Terezinha Marinho Rego, Maria [ilegível] Pessoa Guimarães, Odete de Melo Travassos, Arminda Almeida de Albuquerque, Celeste da Costa Leitão, Maria do Carmo Monte, Olívia da Conceição Dowsley Coimbra, Austrelina Correia de Mello, Maria” (CURSO, 1923, p. 2).

e para um público de “pessoas de representação social”, Medeiros discorreu sobre a origem do serviço de visitadoras na grande guerra e a importância do papel das visitadoras na difusão de conselhos úteis, uma vez que “a saúde pública [...] aproveita as qualidades características da mulher, bondade, doçura, poder de persuasão, fortifica-as pela aquisição de conhecimentos científicos e tira disso o máximo proveito” (CURSO, 1923, p. 2).

Os conhecimentos científicos vinham por meio da realização e da frequência do curso de visitadoras, no qual as mulheres eram dotadas de conhecimento sobre corpos, doenças e métodos de higiene e saúde, o que era de suma importância para a eficácia da atuação como visitadora. O curso consistia em cinco disciplinas teóricas, desenvolvidas durante doze meses: noções de bacteriologia e higiene, anatomia e psicologia, assistência médica, assistência cirúrgica e puericultura (HORÁRIO, 1923, p. 2). Recrutadas exclusivamente entre professoras, farmacêuticas, dentistas e parteiras, com idade mínima de dezessete anos e máxima de trinta e cinco, com documentos comprobatórios de idoneidade moral e de educação, assim como de boas condições físicas, algumas das formadas no curso seriam aproveitadas no novo serviço oferecido pelo Governo do Estado, com ordenado de trezentos a trezentos e cinquenta mil réis.

Ao passo que se colocava a aquisição de conhecimentos científicos necessários para o exercício da função sanitária, também se punham em prática concepções pré-determinadas a respeito do lugar que as mulheres deveriam exercer na sociedade. Beauvoir registrou que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, indicando que o caráter biológico feminino confinava as mulheres em seu sexo e as enraizava na sua própria natureza, enquanto o macho possuía um valor positivamente cultural muito mais amplo, como a atuação em trabalhos profissionais e na gestão das cidades, por exemplo. Beauvoir também questionou:

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 2009, p. 15)

Adjetivos e valores intrínsecos às mulheres, como os da bondade, doçura e poder de persuasão, utilizados por Amaury de Medeiros, buscavam

fundar e ressignificar feminilidades e o que deveriam ser as mulheres. Beauvoir iniciou um debate que punha em contraste o caráter biológico do sexo em confronto com a criação cultural em torno dele, uma vez que, ao se colocar acento sobre o caráter biologizante⁶⁵ das mulheres, se reduzem as experiências subjetivas delas, baseado na noção de fixidade das representações de homens e mulheres e tendo os conceitos normativos como naturais. A atuação das visitadoras – mulheres das elites buscando criar uma forma higienizada de se viver das mulheres das camadas populares e tutelando a criação dos filhos e filhas destas mulheres – tinha como cerne o combate à mortalidade infantil. Eram muitas as causas que contribuíam para a mortalidade infantil, desde as condições sanitárias das habitações até os fatores hereditários, mas recaiu sobre as mulheres o peso de não serem boas mães, pois se enfatizava que a ignorância em torno das atividades maternas concorria para a morte das crianças. A maternidade também estava associada ao projeto modernizador e ao binômio mãe-filho: ressaltando-se as características da natureza feminina sobre a reprodução, houve a valorização da infância como futuro da nação e da ciência como caminho para a construção de uma maternidade que assumia novas dimensões, atrelada a uma missão patriótica. Criaram-se novas dimensões interpretativas sobre o fato natural de parir, que viria agora renomeado pela ciência (símbolo máximo da modernidade?): maternidade científica. Esta, de acordo com Rima Apple (apud FREIRE, 2009, p. 21), é o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos. Portanto, uma solução para lutar contra a mortalidade infantil foi difundir os princípios da puericultura pela ação das visitadoras, pois a função biológica inata às mulheres não era considerada suficiente. Era preciso retirar as mães da atuação leiga da maternidade, para que elas cuidassem adequadamente e cientificamente dos seus filhos.

A criação do serviço de visitadoras também se instala no contexto de uma das discussões que vigorava à época: os limites do lar e a participação feminina no mundo do trabalho. Interpretada sob o ponto de vista de a necessidade da carreira profissional e do trabalho estar em oposição às funções de esposa e mãe, essa discussão enfileirava opiniões conflitantes:

65. “A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas” (BEAUVOIR, 2009, p. 16).

argumentos que colocavam limites físicos e psíquicos para o trabalho feminino (seria incompatível exercer a função primordial de mãe se se abrissem à mulher as fronteiras do lar) *versus* a defesa das feministas da época da compatibilidade entre as atividades de mãe/esposa e trabalhadora. Na edição de 26 de março de 1923 do jornal *A Notícia*, podemos ler a seguinte crítica sobre a ampliação da educação das mulheres visando o mercado de trabalho: “O impulso que se deu, portanto, a um curso comercial que terá por fim afastar mais e mais a mulher de sua missão da maternidade é um trabalho que vem prejudicar a útil iniciativa do Departamento de Saúde e Assistência” (1923, p. 1).

Se, por um lado, as atividades de trabalho na rua supostamente masculinizavam as mulheres e as distanciavam de sua exclusiva função biológica de procriar, por outro, a função de visitadora se apresentava como uma solução conciliatória. Isso porque, ao mesmo tempo que as mulheres conquistavam o espaço público, também se perpetuavam as características consideradas inatas ao gênero feminino, dentro de uma visão de que aquelas deveriam exercer funções associadas a cuidado, bondade, atenção, paciência e educação, já que sentimentos ternos deveriam ser a tônica das personalidades femininas, pelo menos as das elites. Comungamos da ideia de que a presença cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho deu condições efetivas para que elas lutassem pela defesa da educação e pela emancipação feminina. Apontamos também que a inserção das mulheres em novas atividades do mercado de trabalho seguiu, para as camadas mais pobres, o aspecto de necessidade e sobrevivência, enquanto para as camadas média e alta houve a incorporação do valor burguês de trabalho, ao se reprovar a ociosidade e se atrelarem ao suposto “parasitismo” feminino aspectos de uma cultura “atrasada”, que se deveria superar (A NOTÍCIA, 1923, p. 57). Logo seria esperado que as mulheres modernas executassem trabalho doméstico e trabalho fora do lar, numa jornada dupla, sendo elas colaboradoras do equilíbrio familiar e promotoras do progresso do país.

A escolha de mulheres para o desempenho da função de visitadora também revela a assimetria entre os sexos. O exercício dessa profissão tinha nas características vistas como inatas aos sexos a sua legitimação, pois aos homens continuavam a pertencer os espaços de direção e comando, tanto que todos os cargos de chefia do DSA eram capitaneados por homens, e inexistiam mulheres médicas atuando no seio do Departamento. Às mu-

lheres e sua delicadeza e sutileza cabiam os espaços do ensino e do cuidado referendados pela função de visitadora. No entanto, apesar de lideradas por homens, as experiências vivenciadas na prática de uma atividade laboral pelas visitadoras igualmente serviram de empoderamento para aquelas mulheres, que, entre avanços, recuos e concessões, alargavam os limites da atuação feminina na sociedade, promovendo subjetividades e possibilidades outras a partir do desempenho de um importante papel nos espaços públicos.

Dessa forma, sob o título de “bondade e inteligência”, as mulheres que frequentavam as aulas da primeira turma do curso de visitadoras sanitárias tiveram destaque na primeira página do jornal *A Notícia* de 1º de setembro de 1923, sendo apresentadas da seguinte maneira: “Aspecto de uma aula de visitadoras do Departamento de Saúde e Assistência, onde se vê, recebendo os ensinamentos para a elevada missão de bondade e inteligência, a fina flôr de nossa juventude feminina”.

Figura 2 – Matéria



Fonte: Jornal *A Notícia* (BONDADE, 1923, p. 1).

Se a bondade já era tida como adjetivo inato ao gênero feminino, a inteligência começava agora a despontar como mais uma característica a ser exaltada entre as mulheres. Assim, bondade e inteligência se tornaram valores utilizados para qualificar a atuação das visitadoras.

A bondade, para além de uma característica inerente às mulheres, também se relacionava com a ação das visitadoras junto à população mais pobre do Recife, somando a prática na área de saúde a uma função de assistência social. Desenvolvendo um trabalho que ajudava a salvar vidas e evitava doenças nas mães e crianças, independentemente do que o Estado pretendia com a reprodução de corpos, as visitadoras tinham entre seus objetivos propagar os preceitos de higiene e saúde, além de hábitos e maneiras burgueses de viver, como vemos na descrição de Amaury de Medeiros sobre a atuação das visitadoras na vila operária Paz e Trabalho:

A visitadora de saúde, professora de higiene, influi até na arrumação mais elegante e graciosa dos móveis, procurando conseguir detalhes que dão melhor impressão de conforto numa vivenda: uma planta em cima da mesa, um jarro de barro com flores apanhadas no quintal, etc. (MEDEIROS, 1926, p. 150).

A atividade das visitadoras era dividida em três categorias: visitadora-chefe, visitadoras parteiras e visitadoras de segunda. As visitadoras eram mulheres, sobretudo, das camadas média e alta da população – havendo entre elas professoras, dentistas, farmacêuticas e datilógrafas –, embora as visitadoras parteiras fossem oriundas de diversas camadas sociais. Atuando como um braço do Estado que contribuía para a vigilância e normatização da população, as visitadoras desempenhavam um papel difusor de uma cultura higiênica e de saúde pública. Tinham como função primordial fazer com que as medidas adotadas pelo Departamento de Saúde e Assistência atingissem seus objetivos por meio da atuação direta junto à população, ou seja, colocavam em prática o trabalho de normatizar os corpos e sanear as famílias. Isso se dava por meio de campanhas de vacinação, de incentivo à realização do pré-natal, de conferências visando convencer as mães da importância de amamentar seus próprios filhos e de fiscalização das amas de leite.

Figura 3 – Visitadora atuando junto à população. Lê-se na legenda:
“Uma visitadora em seu trabalho de puericultura”.



Fonte: Medeiros (1926, p. 101).

Uma vez nascida uma nova criança no Recife, a Inspetoria de Estatística notificava a visitadora-chefe, que repassava os nascimentos para as visitadoras de segunda, às quais cabiam, em cada distrito de atuação, matricular os recém-nascidos na Inspetoria de Higiene Infantil. A fim de produzir um saber sobre a população, sobretudo das camadas populares, enquadravam-se os recém-nascidos num sistema de identificação composto por três cartões, sendo: o primeiro para a família, no qual eram registrados dados sobre alimentação e saúde dos que viviam com as crianças (pais, irmãos etc.) e o estado dos domicílios; um segundo, em que eram anotadas informações sobre aspectos da própria criança, como desenvolvimento físico, alimentação e vacinas; e um terceiro cartão, no qual estavam todas as informações dos dois anteriores, que ficava arquivado sob posse da própria Inspetoria de Higiene Infantil.

Críticas ao novo serviço surgiram nos jornais, sendo o próprio Amaury de Medeiros responsável por debelar qualquer tentativa de pôr em xeque a atividade das visitadoras. Criticava-se o fato de as visitadoras serem escolhidas pela Inspetoria de Higiene Infantil com dispensa de concurso, conforme matéria do jornal *A Notícia* de 18 de julho de 1923 (*O CONCURSO*, 1923, p. 1). A despeito de Medeiros ser genro do governador Sérgio Loreto, fato pouco mencionado ao longo da documentação pesquisada, havia uma tentativa de

destacar, sobre a gestão do Diretor de Saúde e Assistência, a marca de não empregar pessoas no seio do Departamento por indicações, mas sempre por mérito e capacidade. Dessa maneira, apesar de ser facultada ao Diretor a liberdade de nomear e demitir, houve uma prova para a seleção inicial de dez visitadoras que atuaram na Inspetoria de Higiene Infantil, muitas delas formadas pela Escola Normal, a fim de realizar demonstrações práticas do novo serviço, tanto para a população que iria conviver com a introjeção de novos hábitos quanto para as próprias alunas que estavam realizando o curso de visitadoras.

Seguindo os modelos de exclusão, quadrículamento e panoptismo apresentados por Michel Foucault em *Vigiar e punir* (2014), a respeito do poder disciplinar para o controle e o funcionamento da sociedade, percebemos que uma das principais características do poder disciplinar é a atenção dada sobre a distribuição dos indivíduos no espaço. Nesse sentido, verificamos que o princípio do quadrículamento permite o controle da ausência e da presença, e da vigilância sobre os comportamentos. Além disso, a partir de suas técnicas disciplinares, implica a divisão de espaços conforme o número de corpos.

Para a execução dos trabalhos das visitadoras na cidade do Recife, esta foi dividida em cinco zonas e subdividida em dezesseis distritos. Essa divisão era realizada da seguinte forma: 1ª Zona, cujos bairros eram Recife e Santo Antônio (1º distrito), São José (2º distrito), Cabanga, Pina e Boa Viagem (3º distrito), Afogados (4º distrito), Jiquiá, Areias, Barro, Peres e Tegipió (5º distrito); 2ª Zona, subdividida em seis distritos, sendo parte da Boa Vista e Ilha do Leite o primeiro, Pombal o segundo, Santo Amaro o terceiro, Derby, Capunga, Aflitos e Espinheiro o quarto, Matinha e Sertãozinho o quinto, Hipódromo e Torreão o sexto; 3ª Zona, dividida na Torre (1º distrito), Madalena e Zumbi (2º distrito), Cordeiro e Várzea (3º distrito), Mangabeira de Baixo a Casa Amarela (4º distrito) e Ponte d'Uchôa a Dois Irmãos (5º distrito). Dessa maneira, no ano de 1926, estimava-se a proporção de uma visitadora para cada vinte mil habitantes, um trabalho bastante pesado considerando-se as várias funções atribuídas às visitadoras.

As funções das visitadoras compreendiam também a atuação dentro das residências, dos estabelecimentos de ensino primário e profissional, públicos ou particulares. Assim, cabia às visitadoras a fiscalização dos aspectos físicos das instituições de ensino, a profilaxia das doenças transmissíveis, bem como exame, vacinação e revacinação de funcionários, alunos e professores das escolas (SERVIÇO, 1923, p. 1).

Na tentativa de ultrapassar a barreira de país atrasado por sua história e por sua população mestiça, a população do Recife no quadriênio 1922-1926 experimentou práticas que visavam a gerenciar a reprodução dos indivíduos dentro de uma cultura higiênica. Práticas de puericultura, vigilância das visitadoras, ensino de cuidados de higiene e saúde e formação de um modelo de mãe a ser seguido foram tecnologias biopolíticas que insidiam sobre as mulheres e seus corpos. Assim, em um governo que buscava se apresentar como moderno, instituir o novo nos parece imperativo. O novo, palavra usada à exaustão tanto nos tempos passados que estudamos quanto na realidade recifense que hoje nos cerca e que vivenciamos nesta segunda década do século XXI, só parece fazer algum sentido quando se põe em oposição a algo considerado velho, atrasado e retrógrado. Esses adjetivos estavam contidos no grau de insalubridade das moradias e da cidade, repleta de uma população pobre, ameaçadora para os interesses das elites, e no acesso da população à saúde e educação.

Portanto, apresentar o novo à sociedade recifense do início do século XX constantemente possuía o caráter reformador das estruturas organizacionais da máquina pública, das estruturas criadas para administrar o Estado, enfim, dos mecanismos que servem à atuação do Estado em relação à sua população. E esta, regenerada por meio do discurso salvacionista do sanitarismo, que era um ponto de convergência entre saúde, educação e nação, era alvo das ações do governo, especialmente as mulheres, vistas como capazes de reproduzir nos lares um modelo de viver higienizado, exercendo a função materna como uma potência civilizadora.

Referências

A NOTÍCIA, Recife, 26 mar. 1923.

AMA de leite [anúncio]. **A Noite**, Recife, p. 1, 18 dez. 1923.

ANTES de contratar uma ama de leite... [anúncio]. **Saúde e Assistência**, Recife, ano I, n. 2, p. 2, out. 1923.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BONDADE e inteligência. **A Notícia**, Recife, p. 1, 1 set. 1923.

CURSO de visitadoras: a lição inaugural, ontem. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 6 abr. 1923.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GIOVANELLA, Lígia et al. (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

HORÁRIO do curso de visitadoras. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 10 abr. 1923.

JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 17 jun. 1923.

LOPES, Gustavo Acioli. O micróbio do crime: repressão policial à va-diagem e higienismo no Recife. In: REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira da; BARROS, Natália (Org.). **Os anos 1920: história de um tempo**. 1. ed. Recife: UFPE, 2012, v. 1, p. 13-48.

MEDEIROS, Amaury de. Alguns aspectos presentes e futuros da hygiene em Pernambuco. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 25 dez. 1924.

MEDEIROS, Amaury de. **Saúde e assistência. Doutrinas, experiências e realizações**. Recife: [s. n.], 1926.

O CONCURSO de visitadoras do Departamento de Saúde e Assistência. **A Notícia**, Recife, p. 1, 18 jul. 1923.

O NATAL no Departamento de Saúde e Assistência. **Saúde e Assistência**, ano II, n. 16, p. 1, dez. 1924.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado**. Lida ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1923. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Governador Sérgio T. Lins de B. Loreto Governador do Estado**. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 12ª Legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 7 de setembro de 1926. Pernambuco: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1926.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Regulamento do Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco**. Aprovado pelo decreto de nº 567 de 23 de maio de 1924. Recife: Sec. Tec. da Rep. de Pub. Officiaes, 1924.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, jan./jun. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1989.

SERVIÇO de visitadoras escolares. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 11 abr. 1923.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Civilizar, embelezar: a construção de uma cidade moderna. Recife de princípios do século XX. In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira da (Org.). **Os anos 1920**. Histórias de um tempo. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 143-180.

O aborto no Brasil: uma “democratização às avessas”

Marcela Boni Evangelista

Este artigo é fruto de reflexões da pesquisa *O aborto em questão: moral, subjetividades e direitos*, desenvolvida no Doutorado em História do Departamento de História da FFLCH-USP. A proposta se ampara nos referenciais teóricos e metodológicos da história oral e tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o aborto no Brasil contemporâneo a partir de narrativas resultantes de entrevistas de história de vida. Pretende-se contemplar as seguintes redes de entrevistados: a primeira, formada por mulheres e homens que vivenciaram a experiência do aborto induzido; a segunda, composta por mulheres e homens que, independentemente de terem tal vivência, se manifestam publicamente sobre o assunto. Em ambos os casos, atenta-se para visões favoráveis e contrárias ao tema.

O presente texto é também anseio por responder a uma indagação feita no XXVIII Simpósio Nacional de História, realizado em 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante apresentação no Simpósio Temático “Violência contra a mulher: conceituações e práticas sociais”, a professora Maria Beatriz Nader, uma das coordenadoras, sugeriu algo contundente e provocativo: de que o aborto no Brasil, longe de ser exclusividade de grupos específicos, era um fenômeno “democratizado”. Tal proposição veio à tona e frutificou preocupações novas e pertinentes ao estudo que estamos desenvolvendo.

Iniciando a discussão

Partimos do conceito de democracia, palavra cujas raízes nos transportam para a Antiguidade:

A palavra democracia vem do grego (*demos*, povo; *kratos*, poder) e significa poder do povo. Não quer dizer governo pelo povo. Pode estar no governo uma só pessoa, ou um grupo, e ainda tratar-se de uma democracia – desde que o poder, em última análise, seja do povo. O fundamental é que o povo escolha o indivíduo ou grupo que governa, e que controle como ele governa (RIBEIRO, 2013, p. 6).

O tempo passou e, como naturalmente observamos em processos linguísticos, o termo se ampliou, diversificou e passou a ser apropriado com diferentes finalidades⁶⁶. A ideia de democracia se alargou e vocábulos derivados passaram a carregar novos significados. Importa-nos especialmente o termo democratização, cuja definição, a despeito de variações, diz respeito à ideia de popularizar ou tornar acessível a todas as classes sociais. De imediato, e acertadamente, a palavra democratização costuma estar associada a ações e reflexões que dissertam sobre a luta por direitos e sua conquista. Afinal, democratizar algo que deve ser acessível a todos nos reporta àquilo que se mostra essencial para os sujeitos. Pouco se fala, contudo, acerca da possibilidade de agregar aspectos negativos a essa ideia. Seremos aqui desses poucos.

Propomos a resignificação do termo democratização à luz da temática do aborto. Mais especificamente, do aborto provocado ou induzido. Há amplas possibilidades de definir o aborto, como demonstra Danda Prado em seu didático *O que é aborto* (2007). No que tange aos nossos objetivos, cabe a seguinte explanação de Ricardo Santiago:

No contexto mundial, o aborto é dividido em dois grandes grupos. O aborto seguro, realizado em condições adequadas para esse procedimento médico, e o abortamento inseguro,

66. Reflexão semelhante é proposta por Joan Scott no artigo “Usos e abusos do gênero” (2012), em que expõe as transformações observadas no emprego do termo gênero ao longo das últimas décadas e a amplitude de seus significados a partir da apropriação por diferentes grupos e intenções.

realizado fora do ambiente correto, levando a um grande risco à vida e à saúde da mulher. O que torna o abortamento seguro ou inseguro não é apenas sua legalidade ou ilegalidade. Quando se legaliza o aborto, mas não se constrói uma rede de serviços preparada para o procedimento, ele continua sendo inseguro (SANTIAGO, 2008, p. 34-35).

Mais que uma definição científica ou jurídica, interessa-nos o aprofundamento da reflexão sobre os aspectos que envolvem o contexto brasileiro, a partir do qual se desenlaçam experiências de clandestinidade em diferentes patamares, condicionadas, sobretudo, pela criminalização. Sendo assim, a condição em que o Brasil se encontra em termos de democracia merece atenção.

Um dos grandes desafios de boa parte dos países da América Latina, na contemporaneidade, é consolidar o sistema democrático e, como tal, assegurar a cidadania. O que significa garantir os direitos individuais, em particular o respeito à liberdade individual. Verifica-se um processo lento de mudanças, repleto de embates sobre a disciplina dos corpos e dos gestos dos indivíduos, bem como a permanência de exclusão das mulheres dos espaços públicos (CAVALCANTE; BUGLIONE, 2008, p. 110).

Nosso cenário é, portanto, emoldurado por elementos que restringem significativamente a liberdade das mulheres. Sendo o aborto assunto delicado e polêmico, seu debate é exemplo de contradições e posicionamentos acalorados da parte de diferentes grupos.

O aborto na boca do povo e nas reflexões feministas

Por ser o aborto tema que suscita atitudes e opiniões multifacetadas, é importante atentar para considerações que operam além do âmbito oficial, ou seja, aquelas com as quais nos deparamos no cotidiano em conversas informais ou em manifestações registradas em suportes que permitem sua veiculação mesmo sem embasamento científico ou autoria identificável, como é o caso das redes sociais. Estas são ambientes que informam sobre o senso co-

num e, nesse sentido, também sobre elementos construtores de concepções simbólicas e da memória coletiva. É comum nos depararmos com falas que afirmam que quem realiza abortos são adolescentes que cometeram “erros”, sem relacionamentos fixos e amparo familiar. Ou, ainda, que são mulheres pobres que não possuem condições materiais de criar um filho. Por fim, que são as mulheres “irresponsáveis” as que mais buscam a alternativa.

Segundo Cavalcante e Buglione (2008), estudos sobre a opinião pública a respeito dos direitos reprodutivos,

[...] Embora de maneira alguma esgotem a complexidade que a questão sugere, suscitam a imaturidade política da sociedade brasileira no que se refere à cidadania feminina. Desvelam como nossa democracia ainda é frágil em relação à equidade de gênero e de direitos. Evidencia a assustadora falta de entendimento e aceite sobre a mulher ser portadora de direitos e, como tal, capaz de escolher, de decidir, principalmente em relação ao seu próprio corpo (CAVALCANTE; BUGLIONE, 2008, p. 133).

Em terreno amparado por maiores esforços para compreender o aborto de maneira menos restrita, outros são os fatores que aparecem como desencadeadores. Estes, não menos envoltos por contradições. Podemos, contudo, sugerir que a opção pela interrupção de gestações não planejadas é considerada, para alguns, direito a ser conquistado e, para outros, equívoco que envolve questões religiosas, morais e éticas.

Em relação à condenação ou descriminalização do aborto vemos, portanto, que os dois polos da sociedade são, em um extremo, os movimentos de mulheres (principalmente as feministas) apelando para “O direito ao próprio corpo” e, no outro extremo, o movimento que apela para “O direito à vida”, ambos de cunho internacional, tendo este último sua origem em elementos da Igreja católica e outros grupos identificados com sua ideologia, e o primeiro em uma conscientização histórica das mulheres reagindo contra sua discriminação de modo geral (PRADO, 2007, p. 79).

No caso dos grupos que consideram o aborto um direito, é possível identificar variáveis. Tomando como base os movimentos feministas em sua pluralidade, é interessante notar que mesmo nesse contexto há contro-

vérsias. Segundo Birolli (2014), há um recorte que divide a reflexão sobre o aborto em dois polos: um deles remete à questão dos direitos reprodutivos, enquanto o outro se refere à autonomia reprodutiva. No que diz respeito à discussão sobre direitos reprodutivos, o aborto apareceria como um dos elementos que organizam as relações de gênero, especialmente as mais “tradicionais”, que envolvem o universo familiar.

Os direitos reprodutivos podem aparecer, nesse sentido, vinculados ao planejamento familiar, que inclui o acesso a informações sobre sexualidade e métodos contraceptivos. As mulheres, nessa perspectiva, teriam o direito de se prevenir de gestações não programadas, que comprometeriam suas atividades, em muitos casos, ligadas à própria família, como manter dupla jornada e exercer plenamente as funções domésticas. Para alguns grupos feministas, haveria aqui a manutenção das desigualdades de gênero e a permanência da dominação característica da sociedade patriarcal. Além disso, seria possível realçar a ideia de que a responsabilidade sobre a reprodução é apenas das mulheres, acumulando decisões e culpas para estas, e, ao mesmo tempo, de que os homens estariam liberados de tais responsabilidades.

Outra linha segue o debate sobre a autonomia reprodutiva, envolvendo diretamente a liberdade sexual. É um aspecto que levanta muito mais pontos de entrave, uma vez que ultrapassa a questão do planejamento familiar e reconhece que as mulheres têm o direito de decidir pelo aborto sem justificativas moralizantes, tais como dificuldades financeiras ou de saúde, colocando-nos definitivamente diante do direito sobre o corpo. Isso, por sua vez, remete à discussão sobre a liberdade não apenas de decidir levar ou não adiante uma gestação não planejada. Falamos da liberdade sobre a própria vida e de como encará-la, vivendo livremente a sexualidade, desconectando, portanto, sexo e reprodução. Nesse caso, o aborto afetaria diretamente a noção de igualdade entre mulheres e homens no que tange aos usos dos seus corpos para o prazer e não somente para algum sentido de funcionalidade e eficácia. Esse aspecto se conecta em grau mais intenso com as relações de gênero, pois considera que a vida sexual de homens e mulheres pode se equiparar. Negar a maternidade pura e simplesmente por desejar manter a liberdade de vivenciar a sexualidade sem outros impedimentos causa comoção e indignação, o que aguçava a discussão social sobre o tema.

O que dizem os números

Estudos quantitativos demonstram a amplitude da utilização do aborto e estabelecem perfis que denotam quem, afinal, se vale do procedimento. Ainda assim, importa ressaltar a dificuldade em obter resultados comparáveis com a realidade, uma vez que não há registros oficiais do fenômeno. Estima-se que cerca de um milhão de casos aconteçam anualmente no Brasil, informação que, a despeito de sua fragilidade, demonstra a relevância do tema e lança disputas por sua veracidade.

Tomaremos por base o relatório *20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil*, divulgado em 2009, segundo o qual:

Um estudo recente sobre a magnitude do aborto no Brasil estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para esse cálculo foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2009, p. 14).

O mesmo estudo divulga o perfil da mulher que aborta: “Predominantemente, mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com Misoprostol” (BRASIL, 2009, p. 14).

É preciso encarar que os resultados numéricos, ainda que apontem aspectos fundamentais para a reflexão sobre o aborto no Brasil, não apresentam quem são essas mulheres, o que as motivou a abortar, nem tampouco as consequências que vivenciaram em função da opção que fizeram. Impossibilitam, ainda, entrever o papel exercido pelos homens envolvidos em tais experiências.

Mesmo que tenhamos um perfil que reúne diferentes mulheres a partir de características “comuns”, estas não esclarecem as especificidades de cada caso. E qual seria a importância de considerar o peculiar, a subjetividade? Basta que tenhamos ouvidos para conhecer as histórias sobre aborto para nos aproximarmos da multiplicidade de experiências que emergem dos dados objetivos.

Partamos do perfil identificado no estudo acima referido. O que será que uma mulher de 20 a 29 anos, casada, com mais de um filho, católica

e trabalhadora tem a dizer sobre sua decisão de interromper uma gestação? Será que todas possuem as mesmas convicções e argumentos? Será que suas relações pessoais apresentam as mesmas características? Será que as consequências vivenciadas são de mesma ordem? É possível que algumas expliquem sua decisão por questões financeiras, outras por motivos de trabalho, falta de apoio no cuidado com os filhos ou mesmo ausência de habilidade com crianças. Podemos ainda nos deparar com situações de violência doméstica, relações extraconjugais, problemas de saúde. E qual seria o peso de suas orientações religiosas? Qual sua concepção acerca da vida e da criminalização do aborto? Haveria medo de ser presa e julgada por isso? E aqui não falamos apenas de questões jurídicas. Qual seria o julgamento por parte daqueles com quem compartilham o cotidiano? Para quem falaram sobre o assunto? Como escolheram o método? Quais riscos correram em termos de saúde? As perguntas são muitas e, cada caso, um universo de possibilidades diferentes, que os números não revelam, por mais que contribuam para ações emergenciais que configuram um dos elementos da agenda que discute publicamente o aborto.

Acreditamos que pesquisas que envolvem tais particularidades podem iluminar os dados estatísticos e problematizar questões que são de indiscutível relevância para se refletir sobre o aborto num país onde a prática está circunscrita pela criminalização na grande maioria dos casos – exceção-se os casos denominados de aborto seguro, que envolvem situações de estupro, risco de morte para a mãe ou gestação de fetos anencefálicos. Legado à clandestinidade,

O aborto inseguro pode levar à morte o impressionante número de até 367 mulheres por 100.000 procedimentos realizados. Mas não apenas a morte espreita as mulheres que se utilizam dos procedimentos inseguros de aborto. Um número grande e silencioso de mulheres pode, ainda que não morra, apresentar sequelas físicas e reprodutivas (SANTIAGO, 2008, p. 37).

Se a mulher que aborta não é somente essa configurada pelo perfil descrito no relatório do Ministério da Saúde, quem são as outras? Voltemo-nos para outro dado: as maiores vítimas de mortes decorrentes de abortos inseguros são as mulheres negras e de baixa renda.

Entre os 89 casos de óbitos de mulheres por aborto analisados a partir de fontes específicas, identificou-se que 41,6% eram negras, 62,9% eram solteiras ou separadas, 60% trabalhavam como domésticas ou eram donas de casa, 73% tinham escolaridade inferior a 8 anos de estudos e 55% tinham menos de 29 anos de idade (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2005, p. 33).

Fica evidente a importância de considerar, em análises sobre o aborto, o recorte de etnia e classe social. “Nesse ponto, o que determina o acesso ao aborto seguro é também o poder econômico, o que torna o aborto inseguro uma manifestação da iniquidade social” (SANTIAGO, 2008, p. 35). Refletir acerca da democratização do aborto é, portanto, elemento crucial, pois ainda que falemos de experiência que envolve mulheres das mais diferentes origens, é nítida a clivagem que distingue e distancia seu grau de vulnerabilidade.

A constatação de que a maioria das mulheres que morrem em decorrência do aborto são as menos favorecidas economicamente não indica, contudo, que sejam estas as únicas, nem tampouco a maioria. É preciso notar que, em sua maior parte, os dados informam casos que chegam ao sistema de saúde pública, fonte não somente parcial como insuficiente, pois não registra os casos que envolvem clínicas clandestinas e, sobretudo, aqueles que não chegam a qualquer atendimento médico.

Desse modo, são imprescindíveis as pesquisas que buscam métodos alternativos para reconhecer quem faz a opção pelo aborto. Algumas buscam informações por meio da técnica de urna, como a PNA – Pesquisa Nacional de Aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010), em que não há a necessidade de identificação. Nesses casos, é possível observar variações que apontam caminhos complementares aos dados oficiais. Ainda assim, as informações são superficiais do ponto de vista subjetivo, mesmo que revelem a multiplicidade de mulheres que realizam abortos e os diferentes procedimentos utilizados.

A junção das investidas em aprofundar o conhecimento acerca de quem, como e por qual motivo passou pela experiência do aborto corrobora nossa hipótese inicial: a de que falamos de um fenômeno que abarca mulheres em sua pluralidade e sem cortes nítidos de classe, etnia, religião ou orientação sexual.

O método

Como lidar com a questão é nosso maior desafio, acreditamos que a história oral e a valorização das subjetividades contribuem para a abordagem de tema tão delicado a partir de referenciais que ultrapassam os dados e, com isso, desvelam aspectos proeminentes acerca do aborto.

Para desenvolver a pesquisa, pautamo-nos nos preceitos da história oral, utilizando procedimentos e conceitos específicos. Dos mais fascinantes e relevantes é o de *colaboração*, a partir do qual a relação estabelecida com o entrevistado vai além da busca por informações. Ao considerar o interlocutor agente e presente em diversas etapas da produção documental que serve de base para a análise, busca-se promover o diálogo acerca dos temas que importam para ambas as partes por meio de constante negociação do que será posteriormente publicizado.

Colaborador e colaboração não equivalem a informante e informação. Para a história oral, o resultado da colaboração e o sentido do colaborador em um projeto não se restringem às referências exatas de datas e fatos. Colaboradores são seres que ao narrar modulam expressões e subjetividades e a transparência disso é relevante aos exames decorrentes do texto estabelecido em análise com os demais (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 123).

No que diz respeito ao tema do aborto, essa escolha é significativa, pois requer cuidados específicos que garantam a preservação das identidades dos envolvidos na maioria dos casos. São exceções as narrativas de representantes de grupos militantes que podem obter com os resultados da pesquisa instrumentos para incrementar suas próprias ações públicas e ativistas. A garantia do anonimato como fundante, por seu turno, exige relação de confiança entre pesquisador e colaborador e revela o sentimento de dever social e de memória dos participantes. Em termos práticos, o anonimato é garantido por meio de recurso metodológico que envolve procedimentos particulares.

Há uma expressão da história oral que exige cuidados especiais. Em determinados projetos trabalha-se com pessoas que por algum motivo precisam do anonimato. Isso ocorre quando, para evitar a identificação pública do colaborador, seja por questão de risco, de necessidade de ocultação da identidade,

seja para evitar constrangimentos envolvendo terceiros, muda-se o nome da pessoa. Há casos em que se torna necessário, inclusive, alterar situações da história, do contexto ou da versão de algum fato capaz de possibilitar a precisão dos casos. O mesmo acontece em relação à proteção de indivíduos que se valem do anonimato para não expor a família ou o ambiente de trabalho (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 116).

Para viabilizar essa condição, utilizamos o processo de *transcrição*, que prevê a manutenção do teor narrativo em sua profundidade sem que o narrador seja identificado. Além disso, pretende privilegiar os sentidos imanentes ao que foi dito, ficando em segundo plano a objetividade da transcrição literal, o que visa também a garantir maior aceitação do público não especializado, valorizando o que denominamos “história pública”.

A transcrição é assim um fundamento-chave para a história oral, pois, sendo ela aplicada aos estudos de grupos, comunidades e indivíduos, abandona os estritos caminhos da racionalidade e se abre às convenientes dimensões subjetivas. A noção de transcrição ganha novos sentidos na história oral, pois sugere a fatalidade da transcrição como ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 136).

Sendo assim, as narrativas que nos servem de base analítica apresentam tal peculiaridade e, de acordo com as possibilidades, intentamos refletir ao máximo sobre o teor daquilo que foi dito.

Democratização às avessas

O primeiro ponto a ser observado, e que está diretamente relacionado com nossa proposta de ressignificar o termo democratização, é a realização de abortos por mulheres das mais variadas faixas etárias, classes sociais e etnias. Nesse sentido, a democratização não se refere a um direito estendido a amplas categorias sociais, mas, contraditoriamente, ao uso clandestino e criminalizado de uma prática por diversos segmentos da sociedade. Uma verdadeira democratização às avessas.

O problema que se edifica é que as discussões que se colocam sobre o aborto e as soluções propostas dificilmente atentam para tal circunstância. Ao contrário, vemos que, para o senso comum, as mulheres que se utilizam do procedimento apresentam características bastante específicas. Partindo desses preconceitos, são identificadas medidas que procuram minimizar os danos ou punir supostos responsáveis. E, assim, são reforçados equívocos que distanciam a eficiência das ações direcionadas a uma questão complexa e permeada por inúmeros fatores.

Gostaríamos de abusar da polissemia do termo democratização para descortinar o que este traz de obscuro e negativo. A democratização, aqui, se assemelha à precarização do respaldo conferido às mulheres que abortam em sua diversidade. Tal proposição carrega implicações que justificam a presente pesquisa, na medida em que não pretende confirmar ou ilustrar os dados. Estes, de suma importância para a elaboração de medidas emergenciais, não dão conta de aprofundar o debate sobre tema que ultrapassa questões de saúde pública e mesmo aspectos judiciais. Falamos do subjetivo que está presente na experiência do aborto e que ilumina o aspecto mais nefasto de sua “democratização”.

A prática do aborto provocado está ligada, portanto, ao acesso a recursos que permitem que esta seja mais ou menos segura. A ausência de risco imediato, entretanto, não isenta mulheres que optam pela interrupção voluntária da gravidez de forma segura de ter seus corpos e vidas marcados, suas convicções colocadas à prova, além de todas as consequências psicológicas que enfrentam depois. A democratização do aborto apresenta, pois, significados que pretendemos elevar à humanização que não se percebe quando o tema é tratado cotidianamente.

Por que não interromper uma gestação indesejada mesmo sendo feminista ou sem possuir crenças religiosas? Por que guardar segredo quando se tem como certo que foi a decisão adequada? Por que correr riscos que podem comprometer a própria vida?

Para tratar tema como este é necessário levar em conta não apenas dados que perfilam as mulheres que abortam, mas a profundidade relacionada a experiência. Com isso, queremos dizer que é necessário compreender o fenômeno de forma contextualizada. Afinal, de acordo com Danda Prado, a questão

Atravessa fronteiras, indicando que enquanto não se obtiverem estatísticas mais amplas sobre os abortos realmente praticados, incluindo taxas de mortalidade, morbidade, suas motivações psicológicas, suas consequências, seus índices em nível internacional, desconhecemos o problema em seus múltiplos aspectos (PRADO, 2007, p. 61).

O Brasil não é somente um país em que há precarização em relação ao atendimento em saúde; é um lugar que criminaliza as mulheres que abortam. O fato de o número de abortos e prisões destoarem substancialmente reforça seu poder simbólico em nossa sociedade, o que legitima esforços tais quais os desempenhados por este estudo, de entender o que a prática do aborto traz de subterrânea.

Falamos de pessoas, portanto, falamos de vidas. Resvalamos no sentido da vida em todo seu alcance. Um dos maiores dilemas atrelados ao aborto é justamente este: de quem é a vida e qual o direito que se tem sobre ela? Tanto o direito de viver a vida de acordo com escolhas e opções pessoais quanto o direito de interromper a possibilidade de uma vida futura. Provavelmente a questão não está entre preocupações e protocolos seguidos em delegacias e hospitais, mas certamente acompanha as trajetórias das pessoas envolvidas em experiências de aborto provocado.

A despeito de diversas possibilidades analíticas, ater-nos-emos àquela que busca inverter a atenção comumente conferida ao dado classista e étnico. Até porque “O abortamento induzido é uma situação complexa, tanto quanto é complexa a gravidez inesperada, sendo um evento que não está restrito à pobreza ou à dificuldade de acesso a serviços de saúde ou contracepção” (VILLELA; OLIVEIRA; SILVA, 2008, p. 61). Desse modo, a atenção em questão, evidentemente necessária, parece apagar um contingente expressivo de mulheres que se enquadram nos casos de abortos induzidos: mulheres de classes mais favorecidas e que se amparam em recursos seguros em termos de saúde.

Nesse sentido, outro ponto a se pensar é: será que mulheres que optaram pelo aborto e o fizeram sem graves problemas imediatos estão livres de consequências psicológicas? Se pensarmos que a definição de saúde implica, como postula a Organização Mundial da Saúde (1946), “o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade”, é necessário reconhecer que o

elemento estritamente físico não considera, por exemplo, os abalos psicológicos e sociais decorrentes da experiência do aborto.

Os enquadramentos socioculturais enquanto condicionantes da saúde e do bem-estar dos sujeitos apontam para prerrogativas que incluem aceitação social e companheirismo, bem como a convicção sobre atitudes, o que muitas vezes esbarra em pressupostos enraizados, como a naturalização da maternidade. Isso complexifica a atribuição dos papéis sociais conferidos a mulheres e homens, além de questões atinentes às religiosidades. Enreda, ainda, questões como a legislação e a oferta de serviços de saúde, que implicam diretamente a criminalização do aborto.

Se é certo que existem diferentes opções diante da necessidade de realizar um aborto pautada por diferenças de classe social, operamos sob um mesmo referencial cultural que pune e criminaliza mulheres de maneiras distintas.

Parte das mulheres que recorrem ao aborto no Brasil tem acesso a clínicas privadas e não costuma ter problemas com a qualidade técnica ou humana do atendimento, o que não significa que a decisão pelo aborto terá sido fácil; apenas aponta que sua vida estará menos ameaçada e, conseqüentemente, a sua saúde mental também. No entanto, muitas outras terão que procurar meios mais baratos e menos seguros para realizar o procedimento. Algumas viverão essa experiência do início ao fim de modo solitário ou sem ajuda de um profissional (VILLELA; OLIVEIRA; SILVA, 2008, p. 56).

Ricas ou pobres, religiosas ou ateias, brancas ou negras, adolescentes ou adultas, casadas ou solteiras, com ou sem filhos, as mulheres brasileiras seguem interrompendo gestações e inflando as estatísticas sobre o aborto.

A vida real

A rede principal de colaboradores contemplada pela pesquisa de Doutorado, formada por mulheres que vivenciaram a experiência do aborto induzido ou provocado, permite aludir a algumas das questões sugeridas, especialmente as que concernem ao nosso ponto de partida: a “democratização” do aborto. Tendo em vista a pluralidade de contextos e características individuais das colaboradoras, optamos por selecionar duas experiências narradas, as quais transitam pela questão da clandestinidade e da democracia.

A primeira tem como contexto histórico a década de 1970, momento marcado pela repressão da ditadura civil-militar brasileira. A personagem principal, uma militante política que, depois de presa, viveu na clandestinidade, passou pela situação de uma gestação em condições extremamente adversas. A despeito disso, a consumação do aborto se deu de forma segura e amparada por um companheiro médico que proporcionou as devidas condições para o procedimento.

Fiquei longo tempo na clandestinidade e foi nessa época que fiz um aborto. Tive a necessidade de fazer. Tinha dois filhos e era clandestina! Não havia razão para ter mais um filho, eu via que não tinha condições objetivas para criar uma criança. Mal conseguia criar os dois que tinha, imagine mais um! Um companheiro médico fez o aborto em mim em uma casa, com todas as condições e me deu toda a atenção necessária.

Fiz um aborto seguro embora vivesse na clandestinidade! O paradoxo é que hoje vejo mulheres precisando fazer um aborto e tendo que fazer de forma insegura e clandestina, mesmo sabendo que vivemos uma democracia! Ainda assim, o aborto continua clandestino! Algo que deveria ser entendido como um direito humano fundamental é realizado na clandestinidade! No meu caso, o aborto foi clandestino porque eu era clandestina! A vida nos havia empurrado para isto, a ditadura não permitia que fosse diferente. Hoje vejo mulheres enfrentando a mesma ditadura, mas em outro sentido, precisando fazer clandestinamente o aborto e sofrendo gravíssimas consequências!

Vale a pena ressaltar que a colaboradora em questão, por ser figura de destaque no feminismo brasileiro, pertence ao grupo que não exige anonimato. Falamos de Amelinha Teles, uma das pioneiras do feminismo e idealizadora do grupo União de Mulheres de São Paulo. Seu ativismo nos permite avançar em alguns elementos acerca da luta das mulheres por direitos em nossa sociedade, em especial sua participação na Constituinte de 1988.

A União de Mulheres sempre defendeu a legalização do aborto, assim como outras bandeiras feministas. No processo da Constituinte, tivemos uma atuação fortíssima! Todo o movimento feminista foi muito atuante, mas a União de Mulheres tinha uma convicção impressionante! Tínhamos muita

clareza da vergonha que era ter leis que diziam que o pai pode deserdar filha desonesta; se a mulher não casa virgem, pode se anular o casamento.

Cada bandeira defendida teve uma trajetória especial dentro do processo da Constituinte. No caso do aborto, uma parte das feministas achava que não devíamos falar claramente que queríamos o direito ao aborto, para evitar provocar os conservadores. Sempre tem essa história... Minha vida inteira ouvi isso. É preciso avançar, senão sempre vai para trás ou fica no mesmo lugar. Naquele momento, tivemos um papel muito importante ao defender estas propostas. No começo perdemos. Toda discussão que se fazia nesse sentido, nós perdíamos. Um momento crítico foi quando o “centrão”, o “centrão-direita”, ou seja, as alas conservadoras, queriam que os primeiros artigos da Constituição, a cláusula pétrea, estabelecesse o direito à vida desde a concepção. Esta ideia estava muito forte no Congresso e provavelmente iria ganhar. Era hora de agir! Fomos para a rua fazer a emenda popular. Isto é uma loucura porque na emenda popular da Constituinte era preciso conseguir 30 mil assinaturas. É muita coisa! E conseguimos! Não só a União de Mulheres, mas vários movimentos aqui e em todo o Brasil se organizaram. Nós conseguimos 12 mil e poucas assinaturas em São Paulo, quase metade das 30 mil exigidas. Destas, quatro mil e poucas foram coletadas pela União de Mulheres. Nosso papel foi fundamental! Tanto que fui escolhida para fazer a defesa dessa emenda. Deve estar lá nos anais da Constituinte...

Preparei o que ia defender junto com todas as mulheres, mas no dia da defesa fiquei extremamente sozinha. As mulheres ficaram no plenário e somente eu fui para dentro, como se fosse uma deputada. Conseguimos as 30 mil assinaturas com muita dificuldade. Durante um bom tempo, íamos para o Viaduto do Chá duas ou três vezes por semana para discutir com o povo. Além disso, tínhamos que lidar com pessoas muito maldosas, como algumas da igreja católica, por exemplo. Eles fizeram uma emenda popular em que entravam três direitos: um era contra a tortura, o outro a favor da reforma agrária e o último era contra o aborto. As pessoas olhavam os dois primeiros e assinavam. Com isso, conseguiram 500 mil assinaturas! Como nossa emenda era sobre o aborto, não tivemos o mesmo retorno...

No momento da defesa, uma representante da igreja fez sua apresentação genericamente, com um discurso conservador e sem grandes efeitos. O discurso inovador ali era o meu mesmo! Defendia a legalização do aborto com todos os pingos nos “i”s e sem o apoio dos partidos políticos, que tinham medo de se comprometer. Lembro que somente dois deputados me deram apoio: um do PT de Minas Gerais e outro do PDT de algum estado do norte do país que agora não recordo... Eles me ouviram até o fim e depois defenderam a proposta.

Foi muito duro, um momento de sofrimento solitário! Mesmo assim, fui até o fim, como sempre faço. Se tenho uma tarefa, vou até o final!

Depois que terminei, as meninas me levaram para a casa da Gilda Cabral, do Cefemea, que foi alguém que me ajudou muito! Saí daquele lugar com muita dor de cabeça e extremamente cansada. Ela colocou uma fralda quente no meu rosto e, aos poucos, fui relaxando e me sentindo melhor.

Com certeza, este foi um dos momentos mais fortes da minha militância como feminista. Mas, de lá para cá fiz e continuo fazendo muita coisa! O projeto “Promotoras Legais Populares” discute, entre outros temas, a defesa e legalização do aborto. Fazemos este curso há 20 anos!

A narrativa de Amelinha Teles se insere em duas das redes de entrevistados: ela é uma mulher que teve a experiência do aborto e que se manifesta publicamente sobre o assunto em seu cotidiano de militância. Integrante fundamental do movimento feminista brasileiro, é autora de publicações que atendem aos preceitos feministas de elaborar teorias e as divulgar, bem como o de esquadrihar iniciativas pedagógicas que busquem a formação das mulheres sobre seus direitos de cidadania⁶⁷.

A segunda experiência que nos serve de mote é vivenciada já no século XXI, contexto envolto pela liberdade propiciada pela redemocratização. Sua

67. Alguns exemplos de trabalhos de Amelinha, autorais e em coautoria, voltados para a temática do feminismo e direitos das mulheres são: *O que é violência contra a mulher* (TELES; MELO, 2002), *O que são direitos humanos das mulheres* (TELES, 2006) e *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (TELES; LEITE, 2013).

protagonista, mulher cuja profissão de jornalista sugere acesso a informação e conscientização sobre direitos, experimentou situação que do começo ao fim levou aos rumores da clandestinidade. Diante do fato – uma gravidez não planejada – precisou recorrer ao procedimento do aborto por meio de uma rede em que os nós a enlaçaram em situação de eminente risco.

Sempre me informei sobre essas coisas, porque se precisasse eu sabia que iria recorrer ao aborto, mas de forma objetiva, procurando uma clínica para fazer a intervenção. Chás e mesmo o Citotec nunca foram coisas que passaram pela minha cabeça. Mas, quando descobri que estava grávida, compartilhei com a esposa de um primo e ela queria me levar num lugar para fazer o aborto. Mas, falou para antes tomar um chazinho... Não me lembro do que era, mas tomei o tal chá. Sei que depois que tomei comecei a vomitar sem parar! Me fez um mal terrível!

Foi justamente durante a festa de Natal que contei para minha melhor amiga. Contei para ela o que tinha acontecido, chorei e disse que tinha tomado um chá. Ela me disse que chá não adiantava nada e, no final, foi ela quem me levou no mesmo lugar onde tinha feito um aborto tempos atrás.

Chegando lá, era uma casa rosa e estava totalmente fechada. Andamos pela rua e aquilo parecia mesmo uma cena de filme! Enquanto andávamos pela rua, passou alguém por nós e falou alguma coisa que não consegui compreender. Mas, minha amiga percebeu um cara falando alguma coisa. Paramos numa padaria e pedimos uma Coca-Cola. Ficamos olhando aquela casa toda fechada, quando alguém falou: “O endereço mudou”... Na verdade, tinha mudado de número e seguimos, então, para onde o cara indicou. Era na mesma rua, mas tinha mudado para outra casa, que também estava quase toda fechada...

Quando finalmente encontrei o lugar, entrei... Tinha que fazer um “exame” e dizer de quantos meses estava a gestação. Eles, então, falam o preço. Se você fala a quantidade de meses errada nem sei em qual momento vão descobrir...

Por conta de uma batida policial, eles tinham mudado o processo. Primeiro você entrava neste lugar, que era um tipo de consultório, então eles te colocavam dentro de um táxi. Não podia

ir acompanhada com quem estava junto até ali. Eu tinha ido com minha amiga e meu namorado, mas eles não podiam me acompanhar. No táxi, iam outras moças, exatamente quatro, que era para ocupar todas as vagas do carro. E seguiam para um lugar muito longe! Só que na hora que estava no carro, ninguém sabia para onde estava indo. Os acompanhantes também não sabiam onde estavam te levando e não era possível sair dali.

Chegando lá, você entra em uma salinha, eles aplicam alguma coisa na sua veia e quando você acorda o negócio já aconteceu! Já estava sentada numa cadeira, não era nem ao menos uma cama! Era uma cadeira onde você retoma a consciência sem nem ao menos saber o que foi feito. Aí você fica lá um tempinho para se recompor e chamam novamente o táxi para te levar embora...

As mesmas quatro pessoas... Mas, cada uma com um metabolismo e uma reação diferente! Algumas iam acordando mais grogues, outras menos... Lembro bem de uma menina que chorava tanto! Desesperadamente! Enquanto outra falava: "Não chora não... Isso não é nada... Já é a terceira vez que estou aqui...". E eu falava: "Não chora não, mas não venha pra cá três vezes..." Era uma forma de amenizar aquilo tudo e ficávamos conversando. Uma com tanta naturalidade, aquilo era só mais um e, provavelmente, depois de algum tempo estaria ali de novo. Enquanto a outra se sentia muito mal por ter feito, mas já tinha acontecido...

Eu também me senti mal! Principalmente porque me senti irresponsável! Passar por aquilo não era uma coisa legal definitivamente! Continuava não querendo ter filhos, mas não me arrependia pelo que tinha feito. Certamente preferia não ter passado por aquilo e não acho normal ou corriqueiro. É algo que faz mal para você! Independente da vida que tem dentro de você, se já tem vida, se ainda não tem, mas faz mal para você! É algo muito arriscado que pode ter consequências, tem risco de morte...

Mas depois daquela conversa, a menina foi se tranquilizando. Éramos nós quatro naquele carro, mas e nos outros carros, como estariam as meninas? Afinal, quando saímos, acho que foram uns três táxis... É um fluxo bem grande! E nesse tempo outros tantos deveriam estar saindo de lá...

Quando entramos novamente no carro, não podíamos dormir. O motorista ficava falando que não podia dormir porque se ele fosse parado como iria explicar as quatro meninas ali apagadas? Então tínhamos que ficar atentas.

Na volta, as pessoas que ficaram esperando também estavam numa angústia muito grande porque não sabiam onde fomos e tampouco se daria tudo certo... Por fim, receitaram um anti-inflamatório ou algo do tipo. Sei que tive que passar na farmácia, comprar uns remedinhos e, pronto, acabou! A relação deles com você acaba ali.

Considerações finais

Como vimos, nas duas histórias relatadas, o perfil não coincide. São experiências que mostram que menos importante que a coincidência de características dessas mulheres, o que as une é viverem sob um mesmo manto social. Este, em vez de envolvê-las no sentido positivo de garantia de acesso a uma vida que dispõe dos direitos básicos de cidadania, o faz a partir do seu oposto.

Oferecer a essas e todas as demais mulheres o mesmo trato, marcado por uma cidadania ainda incompleta, as contempla com a nefasta condição de sujeitos vulneráveis à medida que nem mesmo possuem o direito ao próprio corpo. E é nesse sentido que a polissemia do conceito de democratização assume caráter quase improvável, pois concede às mulheres o pleno acesso à falta de respeito por sua decisão, que independe de classe, etnia, religião.

Referências

BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CAVALCANTE, Alcilene; BUGLIONE, Samantha. Pluralidade de vozes em democracias laicas: o desafio da alteridade. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, p. 959-966, 2010. Suplemento 1.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Justiça de quem? Justiça para quem? Experiências de aborto induzido no Brasil contemporâneo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428439196_ARQUIVO_Justicadequem.pdf>. Acesso em: 27 ou. 2015.

FREIRE, Nilcéa. Apresentação. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**. Como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição**. Nova Iorque: ONU/OMS, 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

PRADO, Danda. **O que é aborto**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 2007.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Aborto** – mortes preveníveis e evitáveis: dossiê. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2013. Coleção Folha Explica.

SANTIAGO, Ricardo Cabral. Saúde da mulher e aborto. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e os abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES; Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VILELLA, Wilza; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SILVA, Rosalina Carvalho. Aborto e saúde mental. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir**. Múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Entre o gênero e a alforria: as trajetórias de homens e mulheres na busca pela liberdade e ascensão – Mariana, século XVIII

Rogéria Cristina Alves

Alforriados em Mariana: entre a pobreza e a riqueza possível

Segundo Carla Pinsky (2009, p. 159), os estudos sobre o gênero remetem à cultura e apontam para a construção social das diferenças sexuais e as classificações sociais de masculino e feminino. O presente capítulo foi construído nesse mesmo sentido. Nosso objetivo é entender a construção das diferenças de comportamento entre homens e mulheres alforriados no tocante às formas como obtiveram alforria e na construção de estratégias de sobrevivência e ascensão. Para tanto, essa análise tem por base os testamentos e inventários *post mortem* pertencentes aos alforriados que habitaram o Termo de Mariana durante o século XVIII. Afinal, até onde a questão do gênero influía na busca pela liberdade desses sujeitos? As diferenças sexuais influenciaram a prática da alforria?

A manifestação mais visível de mobilidade social nas sociedades escravistas das Américas, segundo Douglas Cole Libby, talvez tenha sido a instituição da alforria:

O fato de os libertos terem sido capazes de criar espaços próprios dentro das sociedades escravistas evidencia sua tenacidade – uma tenacidade que, muitas vezes, havia ajudado de-

cisivamente na obtenção da liberdade – e demonstra que uma boa medida de maleabilidade social e racial existia, em pelo menos algumas daquelas sociedades (LIBBY, 2009, p. 13).

Os cativos podiam ser libertados gratuitamente, nas chamadas alforrias incondicionais, muito comuns nos testamentos dos proprietários, ou condicionalmente, quando eram estabelecidas certas obrigações até que o cativo obtivesse sua carta de liberdade. Outra forma de alforria era aquela concedida no ato do batismo, quando uma criança nascida de mãe escrava podia obter liberdade ao ser batizada, o que geralmente acontecia nos primeiros meses de vida. Embora alguns adultos tenham se emancipado dessa forma, geralmente eram as crianças as mais favorecidas.

Havia uma forma particular de alforria, especialmente comum na região das Minas, a coartação, que pode ser definida, *grosso modo*, como a compra parcelada da liberdade. A prática era um acordo no qual os proprietários permitiam aos seus escravos parcelar o valor total da alforria e saldar as prestações semestral ou anualmente – em três, quatro ou cinco anos (PAIVA, 2001, p. 506). No século XIX, se o acordo entre senhor e escravo se tornava inviável, seja pela resistência do senhor em libertar seu cativo, seja pela discordância das partes sobre um “valor justo”, o escravo poderia buscar meios de sustentar judicialmente sua causa (MATTOSO, 1990, p. 183).

Senhores de escravos, mães e pais solteiros, proprietários de terras, de joias e de pequenos negócios, credores, pequenos comerciantes, capitães: esses são alguns dos papéis desempenhados pelos libertos na localidade de Mariana, no século XVIII. São homens e mulheres que, em muitos casos, foram trazidos forçadamente da África para as Minas Gerais como escravos. Mas essa diáspora carregada de violências não impediu que muitos alcançassem a liberdade, adquirissem quantias significativas de bens materiais e ainda buscassem inserção em redes sociais privilegiadas, como é o caso da liberta Mariana da Silva (ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA⁶⁸, 1755).

Dona de significativa quantia de bens, Mariana indicava como seu testamenteiro – indivíduo responsável pelo cumprimento das disposições do testador – um dos homens mais ricos da localidade onde morava. E ela não foi a única: outros alforriados também mantiveram relações

68. Doravante citado apenas como AHCSM.

com homens ricos, brancos e que ocuparam posições importantes na sociedade mineira setecentista. Nesse sentido, entende-se que a ascensão social podia significar a aquisição, o reconhecimento e a consideração de padrões das elites e dos diferentes grupos sociais.

A ascensão social era identificada a partir de alguns fatores como: a posse de bens materiais e escravos; o círculo social no qual os alforriados estavam inseridos; a participação destes em associações religiosas; os cargos, títulos e funções que podiam ocupar naquela sociedade; o conhecimento e uso que faziam dos códigos sociais. A busca pela ascensão envolveu homens e mulheres alforriados – que superaram diferenças ligadas às questões de gênero e trilharam caminhos parecidos. A diversidade de atividades econômicas exercidas por esses sujeitos testifica essa asserção.

Algumas alforriadas do Termo de Mariana tornaram-se proprietárias de pequenos negócios, como Maria Pinto (AHCSM, 1764a), Tereza de Oliveira (AHCSM, 1778), Francisca da Conceição (AHCSM, 1781) e Mariana Francisca Lopes (AHCSM, 1804), realizando negócios com outros forros, escravos e pessoas livres. Outras mulheres, como Marcela Reis (AHCSM, 1753) e Leocádia Dias Cardoso (AHCSM, 1741), deixaram esmolas aos seus ex-proprietários, demonstrando que usufruíam de uma situação econômica privilegiada e que podiam ostentá-la legando dinheiro aos seus antigos donos.

Homens libertos da escravidão, como Luiz Ferraz Lima (AHCSM, 1777) e Pedro Rodrigues da Costa (AHCSM, 1789), obtiveram a patente de capitão, além de terem alistados entre seus bens vários objetos que pessoas da elite branca local também possuíam. O capitão Pedro Rodrigues da Costa, por exemplo, fez questão de declarar em seu testamento que possuía livros. Ainda nesse sentido, um caso interessante é o do alforriado Manoel Carvalho (AHCSM, 1751). Natural da Costa da Mina e morador no Termo da cidade de Mariana, o liberto elaborou seu testamento em 1748. Solteiro e sem filhos, Manoel Carvalho não declarou se possuía bens materiais, sendo o seu testamento um documento curto, em que dispõe sobre as encomendações espirituais. Sem indícios de uma posição econômica destacada, o testamento chama atenção pela escolha dos testamenteiros: todos eram homens livres e brancos, sendo que um deles é identificado como alferes. Certamente, Manoel mantinha uma relação de proximidade com esses homens, a ponto de nomeá-los como seus testamenteiros – o que abre precedentes para se pensar nas várias formas de ascensão social experimentadas por esses sujeitos.

Todavia, nem todos os libertos tiveram o mesmo destino: “[...] talvez a maioria, pouco se diferenciavam dos próprios escravos, o que era reforçado pelos inúmeros registros de libertos que habitavam os quilombos” (GONÇALVES, 1998, p. 218). Muitos viveram na miséria após se alforriarem e nem todos obtiveram sucesso ou alcançaram a ascensão socioeconômica. Não foram raros os testamentos de alforriados em que apareceram alistados pouquíssimos bens materiais, como panelas velhas, pratos furados e roupas usadas. O alforriado Domingos Dias Penido (AHCSM, 1754), por exemplo, declarou que seus únicos bens eram uma mesa, uma caixa e um capote de pano usado.

Alforrias: uma questão de gênero?

A historiografia dedicada à escravidão e às alforrias no Brasil debate, há algum tempo, a ligação entre o gênero e a obtenção da alforria entre os ex-cativos. A tese mais recorrente defende que a libertação do cativo foi mais concedida a mulheres. Sheila de Castro Faria (2004, p. 193) assinalou que uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à alforria, apesar de bem menos numerosa na população escrava. Em estudo sobre os aspectos demográficos da alforria, no Rio de Janeiro e em São João Del Rei entre 1700 e 1850, Sheila constatou que as mulheres eram maioria entre os alforriados.

As características dos processos de alforria, em Minas Gerais, foram resumidas por Russel-Wood (2005, p. 315): “[...] as mulheres eram preferidas aos homens, os mulatos aos negros, os nascidos no Brasil aos nascidos na África, os escravos urbanos aos das regiões rurais [...]”. Destaca-se, no entanto, que determinados aspectos das alforrias variavam conforme o tempo e o espaço: “[...] as investigações acerca das alforrias e dos alforriados no Brasil devem se concentrar em estudos de caso enfocando espaços bem definidos, durante períodos mais ou menos extensos” (LIBBY, 2009, p. 13).

Eduardo França Paiva (2001, p. 508) ressaltou que, em Minas Gerais, de uma maneira geral, as mulheres foram maior parte entre os forros e entre os coartados, sendo recorrente a proporção de duas mulheres para cada homem. Marcos Magalhães de Aguiar (2001, p. 52), em pesquisa sobre Vila Rica, nas primeiras décadas do século XVIII, também constatou que

as mulheres predominaram entre os alforriados, com 57% das alforrias. Douglas Libby e Clotilde Paiva (2000, p. 38), ponderaram que, na freguesia de São José, Minas Gerais, para o ano de 1795, também as mulheres tiveram mais sucesso na obtenção das cartas de alforria.

Stuart Schwartz (2001, p. 184), verificando a situação das alforrias na Bahia, para o período entre 1684 e 1745, registrou que, das mais de mil cartas de alforria examinadas, houve uma proporção constante de duas mulheres libertadas para cada homem. Em estudo comparativo sobre as práticas de alforria em Ouro Preto e na capital peruana Lima, durante o século XIX, Andréa Lisly Gonçalves (2008) relatou que havia, em ambas as regiões, uma preponderância do sexo feminino sobre o masculino entre os alforriados.

Havia regiões mineiras que escapavam às generalizações, como é o caso de Uberaba, Triângulo Mineiro. Com uma economia voltada essencialmente para as atividades agropecuárias, segundo Alessandra Caetano Gomes (2008, p. 98), durante todo o século XIX, a cidade apresentou um equilíbrio entre os sexos dos alforriados, sendo que 51,1% deles eram homens e 48,9%, mulheres.

Já sobre a localidade de Campinas, Peter Eisenberg (1989) constatou que o número de alforriadas sempre superou o de homens. Gabriel Aládrén (2008, p. 41), em pesquisa sobre a localidade de Vila de Porto Alegre, no século XIX, confirmou a tendência dos estudos anteriores: as mulheres teriam maiores facilidades para conquistar a liberdade.

Mary Karasch (2000), em estudo sobre o Rio de Janeiro do século XIX, constatou que quase dois terços dos alforriados eram mulheres. Segundo a autora, a maior parte das alforrias se deu em âmbito urbano e mais da metade das forras eram de origem africana. Proporções semelhantes foram encontradas por James Kiernan (1976) para a Vila de Parati entre o final do século XVIII e o início do século XIX e por Kátia Mattoso (1990) para Salvador. Antonio Carlos Jucá de Sampaio (2005, p. 288) identificou, também, a preponderância do número de mulheres forras para o período de 1650 a 1750, no Rio de Janeiro.

Entre os forros testadores e inventariados habitantes do Termo de Mariana, as características dos estudos anteriores se repetem e confirma-se o predomínio das mulheres alforriadas em comparação com os homens:

Quadro 1 – Proporção dos sexos entre os testadores e inventariados forros no Termo de Mariana (1727-1838)

Mulheres	Homens	Totais
121	46	167
72,70%	27,30%	100%

Fonte: Testamentos e inventários *post mortem* do AHCSM.

As alforrias entre as mulheres: principais explicações

Quais seriam os motivos para a maior expressão feminina entre os alforriados? Vários argumentos foram construídos no sentido de explicar o fato. Alguns autores defendem a tese de que as mulheres escravas tinham preços mais baixos que os homens – especialmente por possuírem menor resistência ao trabalho braçal – e que, portanto, elas levariam menos tempo para acumular o valor da própria liberdade. No entanto, é importante atentar para o fato de que nas áreas mais urbanizadas da colônia existiram várias formas de trabalho que não se resumiam às atividades braçais. Visto sob essa ótica, o referido argumento perde força: o que explicaria, nessas áreas urbanas, o alto número de alforrias das mulheres, já que elas poderiam ser empregadas em atividades que não exigissem tanta força física?

Outro argumento baseia-se na hipótese de que as relações familiares estabelecidas entre os cativos favoreciam a alforria das mulheres. Os homens escravos preferiram libertar suas parceiras cativas, com quem mantinham relações afetivas, para que os filhos do casal nascessem livres. Tal argumento também poderia explicar a alta incidência de casamentos entre mulheres alforriadas com homens escravos (SILVA, 1998, p. 185).

Segundo Andréa Gonçalves (2008, p. 288), a alforria, para uma mulher escrava, poderia significar em longo prazo a possibilidade de conquista da liberdade para os demais membros da família, especialmente pela maior facilidade que as mulheres encontravam para se estabelecer no pequeno comércio urbano. As relações de parentesco estabelecidas entre os cativos e os outros grupos da sociedade – reais (pais, irmãos, avós, filhos, etc.), fictícias (padrinhos, madrinhas) ou consensuais (amásios) – sempre foram apontadas como fontes importantes para a concessão de alforria. Mary Karasch (2000, p. 453) identificou que algumas mulheres cativas

receberam a alforria pela proximidade que mantinham com suas senhoras, que de certa maneira consideravam aquelas “suas amigas e confidentes”.

Outra estratégia utilizada pelas mulheres escravas na busca pela liberdade foi o estabelecimento de relações afetivas e sexuais com seus senhores ou outros homens (em especial, estrangeiros), que pagavam pelas alforrias de suas companheiras (KARASCH, 2000, p. 451). Segundo Júnia Ferreira Furtado (2003, p. 91), a maior parte das mulheres alforriadas do distrito Diamantino, no século XVIII, que acumularam extensos patrimônios, puderam usufruir da convivência com algum homem branco importante, a exemplo de Chica da Silva. No entanto, a pesquisadora ressaltou que essa não pode ser a única explicação para a ascensão dessas mulheres. Seria um equívoco utilizar somente tal argumento para explicar o relativo sucesso que as alforriadas alcançaram em suas trajetórias individuais, pois se menosprezaria todo o esforço e engenhosidade que habilmente tais mulheres empreenderam no cotidiano colonial. A ascensão de muitas alforriadas esteve expressa em seus próprios testamentos, ao declararem que viviam “de sua agência e negócio” ou, ainda, “de seu trabalho e indústria” (FURTADO, 2003, p. 45).

O retrato que reproduzimos a seguir ilustra a situação das ex-escravas que mantinham relacionamentos com homens brancos importantes. A mulher na foto é Marcellina, uma alforriada que viveu no Rio de Janeiro, no século XIX, e que era amante de seu ex-senhor, Antônio. A história de Antônio e Marcellina foi contada por Robert Slenes (1985). A foto foi tirada num dos estúdios mais conceituados do Rio de Janeiro (KOUTSOUKOS, 2010, p. 100) e nela se observa que Marcellina se apresenta como uma mulher bem vestida, que segura um leque na mão esquerda – um dos símbolos de distinção. Outra curiosidade é o detalhe dos pés calçados, que Marcellina deixa à mostra ao adiantar um pouco o pé direito. Slenes (1985) localizou o processo de pedido de anulação do casamento de Antônio, no qual a esposa branca o acusava de estar liquidando a fortuna do casal para manter o luxo da amante negra.

Figura 1 – Fotografia de Marcellina, em cartão de visita de Carneiro & Tavares, Rio de Janeiro [1876-1887]



Fonte: Slenes (1985, p. 175).

Eduardo França Paiva (2009, p. 122) destacou que, embora ocorresse o envolvimento das cativas com seus senhores, nem sempre isso era garantia de uma alforria incondicional e gratuita. O pesquisador relata o caso de uma cativa que pagou ao proprietário – amante e pai de seu filho – o preço pela própria liberdade e pela liberdade do filho. Relata, ainda, outro caso em que a mãe cativa e o filho foram reescravizados pelo proprietário – também amante e pai do filho da referida cativa –, que inclusive ameaçou vender o próprio filho.

Um caso curioso nesse sentido é o de Tereza dos Santos Gracia (AH-CSM, 1767). A liberta, natural da Costa da Mina, residia no arraial de Catas Altas em 1767. Em seu testamento, relatou uma situação interessante quanto à alforria de seus filhos. Proprietária de vários bens, Tereza era solteira, mas tinha quatro filhos: três homens e uma mulher. Dois filhos eram crioulos e um era mulato: todos alforriados. Já sua única filha, uma mulata, vivia na companhia do ex-senhor da mãe, Manoel dos Santos Gracia. Não há referências sobre a condição social da única filha de Tereza, ao contrário de seus irmãos. Seria essa filha fruto de um relacionamento entre Tereza e seu ex-dono? A resposta para tal questão talvez nunca encontremos, mas, levando-se em conta a existência de muitas mulheres libertas e cativas que mantinham relacionamento com seus proprietários, tal proposição torna-se

cabível. Além disso, Tereza declara ter vários bens, entre eles uma casa na Rua Direita do arraial, muitas joias e ouro lavrado. Ou seja, recursos materiais não faltariam à liberta para comprar a alforria da filha – embora não se deva esquecer o fato de que a alforria era um processo de negociação, que dependia, também, da vontade do proprietário de libertar o cativo.

As escravas, segundo Karasch (2000, p. 453), nem sempre eram avaliadas pela sua força de trabalho, mas pelos serviços domésticos que empreendiam. Sendo assim, “não fazia diferença para um senhor se sua companheira ou amante fosse legalmente livre ou não. Se a libertasse, não perderia os serviços dela, como acontecia no caso de um escravo do sexo masculino” (2000, p. 453). No entanto, isso não foi regra. Kathleen Higgins (1999), em um estudo sobre a região mineradora das Minas Gerais, constatou que muitos senhores, geralmente na hora da morte, alforriavam suas companheiras escravas e quase sempre estipulavam um prazo para o pagamento da liberdade ou cumprimento de algumas condições.

Outro argumento utilizado, no mesmo sentido, diz respeito ao envolvimento das cativas, especialmente aquelas de origem africana, com o pequeno comércio em áreas urbanas. Tal atividade teria fornecido às escravas o pecúlio necessário para a compra da própria alforria e da liberdade de familiares⁶⁹.

A gravura seguinte retrata um homem e uma mulher negros, no Brasil, em fins do século XVIII. Um exercício interessante é observar as diferenças nas representações dos dois personagens. Observa-se que as vestimentas femininas são melhores, há um colar no pescoço da mulher, além do fato da figura feminina utilizar sapatos – ao contrário do homem. Os sapatos funcionavam como símbolo de distinção e de liberdade, sendo utilizados pelos negros que eram libertos ou livres e não pelos escravos. Cogita-se que ela poderia ser liberta, enquanto o homem, escravo.

É importante e curioso ressaltar que essas representações, os corpos dos escravos ou dos ex-escravos, podiam conter uma série de sinais que os ligassem, de alguma forma à escravidão. Não bastasse a cor, essas pessoas eram verdadeiros “mapas de sua própria experiência de vida” (KOUTSOUKOS, 2010; p. 90).

69. Muitos autores trabalharam com esse argumento. Entre eles, destacamos Faria (2004), Russel-Wood (2005), Paiva (2009) e Aladrén (2008).

Figura 2 – Homem e mulher vendedores ambulantes ou comerciantes, Rio de Janeiro, Brasil, 1770



Fonte: Carlos Juião (2007b).

Além do gênero: as estratégias econômicas e sociais dos homens forros

Se as mulheres alforriadas possuíam maior envolvimento com as atividades comerciais, os homens forros também não hesitaram em desempenhar atividades econômicas variadas. A pesquisa empreendida demonstrou que, no Termo de Mariana, durante o século XVIII, para os homens forros, assim como para as mulheres, o pequeno comércio foi a atividade econômica mais comum, seguida pela exploração mineral e pela plantação de alimentos e criações de animais. Os homens libertos pesquisados investiram no pequeno comércio de comestíveis que, certamente, era exercido pelas escravas que possuíam. A presença de objetos relacionados a essa atividade comercial, tais como tabuleiros, bacias de fazer doce e pães, chocateiras, balanças de pesar, potes e jogos de medidas, foi notória nos testamentos e inventários dos homens forros:

Quadro 2 – Principais utensílios encontrados nos documentos dos homens forros envolvidos com o pequeno comércio no Termo de Mariana (1727-1838)

Objetos	Quantidade
Bacias de fazer doce e pão de ló	10
Balanças	3
Caldeirão de cobre	2
Chocolateira	2
Frascos de vidro	25
Garrafas de vidro	8
Tabuleiros	8
Tachos de cobre	22

Fonte: Testamentos e inventários *post mortem* do AHCSM.

Felipe de Godoy (AHCSM, 1786) é um exemplo de homem forro que esteve envolvido com a venda de alimentos. Felipe e sua esposa, a alforriada Joana do Couto, viviam da venda de quitutes e toucinho. Entre os bens do casal, destacavam-se sete tachos de cobre, uma chocolateira, garrafas de vidro, tabuleiros de pau, barris, 27 cabeças de porco, uma balança de pesar toucinhos e um alqueire de milho plantado.

Alguns homens forros declararam ter entre seus bens ferramentas ou terras de minerar. É o caso, por exemplo, do alforriado Ventura Alvares da Costa (AHCSM, 1764b) e dos capitães Luiz Ferraz Lima (AHCSM, 1777) e Pedro Rodrigues da Costa (AHCSM, 1789). Ventura era natural de Angola e morador da cidade de Mariana em 1764. O forro declarou que era proprietário de um serviço de minerar localizado próximo ao Morro de Santana, Mariana, e de várias ferramentas para trabalhar. O capitão forro Luiz declarou que era dono de “umas terras de minerar” num morro conhecido como Raposos, na localidade de Catas Altas, em 1774. Já o capitão forro Rodrigues da Costa investia em duas atividades econômicas: era proprietário de umas terras de minerar nas proximidades do Itacolomi e tinha uma banca de sapateiro com suas ferramentas. Roberto Guedes (2008, p. 85) destacou que a prática do ofício de sapateiro pelos pardos e pretos esteve, muitas vezes, condicionada à comprovação da condição de livres e forros dos mesmos. Guedes também ponderou que os sapateiros estimavam que tal ocupação não era infame – no sentido de não se constituir como um defeito mecânico – uma

vez que produziam artigos nobres e que eram signos de liberdade, tendo em vista a ostentação do sapato em sociedades escravistas. Nesse sentido, o forro Pedro podia ostentar sua condição de liberto não só pelo título de capitão, mas também por ser proprietário de uma banca de sapateiro.

Alguns homens libertos estiveram envolvidos com o cultivo de grãos e legumes. O forro Luiz José (AHCSM, 1760), por exemplo, morador de Mariana em 1759, era natural de Portugal e declarou que tinha uma roça no Itacolomi, “com todos os preparos, ferramentas, paiol e moinho”. Já o forro Sebastião Ribeiro (AHCSM, 1745), morador no Inficionado em 1745, declarou que tinha um sítio e que cultivava milho. Um tanto curioso era o tipo de atividade que o casal de alforriados Maria Gomes Chaves (AHCSM, 1780) e Manoel da Silva executava. Moradores da cidade de Mariana em 1780, eles tinham para receber de João de Brito cerca de 3\$000 (três mil réis) provenientes de um serviço que o marido de Maria executava: a confecção de cabeleiras.

O desenho a seguir retrata algumas das atividades econômicas desempenhadas pelos homens negros no Brasil durante o século XVIII. Os desenhos de mulheres negras, retratadas em várias situações, eram mais comuns. É interessante observar que os homens retratados provavelmente eram escravos, pois estavam descalços. Além disso, o homem à direita, o que carrega um pote na cabeça, parece ter no pescoço e no tornozelo argolas de ferro – instrumentos de tortura utilizados em escravos, especialmente naqueles que tinham tendência a fuga.

Figura 3 – Negros em suas atividades de trabalho, Brasil, século XVIII



Fonte: Carlos Juião (2007a).

Considerações finais

As trajetórias individuais dos alforriados – fossem homens, fossem mulheres – revelam uma dinâmica particular e ajudam a esclarecer aspectos da vida colonial em terras brasileiras. Eduardo França Paiva (2001) ponderou que muitos alforriados, especialmente nas Minas Gerais setecentistas, foram empreendedores de seus próprios destinos, amealharam posses e subverteram, cotidianamente, a ordem daquela sociedade. É exatamente nessa linha de pensamento que seguem as conclusões apontadas por essa investigação. Para além dos argumentos construídos pelas pesquisas que investigam o predomínio das mulheres entre os libertos, os alforriados testadores e inventariados pesquisados revelaram ser agentes inteirados dos códigos sociais, das posturas e dos modos de vida adotados pela elite colonial.

As evidências encontradas sugerem que Chica da Silva – a famosa alforriada do Arraial do Tejuco que se amasiou com um homem branco, enriqueceu e ascendeu econômica e socialmente – não foi a única ex-escrava a trilhar esse caminho. Ainda que tenham vivido anonimamente, outros

ex-escravos também alcançaram formas de inserção no universo da elite branca e amealharam consideráveis posses materiais.

Não obstante seja comprovadamente mensurável que as mulheres se destacavam dentro do grupo social dos alforriados – por uma série de questões, relacionadas, muitas vezes, ao próprio sexo –, não se pode desconsiderar a parcela masculina alforriada, que, a exemplo das mulheres, também traçou estratégias e formas de se libertar e alcançou reconhecimento social.

Os fragmentos de trajetórias de vida de homens e mulheres forros demonstram como esses sujeitos foram autores hábeis de estratégias e de mecanismos econômicos que os sustentavam. À primeira vista, o desempenho de atividades econômicas e a ascensão social alcançada pelos libertos podem parecer irrelevantes. Contudo, é preciso lembrar que esses homens e mulheres foram escravos, conseguiram se libertar e ascender econômica e socialmente, numa particular sociedade escravista que os escravizou e libertou. As trajetórias desses agentes são, minimamente, interessantes e contribuem para o entendimento do complexo funcionamento da sociedade colonial.

Referências

AGUIAR, Marcos Magalhães. Quotidiano da população forra em Minas Gerais do período colonial. **Oceanos**. Lisboa, n. 42, abr./jun. 2001.

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Maria Pinto**. Mariana: AHCSM, 1764a. Livro 68.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Tereza de Oliveira**. Mariana: AHCSM, 1778. Livro 57.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Francisca da Conceição.** Mariana: AHCSM, 1781. Livro 57.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Mariana Francisca Lopes.** Mariana: AHCSM, 1804. Livro 40.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Marcela dos Reis.** Mariana: AHCSM, 1753. Livro 64.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Leocádia Dias Cardoso.** Mariana: AHCSM, 1741. Livro 62.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Pedro Rodrigues da Costa.** Mariana: AHCSM, 1789. Livro 66.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Manoel Carvalho.** Mariana: AHCSM, 1751. Livro 71.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Domingos Dias Penido.** Mariana: AHCSM, 1754. Livro 64.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Tereza dos Santos Gracia.** Mariana: AHCSM, 1767. Livro 58.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Ventura Alvares da Costa.** Mariana: AHCSM, 1764b. Livro 68.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Pedro Rodrigues da Costa**. Mariana: AHCSM, 1789. Livro 66.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Luiz José**. Mariana: AHCSM, 1760. Livro 53.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 1º Ofício. **Testamento de Maria Gomes Chaves**. Mariana: AHCSM, 1780. Livro 57.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 2º Ofício. **Inventário *post mortem* de Mariana da Silva**. Mariana: AHCSM, 1755. Códice 122, auto 2456.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 2º Ofício. **Inventário *post mortem* de Luiz Ferraz Lima**. Mariana: AHCSM, 1777. Caixa 33, auto 785.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 2º Ofício. **Inventário *post mortem* de Felipe de Godoy**. Mariana: AHCSM, 1786. Caixa 117, auto 2336.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA – AHCSM. 2º Ofício. **Inventário *post mortem* de Sebastião Ribeiro**. Mariana: AHCSM, 1745. Códice 225, auto 2512.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Professor Titular em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Alessandra Caetano. **Em busca da liberdade:** as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Legislação e condição social de escravos e libertos na sociedade mineira. In: TERMO de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: Imprensa Universitária da Ufop, 1998. p. 218-220.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de alforrias nas Américas: dois estudos de caso e perspectiva comparada. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume, 2008.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo:** trabalho, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2008.

HIGGINS, Kathleen J. **Licentious liberty, in Brazilian gold-mining region.** University Park: Pennsylvania State University Press, 1999.

JUIÃO, Carlos. Male hawkers or marketers, Rio de Janeiro, Brazil, ca. 1770s. **Wikimedia Commons**, 7 nov. 2007a. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Carlos_Julio%20A3o#/media/File:Juliao10.JPG>. Acesso em: 27 out. 2017.

JUIÃO, Carlos. Man and woman hawkers or marketers, Rio de Janeiro, Brazil, ca. 1770s. **Wikimedia Commons**, 7 nov. 2007b. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Juliao08.JPG#/media/File:Juliao08.JPG>>. Acesso em: 27 out. 2017.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KIERNAN, James Patrick. Baptism and manumission in Brazil: Paraty, 1789-1822. **Social Science History**, Pittsburg, n. 3, v. 1, p. 56-71, 1976.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo:** Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

LIBBY, Douglas Cole. À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes. (c.1750 – c. 1850). In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; LEEUWEN, Marco H. D. van (Org.). **Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais:** Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 2000.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos em Minas Gerais:** estratégias de resistências através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan./abr. 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro Colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 10, p. 166-196, mar./ago. 1985.

Gênero, retomada da escolarização e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Debora Fickli Fiuza

Discutimos, aqui, o processo de retomada da escolarização por mulheres em situação de vulnerabilidade social, a partir das interseções de gênero, educação e empoderamento feminino⁷⁰. Tal processo é um tema importante quando falamos de empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade, porque incide diretamente nas ressignificações da condição feminina. Nesse sentido, num primeiro momento, buscamos pensar esse tema nas suas interligações com algumas ideias de pobreza e de gênero. Depois, apresentamos alguns relatos que foram coletados sobre o tema, a partir da construção conjunta de impressões que tiveram, como contribuidoras, sete mulheres do município de Pitanga, na região Centro-Sul do estado do Paraná. Por fim, analisamos os relatos à luz da perspectiva de gênero para a equidade⁷¹.

Uma das autoras levantou relatos no município de Pitanga, vivenciando a experiência de trabalhar como psicóloga em uma comunidade bastante afetada pela pobreza e carente de condições básicas de saúde, como moradia, alimentação e trabalho. A atuação no Centro de Referência de

70. Não discutiremos pormenorizadamente gênero e educação neste texto. Partimos de referências como Louro (1997, 2001), Louro, Neckel e Goellner (2003), Scott (1990) e Pedro (2005).

71. O conjunto de entrevistas está devidamente registrado e sob custódia das pesquisadoras, garantindo a parcialidade das informações solicitadas pelas entrevistadas.

Assistência Social (Cras) permitiu a convivência com algumas mulheres que, posteriormente, narraram suas histórias. Juntas, Diva, Rosana, Maria, Leode, Rosinha, Laurinha e Izabel (todas beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Pitanga/PR) expressaram a história dos seus percalços de vida, seus desejos por ocuparem um lugar, um espaço, um sentido singular entendendo a escolarização como fator determinante para subverter e superar a pobreza bem como transpor determinadas limitações sociais dadas pela condição de vulnerabilidade.

Os relatos coletados permitiram a elaboração de novos documentos e de novas construções. Colocar em perspectiva histórica a constituição do trabalho a partir da história oral veio a possibilitar a discussão em torno da criação de estratégias de autonomia e de empoderamento por parte dessas mulheres em situação de vulnerabilidade social, que abriram suas experiências para a feitura deste texto e de uma pesquisa mais ampla⁷², da qual é derivado. Além disso, devemos lembrar que a arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997, p. 17). Por conseguinte, o diálogo em que os relatos tiveram origem não pode ser considerado processo neutro. Nesse mundo de trocas, Alessandro Portelli (1997) observa que trabalhar com documentos orais implica trocas, compartilhamentos e afetividades, deixando à mostra toda subjetividade que aflora de qualquer investigação.

O município de Pitanga apresenta altos índices de vulnerabilidade social. Dos quase 33 mil habitantes, mais de 17 mil vivem em situação de pobreza, tanto na zona rural como na zona urbana, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local é de 0,702, o que posiciona a cidade como 224^a no *ranking* de desenvolvimento humano do estado paranaense (que tem 399 municípios). Aproximadamente três mil famílias vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda média de R\$70,00 mensais (IPARDES, 2011). A realidade de muitas mulheres em situação de vulnerabilidade social em Pitanga não está distante daquela vivenciada

72. A investigação maior resultou na dissertação “O papel da educação para mulheres em situação de vulnerabilidade social”, defendida em 2016 por Débora Rickli Fiuza sob a orientação de Luciana Rosar Fornazari Klanovicz no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), do Paraná. A pesquisa esteve vinculada ao Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG – <http://sites.unicentro.br/wp/lhag>), da mesma universidade.

por outras mulheres em municípios do interior do Paraná, especialmente se pensarmos nas regiões Centro-Oeste e Centro-Sul do Estado, que apresentam alguns dos piores IDHs do sul do Brasil.

No Brasil, a linha de pobreza ou miséria define-se pela renda familiar mensal inferior a R\$70,00 por pessoa. Com base nesse indicativo, o governo federal lançou o Programa Bolsa Família, que destina benefício financeiro de renda mínima a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. O Programa foi criado pela *pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004* (BRASIL, 2004), instituindo-se a partir da centralização dos procedimentos de gestão e de execução de programas sociais que até então existiam. Nesse momento, programas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação tornam-se unificados pelo Bolsa Família. Diante disso, o programa passou a ser organizado e desenvolvido de maneira simplificada.

Em seu início, o programa teve como principal objetivo melhorar a situação social de milhares de famílias atingidas pela pobreza, possibilitando o consolo imediato das marcas que a miséria acometia, especialmente o alívio à fome. Para Tereza Campello: “O Bolsa Família e todo o esforço de mobilização, articulação e aprimoramento das políticas que a ele se seguiu⁷³ vêm permitindo que as camadas mais pobres tenham melhoras expressivas em suas condições de vida e em suas perspectivas de futuro” (CAMPELLO, 2013, p. 16). O Programa Bolsa Família representa, desse modo, um marco importante, em se tratando de uma realidade brasileira extremamente empobrecida, por ser uma política pública de enfrentamento à pobreza nacional e que possibilitou às famílias pobres não somente o acesso a uma renda que complementasse as desigualdades presentes, mas, sobretudo, que garantisse o pleno acesso aos direitos sociais.

Além disso, de acordo com Walquíria Rego e Alessandro Pinzani (2013), o recebimento da bolsa possibilitou, ainda que minimamente, algumas escolhas às mulheres, já que “a renda liberta a pessoa das relações privadas opressoras e de controles pessoais sobre sua intimidade, permitin-

73. É o caso do Plano Brasil sem Miséria, criado pelo governo federal em 2011, que objetiva: “I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza; II - ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e III - propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva” (BRASIL, 2011).

do-lhe mais movimentação e, portanto, novas experiências” (2013, p. 190). A pesquisa de Rego e Pinzani também apontou a história de mulheres que, a partir da independência financeira, romperam com casamentos difíceis, com situações de violência, de dominação e puderam vislumbrar uma maior liberdade individual. Os autores lembram que nossa humanidade repousa no exercício e privilégio de fazer escolhas e que,

em situações de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, não se escolhe, vive-se o movimento perpétuo do círculo vicioso da pobreza, que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver (REGO; PINZANI, 2013, p. 190).

Então, para essas mulheres, o direito de escolha tem muitas facetas e representa a possibilidade de planejamento da própria vida, da opção pelo alimento que gostariam de comer ou da vestimenta que gostariam de usar. Com a independência financeira, portanto, elas passaram a desfrutar de escolhas básicas do cotidiano e a conquistar a capacidade humana de decisão. Ademais, dessa forma rompe-se com uma ideia naturalizada de que o pobre, por encontrar-se em condição de necessidade e miséria, precisa obrigatoriamente acatar o que vem do outro, sem a mínima contestação, sem possibilidades de se manifestar e de se colocar como sujeito de escolhas.

Feminização da pobreza e educação

A pobreza é um fenômeno histórico, contingente, multifacetado e que se encontra em constante construção e disputa, tendo como ponto fundamental a desigualdade estrutural e a exclusão (ACCORSSI, 2011; DEMO, 2009). As abordagens sobre ela caminham desde as perspectivas sociopolíticas e econômicas até as que ocupam outras formas, tais como as culturais (LACERDA, 2009).

De modo geral, sob a égide das interpretações econômicas, a pobreza é compreendida pela perspectiva da insuficiência na distribuição de renda. Mas autores como Paul Streeten (1995) elencam alguns critérios que sofisticam esse entendimento, tais como recortes necessários de classe, o lugar da residência, a etnia ou a cor de pele, o gênero, a idade, a compo-

sição e estrutura familiar, bem como as moradias, que são localizadas em áreas isoladas e tradicionalmente abandonadas pelo Estado. A marca desse processo de abandono é a falta de capital humano, que contribui para a precarização das condições de vida. Para Rego e Pinzani (2013, p. 151), “os pobres são geralmente indivíduos sem educação e sem formação profissional, obrigados a exercer atividades mal remuneradas e não qualificadas”.

Amartya Sen (2010) salienta que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação. O economista reitera que “a baixa renda é uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades” (SEN, 2000, p. 109). O autor discute uma nova possibilidade de compreensão da pobreza, bem como medidas oportunas para o seu combate e enfrentamento. Segundo o autor, a erradicação da pobreza não se restringe apenas à elevação da renda, mas relaciona-se, sobretudo, à expansão das capacidades do sujeito, com o acesso aos serviços de saúde, educação de qualidade, melhor distribuição de renda, redução das diferenças de raça e gênero. Nesse caso, a renda é considerada como um meio para o sujeito suprir suas necessidades, mas o aumento das capacidades pode, conseqüentemente, produzir melhores condições de acesso à renda. Com isso, ao sujeito são disponibilizadas pré-condições importantes para superação e enfrentamento da pobreza. Nesse sentido, é importante apontar quais aspectos Sen toma como base para a compreensão de capacidades. Nas palavras do autor,

por capacidade entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos (SEN, 2000, p. 73).

Rego e Pinzani (2013), em pesquisa desenvolvida com mulheres em condição de vulnerabilidade, reafirmam que a renda representa um elemento essencial a ser considerado em qualquer estudo que tenha como foco a temática da pobreza. Na tentativa de aprofundar o estudo sobre o conceito, os autores diferenciam pobreza primária e pobreza secundária. A primária é definida como a dificuldade de satisfazer necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, sendo estas impossibilitadas

de satisfação devido à privação de renda. Já a pobreza secundária está associada ao fato de que, mesmo com a disposição de renda para atender tais necessidades, os pobres são impedidos de satisfazê-las por outras razões que não estão, necessariamente, ligadas à privação de renda. A pobreza secundária é ilustrada quando uma pessoa fica doente ou subnutrida pela falta de educação que a torna incapaz de nutrir-se adequadamente ou pela indisponibilidade no mercado de alimentos dos quais necessitaria para uma adequada alimentação.

Em síntese, o conceito de pobreza e de exclusão social tornou-se notável em diferentes discursos, como nas redes midiáticas, no desenvolvimento de entidades e ONGs, nos projetos governamentais, na criação e execução de políticas públicas, tornando-se presente no cotidiano de diferentes sociedades.

Nesse percurso de reflexão, Bader Sawaia (2001) enfatiza que qualquer estudo sobre os processos de exclusão social precisa ser contextualizado no tempo e no espaço em que o fenômeno é localizado, de modo a permitir um aprofundamento teórico e prático. Nessa perspectiva, compreende-se que a exclusão social é produzida e reproduzida a partir de uma estrutura política que possibilita diferentes formas de relações sociais. De acordo com a autora, a exclusão social não pode ser considerada como um fenômeno decorrente apenas de uma crise em determinada sociedade, mas vista como o sintoma da organização e do funcionamento social. Sawaia (2001) reitera que a exclusão social não se refere somente à ruptura de laços sociais, mas é produzida pelos contornos aos quais esses laços se ligam. Além disso, a exclusão também não representa apenas uma crise social, mas é parte do funcionamento de uma dada sociedade.

A estadunidense Diane Pearce (1978) elaborou o conceito de feminização da pobreza. Para Pearce, ao longo do tempo, as mulheres têm se tornado mais pobres que os homens. A pobreza tornou-se, assim, um problema feminino, desenvolvendo-se a partir do momento que a mulher não conta mais com o marido ou companheiro residindo no mesmo domicílio e passa a responsabilizar-se sozinha pelo sustento de seus filhos. Nesse caminho, a autora analisa diferentes fontes de renda, categorizando a renda em salarial, transferência privada e transferência pública – esta se realiza com a aposentadoria ou os programas oferecidos pelas políticas públicas de redução da pobreza.

Examinando mais atentamente a renda advinda do próprio trabalho, Pearce aponta que, apesar da participação das mulheres no mercado de

trabalho ter aumentado consideravelmente ao longo do tempo, a renda dispensada a elas é inferior à dispensada aos homens. Além disso, a autora lembra que as mulheres geralmente ocupam atividades consideradas femininas, desenvolvidas sem a necessidade de qualificação profissional e com uma baixa remuneração, e adverte:

enquanto as mulheres bem como seus empregadores vejam seu trabalho como temporário/secundário, enquanto suas casas e suas famílias sejam seu compromisso principal, elas terão menor probabilidade de se engajar em atividades que representem gastos [com pagamento de benefícios ou treinamento] para seu empregador (PEARCE, 1978, p. 28).

Mary Garcie Castro (2001) afirma que, no Brasil, a baixa renda afeta homens e mulheres de modo similar. Em seu estudo, aponta a necessidade de consolidar discussões de políticas de combate à pobreza que também estejam ligadas à classe social e racial, além das questões de gênero. Castro alerta para os equívocos decorrentes da leitura de que o crescimento da pobreza das famílias chefiadas por mulheres se daria pela falta da figura do provedor masculino. Para a autora, as mulheres que são as responsáveis por suas famílias, em algum momento, foram esposas e companheiras com menos oportunidades no mercado de trabalho, visto que a dedicação da mulher voltava-se aos cuidados dos filhos e do lar. Além disso, a autora reitera que a presença da mulher no mercado de trabalho acontece concomitantemente com os papéis de mãe e esposa e, por conseguinte, com salários reduzidos e compreendidos pelo empregador como uma renda complementar (CASTRO, 2001).

Com base nessa perspectiva, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), desenvolveu uma pesquisa sobre a condição social das mulheres beneficiárias, interessando-se pelos processos de desigualdades de gênero nos espaços domésticos e públicos. A pesquisa foi organizada pelo instituto Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) da Universidade de Brasília (UnB), entre dezembro de 2005 e julho de 2006. A pesquisa buscou analisar os principais efeitos do Programa Bolsa Família na condição social

das mulheres. Como resultado foi possível, sobretudo, visualizar as beneficiárias como consumidoras, a afirmação e a autoridade das mulheres no ambiente doméstico e as mudanças na autopercepção das mulheres.

A retomada da escolarização entre as escolhas básicas do cotidiano

O tema da retomada da escolarização por mulheres tem sido trabalhado em pesquisas como a de Francisca Elenir Alves (2006), que discutiu o assunto considerando os significados do processo para as envolvidas na pesquisa. Ao pensar o Programa de Educação de Jovens e Adultos no âmbito do projeto desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos e pela Central Única dos Trabalhadores no município de Alagoinhas, Bahia, a autora constatou que a retomada significava importante estratégia de emancipação individual e melhoria das condições de vida e de trabalho.

Márcia Reis e Marcia Grossi (2010) analisaram a trajetória de mulheres de Belo Horizonte envolvidas no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (Proeja), que começou a ser implementado pelo governo federal brasileiro em 2005. A investigação buscou compreender os caminhos da vida escolar e profissional das envolvidas, constatando que os principais motivos de abandono e evasão da vida escolar em idade regular das mulheres entrevistadas eram a necessidade de trabalhar ainda quando crianças e, quando adultas, o desejo de possibilitar um futuro melhor para seus filhos.

As pesquisas citadas revelam falas semelhantes, especialmente no que diz respeito à importância da retomada da escolarização como estratégia de autonomização feminina individual e melhoria do salário no mundo do trabalho. Todavia, não levam em conta a condição de pobreza como um elemento dinâmico no entendimento da educação como estratégia para sua superação, talvez em alguma medida porque decorreram de certa naturalização de um conceito específico de pobreza muito vinculado ao campo sociopolítico.

Nesse sentido, buscamos discutir a construção de uma perspectiva de entendimento da retomada da escolarização como um fenômeno marcado por muitas idiossincrasias, especialmente quando pensamos a condição feminina, a vulnerabilidade social e outros elementos relacionados de forma abrangente, conforme podemos observar nas falas que passaremos a apresentar sob a forma do que denominamos de “relatos da retomada”.

Relatos da retomada

Diva, mulher guerreira

Meu nome é Diva, tenho 40 anos e terminei o ensino médio. Com 10 anos eu parei de ir para a escola por causa dos meus irmãos. Eu tinha que cuidar deles. Eu era a mais velha e tinha que cuidar das crianças. Eu não tive escolha: tinha que cuidar das crianças, cuidar da casa, pois a mãe trabalhava direto. Aí eu tinha que ficar em casa, porque os mais velhos sempre tomavam conta dos pequenos.

Depois de 24 anos voltei a estudar, mas nunca imaginei que eu iria aprender as coisas. Fiz da 5ª à 8ª e fiz do 1º ao 3º. Voltei a estudar com 34 anos. No primeiro ano eu fui sozinha; no segundo ano eu fui com a Izabel, porque ela trabalhava na prefeitura também.

Quando casei, o marido não deixava estudar. Ele falava que mulher não podia, tinha só que saber arear o fogão, lavar as panelas, mas não precisava de estudo.

Voltei a estudar por causa do serviço que eu arrumei. Se não fosse por causa do serviço eu não tinha voltado a estudar. Mas me sentia tão mal, culpada. Daí um tempo atrás eu não obedecia mais ele; eu ia estudar mesmo assim. Nós brigávamos, mas eu ia. Depois ele entendeu. Até ele queria voltar a estudar, só que pra ele é mais puxado o serviço. Mas vontade ele também tem.

Para voltar a estudar, a maior dificuldade é que eu tinha que trabalhar o dia inteiro e pegar minha filha na escola. Chegava em casa, fazia janta e levava ela comigo pra escola de noite. Era mais difícil.

Quando eu era criança tinha dificuldade também, bastante dificuldade, principalmente porque que não tinha o Bolsa Família. Aí a mãe trabalhava, o pai trabalhava e nós ganhávamos o caderno da escola. Era bem difícil. Primeiro, era bem mais difícil. As crianças hoje podem ir para a escola.

Foi muito bom. Eu gostei de estudar. Não estou mais estudando porque eu parei de trabalhar como estagiária. Aí fui trabalhar como diarista. Como diarista ganha muito pouco. Aí tive que parar de estudar para trabalhar mais.

O estudo trouxe muitas mudanças para minha vida, principalmente quando a gente vai fazer entrevista de emprego e eles perguntam que série que a gente tem. Eu tinha vergonha de contar, mas agora eu não tenho, porque eu terminei tudo.

Eu era bem rebelde. Eu era briguenta demais, não tinha educação, não tinha educação, porque se você falasse alguma coisa que eu não gostasse eu já me erguia. Eu não sabia escutar, mas agora sei escutar. Já sei, eu relevo bastante coisa. Eu acho que o estudo ajuda. As pessoas de fora falam que não ajuda. Mas ajuda sim, principalmente na educação.

Sentia-me mais valorizada, principalmente no serviço. Se a pessoa tiver estudo, muda. Eu sonho em ter minha casa. Talvez ter meu carro, não sei, melhorar mais. Quero que a minha filha tenha uma boa educação. Quero continuar no estudo e mais para frente ver o que vai dar, mas eu espero o melhor. Estava pensando em fazer uma faculdade a distância. No outro ano eu quero fazer um cursinho de informática. Eu não gosto de mexer com computador, mas no limpar eu desligo tudo, daí eu tenho medo até de limpar. No outro ano a menina minha vai fazer e daí eu vou com ela.

Minha história é de guerreira, mulher guerreira. E por causa de mim tem bastante mulher que voltou à escola. Pensaram que são capazes e foram atrás. Lá na vila tem umas dez ou mais que voltaram a estudar.

Rosana, mulher independente

Meu nome é Rosana. Tenho 39 anos e estou cursando a 5ª série. Eu não tive oportunidade de estudar porque minha mãe mudava muito, tipo cigana. Mudava muito de cidade, aí eu e os meus outros irmãos também não podiam estudar. Começava a ir bem na escola e a mãe já tirava a gente.

Eu não gostava muito da escola. Achava meio difícil porque nós íamos sem tomar café, aí eu dormia. Eu não ia bem na matemática. Tinha que tomar remédio de cabeça, para ajudar na memória.

Quando era criança, nós morávamos no interior. Lá era mais difícil. Nesse tempo eu fiquei bastante sem estudar porque não tinha escola perto e era muito longe pra nós pegarmos o ônibus. Fiquei mais de dez anos sem estudar. Agora eu voltei para terminar a 5ª série. Já faz dois anos que eu estou na escola. Agora está fazendo bem depois que eu voltei a estudar, como é que depois de uma idade a gente aprende? Já terminei até a 4ª série e estou terminando a 5ª, aí eu vou para o Ceeja (Centro de Educação de Jovens e Adultos). É que teve gente da escola que me deu força, daí eu voltei a estudar.

Quando decidi voltar a estudar, não tive força do esposo. Ele ainda não concorda, não incentiva. Ele falava assim: “Depois que já tá casada,

de idade, vai voltar a estudar? Larga o serviço aí”. Mesmo ele não me incentivando eu voltei, porque é o bem para mim. Hoje, para a gente ter um serviço, precisa ter estudo. Aí eu falo para ele que eu tenho que estudar porque eu não vou depender dele sempre, que eu preciso do estudo para arrumar um emprego bom.

Às vezes eu quero desanimar, mas encontro pessoas que me dão força, ajudam a gente. A gente não tem ajuda do marido na casa, mas tem outros. As pessoas incentivam a gente: a minha professora é um amor.

No começo eu faltava, mas tinha uma senhora lá de 80 anos que falava para mim: “Você é nova ainda. Eu que sou de idade não falto escola, tenho força, você precisa estudar, você é nova ainda, menina, eu que sou de idade quero estudar”. Eu fui ouvindo ela falar e, de tanto ouvir, estou até agora.

Em matemática eu sou péssima. A gente sem estudo não sabe nada, não vai pra frente. Agora estou mais atina depois que voltei a estudar. Eu acho que eu melhorei porque eu nem sabia conversar.

Depois que voltei a estudar, teve bastante mudança. Até pra ir ao mercado. Esses dias falei para o meu esposo: “Você não quer que eu volte a estudar, mas olhe a quantia que eu estou melhorando”. Na matemática nós começamos a aprender na calculadora e agora eu já estou fazendo continha.

Pra frente eu espero que tenha mais emprego. O meu sonho mesmo era ser professora, mas agora eu não quero. É muito difícil lidar com as crianças. Mas a professora disse que se eu tenho este sonho eu posso realizar, e o estudo vai me ajudar.

Eu queria dizer para as pessoas que pensam que não têm força para estudar que voltem, como eu voltei. As turmas me deram força, porque nunca é tarde pra estudar. Sempre tem que pensar pra frente, cada coisa que nós aprendemos vai pro nosso bem, fica o incentivo pra cada um que volte a estudar e volte mesmo, porque não importa a idade. Sem estudo nós não vamos além.

Maria: mulher de coração grande

Meu nome é Maria, tenho 39 anos estou fazendo a 4ª série. No tempo que eu era criança eu não tinha como estudar, porque meus pais eram pobres. Eu tinha que trabalhar, eu tinha que ajudar a minha mãe pra manter a casa. Desde os 9 anos o meu negócio era só trabalhar. Daí eu não estudava, porque nós morávamos um ano num lugar, seis meses em outro.

Sempre que eu entrava na escola eles me tiravam. Desse jeito eu fiz só o primeiro ano. Eu até aprendi. Só que daí eu nunca voltei a estudar.

De primeiro, a dificuldade é que as escolas eram longe, e no interior era bem mais difícil. Eu morava naqueles lugares que não tinha quase nem vizinho, tinha que ir a pé, estudava um pouco e já saía da escola.

Agora eu voltei pra escola, só que eu já sabia ler um pouco, mas aprendi mais. Vou à escola uma vez por semana, mas pra mim é bastante, porque no tempo que eu podia ter estudo, eles [pais] não podiam dar o estudo. Aí se eu fosse estudar e minha mãe fosse trabalhar a gente passava fome.

Tinha miséria direto na casa quando eu era criança, daí eu saía pra trabalhar de dó da mãe, porque ela não podia ir sozinha, eu ia junto com ela, sempre, sempre assim, por isso que agora eu falo para as minhas crianças: “Vocês têm que estudar!”

Eu sofro com os meus filhos porque tenho que manter a casa, comprar material, dar de comer, sustentar tudo. Nós somos em bastante lá na casa. Aí agora voltaram mais uns, e o que eu vou fazer? Eu não vou atropelar a filha com o neto e dizer eu não quero eles lá, porque eu tenho dó dele. Ele tem 2 aninhos. Os outros irmãos, depois que eu fugi com 16 anos, estudaram. Minha irmã tirou o estudo, fizeram primeira comunhão.

Eu trabalhava e os outros ficavam na casa. Quando eu peguei idade dos 12 para cima, eu já não estudei mais. Daí voltei agora com 40. As dificuldades de agora são menores. Só não vou um dia na aula quando eu estou trabalhando. Mas eu acho que não tem dificuldade nenhuma porque eu ponho meu piá na creche. Ficou bem mais fácil agora.

Hoje já mudou bastante, os de agora muitos já pegam o estudo, só que a diferença é que os de agora que estudam não querem um serviço pesado, eles querem no bom, no computador, no mercado, não é que nem no tempo da gente.

Leode: mulher leitora

Meu nome é Leode, tenho 45 anos e estou cursando a 4ª série. Eu não tive oportunidade de estudar quando era criança porque meus pais eram pobres, morávamos no mato, longe da escola. Eu só trabalhava. Tinha que ajudar o pai e a mãe para sustentar as outras crianças.

Eu nunca nem cheguei a estudar quando era criança. Depois que eu casei que o meu marido disse que tinha essa escola para os adultos, ele falou

assim: “Vai estudar, vai que você aprende, se você aprender a escrever o teu nome já tá louco de bom”. Faz uns quatro anos que eu estou estudando. O meu marido sempre incentiva, ele sempre diz para os meus filhos: “Olha, ajude a tua mãe, ajude ela a ler”.

Daí ontem eu tinha um monte de tarefas pra fazer e a minha menina pequena disse que ia fazer pra mim, mas ele falou assim: “— Não, tua mãe mesmo que tem que fazer, ela mesmo que tem que fazer pra ela aprender!” Sempre ele incentiva a estudar, quando eu quero fazer um curso, ele diz: “Vai em frente se é o que você quer. Pode fazer”.

Ele nunca me proibiu de nada, de estudar, de fazer curso ou outra coisa. Eu faço curso de costureira à noite e ele nunca reclamou, eu estudo durante o dia e faço o curso de costureira à noite, porque eu costuro em casa, pra sustentar um pouco minha família e também porque ficar só com o Bolsa Família não dá, aí eu tenho uma maquininha lá que ajuda, faço reforma.

Mas antes de voltar pra escola, eu não sabia nada, eu não sabia nem para onde eu ia, nem que lugar que era. Se eu chegasse numa loja ou num mercado e perguntasse onde que eu estava, eu já não sabia. Eu não conhecia número, eu não sabia ver horas, não sabia fazer ligação, não sabia nem receber ligação dos outros, daí depois que eu comecei a estudar, eu fui conhecendo mais, agora sempre que eu vou levar o meu piá para Guarapuava eu já sei aonde é que eu vou, qualquer lugar que eu vou.

Eu chegava à escola e não sabia nem como pegava o caderno, daí eu dizia que não queria mais ir pra aula, dizia que não iria aprender mais, dizia que não adiantava, que voltava na mesma, dizia que eu não sabia nada mesmo, o que estou fazendo? Chegava em casa e falava que não ia mais, daí minhas meninas e meu marido diziam: “Você vai estudar, vai ter que ir sim. Por que vai desistir agora se você queria tanto ir?”

Aí fui indo, eu tinha vergonha até das outras pessoas porque as outras pessoas sabiam um pouco escrever e eu não sabia nada, mas minha professora ficava me incentivando, porque a nossa professora lá é um amor de pessoa, e vai e vai e vai, até que eu aprendi.

Ela passava o meu nome pra mim, daí eu copiava, ela dizia que era pra eu ir copiando até eu aprender. Aí foi até que eu aprendi. O alfabeto também eu não sabia. Agora eu aprendi tudo, as letras do alfabeto eu sei todas. Eu sei escrever, sabe? Só não sei ler. A minha dificuldade é essa.

Muita coisa mudou depois que eu voltei a estudar. Agora, se alguém falar pra mim ir a tal lugar, se tiver escrito o nome, eu olho a primeira letra e já sei o que está escrito. Melhorou pra mim até o acertar uma conta, entrar no banco, pagar uma conta, dinheiro eu já sei, já sei quanto que é. Se for pagar um boleto no banco eu já sei também quanto que é e que dia que é, antes eu nem sabia, eu tinha que mandar os outros pagarem, tinha que dizer que comprei na tal loja e tinha que pagar tal dia, tinha que pedir pra alguém ver pra mim que dia que eu tinha que pagar, aí eu sentia vergonha. Falava: “Meu Deus do céu, vou ter que depender toda a vida de tá pedindo pros outros?”

Quando tinha médico fora, a turma dos postos que tinha que me orientar, aí eu ficava no mesmo lugar esperando até eles voltarem pra me buscar porque eu não sabia aonde ir. Agora não, agora eu já me viro, acerto minhas contas sozinha, faço minhas viradas sozinha, não preciso depender de ninguém. Sei que pra mim foi muito bom.

Acho que com as minhas crianças mudou muito, as crianças me ajudam, me incentivam, meu piá fala pra fazer isso, tem que fazer aquilo, daí às vezes eu digo que não vou pra escola, mas as crianças falam que tem que ir.

Rosinha: mulher sonhadora

Meu nome é Rosinha, tenho 50 anos estou aprendendo a ler e escrever. Quando eu era criança eu estudava, mas meu pai me tirou. Meu pai me tirou da escola com 12 anos. Só fiz até a 1ª série.

Naquele tempo não era como agora, era muito difícil. O pai tirava as crianças da aula pra ir trabalhar na roça, plantar, colher, malhar feijão. Era difícil, só que era divertido. Nós íamos de chinelo de dedo para o serviço, com a foice nas costas. Foi uma vida muito divertida, mas meu pai não dava estudo. Fiquei quarenta anos sem estudar, quarenta anos, meu Deus do céu.

Eu estou muito feliz. Depois que a professora cadastrou a gente na escola, nós temos material. Chega meio dia e meia, eu esquento o meu almocinho e, com a fé de Deus, quando faltam quinze pra uma hora da tarde, estou com minha mochilinha nas costas indo para a escola.

Ergui a minha cabeça e pensei as coisas positivas, pensei que ia voltar a estudar nem que fosse depois de velha. Hoje, tem uma benção de Deus comigo pra estudar.

Eu até tinha vontade de estudar, mas o pai não deixava, ele dizia assim: “Ah, o que adianta você estudar? Você tem que trabalhar, tem que ajudar o pai. Do céu não cai nada pra nós!” Os antigos eram assim.

Depois que eu voltei pra escola, a minha vida ficou mais especial. Fiquei tão alegre e feliz! Teve bastante mudança depois da escola, eu tenho mais paz e alegria. Eu não sou mais aquela mulher triste. Sou uma mulher que tem uma paz de Deus.

Meu sonho mesmo é que, aprendendo, quero ler a Bíblia Sagrada, pegar o folheto da igreja e ir lá na frente ler. Quando eu vou à igreja, na missa, e quando eles dão aqueles folhetos, a gente fica sentido de não poder ler, porque não adianta a gente pegar e não saber ler.

Laurinha: mulher cheia de fé

Meu nome é Laurinha, tenho 45 anos e estou sendo alfabetizada. Quando entrei na escola eu tinha 5 ou 6 anos, e quando eu estava começando a aprender o meu pai tirou pra eu ir trabalhar. Trabalhei dez anos como empregada, trabalhei na lavoura. Parei de estudar com 9 pra 10 anos, quando eu já estava na idade de ajudar o meu pai. Parei para poder trabalhar.

Eu não me lembro muito bem das dificuldades que a gente tinha, porque faz bastante tempo. Eu tinha interesse, ia à aula, tinha interesse de aprender, mas eu tinha que trabalhar. Hoje eu tenho um pouco de dificuldade, sei lá, mas a gente vai e se interessa em aprender e a professora Vanda ensina muito bem.

Eu já tentei estudar outras vezes, mas não aprendi nada. Agora, se Deus quiser, eu vou aprender. Eu tenho uma vontade tão grande de aprender. Eu saio pra rua e começo a ler. Voltei agora e estou tentando e quero que Deus me dê força porque eu quero aprender.

Depois de ficar quase trinta anos sem estudar, nesse tempo casei, tive filhos, mas comecei a pensar e a professora foi atrás de mim, falou para voltar, disse que eu iria aprender e tudo. Dou graças a Deus de ir aprendendo. Foi a professora que me incentivou, que me deu a ideia de voltar, porque pelos meus filhos não queriam que eu voltasse. Diziam “Depois dessa idade para que aprender algo?”

Isso trouxe bastante mudança, porque a gente se distrai, a gente pega o caderno na casa e fica estudando. Pra mim foi muito bom voltar a estudar, mas ainda eu quero aprender a ler. Quero ir à igreja e quero pegar o papel pra ler a palavra de Deus, é esse o meu sonho, quero tanto ler a palavra de Deus.

Outra coisa é que a gente sai e tem que assinar, daí tem que ficar colocando o dedo ali. Então, dá vontade de a gente aprender a escrever, porque eu fico com muita vergonha de ter que ficar colocando o dedo e não assinar.

Izabel: mulher que vai longe

Meu nome é Izabel, tenho 33 anos e terminei o ensino médio. Tudo começou com o projeto em que eu entrei, porque minha vida era marido, filho, casa. Aí, depois que eu comecei a frequentar o projeto, tinha o curso de culinária. Apareceu um curso de panificação e me chamaram pra trabalhar no Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Casei e parei de estudar. Marido, geralmente, não gosta que a mulher estude sempre. Agora está mudando um pouco, mas antes era assim. O meu marido mesmo nunca apoiou. Ele sempre era contra, falava que mulher tinha que cuidar da casa, mas eu sempre pensei que se a gente não estuda a gente não consegue fazer nada.

Hoje pra você fazer um concurso pra serviços gerais se não tiver estudo não pode nem se inscrever. Meu marido, quando voltei a estudar, nem apoiava e nem desapoiava. Engoliu, mas aí eu terminei o ensino médio e fiz mais uns cursinhos. Cheguei a ficar uns onze anos sem estudar.

O estudo trouxe várias mudanças, até psicologicamente. A gente abre mais a mente, conhece mais pessoas, você sai daquele mundinho que você vive dentro de casa, você tem até mais vontade de trabalhar, de conhecer outras pessoas, de conversar, de se arrumar. Eu estou tentando melhorar nisso também.

Mais pra frente eu tenho vontade de estudar mais, de conseguir ter uma profissão, porque na verdade a gente sempre trabalha, mas não é uma profissão. Quero ganhar melhor, quem sabe ser técnica de enfermagem. Na época em que eu voltei a estudar e trabalhar no Cras me identifiquei muito. Abri mais minha mente, não queria mais ficar em casa.

O que os relatos nos dizem

A partir dos relatos apreendidos é possível considerar os efeitos positivos que o retorno ao estudo trouxe para as mulheres, especialmente como forma de empoderamento feminino, possibilitando mudanças sig-

nificativas e, mais ainda, permitindo novas perspectivas e investimentos na vida, como protagonistas de suas próprias histórias. Nesse sentido, acompanhar o caminho da invisibilidade à autonomia dessas mulheres foi extremamente significativo.

Falar em autonomia e empoderamento remete a uma questão fundamental que é o despertar da consciência nas mulheres de que são capazes e com reais condições de seguir caminhos para além das funções reprodutivas e dos cuidados maternos. Nesse processo é necessário o investimento e a disponibilidade de políticas públicas que contribuam para a conscientização, o desenvolvimento e a legitimação dos direitos das mulheres. É a escolarização, ainda que inicial, permite semear certas estratégias de autonomia de gênero frente ao mundo doméstico, pelo menos.

Cada relato apontado que tratava dos motivos da desistência do estudo, das dificuldades enfrentadas no percurso escolar, de algumas motivações despertadas para o retorno a ele tem demonstrado, no caso desta pesquisa, que o fato de voltar a estudar configurou-se como o rompimento de um ciclo de analfabetismo e de deficiência escolar tão presente no contexto familiar e comunitário em que as mulheres em situação de vulnerabilidade social convivem no centro-sul do Paraná.

O horizonte de expectativas e de mudança foi ampliado com o retorno aos estudos. Para algumas mulheres, a experiência foi reduzida ao desejo de acesso a uma vida mais digna. Não significa uma diminuição em toda a experiência que as mulheres estão enfrentando, nem que as mesmas não almejem expectativas maiores, como frequentar um curso superior e conseguir um trabalho melhor remunerado, mas, sobretudo, as mudanças apresentadas foram tão singelas e ao mesmo tempo significativas para as mulheres porque culminaram em uma apropriação e ampliação de experiências e de possibilidades que, até então, não lhes eram acessíveis. Com isso, alcançaram um espaço de visibilidade e de apropriação na condição de sujeitos.

Como relatado nas entrevistas, o retorno ao estudo trouxe efeitos imediatos no cotidiano dessas mulheres, no processo de organização, planejamento e manejo das suas próprias contas, das compras no mercado e nas mercearias, da rotina doméstica e familiar. O aprender a fazer “continhas”, expresso com tanta felicidade por Maria e Rosana, fez com que se tornassem autônomas e independentes com seu próprio dinheiro, condição tão importante nesse processo de libertação, autonomia e dignidade.

Além da autonomia para o gerenciamento dos recursos em benefício da família e do planejamento do próprio dinheiro, o retorno aos estudos foi apontado como um facilitador das relações interpessoais. Como afirmou Rosana: “antes eu não sabia nem conversar”. As mulheres indicaram que estudar auxiliou no desenvolvimento das habilidades na comunicação e no contato com o outro, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários. O apontamento de Diva faz referência a esse exposto, haja vista a constatação de que foi a partir do retorno à vida escolar que ela se tornou mais sociável, mais comunicativa, tendo como efeito imediato o seu desenvolvimento no mercado de trabalho.

Outro ponto a ser considerado diante das mudanças trazidas pelos estudos foi a possibilidade de colocação no mercado de trabalho formal, de ocupar um espaço que garante os direitos trabalhistas, entre eles o trabalho com carteira assinada, férias remuneradas, renda fixa. Com isso, a retomada da escolarização apresentou-se como uma importante estratégia de superação da informalidade e da precarização do trabalho, situação presente e delegada aos pobres.

Nessa discussão sobre o trabalho, vale considerar alguns discursos preconceituosos que são direcionados ao público beneficiário do Programa Bolsa Família, que reduz os beneficiários a sujeitos que não estão dispostos a trabalhar, a ocupar um lugar digno no ambiente de trabalho e que, por isso, preferem apenas receber o dinheiro da Bolsa e, conseqüentemente, permanecer acomodados nessa condição. A pesquisa apontou experiências de vida diferenciadas, que rompem com esse discurso preconceituoso, como é o caso da história relatada por Diva, mulher trabalhadora, que, mesmo em condição de extrema vulnerabilidade, pobreza e violência, foi à luta e estudou, qualificando-se como uma guerreira.

Rego e Pinzani afirmam que a pobreza, especialmente na realidade brasileira, é um exemplo constante da repetição de preconceitos e de estereótipos definidos. Com relação ao Bolsa Família, apontam que, nos mais variados ambientes sociais, “os pobres são acusados de preferir viver do dinheiro do bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar mais dinheiro do Estado; de usar o dinheiro para usar cachaça etc.” (REGO; PINZANI, 2013, p. 225).

Nesse caminho, observam-se algumas marcas colocadas no sujeito pobre que o submete a discursos de preconceito, intolerância e até mesmo ódio. Rego e Pinzani salientam que, em muitas sociedades, a pobreza é

vista e caracterizada como o resultado da falha moral dos indivíduos, que são culpabilizados pela atual condição. Nesse sentido, os pobres são estigmatizados como preguiçosos, incompetentes e indolentes. Em se tratando da realidade brasileira, a discussão a respeito do Programa Bolsa Família é um exemplo de discurso bastante estereotipado. Em muitas situações, o pobre é acusado de preferir o dinheiro do benefício a trabalhar. Com isso, muitas pessoas que são beneficiadas pelo programa são tomadas por sentimentos de vergonha, humilhação e, em alguns casos, realmente acreditam que são os responsáveis pela condição de pobreza.

Com relação ao estudo, ou melhor, à falta de estudo, como apontado nos relatos anteriores, algumas mulheres conviviam com sentimentos de vergonha, especialmente quando precisavam relatar sobre o grau de escolaridade, na busca de trabalho. Diante disso, o retorno à escolarização representou um grande avanço, desenvolvendo a confiança, a capacidade e o sentimento de valorização nessas mulheres. Izabel, por exemplo, enfatizou que o estudo trouxe mudanças psicológicas, numa dimensão profunda dos processos de mudança e de autoconsciência.

A possibilidade de voltar a estudar em grupo, coletivamente, com o incentivo da “comadre”, da amiga, favoreceu também o fortalecimento dos vínculos sociais, necessários para o desenvolvimento e convívio comunitário. Pelos relatos que pudemos coletar, fica evidente que o convívio escolar favoreceu a socialização e o desenvolvimento pessoal dessas mulheres, que puderam vislumbrar novas possibilidades, novas atividades e, sobretudo, novas relações. Todavia, estudar também contribuiu para o fortalecimento de vínculos com os filhos, para o incentivo ao desenvolvimento da vida escolar das crianças. Embora o caso de uma das entrevistadas tenha mostrado que há filhos que não apoiam suas mães no momento da retomada dos estudos, de maneira abrangente os filhos de outras entrevistadas foram grandes incentivadores da permanência e da continuidade dos estudos da mãe – fator importante para o rompimento de um ciclo de evasão escolar ainda na infância, situação comum na comunidade em que residem.

Em todo o processo de aprendizagem humana, a interação social e os vínculos de mediação são essenciais. Na escola, pode-se afirmar que a relação professor-estudante é indispensável para que a aprendizagem aconteça satisfatoriamente. Nesse sentido, a partir dos relatos, é necessário destacar a presença da professora como condição fundamental nesse processo

de alfabetização. Na pesquisa, foi possível perceber o estabelecimento de vínculos das alunas com a professora, fator que foi importante para a continuidade no estudo.

Conforme Dermeval Saviani (2008), a ideia de interação social entre professores e estudantes e mediação em todo o processo educativo é um ponto central para o desenvolvimento de práticas educativas que atuam diretamente nos sujeitos dessas práticas. O autor problematiza teorias e métodos pedagógicos que, de fato, estejam articulados com os interesses das classes populares e que sejam capazes de contribuir para a superação do problema da marginalidade e, sobretudo, na luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. Nesse desafio para uma educação crítica, Saviani destaca a atividade mediadora como prática que favorecerá o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem negligenciar a carga cultural acumulada historicamente, valorizando os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem, o desenvolvimento psicológico, sem deixar de lado a sistematização lógica dos conhecimentos. De fato, a partir dos relatos apresentados, a professora desempenhou um papel importante de mediação, incentivo e fortalecimento das alunas na caminhada de escolarização.

Além de apresentarem as mudanças que decorreram do retorno ao estudo, as mulheres também relataram expectativas para o futuro, mobilizando sonhos e novos planejamentos. Observa-se, desse modo, que o desafio de enfrentar as atividades escolares após um longo período de afastamento também encorajou e autorizou essas mulheres a olhar a vida com possibilidades reais.

Daqui pra frente eu acho que vai melhorar, tanto pras minhas crianças quanto pra mim. Eu tirava molde de roupa e não sabia como era escrever frente e atrás, agora já sei, eu penso comigo qual letra que eu devo escrever, aí as crianças corrigem pra mim, na verdade, eles dizem que eu finjo que não sei escrever. (Leode)

Mas meu sonho mesmo é que eu aprendendo eu quero pegar e quero ler a Bíblia Sagrada, pegar o folheto da igreja e ir pra frente, é isso meu sonho. (Rosinha)

Por isso eu sonho com um futuro muito bom, mas vamos ver se a gente alcança até lá, pra hora de a gente aprender tudo, eu queria alcançar muitas coisas. É muito bom o estudo porque a gente sai por aí e vai ao mercado, daí não sabe se pega coisa cara ou barata e fica ali sem saber, então é importante pra gente quando vai fazer uma comprinha ver o que está mais barato e mais caro, porque senão o dinheiro da gente às vezes não dá. (Laurinha)

Mais pra frente eu tenho vontade de estudar mais, de conseguir ter uma profissão. (Izabel)

Os relatos que pudemos coletar nos permitem significar, com as mulheres entrevistadas, o caminho tortuoso, perseverante e fundamental de construção da autonomia feminina em grupos em situação de vulnerabilidade social a partir da opção pela retomada da escolarização, que se revela não somente em sala de aula, mas também no cotidiano das ruas, no poder de leitura de placas, no orientar-se na cidade, no ir ao banco sozinha, no conseguir assinar o nome e em demais atitudes que são importantes no processo de dignificação.

O contato com mulheres que retornaram aos estudos ou que iniciaram um processo de alfabetização após um longo período de afastamento da escola expressa o quanto, ainda, a sociedade paranaense – e, por extensão, a brasileira – oportuniza direitos de maneira assimétrica. No processo de escolarização, alguns relatos denunciam a necessidade que algumas mulheres tiveram de interromper os estudos quando crianças, pois às meninas cabia o trabalho doméstico e o cuidado com os demais irmãos.

A partir dos relatos compartilhados pelas mulheres participantes da pesquisa, foi possível identificar mecanismos de poder que fragilizaram o desejo e que, por algum tempo, impossibilitaram que essas mulheres se mobilizassem para o retorno aos estudos. Muitas delas gostariam de ter voltado à escola muito antes do que puderam realmente fazer, mas não contaram com o incentivo do marido, que, pelo contrário, não autorizou, não possibilitou a continuidade na escolarização. É o que observamos das seguintes falas: “Casei e parei de estudar, marido geralmente não gosta que a mulher estude” (Izabel); “Quando casei, o marido não deixava estudar” (Diva); “Ele não concorda, não incentiva, ele fala assim: ‘Depois que já tá casada, de idade, vai voltar a estudar?’” (Rosana).

É possível refletir sobre a condição anteriormente descrita relacionando-a a processos de violência de gênero direcionados às mulheres, considerando que a violência não se expressa apenas como agressão física, mas também emerge como violência psicológica, cerceamento da palavra, interdições diversas, comprometendo qualquer possibilidade de autonomia da mulher, de decisão e de desenvolvimento ou expressão de sua vontade. De acordo com o ponto de vista introduzido pela socióloga Heleieth Saffioti (1976), pelo viés do patriarcado, é possível articular o desenvolvimento da violência com o sistema de exploração do trabalho e, nesse sentido, com o exercício de poder modelado pela ideologia machista, o que permite identificar a sujeição feminina especialmente em ambientes de vulnerabilidade.

Fúlvia Rosemberg (2001) faz algumas pontuações referentes à temática da dominação de gênero na política educacional. A autora observa que, nas cinco conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1990 sobre temas relativos à educação de mulheres, três leques de ação foram acordados: 1) assegurar ou garantir o acesso total, igual ao dos homens, mais amplo e o mais cedo possível de meninas e mulheres à educação em todos os níveis (primário, secundário e superior) da educação, assim como à educação profissional e ao treinamento técnico; 2) eliminar todos os estereótipos de gênero das práticas, matérias, currículos e instalações educacionais; 3) eliminar as barreiras que impedem o acesso à educação a adolescentes grávidas e mães jovens (ROSEMBERG, 2001).

Rosemberg apresenta também alguns dados estatísticos referentes à educação de mulheres e problematiza a questão ao apontar que o sistema educacional brasileiro, assim como outras realidades, possui igualdade de oportunidades para os sexos no que tange ao acesso e permanência no sistema educacional. Contudo, apesar dessa constatação, o sistema apresenta intensa desigualdade que se associa ao pertencimento racial e de classe.

Nas narrativas apresentadas pelas mulheres, foi possível identificar que o entrave à educação se fez por diferentes vias, apontando para a complexidade que constitui o fenômeno estudado. A relação entre gênero, educação e condição de pobreza se entrelaça nos discursos e denuncia as múltiplas determinações que condicionaram e favoreceram o afastamento dos processos educativos. Diante disso, vale ressaltar que a violação do direito à educação se dá, no cenário que pudemos apreender

der, pela extrema pobreza em que essas mulheres vivem e também pelos obstáculos impostos pela figura masculina próxima a elas, no papel de marido, pai, irmão ou filho.

Referências

ACCORSSI, Aline. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALVES, Francisca Elenir. **Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas por que não?** Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil sem Miséria. Brasília: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-24.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da pobreza” em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, v. 1, p. 89-96, 2001. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2671/2993>>. Acesso em: 27 out. 2017.

DEMO, Paulo. **Saber pensar é questionar**. Brasília: LiberLivro, 2009.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 85-92.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEARCE, Diana. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, v. 11, n. 1-2, p. 28-36, 1978.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 77-98, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

REIS, Márcia Gonçalves dos; GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro. **Educação profissional e a identidade das mulheres do Pemja e Funec/EJA e Proeja**. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-539, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5.

SAWAIA, Bader. Identidade uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STREETEN, Paul P. **Thinking about development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Desafios na formação de professores/as: aprendizagens descolonizadoras?

Elda Alvarenga
Erineusa Maria da Silva

Gênero e diversidade na escola (GDE) no Espírito Santo: uma política descolonizadora⁷⁴ em construção?

É inegável a crescente preocupação internacional que embalou a temática de gênero e diversidade sexual, principalmente após os anos 60 do século XX, influenciada pelos movimentos feministas (AHMAD, 1999). Essa tendência se espalhou pelo Brasil, especialmente pelas ações de mulheres exiladas pela ditadura que estiveram relacionadas a movimentos feministas internacionais e, ao retornarem ao Brasil, no momento da anistia, influenciaram outras feministas brasileiras. Com a anistia em finais de 1970 e a possibilidade de redemocratização do País já na década de 1980, as feministas engajadas nos movimentos sociais e nos partidos de esquerda passaram a travar lutas internas e externas para verem suas demandas garantidas como agenda e reivindicação desses movimentos. Simultaneamente, buscavam o caminho da

74. O conceito de política descolonizadora baseia-se na concepção dos estudos pós-coloniais defendida por Hall (2003). Para ele, os estudos pós-coloniais buscam alternativas para a desconstrução da antinomia West/Rest, distinta da simples inversão do lugar da enunciação colonial. Afirma o autor que esses estudos não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam, como característica comum, o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade.

implementação de políticas públicas como forma de superar os muitos problemas enfrentados pelas mulheres brasileiras desde os mais diversos campos: da saúde, da educação, da segurança, entre outros (GOHN, 2008).

O ano de 1982 foi fecundo na busca de movimentos de mulheres em conferir visibilidade a uma perspectiva feminista nas políticas públicas, quando foram criados os primeiros Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres (GRAÇA; MALAGUTI; VIEIRA, 2010). Em 1983, os movimentos sociais conseguiram interferir na política de saúde, com a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. No período constituinte, influenciaram a nova Constituição quanto às concepções ali postas a respeito do papel da mulher na sociedade. Por uma provocação também dos movimentos sociais, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que objetivam eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País. Do ano de 1985 a 2010, o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas.

Em 2002, ainda na estrutura do Ministério, foi criada a Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher. No ano seguinte, passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que ampliou o processo de controle social e também o controle dos investimentos (recursos financeiros, inclusive) voltados para as políticas públicas para as mulheres. Entretanto, chama-nos a atenção o fato de que, antes da década de 90, não se utilizava o conceito de gênero nos documentos oficiais de governo. O uso mais comum era o de políticas para as mulheres (GRAÇA; MALAGUTTI; VIEIRA, 2010). As autoras apontam que tem sido difícil os movimentos sociais de mulheres e feministas convencerem os governantes e gestores públicos de que, para a superação de entraves ao desenvolvimento econômico e social, temos necessidade de incorporação de uma visão transversal de gênero⁷⁵ na condução das políticas públicas como um todo, numa perspectiva mais universalista de direitos humanos.

75. A transversalidade de gênero nas políticas públicas compreende uma visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos, pautada pela necessidade de que cada setor e esfera de governo, integrados e conjuntamente, considerem a importância da superação das assimetrias de gênero como forma de superação das desigualdades sociais como um todo (GRAÇA; MALAGUTI; VIEIRA, 2010).

A partir de 2003, depois de três disputas à presidência, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a governar o Brasil, tendo à sua frente Luiz Inácio Lula da Silva por dois mandatos seguidos. Em 2010, o PT alcançou o terceiro mandato, tendo como presidente, pela primeira vez no Brasil, uma mulher – Dilma Rousseff. Nesses anos, foi possível perceber uma mudança ocorrida principalmente expressa pelo interesse desses governos em apresentar políticas públicas sociais e educacionais de formação, endereçadas às pessoas que vivem à margem dos direitos à vida, à saúde, à igualdade de gênero, entre outros. Ainda que saibamos do distanciamento entre a política traçada em documentos e a materializada e de toda a complexidade que envolve conceber e executar políticas sociais no marco capitalista, tais políticas se propunham a superar problemas agravados pelas décadas de 1980, considerada a “década perdida” (devido à estagnação econômica latino-americana), e de 1990, durante a qual o governo Fernando Henrique Cardoso implementou a lógica do Estado mínimo, aprofundando ainda mais as políticas neoliberais no país.

No percurso de criação de políticas públicas pelo governo federal petista, algumas conquistas, frutos das relações de forças sociais, no campo dos direitos, podem ser citadas, como o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Programa Brasil sem Homofobia e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras (FILIPAK; MIRANDA, 2010). Também destacam-se o Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, que buscava garantir que o recorte transversal de gênero fosse considerado na formulação e implementação de políticas públicas no país (GRAÇA; MALAGUTTI; VIEIRA, 2010; YANNOULAS, 2002), e a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que assumiu o papel não só de impulsionadora, mas também de articuladora dessa nova institucionalização, sendo a formação em gênero encarada como uma política pública a ser desenvolvida pela SPM.

Assim, em 2005, a SPM, em parceria com o Conselho Britânico (British Council)⁷⁶, deu início a um debate para elaborar uma proposta de

76. Nesse processo, outros atores também foram chamados a participar: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e, ainda, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

formação na temática de gênero e feminismo para o corpo docente da rede pública de educação de todo o Brasil. Dessa reflexão, foi efetivada a proposta de criação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), política de formação de professores/as da educação básica e pública do país que objetivava articular as temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Essa política tinha como proposta promover uma cultura do respeito e a garantia de direitos humanos, da equidade étnico-racial e de gênero, de valorização da diversidade (BRASIL, 2009) e foi viabilizada em 2006 por meio da Rede Educação para a diversidade, alocada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)⁷⁷ (DUARTE, 2012). Nesse sentido, a organização político-governamental – adotada em âmbito federal – demonstra uma preocupação com a formação de docentes para a temática de gênero e diversidade e se direciona principalmente à escola e aos professores, ainda que busque atingir uma parcela do movimento social (aproximadamente 10%).

Para Carnoy (apud OLIVEIRA, 2009), no capitalismo, a escola torna-se parte das funções do Estado, apresentando-se, por isso, como um campo de conflitos sociais. O autor acrescenta que, nas democracias capitalistas, o Estado é considerado politicamente responsável pela promoção da justiça social e da igualdade. Isso ocorre para compensar as desigualdades que o próprio sistema social e econômico promove. A educação é compreendida como uma possibilidade de mobilidade social de grupos menos favorecidos que, com o acesso à educação, se credenciam a participar também da vida social.

Por isso, para o autor, o Estado capitalista exerce a função de reprodutor das relações sociais capitalistas de produção, o que também caracteriza a escola, já que é uma de suas instituições. No entanto, ressalta que a escola e seus sujeitos, ainda que numa sociedade capitalista, não assumem o papel de apenas reprodutores das concepções da classe dominante, o que enseja pensar que o Estado e suas políticas públicas são também reflexos das demandas sociais e das reivindicações sociais, que resultam por moldar o Estado e a educação. Isso influencia também as políticas educacionais de formação de professores, que são compreendidos como agentes mediadores desse “outro” conhecimento a ser tratado, no campo do conviver bem, respeitando as

77. A Secad se transformou, posteriormente, em Secadi, tendo em vista que foi acrescentada também a temática inclusão ao final do nome da Secretaria.

diversidades. Nessa linha, a criação do curso GDE, como política pública de formação, teve como objetivo sensibilizar professores da educação básica para que, articuladamente, sejam capazes de lidar com os seguintes temas: relações de gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual.

O curso foi ofertado para oito municípios no Estado do Espírito Santo (Colatina, Aracruz, Vitória, Vila Velha, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Conceição da Barra e Afonso Cláudio), sendo finalizado por 286 professores. O presente estudo buscou analisar a experiência formativa de professores e militantes dos direitos humanos que participaram do curso GDE pelo município de Afonso Cláudio nos anos de 2013 e 2014. A escolha do município de Afonso Cláudio ocorreu devido ao fato de ter sido o polo que apresentou maior permanência dos cursistas vinculados (de cinquenta vagas do curso nesse município, 46 cursistas concluíram). Além disso, é um município que se localiza no interior do Estado e que tem maior dificuldade de acesso à formação continuada.

Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema, na medida em que a política de formação em gênero é relativamente recente no cenário nacional, tendo-se pouco publicado a seu respeito. Ademais, o conhecimento se apresenta como uma ferramenta significativa, senão fundamental, para orientação/reorientação da história da humanidade. Os diversos e diferentes campos do conhecimento produzem e articulam saberes que, necessariamente, fazem parte da construção histórica realizada por sujeitos coletivos (GOHN, 2006). O campo científico pode ser compreendido como gerador de aprendizagens e de saberes sobre a realidade humana. Acreditamos ainda que submeter as políticas a um processo de reflexão permanente, sobretudo a respeito do *modus* de sua condução político-pedagógica, é fundamental também para a garantia do compromisso de sua execução e de sua permanência, para com isso manter viva a possibilidade de potencialização de mudanças de atitudes e de percepções dos professores envolvidos com/na formação.

O referido curso apresenta-se na modalidade a distância e, como preconiza Behrens (2010), pela sua natureza, tem se constituído como uma possibilidade de formação continuada de professores, nesse caso, de um campo tão silenciado nas experiências formativas como são as questões referentes às relações de gênero e étnico-raciais e, ainda mais, a diversidade

sexual. Nesse sentido, o GDE se constituiu como um *espaçotempo*⁷⁸ inovador e flexível para a formação continuada dos cursistas. Da mesma forma, Alves (2011, p. 2) salienta a relevância social da Educação a Distância (EAD) na medida em que “[...] permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público, que moram longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo”.

Apesar de comumente considerarmos a educação a distância como um processo novo, Luzzi (2007) aponta que, em âmbito internacional, a EAD, primeiramente vinculada à iniciativa de alguns professores, começa a existir, institucionalmente, a partir da segunda metade do século XIX. O autor afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, aumenta a preocupação com a formação de trabalhadoras para a carreira armamentista e para o desenvolvimento industrial, o que induz a uma significativa expansão da educação. Esse contexto foi fundamental para a ampliação da EAD, no sentido de se constituir como uma possibilidade de acesso à educação em todos os níveis.

O curso GDE tem um formato definido nacionalmente, mas cada estado da federação pode apresentar diversificações justificadas ao formato nacional diante das especificidades locais. Portanto, apesar de a proposta nacional apontar um curso com 180 horas, composto por cinco módulos (diversidade, gênero, sexualidade e orientação sexual, relações étnico-raciais e avaliação), na proposta executada pela Universidade Federal do Espírito Santo, proponente local do curso, foi acrescentado um módulo com 60 horas com o objetivo de contextualizar o debate em torno dos conteúdos supracitados em relação ao Espírito Santo. Isso devido ao fato de o estado do Espírito Santo figurar como um dos mais violentos no Brasil no que se refere à violência doméstica. O módulo foi denominado Gênero e diversidade no Espírito Santo. Como consequência dessa adequação, foi produzido um material didático específico por professores formadores militantes da área sobre gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais no Espírito Santo (BRASIL, 2009).

Do primeiro ao quinto módulo (diversidade, gênero, sexualidade e orientação sexual, relações étnico-raciais e diversidade e gênero no Espírito Santo), buscamos abordar as temáticas em três dimensões: primeiramente, do ponto de vista histórico-conceitual; na sequência, relacionando-as com

78. Forma de escrita assumida por Nilda Alves e por outros/as pesquisadores/as do cotidiano, para mostrar que esses processos acontecem assim mesmo como estão escritos.

a escola; finalmente, tratando-as a partir de casos hipotéticos, levando o cursista a pensar sobre os possíveis casos vividos e experimentados em seus locais de trabalho ou mesmo em suas vidas particulares. Esses procedimentos foram realizados a partir de *webconferências*, de fóruns *on-line* e de outros instrumentos da plataforma Moodle, como a sala de cafezinho, e encontros presenciais nos polos de cada município com tutoria ou seminários presenciais que reuniam dois ou mais polos.

O sexto módulo foi o *espaçotempo* destinado à avaliação somativa do curso. O processo de ensino-aprendizagem teve avaliação formativa, baseando-se numa perspectiva mediadora. Para Hoffmann (1997), essa perspectiva pretende, essencialmente, opor-se ao modelo do “transmitir-verificar-registrar” e evoluir no sentido de uma ação reflexiva e desafiadora dos educadores em termos de contribuir, elucidar e favorecer a troca de ideias entre e com seus alunos, num movimento de superação do saber transmitido a uma produção do saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados. Esse processo envolveu, no caso do GDE, uma dimensão formativa, que ocorreu durante todo o curso, e uma dimensão somativa realizada de forma específica no módulo seis, por meio do memorial descritivo e do projeto de intervenção no cotidiano escolar e da autoavaliação.

Das 46 pessoas que concluíram o curso no polo de Afonso Cláudio, foram selecionadas para essa pesquisa os 36 cursistas que realizaram os trabalhos finais. Estes têm idades entre 23 e 46 anos. Ressaltamos que a maior parte (72,22%) concentra-se entre os 30 e os 44 anos. Quanto ao sexo, 32 (88,89%) são do sexo feminino e 4 (11,11%) do sexo masculino. Vimos também que 22 (61,11%) residem no município de Afonso Cláudio e 14 (38,89%) em municípios circunvizinhos, ou seja, provavelmente são pessoas com maior dificuldade de acesso à formação inicial e continuada. A maioria dos cursistas – 34 (94,44%) – está lotada na educação básica.

A pesquisa se caracterizou como qualitativa e utilizou os memoriais e os planos de intervenção produzidos pelos 36 cursistas para a avaliação final do curso como dados para exame. Para a apreciação dos dados recolhidos, utilizamos a análise de conteúdos (BARDIN, 2008). Logo após, os dados foram organizados em três categorias: a EAD como possibilidade de formação continuada de professores; possibilidades e desafios em relação ao trato com as temáticas do curso; propostas de intervenção no cotidiano escolar com vistas a minimizar as relações opressoras e/ou discriminatórias na escola.

Implicações do curso na formação de professores para uma aprendizagem descolonizadora

A pesquisa se orientou pelo entendimento de que os sujeitos não são meros e passivos receptores de políticas de formação externas impostas, mas são envolvidos e se envolvem ativamente nessas aprendizagens e, portanto, “[...] reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (LOURO, 1997, p. 61), ainda que o *habitus* seja uma importante categoria de tendência à permanência que se articula pelas dimensões objetivas e subjetivas da vida (BOURDIEU, 2005). Sob essa ótica, voltamos nosso olhar para nossas fontes de pesquisa que foram categorizadas, sobre as quais passamos a discorrer.

No que se refere à EAD como possibilidade de formação continuada de professoras, vimos que, no geral, os cursistas consideram dois sentidos da modalidade. Por um lado, a EAD se apresenta como uma alternativa para a formação, considerando os *espaçotempos* que caracterizam o trabalho docente na atualidade. É muito comum, no processo de escuta de professoras, a existência de queixas em relação à falta de tempo para a formação em serviço. A EAD, nesse sentido, oportuniza ao trabalhador uma organização autônoma do seu percurso formativo. Outra vantagem apontada pelos cursistas é o fato de a educação a distância aproximar da Universidade e de outros centros de produção de conhecimento as pessoas que moram no interior do Estado. Essa aproximação, por meio das tecnologias da informação, possibilita o acesso a uma rede de saberes e fazeres à qual normalmente os cursistas não teriam acesso.

Por outro lado, a EAD apresenta uma série de desafios tanto para os cursistas como para a coordenação do curso. O mais apontado ao longo das duas edições do curso foi a dificuldade de se realizar o acompanhamento pedagógico do processo e, em especial, da avaliação. Apesar de todo o esforço para debater e socializar com os cursistas as orientações sobre o curso e, mais especificamente, sobre a avaliação, alguns participantes afirmaram que, em algum momento, sentiram falta de um acompanhamento pedagógico presencial. Muitos indicaram a participação no encontro presencial como muito importante. Nesse sentido, observamos que, apesar do monitoramento da coordenação do curso, dos professores e da tutoria presencial e a distância, a modalidade, em alguma medida, dificulta o diálogo entre

os diversos envolvidos em um trabalho dessa natureza. Assim, apontamos que é preciso que se aprimorem as formas de acompanhamento pedagógico para melhor atender às demandas formativas em questão.

Os cursistas alegaram, em seus memoriais, dificuldades pessoais (de ordens objetivas e subjetivas) e também profissionais para tratar dos temas estudados no GDE. Três afirmaram ter entrado no curso, inicialmente, devido ao concurso de seleção para professor em designação temporária (DT), pois o certificado os beneficiaria na classificação. No entanto, identificaram-se com o conteúdo e a metodologia adotada, como é o caso da professora Mila⁷⁹, que disse que as dificuldades enfrentadas foram superadas pelo que o curso apresentou de significação educacional:

Quando ingressei no GDE, não entendia muito bem os objetivos do curso. Sou DT (designação temporária) e dependo de títulos para ser contratada e, francamente, foi isso que mais me motivou a fazer o curso no início. Porém, mesmo com as dificuldades que encontrei no difícil acesso ao polo, devido ao cansaço do dia a dia, a distância que há entre a minha comunidade e o polo e, muitas vezes, as chuvas, passei a gostar e ver que, além do certificado, o curso teve grande significação porque o âmbito educacional precisa de trabalhar a sexualidade como orientação para que cada ser se defina nas suas peculiaridades e seja um cidadão respeitado por todos e tenha direitos garantidos na sociedade.

Ainda que tais dificuldades tenham sido superadas, elas se apresentam como elementos importantes para a compreensão do trabalho docente no Espírito Santo. O curso GDE, que tem origem de oferta no governo federal, encontra diversas situações para sua realização em cada estado da federação. No Espírito Santo, cerca de 67% dos professores são contratados em regime de designação temporária (ALVARENGA; SILVA; GOMES, 2016). Assim, as dificuldades desses docentes são ainda mais destacadas, pois vivem uma situação de insegurança muito grande e têm de se submeter todo ano à realização de processo seletivo para se manterem como professores do Sistema Estadual de Educação. Nessa relação tensa, há também os interesses dos docentes, que vão desde a busca por aprofun-

79. Foram utilizados nomes fictícios para guardar a identidade dos/as participantes da pesquisa.

dar conhecimentos a respeito da temática gênero e diversidade, no intuito de subsidiar a sua ação pedagógica, até a realização do curso somente para obter título e concorrer em melhor condição nas seleções para professores DTs. Cursos como GDE tornam-se interessantes como agregadores de pontuação para a referida seleção. Ademais, esse contrato coloca aos docentes condições de precarização do trabalho. No caso de professores do interior, agrega-se a distância da moradia em relação ao local da realização dos cursos e dos postos de trabalho, o que não é diferente em se tratando de localidades mais urbanas, quando os professores se sujeitam, todos os dias, a um transporte coletivo inadequado.

É importante destacar que as questões referentes à precarização do trabalho docente têm dificultado que políticas de formação consigam se efetivar no cotidiano do trabalho docente diante do produtivismo exigido por um Estado muito mais gerencialista e avalista, inclusive em relação ao tempo docente na escola. Apesar de ser ofertado a partir de uma lógica invertida de escolha, na qual a escola é quem elege o curso que deseja realizar atualmente e os professores se candidatam tendo que optar pelos cursos ofertados, o GDE ainda se apresenta como um curso a distância realizado de forma individualizada, em um tempo que não é o dos docentes na escola; assim, há alguns/algumas cursistas que o fazem entre a hora que chegam da escola à noite e antes de dormir, o que pressupomos não favorecer uma leitura aprofundada do material pedagógico adotado.

Quanto às possibilidades e aos desafios em relação ao trato com as temáticas do curso, observamos que o GDE, no Espírito Santo, por sua metodologia de transversalidade dos temas gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual, convoca os/as participantes a refletirem sobre experiências cotidianas vivenciadas, tanto na própria vida como na escola. Esse tipo de abordagem parece provocar situações em que as pessoas têm de se colocar no lugar das outras. Isso parece afetar os participantes do curso, como José, que, depois de apresentar no memorial uma experiência ocorrida na escola em que atua, assim se manifestou:

Essa situação possibilitou-me colocar em prática conhecimentos que adquiri durante o curso, proporcionando-me contribuir para a transformação de atitudes como esta. É importante mencionar que, ao longo do curso, vivenciei muitas experiências que me possibilitaram um agir diferente, de

modo que foi possível, antes de tudo, uma transformação pessoal e interior, me ajudando a resolver situações de conflitos, como a mencionada, de forma consciente e segura.

A professora Mara apontou um fato que chamou muito a sua atenção quanto à diferença de sexos e comportamentos quando fez o curso:

[...] quantas vezes eu, enquanto educadora, pequei nessa situação quando tentava separar brincadeiras, brinquedos e cores relacionadas a meninos e meninas. Quantas vezes repeti as frases “Isto é coisa de menino”, “Boneca é para menina”, e sempre diferenciava rosa e azul. Agora, fazendo o curso, tenho outra visão sobre esse assunto e vejo que tem diversas maneiras de trabalhar essas diferenças.

Os cursistas afirmaram, nos memoriais, que o GDE os estimulou a realizar práticas diferentes em seu cotidiano pessoal ou profissional. No campo profissional, isso se efetivou por meio de intervenção direta em situações ocorridas ou em projetos que suscitavam o debate em torno do tema. Também expressaram a importância do curso para a mudança de pensamento referente a gênero, ainda que alguns participantes, após a realização do curso, demonstrem entender a inclusão como uma forma de piedade, porque “Somos todos filhos de Deus”. Os cursistas afirmaram também que os temas do GDE estão presentes na escola e na sociedade e isso torna o curso importante para buscar responder a essa complexidade atual. Muitos alegam terem sido objeto de discriminação, o que, de certa forma, os identifica com o curso.

Em relação ao trabalho avaliativo final, denominado projeto de intervenção, foram apresentadas ao todo 33 atividades. Destas, 3 (9,09%) não se dedicam aos eixos do curso. Apesar da pequena incidência, cabe questionar que elementos interferiram no percurso formativo que impossibilitaram esses cursistas de focar suas produções finais em um dos eixos temáticos do curso. Vimos que somente 1 trabalho (3,03%) articulou os quatro eixos temáticos do curso. Esse dado nos indica que apesar de, nas relações sociais, inclusive na escola, essas temáticas ocorrerem de forma articulada, os cursistas optaram por elaborar atividades com foco em um dos temas. Possivelmente, isso se explica pela considerável diferença na complexidade da tarefa, quando se opta por articular mais de um item.

Quando nos voltamos para a opção dos cursistas por um eixo temático na produção do trabalho final, obtivemos os seguintes dados: 13 (39,39%) optaram pelos eixos diversidade e relações étnico-raciais, 4 (12,12%) elaboraram atividade com foco no eixo gênero e 3 (9,09%) escolheram o eixo diversidade sexual. Os dados indicam que, apesar da centralidade do eixo gênero, presente em todo o percurso formativo, somente uma pequena parcela dos cursistas se dedicou a essa temática no processo de elaboração de seus trabalhos finais. Esse fato parece indicar algo recorrente no cotidiano escolar: a invisibilidade dessa temática (ALVARENGA, 2007) e a falta de percepção da opressão sexista por grande parte do magistério (SILVA, 2002). Também pode ser justificado pelo fato de a diversidade estar em evidência na sociedade brasileira, inclusive sendo este um momento de discussões no campo legislativo. Ressaltamos, no entanto, que esse debate tem ocorrido, muitas vezes, a partir do viés da tolerância, discurso forte atualmente no campo da educação e presente tanto nos memoriais como nos trabalhos finais dos cursistas.

Merece destaque também o fato de o eixo diversidade sexual ter sido o menos selecionado para ser tratado como temática na elaboração do projeto de intervenção. Esse foi um dos temas mais difíceis de serem trabalhados, segundo a maioria dos respondentes. Apesar de nossa análise tomar como fonte os memoriais e projetos de intervenção, foi possível perceber, em outros momentos durante o curso (nos fóruns de discussão, nos encontros presenciais e no diálogo estabelecido nas *webconferências*), que, dos quatro eixos do curso, esse foi o mais complexo, mais difícil de ser tratado na escola, devido, principalmente, ao caráter conservador e moralista da sociedade brasileira. A professora Mila afirma:

[...] até o início do curso, minha forma de ver as questões relacionadas ao homossexualismo era um tanto diferente da forma como vejo agora, talvez por eu não haver estudado o suficiente sobre o assunto, mas agora percebo que posso ser melhor a cada dia, e que muitas situações podem ser evitadas quando sabemos agir de forma madura diante de fatos sociais.

Em relação à análise de proposição de intervenções no cotidiano escolar, na qual a ideia era propor caminhos que minimizassem as relações opressoras e/ou discriminatórias na escola, observamos que, por

um lado, a maior parte dos cursistas não conseguiu elaborar a atividade proposta pelo curso no que se refere a pensar ações que objetivassem a intervenção no cotidiano em que se está inserido. Nesse aspecto, as atividades apresentadas são superficiais e não atendem, no geral, às questões didáticas metodológicas necessárias à elaboração de um projeto de intervenção pedagógica, o que pode demonstrar dificuldades em relação não somente à temática específica do curso como também à intervenção pedagógica no cotidiano escolar.

Por outro lado, vimos que alguns conceitos e pressupostos debatidos no curso aparecem na escrita dos cursistas ainda de forma naturalizada, como o termo “homossexualismo”⁸⁰ e a afirmação de que “todos somos iguais quanto ao sexo”. Esses desafios podem ser justificados tanto pelo percurso formativo dos cursistas como pela dificuldade dos docentes e discentes do DGE em acompanhar o processo de elaboração dessas atividades. Ressaltamos, no entanto, que muitos participantes, na escrita do memorial, apontaram como o curso contribuiu para a sua formação. Um deles, André, afirma: “Todas as informações adquiridas no decorrer desse curso devem, entre outras coisas, levar cada um dos cursistas a desempenhar um trabalho que mostre ao aluno a beleza e o poder de pensar”. Assim, é possível afirmar que, apesar das limitações, comuns em todo processo formativo, o GDE pode ser considerado uma relevante experiência formativa, na medida em que, entre outras potências apresentadas ao longo deste texto, possibilita o debate, a análise e a reflexão sobre uma educação menos sexista, menos homofóbica e menos racista e classista.

Bourdieu (2005) apresenta-nos o *habitus* como um sistema das disposições socialmente constituído que, como estrutura estruturada e estruturante, constitui o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciem uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição estabelecida na estrutura da classe dominante. Para Bourdieu, o princípio unificador e

80. Apesar de ser enfatizado no curso que o termo homossexualismo deve ser substituído pela expressão homossexualidade, uma vez que a ciência já superou a ideia de que a atração física e afetiva na sexualidade humana seja doença. Por isso, o sufixo “ismo” foi alterado do conceito original.

gerador de todas as práticas e, em particular, das orientações comumente descritas como “escolhas” e, muitas vezes, consideradas efeitos da tomada de “consciência” não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e, como lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por essa via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. Produz, nesse sentido, o não reconhecimento de si como sujeito do sexismo. Assim, deixar-se abrir para esse processo e sensibilizar-se é uma proposta de ação afirmativa, mas a tendência de reprodução é grande em função do *habitus*, ainda que haja possibilidades de o agente “vazar”. Ao que parece, os professores estão no processo de fazer esse esforço de mudança, como vemos na afirmação da professora Tânia:

Estou me abrindo para o mundo, me propondo a ver o meu semelhante como uma pessoa independente de sua crença, cor, gênero, sexualidade e enxergando somente o caráter das pessoas e o que os mesmos podem acrescentar na minha vida e minha caminhada.

Os docentes falam ainda sobre a necessidade do envolvimento da família nesse processo de discussão das relações sociais e das desigualdades. A escola é referenciada como um local importante de se desenvolver esse debate. Às vezes, apresenta-se como único. A cursista Luiza afirmou: “[...] deve-se sim ter planos de ação [...]. E isso deve ultrapassar os muros da escola de modo a atingir a família que ainda é a instituição de grande poder sobre as nossas crianças”. Essa fala chama-nos a atenção para a necessidade de envolver a família diretamente e sugere que o curso pode ser ofertado às famílias também. Entende a escola como lugar de desmitificação.

Finalizando para recomeçar

Concluimos, a partir dessas experiências de formação dos cursistas, que essa política é relevante para a formação inicial e/ou continuada de professores da ordem da diversidade, pois aborda temas que são pouco tratados ou não são tratados na formação inicial, mas estão muito presentes no contexto escolar e têm um nível de alcance em lugares nos quais a educação presen-

cial não o faz. É possível afirmar que os cursistas se sentiram sensibilizados pelos temas abordados, em nível tanto pessoal quanto profissional, possibilitando um olhar de desnaturalização das relações de gênero, étnico-raciais e de diversidade sexual frente às situações impostas pelo mundo escolar, ainda que tenham dificuldades quanto à implementação dos conhecimentos em sua prática profissional ou, mesmo que seja uma minoria, sua sensibilidade perpassa uma dimensão mais religiosa (de piedade) que científica.

Partimos do pressuposto de que, apesar de os agentes sociais reconfigurarem as políticas por serem entendidas como uma prática social, o *habitus* é um elemento que provoca permanências por seu caráter de posição de sujeito num campo tendente a ser determinado pelas relações objetivas. Também corrobora essa permanência o fato de haver uma inércia (BOURDIEU, 2004), própria do campo educacional, diante de um distanciamento (desconexão) do professor da atividade de pesquisa, por exemplo. Assim, ainda que o curso possibilite que os docentes entrem em contato com o conhecimento de uma temática pouco tratada na formação inicial, constatamos dificuldades em desenvolver ações mais efetivas e coletivas, levando esses atores e atrizes a ações geralmente individualizadas, o que nos remete a pensar se isso não teria conexão com a forma como o curso é realizado: na modalidade a distância e semipresencial, disponível por meio de processo seletivo que geralmente seleciona os professores mais bem colocados na carreira, e de maneira que tal formação não crie vínculos de comprometimento de ações superadoras com o coletivo da escola – ações esparsas, no geral, então, são as possibilidades. Também pelo formato de aperfeiçoamento a distância, o curso consegue uma sensibilização do grupo para as temáticas, mas não aprofunda questões fundantes e articuladas, como sexismo, patriarcado e machismo.

Apesar disso, consideramos que as duas edições do GDE foram um marco no percurso formativo em gênero e diversidade sexual para professores da educação básica e militantes da área, no que diz respeito à sensibilização para essas temáticas. Ainda que considerando os limites impostos pela formação a distância, foi possível perceber um processo de desejo de mudar, ou mesmo de apropriação e/ou construção de conhecimento por parte dos cursistas. De certa forma, isso pôde ser percebido no cotidiano das escolas e nos movimentos sociais em que os cursistas estão inseridos. Portanto, experiências como essas precisam ser socializadas,

multiplicadas e se constituírem como políticas públicas de formação docente, sendo repensadas formas de aprofundamento da política, bem como de ampliação do acesso às famílias dos escolares.

Referências

AHMAD, Aijaz. Pós-modernismo e movimentos populares. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 107-122.

ALVARENGA, Elda. **Relações de gênero nos cotidianos escolares:** a escolarização na manutenção/transformação da opressão sexista. Contagem: Santa Clara, 2007.

ALVARENGA, Elda; SILVA, Erineusa Maria da; GOMES, Helder. Feminização do trabalho no Brasil e a precarização da docência no Espírito Santo. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Org.) **A política no corpo:** gêneros e sexualidade em disputa. Vitória: Edufes, 2016. 346 p.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, p. 83-92, v. 10, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: 70, 2008.

BEHRENS, Maria Aparecida. Formação pedagógica on-line: caminhos para a qualificação da docência universitária. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 47-66, nov. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. Coleção Estudos.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdos. Brasília: Secad; SPM; Seppir; Clam; British Council, 2009.

DUARTE, Natália de Sousa. A força na diversidade. In: SOUZA NETO, Antônio Lopes de; ALVARENGA, Elda (Org.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: a diversidade no contexto do Espírito Santo. Vitória: Nead-Ufes, 2012. 92p.

FILIPAK, Alexandra; MIRANDA, Tereza Lopes. Política pública de formação de professoras/es em gênero, diversidade sexual e relações etnicorraciais: entre o poder da escola e a escola do poder. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., jun. 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010. p. 1-12.

GOHN, Maria da Glória. A pesquisa na produção do conhecimento. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAÇA, Eliane Magalhães; MALAGUTI, Mirelli; VIEIRA, Célia Maria Farias. Orçamento e gênero: a luta pela igualdade: os oito anos de governo FHC. **Biblioteca feminista**, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&cid=300>. Acesso em: 5 jul. 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1997.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZZI, Daniel Angel. **O papel da educação a distância na mudança do paradigma educativo**: da visão dicotômica ao *continuum* educativo. 2007. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bortolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-32.

SILVA, Erineusa Maria da. **As relações de gênero no magistério**: a imagem da feminização. Vitória: Edufes, 2002.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFemea; FIG/Cida, 2002.

Colaboradores e colaboradoras

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (Unb), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professora do Programa de Pós-Graduação em História e da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora do Grupo de Trabalho Regional de Gênero, seção Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero da Faculdade de História da UFG/CNPq.

Ana Maria Colling

Doutora em História do Brasil e professora visitante sênior, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde atua no Programa de Pós-graduação em História, no Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Leghi) e na Cátedra da Unesco “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras”. Especialista no estudo da história das mulheres e do gênero.

Andreya S. Seiffert

Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP), desenvolve a pesquisa “O amanhã do ontem: The Futurians e a ficção científica americana na década de 1940”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2015/17754-3. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Antonio Carlos Amador Gil

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em História pela mesma instituição. Professor titular de História da América Latina na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), professor da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (mestrado e doutorado). Coordena na Ufes o Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias (Lehpi), onde é pesquisador. Atualmente é primeiro tesoureiro da Associação Nacional de História (2015-2017) e segundo secretário da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (2014-2016). Tem ministrado diversos cursos na área de história latino-americana e suas pesquisas têm se concentrado nos domínios dessa área.

Bruno Nery do Nascimento

Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), especialista em História do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Fez intercâmbio na Université de Toulouse – Le Mirail. É professor do ensino básico na rede privada da cidade do Recife.

Bruno Sanches Mariante da Silva

Doutorando e mestre em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Tem especialização em Patrimônio e História e Especialização em História Social e Ensino de História, além de ser graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi pesquisador convidado para atuar junto ao Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina. Bolsista Capes.

Camila Rodrigues da Silva

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Assis), pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Lieg/Unesp-Marília) e do Grupo de Pesquisa em Cultura e Gênero (Unesp).

Ceila Sales de Almeida

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora substituta de Direito na Universidade Estadual da Bahia (Uneb) – Campus XVIII. Participante do Grupo de Pesquisa Direito, Sociedade e Cultura, com pesquisas nas áreas de gênero, raça e criminologia. Advogada especialista em Processo Penal e Direito Constitucional.

Cristina Grobério Pazó

Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e da Faculdade Estácio de Sá de Vitória (Fesv). Pesquisadora do Grupo de Estudos Direito, Sociedade e Cultura, da FDV. Pesquisa gênero, sexualidade e direito e ministra disciplinas em diversos outros grupos de estudo.

Debora Rickli Fiuza

Mestre em Desenvolvimento Comunitário e graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É professora de Psicologia da Faculdade Campo Real, no Paraná. Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar pela Faculdade Pequeno Príncipe.

Elaine Pereira Rocha

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Cultural pela University of Pretoria, South Africa. Possui graduação em História pela Universidade de Taubaté (Unitau). Foi professora do Institute of Gender Studies da Addis Ababa University, Ethiopia. Professora do Departamento de História da University of the West Indies, Campus Cave Hill, Barbados, onde coordena a área de História da América Latina.

Elda Alvarenga

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes) e mestre em Educação. Professora e coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá de Vitória (Fesv). Membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe/Ufes).

Erineusa Maria da Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes) e mestre em Educação. Professora do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Formação Inicial e Continuada (Práxis/Ufes) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais do Centro de Educação (Nepe/Ufes).

José Candido Rifan Sueth

Doutorando e mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tem especialização em História Social do Brasil pela Ufes. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

Karina de Rezende-Fohringer

Doutora e mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com ênfase em estudos literários. Foi professora e coordenadora no Curso de Letras da Faculdade Saberes (ES). Foi membro titular da cadeira n. 8 da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (Afesl) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Realizou estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela (USC) – Espanha, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado em Ciências Humanas pela mesma instituição. É professora do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões (mestrado) e da Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (mestrado) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava, Paraná. Coordena o Laboratório de História Ambiental e Gênero na Unicentro.

Luciana Silveira

Mestre em História na área de concentração História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Graduada em História e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Ufes. Professora orientadora do curso de especialização em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e educadora do Espaço Cultural Palácio Anchieta.

Luciano Campos Tardock

Mestre em História Social e Política pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e especialista em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador arqueológico no estado do Rio de Janeiro. Foi colunista do grupo Infogloblo.

Luiz Cláudio dos Santos

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professor de Educação a Distância (EAD) da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professor da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu-ES), Fellow do International Leaders in Education Program (Ilep) do Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA), U. S. Department of State, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Advogado e membro do Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam).

Marcela Boni Evangelista

Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS/USP) e mestre em História Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (Neho/USP) e do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas/USP). Bolsista Fapesp.

Maria Beatriz Nader

Doutora pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professora titular da área de História do Brasil Contemporâneo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes (mestrado e doutorado). Coordena o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Ufes (LEG/Ufes), do qual é pesquisadora. Coordena o Grupo de Trabalho de Gênero – Seção Regional do Espírito Santo, da Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh) e o Curso de Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça. É membro titular da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (Afesl).

Paulo R. Souto Maior Júnior

Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde é também pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (Legh). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tutor do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) – IEG/UFSC. É bolsista de doutorado do CNPq.

Rogéria Cristina Alves

Doutoranda e mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Inspeção Escolar pelo Centro Universitário Uninter. Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Professora do curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em convênio com a Ufop. É analista educacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Rossana G. Britto

Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciada em História e bacharel em Direito pela UFF. Professora adjunta de História do Brasil Colonial na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Sebastião Pimentel Franco

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação e licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular da UFES, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas.

Esta publicação foi composta utilizando-se
a família tipográfica Adobe Caslon Pro.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que
citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

